



Os levantes e greves demonstram à juventude que não há outra via senão reagir à crise pandêmica e econômica

Erguer um plano de emergência em defesa dos empregos,



Superar as direções reformistas e divisionistas nos movimentos sindical,



Por uma campanha nacional contra a implementação do



— ∨ — Sumário



Apresentação	3
Resolução do Partido Operário Revolucionário sobre as crises pandêmica e econômica.....	5
A luta da juventude pelo socialismo.....	10
Resolução da Escola de Quadros - XV Congresso do POR.	
Levantes populares na América Latina, juventude e perspectivas pós-quarentena.....	15
Juventude na América Latina: capitalismo nega trabalho, mercantiliza educação e amplia a barbárie social	23
Crise econômica e ataques à Educação pública.....	28
Novo Fundeb não responde às tarefas democráticas pendentes.....	33
Campanha da Corrente Proletária/POR contra o Ensino a Distância	37
Governos aproveitam a pandemia para impor o EaD.....	38
Organizar a campanha nacional contra o retorno às aulas via EaD - Condicionar a deliberação sobre o retorno à realização das assembleias universitárias.....	41
Educação e barbárie.....	45
Ataque à ciência	47



Trabalho, crise e juventude.....	54
A nova fase da crise agrava as discriminações e violências desfechadas sobre a juventude oprimida.....	60
Pelo fim das polícias e todo aparato repressor do Estado.....	64
A política da UBES do último período: acentua-se a colaboração de classes.....	67
A política do MPL é um obstáculo para a luta em defesa do transporte público	74
O ANDES-SN e a política divisionista.....	80
Somente a luta pela real autonomia universitária derrotará a ofensiva ditatorial e obscurantista do governo	86
Cai o Ministro Weintraub	90
Por que criticamos Paulo Freire?.....	92
Paulo Freire se afasta da política revolucionária	94

— — — Apresentação

O pior dos mundos para os explorados e a juventude oprimida: é este o cenário vivido, no momento em que concluímos a Revista Proletária da Educação, número 10. O quadro que já vinha se impondo, de crise econômica, somou-se à crise sanitária, provocada pela pandemia do novo coronavírus. A burguesia, comandada pelo capital monopolista, aproveitou o atordoamento das massas para acelerar a imposição de suas contrarreformas. Partiu do cenário regressivo da aprovação da Emenda Constitucional 95, Reforma Trabalhista, Lei da Terceirização, e Reforma do Ensino Médio, aprovados sob a ditadura civil de Michel Temer, e da Reforma da Previdência, de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional, e permitiu novas destruições de direitos, salários e postos de trabalho. Os elos entre a crise econômica, sanitária, política e de direção são apresentados na Resolução do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre as crises pandêmica e econômica.

Em Crise econômica e ataques à Educação pública, destacamos como, na Educação, as corporações vibram com a acelerada expansão do Ensino a Distância (EaD). Aproveitaram a pandemia, para romper as precárias barreiras de resistência com extrema facilidade, instalando-se em todos os níveis: da educação infantil à pós-graduação. Toda legislação anterior, desde a década de 1990, serviu para coroar este momento, de extremo rebaiamento cultural, que acompanha o EaD. Nossa revista dá continuidade ao trabalho do POR de expor o EaD como uma excrescência do capitalismo, um total esvaziamento da Educação a serviço da mercantilização do ensino e redução de custos, tendo em vista a sustentação do parasitismo financeiro. Enquanto as correntes que já capitularam no passado – aceitando o EaD com alguns limites – agora são atropeladas pela imposição do ensino “remoto”, “virtual”, “flexível”, “híbrido”, por governos de todos os matizes políticos, o POR lutou e luta com todas suas forças contra mais este passo na destruição da Educação. A campanha contra o EaD foi impulsionada por todas as regionais, e está plasmada na seleção aqui apresentada, da qual destacamos o manifesto nacional “Governos aproveitam a pandemia para impor o Ensino a Distância. Em defesa do ensino presencial, público e

gratuito”. E na declaração da União Revolucionária do Magistério (corrente sindical do POR boliviano), intitulada “Educação e barbárie”.

Um momento tão adverso reafirma a necessidade da recusa ao caminho da barbárie social oferecido pelo capitalismo em decomposição. Expõe a urgência da juventude trabalhadora e estudantil, dos movimentos em defesa da Educação, livrem-se das direções conciliadoras, e se colocarem ativamente pela construção do socialismo. Abrimos nossa publicação com a resolução discutida na Escola de Quadros, de 27 de janeiro de 2020. Neste documento, vemos os elementos estruturais, históricos e conjunturais que fundamentam as necessidades das lutas atuais. As linhas gerais desta resolução estão presentes em todos os textos de nossa revista.

Partimos da caracterização de que vivemos a fase imperialista, que evidencia, por um lado, o apodrecimento do capitalismo, mas por outro, que vivemos uma fase de transição, em que há possibilidades materiais de avançarmos com o fim da propriedade privada dos meios de produção. As condições objetivas para isso, porém, não são suficientes. É preciso superar o profundo retrocesso político-organizativo, que acompanhou a degeneração da União Soviética, e levou à dissolução da Terceira Internacional. A Quarta Internacional, erguida por Trotsky, não se enraizou profundamente na classe operária, e acabou esfacelada organizativamente pelo revisionismo, embora sobreviva em seu programa, que permanece vigente.

A mutilação das capacidades da juventude que acompanha o capitalismo, com sua separação entre trabalho intelectual e manual, é agravada na fase imperialista, como vemos nos artigos Juventude na América Latina: capitalismo negro trabalho, mercantiliza educação e amplia a barbárie social e Trabalho, crise e juventude, que mostra o quadro enfrentado pela juventude brasileira. A mutilação, porém, não se dá apenas na forma da negação da Educação e da inserção na produção social; também se expressa na destruição física da juventude oprimida que, no Brasil, é majoritariamente negra. A direitização da política burguesa vem acompanhada do fortalecimento do Estado policial, que responde à violência crescente, expressão da barbárie capitalista, com a promessa de uma paz social sobre cadáveres.



Indicamos em *Só* a classe operária e demais explorados podem investigar e punir os crimes da burguesia e seus governos como as tendências objetivas, abertas pela crise econômica e sanitária, foram a base para a explosão de atos radicalizados, a partir do estopim do assassinato de George Floyd, trabalhador negro norte-americano, por um policial branco. Apontamos as raízes de classe da opressão racial. O artigo *A nova fase da crise agrava as discriminações e violências desfechadas sobre a juventude oprimida* tira o debate das opressões da esfera meramente cultural e ideológica, e o assenta sobre as bases materiais do modo de produção capitalista. Seja em sua manifestação sobre negros, indígenas, mulheres, homossexuais e transexuais. Mais do que isso, evidencia o quão descoladas da realidade são as promessas reformistas, quando o cenário de crise e desagregação social levam ao recrudescimento de todas as manifestações da opressão de classe.

A constatação sobre a inviabilidade do reformismo acompanha nossa crítica às direções dos movimentos da juventude. O artigo *A política da UBES do último período: acentua-se a colaboração de classes* acompanha os passos da UJS/PCdoB na direção da entidade máxima dos estudantes que, no último período, esforçou-se para canalizar a revolta que emergiu nas ondas de ocupações de escolas para o terreno eleitoral. A campanha “Ocupar as urnas” evidencia este percurso, assim como a decomposição cada vez maior da burocracia estudantil estalinista. Em *A política do MPL é um obstáculo para a luta em defesa do transporte público* indicamos a falsidade do pretense autonomismo, que nega a democracia operária das plenárias e assembleias para definir os rumos do movimento, se ergue como uma burocracia que se apossa do movimento e, no fim, tem como horizonte a reforma do sistema de transporte, por meio de uma política tributária mais justa.

Ainda sobre as direções, trazemos o debate sobre o divisionismo e fragmentação das organizações sindicais, a partir da movimentação das correntes que sustentaram a aventura divisionista do PSTU, com a criação da CSP-Conlutas e, agora, querem arrastar entidades nacionais da Educação como o Sinasefe e Andes para novas aventuras. Sem colocar em primeiro plano o problema de como vamos unificar e centralizar as massas em luta contra os governos, repetem o mesmo aparelhismo, oculto sob a autopromoção de que encarnam a “reorganização da classe trabalhadora”.

Publicamos nesta edição uma nota sobre a crescente ingerência do Estado nas instituições de ensino, denunciando as medidas provisórias que procuram deixar a estrutura de poder mais antidemocrática e impor interventores. O papel das direções, adaptadas às burocracias

universitárias e aos marcos legais, também é evidenciado. Mostramos a necessidade da luta pela real autonomia, compreendida como o governo tripartite, com a soberania da Assembleia Universitária. Incluímos também a nota *Cai o Ministro Weintraub*, situando o episódio no interior da profunda crise política do governo Bolsonaro. A nomeação e queda do ministro Carlos Decotelli, antes mesmo da posse, com a escandalosa revelação da falsificação de seu currículo, amplia os atritos entre as alas militar e olavista do governo Bolsonaro, e mostra sua desagregação.

Por fim, trazemos nesta revista a tradução do texto *Paulo Freire se afasta da política revolucionária*, de Guillermo Lora, em que assenta as bases materialistas do problema da crise da educação, mostra seu caráter superestrutural, e a impossibilidade de uma educação, sob o capitalismo, que emancipe os oprimidos. Mostra que a “transformação social” não será fruto da pregação abstrata do humanismo cristão, ou de receitas pedagógicas, mas sim das massas operárias que, por meio da luta de classes, derrubarão o poder econômico da burguesia, transformando a propriedade privada em propriedade social, e colocando por terra sua dominação política, ideológica e espiritual. Esta tradução é precedida de uma nota, em que denunciamos os ataques do bolsonarismo a Paulo Freire, afirmando que, ante estes ataques, defendemos Paulo Freire, porém, sem ocultar que sua proposta política e pedagógica reformista não se confunde com a resposta marxista à crise da educação. Ainda na crítica ao obscurantismo anticientífico, trazemos o artigo *Ataque à Ciência*.

Desejamos que a leitura da *Revista Proletária na Educação*, elaboração coletiva do Partido Operário Revolucionário, sirva à elevação política daqueles que lutam em defesa da Educação, fortaleça a construção das Correntes Proletárias na Educação entre estudantes, técnicos, funcionários e professores de todos os níveis. Que desperte a convicção de que, mesmo no cenário mais fúnebre e bárbaro, é preciso observar as tendências subterrâneas da luta de classes, que emergem a cada explosão social. O aprendizado com as experiências passadas e em curso (este foi o objetivo do artigo *Levantes populares na América Latina, juventude e perspectivas pós-quarentena*) nos leva à necessidade de avançar na superação da crise de direção. Tantas lutas, tanta coragem da juventude, tanto desprendimento precisam vir acompanhados de um programa revolucionário encarnado em uma direção provada na luta.

Lara Amorim
02 de julho de 2020

Resolução do Partido Operário Revolucionário sobre as crises pandêmica e econômica



Comitê Central, 7 de junho de 2020

1. A desaceleração econômica mundial estava em curso, quando a pandemia se manifestou. As suas consequências têm sido tão profundas, que se constituiu em um marco de uma nova etapa de desintegração do capitalismo, marcada pela eclosão da crise nos Estados Unidos e no mundo, em 2008. A recessão mundial, que se apresentou nesses três meses de pandemia, expôs o impulso da destruição maciça de forças produtivas;
2. Os organismos internacionais do imperialismo estimam a eliminação de dezenas de milhões de postos de trabalho. O desemprego será ainda mais elevado às alturas, nos próximos meses. A perda salarial ocorre em toda a parte. A miséria estrutural dos países semicoloniais receberá novos contingentes, e será mais agravada. Não se trata de previsões que podem não ocorrer. Já nesses 90 dias de pandemia, a queda econômica é generalizada, bem como as demissões em massa. É o que se verifica, inclusive, nas potências. Os Estados Unidos continuam no epicentro da crise mundial, potenciados pela pandemia;
3. As massas mundiais vivenciam a incapacidade da burguesia de defendê-las diante do perigo, que, inicialmente, parecia se restringir a um fenômeno da natureza. O desenvolvimento da crise sanitária, no entanto, expôs os seus condicionamentos econômicos, sociais e políticos. Já não se verifica apenas o saldo de milhares de mortos pelo coronavírus – no momento, mais de 400 mil –, mas também os milhões que perdem seus empregos, os milhões de trabalhadores informais, que já não conseguem ganhar o pouco que ganhavam anteriormente, e os milhões que são empurrados da pobreza à miséria. A combinação da crise sanitária com a crise econômico-social reflete e impulsiona a decomposição do capitalismo;
4. O Brasil é um dos países que mais sente dessa combinação catastrófica. É líquido e certo que, em 2020, ocorrerá uma queda no PIB acima de 5%. Há estimativas que indicam próximo a 10%. Para uma economia que enfrentou uma recessão de dois anos seguidos (2015-2016) – considerada a maior da história econômica do País –, que mal conseguia um crescimento vegetativo nos três anos seguintes, com tamanho tombo, avançarão em grande escala o desemprego, subemprego e miséria estruturais;

“*Os protestos massivos nos Estados Unidos puseram às claras que não há outra via para os explorados, senão reagirem à crise pandêmica e econômica, com seus próprios métodos.*”

5. O fato de a pandemia ter contaminado, segundo dados oficiais, cerca de 700 mil, e tirado a vida de quase 40 mil, estar em fase ascendente; e o fato de os governos decidirem, generalizadamente, retomar as atividades econômicas, retratam o fracasso da burguesia em combater a pandemia, e proteger a vida da maioria oprimida. Essa constatação geral conduz à conclusão de que fracassou a política burguesa de isolamento social;
6. Os protestos massivos nos Estados Unidos puseram às claras que não há outra via para os explorados, senão reagirem à crise pandêmica e econômica, com seus próprios métodos. Mesmo no auge da aplicação da política burguesa do isolamento social, trabalhadores brasileiros da saúde tiveram de se manifestar coletivamente, bem como trabalhadores de vários



ramos de atividades usaram a greve e as assembleias para exigir os salários e os empregos. Ainda que pontuais e isoladas, tais manifestações expressaram a única via de resistência da classe operária e demais explorados. Mas, foi a explosão popular contra o assassinato do trabalhador negro nos Estados Unidos, George Floyd, que deu o ponto de partida da retomada do movimento internacional. Ao saírem às ruas, os manifestantes superaram o medo inoculado pela campanha burguesa;

7. O retorno às lutas, quando ainda não se esgotou o ciclo da pandemia, e as mortes continuavam e continuam altas, coincide, por sua vez, com as pressões do poder econômico para acabar com o isolamento social. Ficou claro que o confinamento de parte das massas seguiu determinações da burguesia, inde-

“ *Falsearam-se a natureza e o alcance do isolamento social, precisamente, porque se ocultou o conteúdo da política burguesa que o dirigia e o manejava, seguindo os interesses do poder econômico, e da impossibilidade de dar resposta universal à ação da pandemia sobre a maioria empobrecida e miserável.*

pendente das necessidades da maioria explorada. Ainda que tenha provocado divergências e grandes discussões no interior dos governos, sempre seguiu cálculos elaborados pelos agentes do capital. As considerações médico-científicas, provenientes das instituições internacionais e nacionais, estiveram subordinadas aos cálculos e interesses do grande capital. Está aí por que o fracasso do isolamento social era previsível. Desgraçadamente, quem está pagando pela incapacidade da burguesia e seus governantes são as amplas camadas da população, de pobres e miseráveis;

8. Falsearam-se a natureza e o alcance do isolamento social, precisamente, porque se ocultou o conteúdo da política burguesa que o dirigia e o manejava, seguindo os interesses do poder econômico, e da impossibilidade de dar resposta universal à ação da pandemia sobre a maioria empobrecida e miserável. As falsificações que envolveram a aplicação do confinamento tiveram enorme impacto sobre a vida social, porque as direções sindicais e partidárias, vinculadas ao movimento dos explorados, se submeteram à política burguesa do isolamento social. Colaboraram, direta ou indiretamente, para que os governos e os capitalistas descarregassem a crise sobre as massas;
9. A classe operária e demais explorados, submeti-

dos à política burguesa do isolamento social, não tiveram como se defender com um plano de emergência, democracia proletária, método e estratégia próprios. Todos aqueles que não demonstraram o conteúdo burguês das medidas tomadas pelos governos, e que se submeteram às pressões do isolamento social, acabaram colaborando, de uma forma ou de outra, com a burguesia. Eis por que não se colocaram em uma posição de independência diante das divisões interburguesas e das manobras governamentais. Negaram ou ocultaram a premissa da luta de classes, de que somente a classe operária na produção social e organizada independentemente poderia se levantar com uma política própria, em contraposição aos interesses do poder econômico, e em defesa dos interesses da maioria oprimida;

10. A revolta popular nos Estados Unidos comprova essa premissa. A classe operária organizada e com seu plano próprio de emergência poderia enfrentar, ao mesmo tempo, as crises sanitária e a econômica. Em hipótese alguma, os explorados podem confiar seu destino aos exploradores, aos seus escravizadores e

aos seus esfomeadores. Somente as direções de má fé, ou aquelas decompostas pelo cretinismo pequeno-burguês, poderiam acreditar e trabalhar para que os explorados acreditassem que o isolamento social, dirigido pelos governos burgueses, estaria a serviço da proteção da vida dos pobres e miseráveis. Por se colocarem em uma posição seguidista, agiram contra as mobilizações em meio à pandemia. Os protestos isolados, no transcurso da crise sanitária, e, agora, a gigantesca mobilização em várias partes do mundo, deixaram essas direções na retaguarda;

11. A revolta instintiva dos explorados, no entanto, expõe a terrível crise de direção revolucionária. As direções colaboracionistas e a esquerda centrista correm, agora, a sair da retaguarda, para se colocar à frente das mobilizações, com o claro objetivo de amortecer a luta de classes, e canalizar o descontentamento para o democratismo burguês e pequeno-burguês. É o que estamos assistindo nos Estados Unidos, e em vários países em que as massas reagem ao desemprego, subemprego, contrarreformas, pobreza, miséria e discriminação racial. Isso sem que tenham uma direção que expresse as necessidades concretas e transforme o instinto de revolta em programa e política revolucionárias. Não por acaso, não comparece nas manifestações a plataforma de reivindicações da

classe operária e demais oprimidos. Sabemos, porém, que são essas as causas mais profundas que levaram as massas jovens, pretas e brancas, a inundarem as avenidas das grandes cidades dos Estados Unidos. E, sem dúvida, a desencadear manifestações na Europa, África, Ásia e América Latina;

12. No Brasil, os reformistas, democratizantes e esquerdistas seguidistas, que até ontem se colocavam contra as manifestações coletivas, antecipam a possibilidade de uma revolta operária e popular contra a burguesia e o governo massacrador, erguendo a bandeira abstrata de defesa da democracia. Procuram canalizar o crescente descontentamento da população para a solução parlamentar da crise política, que se agrava dia a dia. A bandeira de “Fora Bolsonaro” está claramente condicionada à via do impeachment. Independentemente do uso verbal que se faça da bandeira “Fora Bolsonaro”, tingindo-a de cores mais à esquerda, não há como livrá-la da estratégia do impeachment, manejada pela oposição burguesa. É sintomático que a esquerda oportunista tenha aderido ao impeachment. O retorno ao movimento de rua – contra a vontade das direções dominantes – teve esse conteúdo, encarnado pela política pequeno-burguesa. Não estiveram presentes as bandeiras da classe operária e demais explorados. Predominou o palavreado da “democracia” e do “antifascismo” abstratos;
13. A pandemia teve uma projeção extraordinária na crise política. Ampliou e aprofundou a divisão interburguesa. As consequências econômicas, financeiras e sociais encurralaram o governo ultradireitista e fascizante de Bolsonaro. Os choques entre os poderes da República desorganizam a política burguesa, que necessita de uma rígida centralização, para disciplinar as frações da classe capitalista, e conter a luta de classes. É desse conflito que emergiram a via institucional do impeachment, de um lado; e as ameaças de golpe militar, de outro. As manifestações dos bolsonaristas têm um claro conteúdo golpista, ao defenderem o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. E expressam o fascismo, ao exigirem a criminalização do comunismo. A gestação de um movimento de unidade da oposição, por seu lado, inclui até mesmo setores da direita liberal, indicando que a burguesia se prepara para uma eventual derrocada total do governo Bolsonaro, e a possibilidade de uma aventura golpista. Observa-se que se alargou o campo da oposição, que já não se limita aos reformistas. É necessário distinguir as tendências reais da crise, em relação às manobras políticas, tanto do governo quanto da oposição. O campo das ma-

nobras se constituiu entre o governo militarista e a oposição, investida da bandeira da democracia. As condições políticas para um golpe fascista não estão dadas, bem como não estão dadas para a derrubada do governo pelo impeachment. Esse conflito terá de ser resolvido ou dissipado no momento em que a crise econômica e social se manifestar plenamente, no próximo período;

14. O fator decisivo que define o curso da crise política é a luta de classes. Os explorados ainda não se deram conta do golpe sofrido nesses meses de pandemia, embora sintam que foram empurrados ainda mais para a borda do precipício. O movimento democratizante, como uma via para desviar a ação revolu-

“ *Ainda está por ocorrer uma separação entre as camadas mais pobres e as mais ricas, que serviram de base à ascensão de Bolsonaro. Os reformistas começam a tomar posição para criar esse conduto. A política de colaboração de classes com a burguesia passa a depender de como se desenvolverá a frente burguesa pela democracia.* ”

cionária das massas, depende de um deslocamento da pequena burguesia. Ainda está por ocorrer uma separação entre as camadas mais pobres e as mais ricas, que serviram de base à ascensão de Bolsonaro. Os reformistas começam a tomar posição para criar esse conduto. A política de colaboração de classes com a burguesia passa a depender de como se desenvolverá a frente burguesa pela democracia. A luta independente dos explorados, diante da falência do governo bolsonarista, e da arregimentação da frente burguesa opositora (ou frentes burguesas), ocorrerá no caso da classe operária encarnar o programa de reivindicações próprias. Não é por acaso que as direções sindicais se negam a colocar em marcha um movimento em defesa dos empregos, salários

Adquira com o distribuidor: R\$35	
ASCENSO E QUEDA DO PT	A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário
Este livro analisa o processo histórico de formação da estratégia e da política do reformismo, testemunha a imposição à classe operária de chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos, marcos da revolução proletária e o novo a luta pela construção do partido revolucionário.	
	



“ *O reformismo vai às últimas consequências, na negação da luta da classe operária pelos empregos e salários. Essa conduta contrária à luta de classes e à organização independente do proletariado corresponde à defesa estratégica da democracia burguesa. Não por acaso, os reformistas são inimigos da democracia operária e da constituição de organismos independentes, que unificam o proletariado e o colocam como direção da maioria oprimida desorganizada.* ”

e direitos trabalhistas. Isso quando as demissões se expandem, o subemprego se agiganta, e a miséria se alastra. É com o programa de reivindicações operárias e populares, que o proletariado pode encabeçar um movimento de maioria oprimida contra o governo e a burguesia, de conjunto;

15. O ponto de partida está em responder às consequências imediatas da crise sanitária e da crise econômica. As demissões, reduções salariais e aumento de desemprego e subemprego atingem milhões. Está colocada a defesa da unidade entre empregados e desempregados, entre trabalhadores formais e informais, para enfrentar a pobreza e a miséria. Devem-se desenvolver entre os explorados as bandeiras correspondentes. A pandemia evidenciou ainda mais a incapacidade da burguesia de garantir um sistema de saúde à altura das necessidades das massas. Pôs à luz do dia o predomínio do sistema privado, que serve à minoria burguesa e a uma camada da classe média. A defesa da saúde pública converge para a tarefa de expropriar a rede privada, e fortalecer o sistema único estatal, sob o controle da classe operária e demais explorados. É nessas condições que se tornam visíveis os vínculos entre o mar de pobreza, as doenças, o sucateamento do SUS e o requinte dos hospitais privados. Sobre essa base, se coloca um plano de emergência de proteção à vida da maioria oprimida;
16. As condições sociais e as relações econômicas em que a pandemia tomou conta do País dão a dimensão da brutal exploração do trabalho, da concentração de riqueza e do gigantesco batalhão de miseráveis. Não é de hoje que a carência de condições elementares e a fome de milhões são reconhecidas como estruturais

do capitalismo brasileiro. É recorrente a exposição de indicadores que revelam tais condições, que vão, desde o grau de miséria absoluta, até a inexistência de água e saneamento nos grandes conglomerados de favelas e bairros operários pobres. A burguesia não resolveu e não resolverá a relação estrutural entre exploração, concentração de riqueza e miséria. Os programas voltados aos famintos – Bolsa Família, etc. – só fazem reforçar a constatação de que se agravam as condições estruturais da exploração capitalista e miséria. Dessa realidade social, se erguem as reivindicações que unificam a maioria oprimida, e se colocam os fundamentos e a estratégia da revolução proletária. É nas condições de profunda crise, como a atual, que se expõem os vínculos entre as reivindicações mais elementares e a estratégia de poder do proletariado, que é a do governo operário e camponês, como expressão governamental da ditadura do proletariado. As massas e sua vanguarda com consciência de classe somente podem defender, consequentemente, a vida dos explorados, estando sob o objetivo histórico de derrubar a burguesia do poder, e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista;

17. O capitalismo se decompõe a olhos vistos. Prolifera a barbárie, inclusive, nas potências, como se observa nos Estados Unidos. O avanço da barbárie é a expressão da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as arcaicas relações de produção capitalistas, sob a forma última dos monopólios e do capital financeiro. Está aí por que o reformismo e os sonhos de humanizar o capitalismo são contrarrevolucionários. Vimos o quanto prejudicial tem sido a participação das direções políticas e sindicais reformistas no transcurso de enfrentamento à pandemia. Sujeitaram-se às determinações do grande capital e de seus governos. O reformismo vai às últimas consequências, na negação da luta da classe operária pelos empregos e salários. Essa conduta contrária à luta de classes e à organização independente do proletariado corresponde à defesa estratégica da democracia burguesa. Não por acaso, os reformistas são inimigos da democracia operária e da constituição de organismos independentes, que unificam o proletariado e o colocam como direção da maioria oprimida desorganizada. Enquanto os explorados não romperem a camisa de força do reformismo, não terão como combater pela superação da miséria e fome estruturais. O que depende de a vanguarda com consciência de classe encarnar, na teoria e na prática, o programa da revolução e ditadura proletárias. Somente assim se darão passos na

superação da crise de direção nacional e mundial;

18. É preciso ter claro que a desintegração do capitalismo e a barbárie não se expressam da mesma maneira e extensão nos países de economia avançada (imperialistas) e nos de economia atrasada (semicoloniais). De forma generalizada, a burguesia em todos os países descarrega as consequências da crise sobre a classe operária e demais trabalhadores. De forma particularizada, o imperialismo descarrega a crise sobre as nações mais débeis. Não há como os explorados se defenderem das consequências da desintegração capitalista, senão responder à opressão imperialista sobre a nação oprimida. Em plena pandemia, os Estados Unidos agiram no sentido de potencializar o nacionalismo imperialista e a guerra comercial. O fechamento das fronteiras nacionais e a utilização de fartos recursos emitidos pelos Bancos Centrais comprometem ainda mais a economia dos países semicoloniais. O preço das commodities caiu, as moedas se desvalorizaram em relação ao dólar, expatriaram-se fabulosos recursos, ampliou-se a especulação nas Bolsas de Valores, as matrizes das multinacionais ordenaram fechamento de fábricas, redução de emprego, cortes de salários, etc. Um dos agravantes tem sido a brutal elevação da dívida pública. O capital financeiro, no Brasil, não comprometeu nenhum centavo de seus ganhos, provenientes do saque do Tesouro Nacional. Ao contrário, foi protegido por medidas do governo, Congresso Nacional e Banco Central. Por cima das divergências no interior da política burguesa de isolamento social, imperaram os interesses do capital financeiro. O bloqueio das forças produtivas tem como um dos fatores básicos a gigantesca dívida pública. Após a pandemia, pesará ainda mais. As bandeiras anti-imperialistas e as tarefas democráticas do país semicolonial, entre elas a entrega das terras aos camponeses, somente podem ser encarnadas pela classe operária, como dirigente da maioria oprimida. O programa de expropriação da grande propriedade e

do capital financeiro, nacionalização das terras, cancelamento da dívida pública e superação da miséria, é a condição inicial para libertar as forças produtivas das travas dos monopólios e do domínio imperialista. As reivindicações mais elementares dos explorados estão vinculadas a essas tarefas. Certamente, na etapa de desintegração do capitalismo que se abre com a pandemia, se tornará mais imperativa a organização da frente única anti-imperialista, que expresse a luta por um governo operário e camponês, e responda às tarefas democráticas e socialistas;

19. O novo marco da desintegração mundial do capitalismo terá amplo desdobramento com as quebras econômicas, a guerra comercial e o avanço das tendências bélicas. A luta de classes, portanto, também ganhará novas dimensões. Os explorados, não apenas terão de se defender da destruição maciça de forças produtivas, como também de recorrer aos caminhos da revolução social. Verão com maior facilidade a relação entre a preservação da força de trabalho com as necessárias transformações socialistas. Desde já, é obrigatório desenvolver o programa das reivindicações mais elementares ligado ao programa socialista. A classe operária e a sua vanguarda estão em grande atraso diante dessa exigência objetiva e histórica. Os embates vindouros permitirão recuperar as derrotas, que impuseram um retrocesso em grande escala nas revoluções proletárias. As vitórias do capitalismo sobre o movimento mundial da classe operária estão vindo abaixo. Demonstram a impossibilidade do capitalismo de superar a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que refletem o seu esgotamento histórico, e a necessidade da transição para o socialismo. É com essa compreensão que a vanguarda com consciência de classe tem de trabalhar pela construção do partido da revolução proletária no seio dos explorados. O Partido Operário Revolucionário, baseado nessa compreensão, luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.





A luta da juventude pelo socialismo



Resolução discutida no dia 27 de janeiro, na Escola de Quadros do XV Congresso do POR. A forma final resultou das contribuições dos presentes na atividade de formação e debate.



A O capitalismo em decomposição caracteriza-se de que o capitalismo se encontra em sua fase última de desenvolvimento e de que se esgotou historicamente significa que está em transição para o socialismo. A Revolução Russa de 1917 e demais revoluções que se seguiram no século XX confirmaram essa constatação do marxismo. O processo de restauração capitalista, que regrediu a construção da sociedade socialista, não comprova o contrário. Os acontecimentos evidenciam que a interrupção da transição do capitalismo para o socialismo expôs mais claramente ainda as contradições que levaram e levam ao esgotamento da história das sociedades de classes.

As revoluções que expropriaram a burguesia e assentaram os primeiros fundamentos da propriedade social dos meios de produção emergiram em meio à decomposição mundial do capitalismo em sua fase imperialista. A 1ª e 2ª guerras mundiais resultaram em uma gigantesca destruição de forças produtivas, devastação de países inteiros, e perdas de vidas humanas. Assinalaram até onde a burguesia financeira e monopolista pode empurrar a humanidade à barbárie.

Evidencia-se, assim, que o esgotamento e a decomposição do sistema mais avançado de sociedades de classes – o capitalismo – se devem à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre essas e as fronteiras nacionais. A grande propriedade

privada dos meios de produção, a intensa exploração do trabalho, e a gigantesca acumulação de riqueza, ao lado do mar de pobreza e miséria, já não permitem o desenvolvimento das forças produtivas mundiais. O que indica que a transição do capitalismo para o socialismo passa obrigatoriamente pela barbárie social.

As condições atuais da crise mundial, agravada desde 2008, obrigam o imperialismo a recrudescer a guerra comercial. Os Estados Unidos, como potência dominante, estão à frente desse processo. A guerra comercial impulsiona as tendências bélicas inerentes ao capitalismo monopolista.

A classe operária, demais explorados e, em particular, a juventude oprimida estão diante do avanço da putrefação do capitalismo, que se caracteriza por guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Superar a crise de direção revolucionária

A juventude suporta amplamente a desintegração do capitalismo e a marcha ascendente da barbárie. O desemprego e subemprego empurram uma importante parcela para o abismo. Ao mutilá-la ou inutilizá-la, impossibilita seu ingresso à produção social. As massas jovens desempregadas e subempregadas procuram se realizar como força de trabalho, mas dependem da necessidade dos capitalistas em explorá-las.

Sem o crescimento das forças produtivas mundiais, aumenta o excedente de força de trabalho. A ciência e a

tecnologia altamente desenvolvidas não podem, por si mesmas, desbloquear as forças produtivas, contidas pelas relações capitalistas de produção, baseadas na grande propriedade, e submetidas ao parasitismo do capital financeiro.

A contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e a mutilação da capacidade produtiva e criadora da juventude dão a dimensão precisa das condições objetivas para a transformação do capitalismo em socialismo. A destruição da camisa de força da propriedade privada dos meios de produção e a eliminação do parasitismo financeiro abrirão caminho para a realização integral da força de trabalho. Essa é a condição para que as capacidades intelectuais e práticas da juventude se libertem da mutilação capitalista, e se desenvolvam livremente, na sociedade sem explorador e explorado. A transição do capitalismo para o socialismo será realizada pela revolução social, ou seja, pela revolução proletária. A Revolução Russa e as demais revoluções deram início a essa transição, interrompida pela restauração capitalista. Esse retrocesso histórico foi possível com a destruição do Partido Mundial da Revolução Socialista, materializado pela III Internacional da época de Lênin e Trotsky. O estalinismo revisionista do leninismo foi um fator decisivo na abertura de um período de triunfo da contrarrevolução e da instauração da crise mundial de direção.

A juventude que desperta para a consciência de classe e, portanto, para o socialismo, é chamada a trabalhar pela construção do partido revolucionário, assimilar as lições da história da luta de classes e, assim, vincular-se à luta do proletariado.

Inviabilidade do reformismo

No capitalismo em desintegração, a burguesia não tem como fazer reformas progressivas. Em outras palavras, nas condições em que as forças produtivas se chocam com as relações capitalistas de produção, a burguesia está obrigada a descarregar as contradições sobre as massas. Eis por que a época imperialista é de predomínio das contrarreformas.

No entanto, a política reformista continua a desviar e a travar o avanço da organização revolucionária do proletariado, e a elevação da sua consciência de classe. A crise de direção favorece a ação dos reformistas, que se valem da tese de que é possível reverter a alta concentração de capital e propriedade sob o controle da minoria, por meio de uma política de reformas e redistribuição da riqueza. O próprio imperialismo incentiva, valendo-se da ONU, as campanhas de “inclusão social, redução de desigualdades e discriminações”.

Os partidos reformistas e seus aliados de esquerda se apoiam no argumento de que o fracasso das revoluções

proletárias comprovaria que essa via para se chegar ao socialismo estaria superada. Que, inclusive, a classe operária deixou de ser a força motriz das revoluções. E que a emersão de várias forças sociais abriria um novo curso de reformas, que seriam a da “inclusão dos excluídos”, e a “redução das desigualdades” e da “vulnerabilidade” dos mais pobres. Assim, o problema principal estaria em ampliar a “democratização do Estado”, e permitir a “participação popular”. As eleições e o parlamento, subordinados à suposta participação popular, seriam os canais por onde se materializariam as reformas de conteúdo “democrático e popular”.

A experiência vem mostrando que o reformismo alimenta as ilusões democráticas nos explorados e, em particular, nas massas jovens, de que estão sendo protagonistas de mudanças progressivas, que vêm pondo por terra as profundas desigualdades e discriminações. Na realidade, o capitalismo continua sua marcha de decomposição e de barbárie. É fundamental ter claro a inviabilidade de reformar o capitalismo, bem como o papel contrarrevolucionário do reformismo.

“ *A juventude proletária e as das camadas oprimidas da classe média deverão se erguer contra o reformismo, tendo claro que se trata de uma variante da política burguesa e, portanto, serviçal da grande propriedade privada dos meios de produção.* ”

A juventude proletária e as das camadas oprimidas da classe média deverão se erguer contra o reformismo, tendo claro que se trata de uma variante da política burguesa e, portanto, serviçal da grande propriedade privada dos meios de produção.

Reflexos da decomposição do capitalismo mundial no Brasil

As contrarreformas de Temer e Bolsonaro são parte da ofensiva internacional do grande capital. A América Latina de conjunto vem sendo arrastada pelas necessidades do imperialismo, ou seja, do capital financeiro e dos monopólios. Nenhum governo burguês escapa às exigências da burguesia em descarregar a crise mundial sobre as massas. O que inclui, também, os governos reformistas.

No continente semicolonial, caracterizado pela pobreza e miséria da maioria, as contrarreformas potenciam



a barbárie social já existente. Nota-se que há um fundo comum nas contrarreformas: rebaixar o valor da força de trabalho, diminuir os gastos públicos com os serviços essenciais, e restringir o orçamento às necessidades do capital parasitário.

No Brasil, os governos antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro conseguiram impor uma das contrarreformas mais profundas, para obter a flexibilização capitalista do trabalho e a diminuição dos gastos públicos. A reforma trabalhista, combinada com a da reforma da Previdência, destroem completamente antigas conquistas dos explorados, obtidas desde os anos de 1930.

As contrarreformas foram impostas justamente no momento em que as massas se deparavam com as altas taxas de desemprego e subemprego. A recessão de 2015-2016 regrediu as forças produtivas industriais, fechando milhares de postos de trabalho. A juventude recebeu o maior impacto, com o aumento exponencial do desemprego e subemprego. Agravaram-se todas as chagas sociais do capitalismo em decadência.



A juventude mostrou disposição de luta, engrossando o movimento pela derrubada dos planos antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro. É sobre essa base que a juventude oprimida terá um importante papel na luta pelas reivindicações mais elementares e pelo programa da revolução proletária.

O reformismo petista e seus aliados de esquerda se mostraram impotentes diante da ofensiva da oligarquia e do imperialismo. As concessões feitas pelos governos do PT, para que realizassem as contrarreformas, prepararam o caminho para o ataque em toda a linha de Temer e Bolsonaro. Ficou evidente que a política de conciliação de classes serve tão somente à burguesia, e é incapaz de rechaçar as exigências do capital financeiro e multinacional.

A implantação das contrarreformas travará ainda mais as forças produtivas, em especial, as da indústria. E fortalecerá o parasitismo financeiro, que depende em grande medida da gigantesca dívida pública. As forças produtivas, que padecem do baixo crescimento e da tendência à estagnação, há décadas, se chocam com o predomínio dos monopólios, que tendem a se concentrar ainda mais. As privatizações e desnacionalizações contribuem para um maior domínio do capital imperialista.

Ao contrário da distribuição de riquezas e da “inclusão” social, o emprego formal se tornará mais escasso, e o subemprego avançará. A polarização entre a riqueza e a pobreza dará um salto à frente.

A juventude mostrou disposição de luta, engrossando o movimento pela derrubada dos planos antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro. É sobre essa base que a juventude oprimida terá um importante papel, na luta pelas reivindicações mais elementares, e pelo programa da revolução proletária.

A barbárie mutila a juventude brasileira

O ponto de partida de todos os problemas da juventude oprimida está na ausência da fonte de trabalho a todos os jovens. Dos 13 milhões de desempregados, 32% são jovens de 18 a 24 anos, correspondente a 4,1 milhões. De conjunto, o IBGE considera, como força de trabalho subutilizada de jovens, 7,337 milhões. Daí decorre a impossibilidade de se alfabetizar plenamente, e cumprir os estágios dos estudos que o próprio capitalismo oferece. Ou seja, a educação básica. Cerca de 11 milhões de jovens não trabalham, nem estudam. O que equivale a 23% dos 47,3 milhões de jovens, de 15 a 29 anos.

Está claro que se trata de um formidável contingente

de força de trabalho inutilizada para a produção. Indica o baixo desenvolvimento e o atrasamento das forças produtivas internas. Por si só, o desemprego massivo e a marginalização da escola desse batalhão de jovens são indicadores da escala que mede a barbárie, que atinge os explorados como um todo.

Os seus reflexos nas formas particulares com que se manifesta a opressão de classe são vastos. As mulheres são as mais afetadas pelo desemprego e marginalização escolar. Homens e mulheres negros, por sua vez, suportam a taxa de desemprego e subemprego bem mais alta do que as dos não-negros. Do total de analfabetos, 11,3 milhões, 79,4% são negros, e, entre as crianças que estão fora da escola, 62% são negras.

Os dados do IBGE permitem afirmar que a aposentadoria também discrimina a população negra, pois, diante do fator previdenciário e idade mínima, somente uma ultra minoria negra tem conseguido se aposentar. Os chamados pretos e pardos se concentram na faixa etária entre 10 e 29 anos de idade (grande parte morre logo depois disso), e uma ínfima minoria atinge mais de 65 anos, enquanto os brancos se distribuem, quase que uniformemente, entre os 10 e 59 anos, faixa etária na qual se incluem os que terão alguma condição se de aposentar, e viver algum tempo com a aposentadoria. Essa discriminação deve se agravar ainda mais depois da Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes/Congresso Nacional.

Bastam esses frios indicadores estatísticos para se encontrarem os motivos do crescimento da violência social. Os próprios órgãos institucionais da burguesia reconhecem que é estarrecedor o número de 35.783 jovens, de 15 a 29 anos, assassinados em 2017, de um total de 65.602 homicídios, ou seja, 179 assassinatos por dia. Dessa massa jovem, vítima da violência, 75,5% eram negros. Embora o assassinato de mulheres seja menor, vem crescendo, chegando a 4.936, em 2017, sendo na sua grande maioria de mulheres negras.

A pobreza e miséria empurram uma importante fração da juventude para a criminalidade. A principal delas é o narcotráfico, uma das chagas do capitalismo que expõe a sua decomposição. Não por acaso, o encarceramento crescente se tornou um problema de difícil solução para a burguesia e seus governos. São 812.564 presos, sendo que 337.126 sequer têm condenação. Da população carcerária, dois terços são jovens de até 29 anos. Como não poderia ser diferente, a maioria é de negros. O “Mapa da Violência” ainda revela o crescimento dos assassinatos de homossexuais.

É bem visível o entrelaçamento entre desemprego, subemprego, pobreza, miséria e as discriminações sobre mulheres, negros, indígenas e homossexuais.

A juventude não permanece passiva, diante desse quadro assombroso. Vem se manifestando massivamente nas ruas, ocupando escolas, e enfrentando a repressão. A juventude luta com energia contra a violência policial, as discriminações, a destruição do ensino público, e pela liberdade de expressão. Diante das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, se uniu à classe operária e demais trabalhadores, a despeito das direções traidoras do movimento operário, popular e estudantil.

É um imperativo da juventude com consciência política lutar tenazmente, para expor as raízes de classe de sua opressão e de todas as demais. As reivindicações particulares devem estar vinculadas ao programa geral da luta contra o capitalismo, e pelo socialismo.

Enfrentar a reação ideológica

O golpe de Estado que derrubou o governo nacional-reformista do PT, a instauração da ditadura civil de Temer, e a eleição do governo militarista-fascistizante de Bolsonaro impulsionaram a reação ideológica burguesa e pequeno-burguesa. Na base dessa reação, está a responsabilização dos pobres e miseráveis pela violência crescente. A resposta governamental é a de fortalecer o Estado policial. O judiciário e a polícia devem ser mais duros com os que “atentam contra a ordem pública”.

A “Lei Anticrime”, que acaba de ser aprovada, segue o preceito de que a repressão é a cura de todos os males do capitalismo apodrecido. Essa diretriz fascisti-



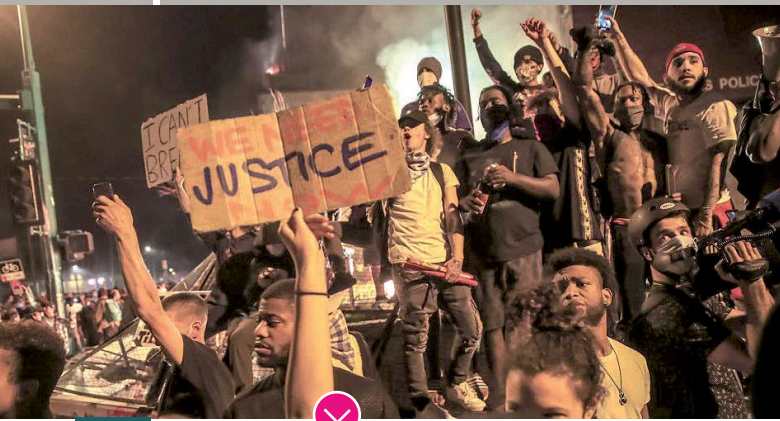
“ É um imperativo da juventude com consciência política lutar tenazmente para expor as raízes de classe de sua opressão e de todas as demais. As reivindicações particulares devem estar vinculadas ao programa geral da luta contra o capitalismo, e pelo socialismo.

zante vincula a criminalidade aos movimentos sociais que atingem o direito burguês da propriedade. A “paz social” e a harmonia devem ser garantidas a ferro e fogo pelo esmagamento daqueles que se rebelam, de uma forma ou de outra, contra a pobreza e a miséria. A luta de classes é tratada como distúrbio, vandalismo e anarquia. A militarização da política é tida pelo governo direitista como se fosse um antídoto natural.

O resultado mostra que a ação violenta da polícia atinge, principalmente, a juventude e, dentre essa, os jovens negros. Verifica-se a discriminação racial, como política de Estado, na matança de negros pela polícia.

Bolsonaro vai ao ponto de estender a militarização para a escola. O seu então secretário da cultura, Roberto Alvin, teve a petulância de recorrer à ideologia nazista, para anunciar a intervenção do Estado em favor de uma “cultura nacional”. Procurou dar curso ao que os bolsonaristas elegeram como ideologia inimiga do País, da família e da escola, o “marxismo cultural”. Sob a máscara de defesa dos valores nacionais, da família e da religião, o governo fascistizante vem intervindo nas universidades.

A direita burguesa e pequeno-burguesa utiliza a máquina do Estado para promover a religião e impor seus valores à escola e à família. Ideologicamente, vem sendo reforçada a discriminação da mulher, índios, homossexuais e negros. Bolsonaro também não teve como sustentar a nomeação do negro Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Palmares, devido à escandalosa declaração sobre a negação da existência do racismo no Brasil.



As boas intenções dos petistas e aliados não poderiam se concretizar, uma vez que não tocavam na grande propriedade privada dos meios de produção e nas relações de exploração do trabalho.

Haveria, portanto, que aplicar os preceitos da Constituição de 1988, sobre a igualdade e a pluralidade étnico-racial. Assim, o governo petista criou a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial e Promoção da Igualdade Social. As políticas afirmativas levariam à adoção das cotas raciais. Em relação à violência e assassinato de jovens pobres e negros, chegou-se a constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Em decorrência, concebeu-se o Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios de Jovens.

As boas intenções dos petistas e aliados não poderiam se concretizar, uma vez que não tocavam na grande propriedade privada dos meios de produção e nas relações de exploração do trabalho. O fato é que a pretensiosa reforma do Estado e a democratização esbarraram no poder da burguesia, que exerce sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida, por meio do Estado e da democracia. A barbárie continuou vigente sob o governo reformista, embora tenha dado a impressão de que avançava a “inclusão social”, e diminuía a discriminação.

A recessão de 2015-2016 varreu as ilusões sobre a igualdade social e racial. A ascensão da direita desmon-

O nacional-reformismo, liderado pelo PT, alimentou a ilusão na possibilidade de eliminar gradativamente as discriminações. O ponto de partida ideológico foi o de levar o Estado a reconhecer que a sociedade brasileira conserva o racismo. Estabeleceu duas dimensões distintas: a desigualdade social e a discriminação sociocultural e étnico-racial. A reforma do Estado e a democratização seriam o caminho para chegar ao igualitarismo.

tou os projetos do nacional-reformismo. Os movimentos corporativistas refluíram, aguardando as próximas eleições.

Esse breve balanço do fracasso do reformismo e da ofensiva da direita reacionária mostra à juventude que o combate à pobreza, miséria, discriminação, encarceramento e assassinatos massivos somente poderá se dar no terreno da luta de classes, e sob o programa da revolução proletária.

Tarefas da juventude

- 1) Emprego a todos os jovens. Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola. Jornada reduzida de trabalho, combinada com a jornada de estudo;
- 2) Fim das discriminações raciais e sexuais. Defesa da igualdade em todos os aspectos da vida social, econômica e política;
- 3) Acabar com a criminalização da pobreza. Responsabilizar o Estado, governos, parlamento, judiciário e aparato policial, pela matança de jovens;
- 4) Fim da polícia e todo sistema de opressão capitalista. Direito à autodefesa da população;
- 5) Condenação da política de “guerra às drogas”, que mantém o poder da burguesia narcotraficante, e que prende e assassina jovens, principalmente, negros. Nenhuma interferência do poder público nas atividades culturais dos jovens.
- 6) Direito ao aborto, garantido pelo Estado, e em condições seguras. Proteção da mãe-jovem;
- 7) Unir a juventude explorada na luta contra as reformas antinacionais e antipopulares dos governos;
- 8) Enfrentar o obscurantismo das igrejas e da política governamental. Liberdade de ensino, expressão, organização e manifestação política. Combater a militarização das escolas;
- 9) Livre organização dos grêmios. Nenhuma interferência do governo e da burocracia escolar. Direito de realizar assembleias nas escolas;
- 10) Recuperar as organizações estudantis controladas pelas direções reformistas e conciliadoras;
- 11) Organizar o movimento estudantil sobre a base das reivindicações, democracia das assembleias, método da ação direta e independência política, diante dos governos e seus representantes;
- 12) Lutar pelo socialismo. Transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Organizar-se no partido marxista-leninista-trotskyista. Trabalhar pela superação da crise de direção.



Levantes populares na América Latina, juventude e perspectivas pós-quarentena



O ano de 2019 foi marcado por levantes dos explorados na América Latina. Os impactos da crise econômica mundial no continente levaram ao aumento do intervencionismo norteamericano, imposição de contrarreformas, destruição de antigas conquistas, estreitamento da democracia burguesa e maior polarização entre as classes. A juventude oprimida sofre de forma particular os efeitos da decomposição do capitalismo e lança-se, de tempos em tempos, em lutas contra medidas dos governos. Enfrenta corajosamente a repressão, amplificada pela militarização e direitização da política burguesa e, em alguns momentos, atua como centelha que se propaga com a entrada em cena de camponeses, indígenas e operários.

Vejam algumas das lutas recentes:

No Brasil, em 15 e 30 de maio, houve marchas multitudinárias na greve nacional da educação, que antecederam a greve geral parcial de 14 de junho. A Argentina teve grandes manifestações e uma poderosa greve geral em 30 de maio, a quinta sob o governo Macri. Estes movimentos chegaram a incorporar a classe operária nas greves gerais, porém, não conseguiram extrapolar os diques das direções das organizações de massa e não se converteram em rebeliões populares.

No Haiti, houve ondas de protestos contra a alta no custo de vida, violência, corrupção, falta de alimentos e água. Em fevereiro, foram sete mortos em uma jornada radicalizada de lutas. De setembro a outubro foram mais 20 mortos em manifestações que fecharam escolas e o comércio e bloquearam ruas e estradas, com barricadas em

“ *A juventude oprimida sofre de forma particular os efeitos da decomposição do capitalismo e lança-se, de tempos em tempos, em lutas contra medidas dos governos.* ”

chamas. Os manifestantes exigiam a renúncia do presidente. A ocupação da ONU, comandada pelo Brasil de 2004 a 2017, encerrada em 15 de outubro de 2019, deixou para trás um país massacrado pela pobreza, violência e instabilidade política.

Em 3 de outubro, as massas equatorianas se levantaram contra o pacote econômico decretado pelo governo de Lenin Moreno como parte de um acordo com o FMI. Mesmo com o estado de exceção e a violenta repressão que deixou vários mortos, a revolta social avançou até o governo revogar o aumento dos combustíveis. Dias depois, foi o Chile que se levantou. Ante o aumento na tarifa dos metrô, os estudantes se insurgiram, pulando as catracas. O governo declarou guerra aos manifestantes, desfechou a repressão da polícia e do exército, com seus tanques e todo tipo de violência. A forte resposta popular passou a questionar não só a tarifa, mas toda herança da ditadura pinochetista, preservada pelos governos “democráticos”.

No fim de Outubro, foi a vez da Bolívia explodir contra a fraude eleitoral realizada por Evo Morales para se

re-re-reeleger. Parte da população se levantou e levou à renúncia do governo e a instalação de um governo provisório controlado pela oposição oligárquica e pró-imperialista. O movimento em torno do resultado das eleições não conquistou a unidade da maioria oprimida em torno de suas próprias reivindicações. A presença massiva da juventude branca das camadas médias abastadas foi um fator a mais para que a classe operária não se incorporasse e tomasse a direção do movimento, com suas reivindicações e métodos. No campo, apesar das



luta o sangue de mais de 720 lideranças sociais assassinadas nos últimos anos.

As vitórias momentâneas dos movimentos apenas são capazes de frear os ataques, continuados assim que as massas, guiadas pelas direções colaboracionistas, saem das ruas. A repressão e a conciliação, porém, não conseguem eliminar as raízes da revolta popular, apenas amortecem, desviam e retardam a luta de classes.

As lutas que ainda não haviam sido enterradas em 2019 entraram também em quarentena, em 2020. A conciliação de classes foi remodelada sob a máscara da unidade nacional contra o vírus e tem servido à destruição de empregos, direitos e vidas. A tendência é de novos embates, agravados pelo efeito combinado das crises econômica e sanitária. A imagem das centenas de mortos abandonados nas ruas do Equador e das valas comuns em Manaus expõem à luz do dia a barbárie capitalista.

BALANÇO DAS LUTAS RECENTES

Para preparar os novos combates, precisamos extrair as lições das lutas dos últimos anos, desnudar os planos do imperialismo para a região, seus impactos para os empregos, educação, saúde e meio ambiente e as amarras que os explorados precisam romper para agir no campo da independência de classe.

“ *As vitórias momentâneas dos movimentos apenas são capazes de frear os ataques, continuados assim que as massas, guiadas pelas direções colaboracionistas, saem das ruas. A repressão e a conciliação, porém, não conseguem eliminar as raízes da revolta popular, apenas amortecem, desviam e retardam a luta de classes.* ”

Estopim e raiz das revoltas

Os levantes não se explicam pelos fatos que originam sua explosão. No Chile, por exemplo, o anúncio do aumento nas tarifas do metrô desencadeou uma revolta que não se interrompeu com a revo-

divisões, permaneceu um grande apoio a Evo, sobretudo após os atos racistas - cujo ápice foi a queima da Wiphala, um símbolo sagrado dos povos originários - e os massacres de camponeses e indígenas opositores ao novo governo.

Em novembro, um levante operário e popular eclodiu na Colômbia. O presidente Iván Duque decretou a “Lei de Crescimento Econômico”, um pacote pró-imperialista que ampliava o peso dos impostos sobre os assalariados, impunha uma contrarreforma trabalhista e previdenciária, privatizações, dentre outras medidas. O movimento ultrapassou o bloqueio das direções e conquistou a ação unitária por meio de um Comitê Nacional de Greve que agregou as demandas de todos oprimidos, do campo e da cidade, e transformou em bandeira de

gação do aumento. A declaração de guerra do governo de Sebastián Piñera foi respondida com as multidões ocupando as ruas diariamente. Passou-se a questionar todas as contrarreformas impostas pela violência da ditadura militar de Pinochet e preservadas pelos governos pós-democratização. A destruição da previdência social e substituição pelo sistema de capitalização fez com que os chilenos chegassem à velhice, após décadas de contribuição, com uma pensão de fome, com valores médios de metade do salário mínimo. A educação privatizada leva a um endividamento insuportável de jovens e famílias.

Na Colômbia, o combate ao pacote de Duque conseguiu reatar os fios das lutas camponesas e estudantis recentes. Na Bolívia, a revolta com a fraude eleitoral de Evo foi a gota d’água que fez transbordar a insatisfação com a repressão aos movimentos indígenas, favo-

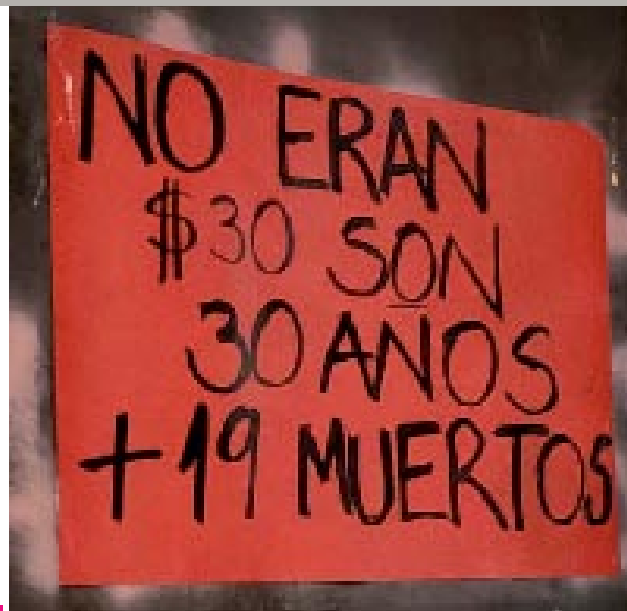


recimento das oligarquias, destruição da natureza (Chiquitania), repressão ao movimento sindical, indígena e estudantil independente. Os protestos contra o Decreto 883, no Equador, evidenciaram que a retirada dos subsídios estatais aos preços dos combustíveis e a liberação dos preços internos se devia à submissão do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Cada ataque, cada conflito, tem em sua raiz a exploração capitalista e a opressão imperialista. Não é possível antecipar qual será o estopim de um levante popular, cada luta parcial deve contar com o empenho da vanguarda em expor suas raízes comuns e se projetar para a unidade da nação oprimida.

Independente da origem política, governos impõem medidas antinacionais e antipopulares

Engana-se quem pensa que a direitização da política burguesa se dá apenas com a chegada de partidos e figuras de direita ao poder, por meio de golpes ou eleições. Não. Mesmo os governos restantes do ciclo nacional-reformista se diretizam ao permanecer ou voltar ao poder. Seja a extrema direita de Bolsonaro e Duque, no Brasil e Colômbia; o ultraliberalismo de Macri e Piñera, na Argentina e Chile; o herdeiro da “revolução cidadã” no Equador, Lenín Moreno; o expoente do sandinismo, Ortega, na Nicarágua; ou o representante do “socialismo do século XXI”, Evo Morales, na Bolívia, todos encarnam a necessidade do capital financeiro impor as contrarreformas e, ante o choque inevitável com as massas, fortalecem o Estado policial.

A direitização, que também afeta os países imperialistas, é agravada pela particularidade de que nas semicolônias, os regimes democráticos são muito mais limitados e instáveis. Isto serve de alerta quanto às ilusões despertadas pelas vitórias eleitorais de “progressistas” como López Obrador, no México e Alberto Fernández, na Argentina. Estes governos são incapazes de enfrentar o imperialismo e deter a marcha do retrocesso social sob o capitalismo em decomposição. O estreitamento da democracia burguesa, sob a profunda crise econômica, reduz as margens da política de conciliação de classes.



“ Não é possível antecipar qual será o estopim de um levante popular, cada luta parcial deve contar com o empenho da vanguarda em expor suas raízes comuns e se projetar para a unidade da nação oprimida.

Militarização da política e repressão

Na América Latina, sobretudo nos países menos industrializados, caracterizados pela economia de enclave extrativista como a Venezuela e a Bolívia, o recurso às Forças Armadas para resolver os atritos entre as classes dominantes e suas crises de poder são mais frequentes. Na conjuntura atual, reforça-se a militarização da política. Vimos como as Forças Armadas bolivianas retiraram a última sustentação do governo Evo que renunciou e transferiu o poder a um governo diretamente das oligarquias. No Chile, Piñera manchou as mãos de sangue ao colocar o exército nas ruas para reprimir as manifestações multitudinárias. No Peru, Martín Vizcarra ordenou o fechamento do Congresso e um cerco militar foi montado para impedir que os deputados entrassem na sede do legislativo. No Equador, Lenín Moreno decretou toque de recolher garantido pelo exército e incumbe às Forças Armadas: “Identificar e neutralizar grupos insurgentes”, ordem direcionada sobretudo aos movimentos indígenas. No Brasil, os militares são parte do tripé de sustentação do governo Bolsonaro e a militarização se manifesta em vários âmbitos do governo e da vida social.

Seguem vivas as feridas dos golpes militares na América Latina. As lutas no Chile tiveram particular importância por colocar em xeque o “modelo chileno” imposto pelo golpe fascista de Pinochet e preservado pelos governos seguintes. O país foi o laboratório das políticas



O
enfrentamento
às forças
repressivas,
altamente
equipadas, se
deu por meio
da ação direta
coletiva das
massas.



desencadeou o inconformismo na juventude no interior do Exército. O soldado Brandon Cely, de 21 anos, expressou seu apoio à greve nacional e ante as retaliações da corporação suicidou-se. Ao mesmo tempo em que o Estado doutrina e deforma os jovens pobres que veem na corporação uma oportunidade de sobrevivência, as contradições do sistema também penetram o aparato repressivo.

neoliberais que submetem o orçamento do Estado à sustentação do parasitismo financeiro, privatizam saúde, educação e previdência e desprotegem radicalmente a força de trabalho. Este foi o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) aos demais países da região, aplicado pelos diferentes governos sobretudo após o Consenso de Washington, em 1989. Bolsonaro e Guedes manifestaram explicitamente que a inspiração da reforma da previdência e privatização da educação, com seus “vouchers”, vinha da experiência chilena. Ante o levante radicalizado, o governo brasileiro chegou a afirmar que, se o mesmo ocorresse no País, um novo AI-5 seria aplicado, em referência ao Ato Institucional número 5, da ditadura militar, que fechou o Congresso, suspendeu liberdades democráticas e ampliou as torturas e assassinatos de militantes políticos.

A militarização reflete-se, também, no recurso dos governos à aberta repressão contra os movimentos. No Chile, a “guerra” de Piñera deixou mais de 20 mortos, centenas de mutilados (sobretudo pelos tiros de balas de borracha no rosto, que levou à perda de globos oculares), e várias vítimas de torturas e violência sexual por parte de policiais e forças armadas. A maior parte das vítimas, segundo o Instituto Nacional de Direitos Humanos, foram jovens com idades entre 13 e 17 anos. Até 11 de novembro, 26 mil pessoas haviam sido presas por protestar. A disposição de luta e a revolta social eram tamanhas que a repressão, em vez de esmagar o movimento, desencadeou novas adesões por solidariedade e indignação.

A ampla repressão aos protestos traz o risco de que setores da baixa oficialidade passem para o lado do movimento. No Equador, Lenín Moreno pretendia massacrar o povo em luta, mas, diante da radicalização e expansão do movimento, cresciam os riscos de que a disciplina das forças armadas fosse rompida. Na Colômbia, a brutal repressão com morte de manifestantes, sobretudo jovens,

O método da ação direta e a centralização das massas em luta

O enfrentamento às forças repressivas, altamente equipadas, se deu por meio da ação direta coletiva das massas. Somente assim foi possível fazer os governos recuarem, ante os grandes custos políticos de massacres de grandes dimensões. No Chile, foi decisiva a decretação da greve geral e a realização de manifestações multitudinárias que chegaram a concentrar, somente em Santiago, mais de 1,2 milhão de pessoas nas ruas (um quinto da população total), no dia 25 de outubro. Por essa via, as massas impuseram a Piñera o fim do Estado de Exceção e do toque de recolher.

O movimento se apoiou na democracia direta e na independência organizativa diante da política burguesa. A rede de assembleias populares trouxe para o presente o passado da luta de classes no país. A experiência dos cordões industriais e de vários outros organismos de poder que as massas criaram nos anos 1970, sob o governo Allende, expressavam um embrião de poder da classe operária. Uma experiência que foi desviada pelo governo de Unidade Popular e esmagada pela violência do golpe pinochetista de 1973. Em 2019, ainda se notam os reflexos dos desvios reformistas e da violência fascista na ausência da direção da classe operária. Porém, a formação da rede de assembleias é um passo importante na centralização e unificação dos lutadores nas comunas e províncias, projetando-se nacionalmente.

No Equador, os jovens enfrentavam os soldados com seus corpos e pedras. Com a chegada das massas indígenas à capital, escolas e centros culturais tornaram-se espaços de assembleias populares. A coordenação destes combates de rua exige que os explorados convoquem assembleias e criem comitês. Na Colômbia, formou-se uma plataforma comum de reivindicações contra o pacote



Nota-se que, em todos os países, persiste a necessidade dos explorados retomarem suas assembleias e constituírem órgãos classistas para romper o freio imposto pelas direções traidoras e conciliadoras.

protestos em El Bosque e La Pintana, municípios operários no entorno de Santiago, emergiram contra a fome que acompanhou a quarentena. Houve saques e prisões.

Na Bolívia, as eleições foram adiadas e Janine Áñez se aproveita da pandemia para militarizar ainda mais o país e ampliar a submissão ao imperialismo. Usurpou o movimento pela renúncia de Evo e entregou o poder diretamente às oligarquias e aos monopólios. O governo contraiu um empréstimo do FMI, aceitando a condição de aplicar medidas de austeridade, leis de contrarreformas e privatizações, no pós-pandemia. Têm ocorrido manifestações e bloqueios como denúncia do desespero dos que vivem da informalidade e contra o governo Áñez.

Na Argentina, as medidas de Fernandez estão levando ao rebaixamento de salários e demissões. Vários setores operários e do funcionalismo público começam a romper a quarentena: trabalhadores da saúde, ferroviários, professores, metroviários, têxteis, gráficos, operários de fábricas recuperadas e cooperativas. Mineiros de Neuquén, do setor de ouro e prata, não só marcharam contra os atrasos de salários como bloquearam rodovias por mais de uma semana no frio da Patagônia. A militância do POR argentino tem se empenhado em empurrar as correntes de esquerda, agrupados no sindicalismo com-

bativo, a construir organismos que centralizem as lutas reais em curso em torno de um plano nacional de lutas (não às ficções da internet) e que defendam o direito de greve e manifestação.

As manifestações multitudinárias nos Estados Unidos, após o assassinato do trabalhador negro George Floyd, mostram a tendência geral de que as contradições sociais agravadas pela crise econômica e sanitária exploda com movimentos de massas. No Brasil, além dos protestos nos bairros operários contra a violência policial, de profissionais de saúde contra a falta de condições de trabalho em meio à pandemia e de setores, como rodoviários, a partir de 31 de maio houve atos puxados pelas torcidas antifascistas, em defesa da democracia. Mesmo com o horizonte político limitado ao terreno institucional, o método da ação direta colocou em xeque o encolhimento das direções das centrais e movimentos sociais. Quando as direções reformistas entram em cena, porém, nas semanas seguintes, é para desmontar o movimento. Nota-se que, em todos os países, persiste a necessidade dos explorados retomarem suas assembleias e constituírem órgãos classistas para romper o freio imposto pelas direções traidoras e conciliadoras.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



“ Na retomada dos protestos, pós-pandemia, será fundamental evidenciar a ação do imperialismo em cada medida que só amplia o sofrimento das massas. Esta constatação precisa ser acompanhada da construção da Frente Única Anti-imperialista que adote o programa de expropriação dos monopólios, não pagamento da dívida pública, entrega de terras a camponeses e indígenas, estatização e criação de sistemas únicos de saúde, previdência e educação.

Por uma Frente Única Anti-imperialista

Será a partir dos comitês, conselhos e assembleias populares que se materializará a Frente Única Anti-imperialista. Não é necessário muito esforço para identificar sob cada contrarreforma, sob cada explosão popular, sob cada incremento na repressão, as garras do imperialismo, sobretudo estadunidense. A base material do maior intervencionismo por conta da crise, desindustrialização das potências e guerra comercial ganha uma cobertura ideológica. Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos acusou Venezuela e Cuba pela desestabilização de governos legítimos e anunciou: “Continuaremos a apoiar os países a evitar que Cuba e Venezuela interfiram nestes protestos. Trabalharemos com governos legítimos para evitar que protestos se transformem em motins e violência que não

refletem os desejos democráticos do povo”. Ora essa! Quem tem em sua história inúmeros episódios de intervenção na América Latina e em outros continentes é justamente os Estados Unidos.

A resposta da juventude oprimida latino-americana tem de ser contra todo intervencionismo das potências em nossos países. Rechaço total às tentativas golpistas na Venezuela, pelo fim do embargo econômico também em Cuba, acentuado criminosamente sob a pandemia: Trump está impedindo a compra de medicamentos e respiradores, recebimento de doações de outros países, além de pressionar seus aliados a não receberem as brigadas médicas cubanas.

A crise sanitária está jogando os países nos braços do FMI, que liberou U\$3,4 bilhões em empréstimos a 11 dos 17 países da América Latina e Caribe. Venezuela e Honduras tiveram pedidos negados, o que mostra a miséria dos governos nacional-reformistas. Na retomada dos protestos, pós-pandemia, será fundamental evidenciar a ação do imperialismo em cada medida que só amplia o sofrimento das massas. Esta constatação precisa ser acompanhada da construção da Frente Única Anti-imperialista que adote o programa de expropriação dos monopólios, não pagamento da dívida pública, entrega de terras a camponeses e indígenas, estatização e criação de sistemas únicos de saúde, previdência e educação. Este é o caminho para que o instinto das massas se converta em consciência de que suas vidas e interesses são incompatíveis com a dominação burguesa, que é necessário erguer um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária. E que a luta em cada país deve se projetar na construção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Juventude na América Latina: capitalismo nega trabalho, mercantiliza educação e amplia a barbárie social

Em 2019, enquanto a economia mundial cresceu em média 2,5%, o PIB da América Latina ficou estagnado, oscilou em 0,1%. Antes da pandemia, a CEPAL previa que a região cresceria no máximo 1,3% em 2020. No entanto, a previsão mais recente sinaliza para uma queda de pelo menos 5,3%. O novo pico da crise econômica, agravada pela crise sanitária, encontra os países com menores condições de amortecer seus efeitos. Além do crescimento do endividamento dos Estados, a manifestação da crise de superprodução e da anarquia da produção capitalista que envolvem a queda brusca no preço do petróleo é mais um fator que aprofunda o tombo previsto na economia da América Latina. No Brasil, mais de 62 operações marítimas foram suspensas pela Petrobrás. Países que dependem da exportação de hidrocarbonetos como Equador, Bolívia e Venezuela estão sendo duramente afetados. Acentua-se também a guerra comercial entre Estados Unidos e China, uma disputa feroz por áreas de influência e controle das fontes de matéria prima que pode desembocar em conflitos bélicos. As reiteradas tentativas de golpe contra Nicolás Maduro, na Venezuela, expressam este movimento.

A projeção é de mais sacrifícios para as massas. O número de pobres e miseráveis que já vinha crescendo, se ampliará ainda mais. A projeção da Oxfam é de que, com a pandemia, o número de pobres (que vivem com menos de US\$ 5,5 por dia) no continente passe de 162 milhões para 216 milhões. Os que vivem na extrema pobreza devem passar de 67,5 milhões para 90,8 milhões. Ou seja, teremos quase metade da população latino-americana na pobreza e miséria. Crianças e jovens são particularmente afetados, como podemos exemplificar com os dados de 2017 do Brasil. Enquanto 25,4% da população estava abaixo da linha da pobreza, entre as crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, o mesmo índice atingia 42%.

Desemprego ou precariedade

A informalidade e o desemprego juvenil são considerados como traços estruturais da economia latino-americana, segundo a OIT. O processo de desindustrialização, acentuado nas últimas décadas, foi acompanhado de maior peso do agronegócio e da mineração no campo, e serviços “uberizados” nas cidades. Com a Covid-19, a OIT, em relatório de 29 de abril de 2020, estima que já foram perdidas 10,5% das horas de trabalho na região, o que equivale a 31 milhões de empregos em tempo integral. Os cerca de 158 milhões de informais, que correspondem a 54% da força de trabalho regional total, podem ter sua renda reduzida em até 81%.

Os dados de 2019, do Panorama Laboral da América Latina e Caribe, indicavam que a taxa de desocupação juvenil chegou a 19,8% na América Latina, o triplo da média da população adulta. Quem consegue ser contratado, enfrenta a precariedade: salários de fome, informalidade e empregos instáveis. Dos que trabalham, 60% são informais. Pesquisa da OIT em 2017 já apontava que 52% dos trabalhadores jovens tinha sua principal fonte de renda em trabalhos via plataformas digitais, hoje o número deve estar bem maior. É a extrema precariedade, sem proteção social, sem jornada definida.

O número de jovens que nem estudam e nem trabalham vem crescendo nos últimos 13 anos, são 23 milhões, o que corresponde a 22% da juventude latino-americana. Destes, 70% são do sexo feminino. A escravidão no lar também acorrenta meninas e mulheres jovens. É elevada a taxa de gravidez na adolescência, assim como as horas dedicadas ao cuidado de filhos, familiares e tarefas domésticas.

O desemprego é usado, ainda, como pretexto para impor a flexibilização capitalista do trabalho com maior intensidade entre os jovens. Desde os anos 2000, governos vêm aprovando leis de “primeiro emprego”, com es-



tímulo a estágios e com contratos especiais para jovens, inclusive com subsídios salariais. Há países em que há um salário mínimo inferior para menores de 18 anos. No Chile e no Paraguai, por exemplo, é de 75% e 60% do salário mínimo geral, respectivamente. Há também leis para reduzir “custos trabalhistas”. A aprovação do contrato de trabalho verde e amarelo no Brasil é parte destas medidas que rebaixam o valor da força de trabalho juvenil, discriminam e favorecem os patrões.

Violência

A resposta burguesa às crises de superprodução é a destruição massiva de forças produtivas, das quais a força de trabalho é parte fundamental. A destruição física dos trabalhadores, a mutilação de suas capacidades pela impossibilidade de incorporá-las produtivamente leva a uma opressão insuportável, sobretudo para a juventude.

“A divisão da sociedade em classes e a divisão dos países em opressores e oprimidos implica em que o Estado proteja os interesses coletivos da burguesia sob o comando de sua fração monopolista. As margens para pactos e conciliações estão mais estreitas.”

Junto da elevada desigualdade social na América Latina, desenvolve-se o maior índice de violência do mundo. Do total de homicídios registrados no planeta, 37% ocorreram na América Latina, que concentra somente 8% da população mundial. Foram mais de 2,5 milhões assassinatos, desde 2000.

A média mundial é de 6,1 homicídios por 100 mil habitantes, na América Central chega a 25,9 e na América do Sul chega a 24,2, segundo a ONU (2019). Na Europa, a média é de 1 homicídio por 100 mil habitantes. Considerando os jovens, os dados são ainda mais brutais, temos a maior taxa de homicídios juvenis do mundo. El Salvador tem 156 homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil habitantes. Honduras tem 93 e Brasil, 65. O numeroso grupo de jovens que nem estudam nem trabalham cria o celeiro do crime organizado, que esteve ligado a 19% dos homicídios cometidos no mundo, em 2017. O narcotráfico ocupa papel especial na América Latina; a disputa entre facções, cartéis, milícias e gangues e as pretensas ações de combate do Estado mancham o continente, sobretudo suas favelas e “villas”, de sangue. A decomposição social se revela também nos dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC): de 2009 a 2017 o número de pessoas que declaram ter usado drogas cresceu 30%.

A mesma burguesia que lucra, com sua fração narcotraficante, é a que propõe as medidas de “tolerância zero”, em ascensão com a direitização e militarização da política.

Com isso, a população carcerária só cresce: de 2000 a 2018 mais do que dobrou, totalizando 1,4 milhões de presos, uma taxa de 241 presos por 100 mil habitantes. A maior população carcerária está no Brasil, com 607 mil presos; seguida por México, 255 mil, e Colômbia, 121 mil.

O Estado está profundamente penetrado pelo crime organizado, na região, com envolvimento das forças repressivas, de políticos e de bancos. O caso do México ilustra bem como opera o Narcoestado. O caso do massacre dos 43 estudantes de Ayotzinapa, ocorrido em 26 de setembro de 2014, mostra o entrelaçamento de políticos e cartéis. Os jovens de uma escola rural de formação de professores protestavam em defesa de condições de estudo. Foram atacados com a polícia do estado de Guerrero, no sul do país, e entregues a membros do cartel “Guerreros Unidos”, que assassinaram os jovens e queimaram seus corpos. Até hoje não foram localizados.

Outro aspecto da violência envolve os suicídios, que são de responsabilidade do capitalismo, pois são reações às condições de miséria, desemprego, incerteza sobre o futuro, desproteção social, recrudescimento da opressão sobre mulheres, negros, indígenas, homossexuais e transexuais. A crise, as contrarreformas e o retrocesso nas organizações de massas provocam profundos impactos na subjetividade dos oprimidos. Os dados da OMS sobre a juventude na América Latina revelam que, na faixa dos 15 a 19 anos, entre as meninas, o suicídio é a segunda causa de mortes, após as complicações na gravidez, e entre meninos, o suicídio é a terceira causa, depois de acidentes de trânsito e a violência.

Burguesia tenta domesticar a revolta da juventude

A burguesia modula sua atual resposta à crise econômica conjugada com a crise sanitária tendo como memória as lutas recentes. Combina o avanço das contrarreformas, encobertas com o discurso da necessidade do “sacrifício de todos”, com desvios e migalhas aos explorados. Não faltam os alertas de porta-vozes da burguesia de que a brutal desigualdade é uma ameaça à “coesão social” e que será necessário fazer novos pactos sociais. Não há, porém, como o Estado agir em defesa de todos. A divisão da sociedade em classes e a divisão dos países em opressores e oprimidos implica em que o Estado proteja os interesses coletivos da burguesia sob o coman-



do de sua fração monopolista. As margens para pactos e conciliações estão mais estreitas. As respostas dadas na crise de 2008 de amortecimento das quebras por meio do socorro e endividamento dos Estados, encontram maiores obstáculos a sua aplicação na conjuntura atual. As dívidas consomem fatias cada vez maiores dos orçamentos públicos. Ou se responde à crise beneficiando a burguesia, às custas do sacrifício das maiorias oprimidas. Ou os oprimidos se organizam em defesa de suas vidas com suas reivindicações e métodos próprios.

É frequente o apelo de órgãos controlados pelo imperialismo à participação da juventude. O que se oferece, porém, é um simulacro, uma atuação controlada para integrar e institucionalizar a ação questionadora do jovem. Conforme o cenário futuro torna-se cada vez mais tenebroso, a OIT (2019), por exemplo, afirma que “*À luz da onda de protestos em diversas cidades da região [América Latina], são necessárias ações imediatas e inclusivas. [...] A crise de expectativas vislumbrada na região exige ações urgentes*”.

É claro que os órgãos do imperialismo não cogitam repartir as horas de trabalho, garantir proteção social, estabilidade, salários suficientes para as necessidades da família trabalhadora e muito menos parar de saquear os recursos dos países e garantir o acesso universal à saúde e à educação. As promessas de metas de desenvolvimento sustentável e as raquíticas ações “inclusivas” servem apenas para iludir, conter e desviar a rebeldia dos jovens.

Somam-se, neste propósito, Fundações e Organizações Não Governamentais (ONGs) vinculadas ao capital monopolista, à socialdemocracia europeia e às Igrejas. Tendo como isca a revolta dos jovens contra o racismo, a opressão sobre mulheres, homossexuais e a destruição do meio ambiente, abrem editais para projetos, custeiam algumas bolsas, mapeiam potenciais lideranças e os neutralizam para a luta de classes. Estas entidades buscam nas periferias “jovens transformadores sociais”, chamados de *changemakers*, protagonistas, empreendedores sociais, dinamizadores, agentes locais etc. Por trás dos belos discursos contra a desigualdade social, operam os mesmos monopólios que concentram a maior fatia da riqueza mundial.

As orientações do Banco Mundial para a juventude vêm penetrando nas reformas educacionais com a confissão do abandono da juventude por parte do Estado. O “vire-se” é enfeitado com o discurso de que o jovem precisa ser responsável por seu “projeto de vida”. O objetivo é de responsabilizar o jovem oprimido por seu “fracasso”, por não aproveitar as “oportunidades” para melhorar sua “empregabilidade”. A impossibilidade de incorporar os jovens à produção e o futuro de precariedade são usados como pretexto para o esvaziamento total da educação e substituição pelas generalidades de “aprender a aprender” e desenvolvimento de “habilidades”.

Juventude estudantil e lutas pela Educação

É grande a exclusão da juventude latino-americana em relação à educação. Apenas cerca de um terço dos jovens de 15 a 29 anos estudam; destes, 26% também trabalham e 5% buscam emprego. Entre os mais de 60% que não estudam, 60% trabalham e 9% procuram emprego. É uma juventude majoritariamente trabalhadora. Nas últimas décadas, aumentou a taxa de matrículas no ensino secundário, chegando em 2018 a 77,5% daqueles em idade de estudar (UNESCO). Porém, entre a matrícula e a conclusão da etapa há uma grande distância, sobretudo para os mais pobres. Somente dois a cada três jovens de 20 a 25 anos que terminam o nível primário, concluem o secundário (BID, 2017). Com o aumento da desigualdade entre 2014 e 2019, na América Latina, 77% dos estudantes que estão abaixo da linha da pobreza não completam o ensino médio.

Apesar da exclusão de grande parcela da juventude, sobretudo sua parcela mais pobre, as escolas e universidades ainda são espaços de concentração desta massa que, em um cenário de ataques à educação, convertem-se em palco de recorrentes manifestações e revoltas estudantis. No campo da educação, a juventude é o setor mais dinâmico, capaz de massificar e radicalizar as lutas, agregar professores e funcionalismo público. É importante sinalizar que o levante de 2019, na Colômbia, foi precedido por uma poderosa greve nacional universitária de outubro a dezembro de 2018. A desilusão com o pacto firmado entre governo e direções burocráticas do movimento estudantil e docente somou-se aos motivos para o retorno de estudantes e professores às ruas em 2019. No Chile, desde 2006 os estudantes vêm se insurgindo contra a privatização da educação legada pela ditadura militar. Primeiro, foram os secundaristas que ocuparam suas escolas na “Revolução Pinguim”, em 2011; depois, os universitários lutaram contra o lucro na educação. A defesa da gratuidade sem o programa de expropriação da rede privada foi usada pelas direções estalinistas e reformistas para pactuar com Michele Bachelet uma nova lei universitária. A “gratuidade” prevista na Lei nº 21.091/2018 é condicionada a critérios socioeconômicos e vale para universidades públicas e privadas considera-

das de “qualidade”. Modalidade parecida com o ProUni, do Brasil. Ou seja, uma das modalidades de privatização. Nada a ver com gratuidade mesmo.

As modificações nos sistemas de ensino, nas últimas décadas, materializam os planos do imperialismo para a educação, conforme as orientações da Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e outros organismos apresentados como “multilaterais”. Redes empresariais se formam nos países e se articulam no continente a partir da “Reduca” (rede latino-americana para a educação), criada em 2011. É uma maneira das diretrizes do imperialismo parecerem como demandas internas, a serviço do desenvolvimento. Estas redes têm seus quadros, que se apresentam como especialistas técnicos e atuam em várias esferas dos governos.

O privatismo se dá de várias maneiras. Por um lado, via subsídios, isenções e outras formas de destinar recursos públicos para a rede privada, que cresce exponencialmente e forma um lucrativo mercado educacional.



atividade. O estrangulamento orçamentário, além de garantir recursos para sustentar o parasitismo da dívida pública, ainda serve para que universidades se submetam ao setor privado para o desenvolvimento de projetos, pesquisas e prestação de serviços.

Na Argentina, a pressão privatista ainda encontra obstáculos nas antigas conquistas da Reforma Universitária de Córdoba de 1918, cujos princípios do acesso irrestrito e gratuidade do ensino superior ainda guiam os combates em defesa da educação. Sem a quebra destes pilares, o mercado privado cresce muito lentamente. Governos ditatoriais impuseram o privatismo, mas as lutas posteriores conseguiram retomar a gratuidade. A forma encontrada para impor a mercantilização é a de sufocar financeiramente o sistema público, o que torna as instituições estatais particularmente precárias, seja quanto à estrutura física, seja em relação ao corpo docente. Dos professores, 67% tem jornadas de 10 horas semanais e os salários iniciais não chegam a US\$ 134. Na Universidade de Buenos Aires, por exemplo, menos de 5% dos docentes tem jornadas de 40h. Conforme a Lei do Ensino Superior, de 1995, foi criado o Conselho Nacional de Avaliação e Creditação Universitária (CONEAU) por onde são emanadas as pressões privatistas nas condições para o financiamento.

A movimentação da burguesia pela introdução de mecanismos de admissão se dá sob o pretexto da garantia da autonomia das instituições estabelecerem suas regras de acesso. Mesmo sem vestibulares, porém, as instituições criam cursos de admissão, com até um ano de duração, que servem como filtros internos. A cada 12 pessoas que se matriculam em uma instituição de ensino superior, apenas uma se forma, conforme dados de 2016. Macri tentou avançar nas contrarreformas na educação, mas enfrentou uma greve nacional docente em 2016, e em 2018 houve fortes movimentos, com marchas multitudinárias e ocupações, por salários e contra os cortes no financiamento da educação.

A penetração da privatização ocorre junto com a alteração nas relações de poder nas universidades, com mais violações à autonomia universitária, com intervenção do executivo na nomeação de dirigentes e diminuição ou

“ *O ensino a distância também vai se expandindo; sob a pandemia, mais barreiras à sua implementação vão sendo rompidas, aumentando os lucros das corporações que fornecem plataformas e sistemas.* ”

Com base em dados de 2017, a rede privada já correspondia a 54% das vagas no ensino superior na América Latina, atingindo 85% das matrículas no Chile, 75% no Peru, 73% no Brasil. Alguns países permanecem com o predomínio das vagas na rede pública, como Uruguai, com 14% de matrículas privadas e Argentina com 21%. Cuba é o único país com a rede exclusivamente pública, uma das conquistas da revolução, possível por causa da expropriação da burguesia.

O discurso privatista da “qualidade” foi decisivo para que o setor privado passasse a receber recursos públicos. Em todos países, nota-se a criação de Conselhos Nacionais responsáveis por avaliações, credenciamentos e editais. O ensino a distância também vai se expandindo; sob a pandemia, mais barreiras à sua implementação vão sendo rompidas, aumentando os lucros das corporações que fornecem plataformas e sistemas. Até em Cuba a modalidade vem se expandindo.

Por outro lado, são desenvolvidas formas de privatização mesmo quando se preserva a casca das redes públicas, desconfiguradas com a adoção da lógica empresarial, com rankings, metas e bonificações por pro-

eliminação da participação dos estudantes nos conselhos superiores, reforçando o poder da casta docente. A defesa do cogoverno de estudantes, professores e egressos na Reforma Universitária de Córdoba de 1918 reverberou em muitos países da América Latina com a ampliação da participação estudantil no governo das universidades. Nos dias atuais, porém, mesmo na Argentina, existem vários mecanismos de restrição que tornam a Assembleia Universitária e o cogoverno meras fachadas para o poder da casta docente que segue movendo as alavancas da privatização interna nas instituições.

A tendência é de restrição cada vez maior à participação discente. Rafael Correa, no Equador, em nome de “autonomia responsável” agiu neste sentido. No Uruguai, sob o governo de Pepe Mujica foi criada a Universidade Tecnológica (UTEC), em 2013, com gestão sem autonomia, sob interferência direta do Poder Executivo, participação de entidades empresariais no governo universitário e foco na formação conforme necessidade dos setores produtivos da região em que seus campi estão instalados. Mais uma vez, independente das origens políticas dos governos, as contrarreformas vão sendo impostas, a não ser que as massas se levantem.

A sanha do imperialismo em garantir novos campos de valorização de capital condiciona a veloz mercantilização, desnacionalização e monopolização da educação no continente. Os ritmos e formas como esta política é implementada pelos governos têm particularidades nacionais. A desintegração do sistema capitalista, em sua fase imperialista, leva à destruição da educação. A certeza de que grande parte da força de trabalho da juventude não será incorporada à produção leva à desescolarização, negação de acesso ou esvaziamento radical da educação como transmissão de conhecimentos de uma geração a outra. O estancamento no desenvolvimento das forças produtivas sacrifica também as forças intelectuais da produção, assim, volta-se contra a ciência. O retrocesso ideológico e cultural abre espaço para o obscurantismo e maior embrutecimento das massas.

Militarização da Educação

Combinando o controle ideológico com a escalada autoritária, notamos o crescimento da militarização das escolas públicas na América Latina. Isso se observa, por exemplo, no Brasil com o “Programa Nacional de Escolas Cívico-militares” de Jair Bolsonaro e outras formas de garantir presença de militares no ambiente escolar. Na Argentina, a Ministra de Segurança do governo Macri criou um “Serviço Cívico Voluntário em Valores”, em que jovens “nem nem”, de 16 a 20 anos, faziam cursos com a Gendarmeria Nacional (uma Polícia Federal militarizada). Em Honduras, em 2016, o programa “Guardiões de

Pátria” proporcionavam treinamento em instalações militares a crianças e jovens. No Chile, Piñera implementou a lei “Aula Segura”, no início de 2019, que autoriza o uso da força policial dentro das escolas e permite a diretores de escolas do ensino médio abrir processos sumários em que cabe ao estudante provar que não é culpado por casos de violência. Em cinco dias, um estudante pode ser expulso, cabendo à família encontrar outra escola. Foram penalizados prioritariamente estudantes que participam de protestos em defesa da educação.

Por um programa proletário para a juventude

O que o capitalismo tem a oferecer à juventude oprimida? Desemprego, precariedade, exploração, ignorância, militarização, decomposição e morte. A juventude que se revolta e luta precisa compreender que mais do que lutar por emprego, saúde e educação, será necessário tirar o poder político e econômico das mãos da burguesia. A juventude proletária tem um papel especial nesta tarefa, pois está inserida na produção social. A juventude da pequena-burguesia arruinada precisa ser ganha para o programa da classe operária, se livrar das ideologias fabricadas pela burguesia, que ocultam as raízes de classe de todas as opressões.

A defesa da vida da juventude parte da exigência de emprego e educação para todos e todas. Nenhum jovem fora da produção, nenhum jovem fora da escola. Isto se faz com a divisão das horas de trabalho e jornadas compatíveis com os estudos. Basta de precariedade e a escravidão dos aplicativos, é preciso exigir empregos com estabilidade, direito à previdência paga exclusivamente pelos patrões e Estado. Basta de miséria, que todos recebam um salário mínimo vital, conforme as necessidades de uma família trabalhadora. Basta de opressão contra as mulheres, que todas sejam incorporadas à produção e as tarefas domésticas sejam assumidas pelo Estado, por meio de creches, lavanderias e restaurantes populares. Basta de extermínio da juventude negra e decomposição social. Basta de destruição da escola pública, pela expropriação de toda rede privada e criação de um único sistema: público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

Esta plataforma de lutas liga as reivindicações mais sentidas da juventude à necessidade de expropriar a burguesia, e avançar no controle operário da economia. Para ser materializado, depende da superação da crise de direção. Em cada país, é preciso criar frações revolucionárias no movimento estudantil, sindical, indígena, popular e até mesmo nas forças armadas. A juventude oprimida tem muito a contribuir com a construção dos partidos-programas em cada país e com a reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional.



Crise econômica e ataques à Educação pública

Com a crise do coronavírus, a maioria das escolas do país fechou, mantendo a juventude reclusa em suas casas. Professores e funcionários permaneceram em quarentena também, embora uma fração tenha sido obrigada a permanecer trabalhando. A situação é de alvoroço, reinando a incerteza quanto à manutenção dos empregos, salários e direitos. A orientação ditada pelo MEC durante a crise foi de referendar o uso do Ensino à Distância (EaD), reforçando a precarização, com um tom acentuadamente privatista – em detrimento do ensino público.

A conjuntura tem sofrido flutuações muito rapidamente, inclusive com um acirramento da crise política. Ministros caem, a exemplo de Mandetta, Teich e Moro, e as denúncias de corrupção atingem o Executivo, particularmente a família do presidente. Investidores reclamam da “insegurança” do cenário, temendo mudanças na condução da política econômica. Em outras palavras, setores do capital financeiro veem apreensivos os choques interburgueses – caso exemplar foi o da apresentação do “Plano Pró-Brasil”, costurado pelo ministro Braga Netto, da Casa Civil, com resistência do Ministério da Economia, chefiado por Guedes. O projeto, que está sendo apelidado de “Plano Marshall brasileiro” (o que só pode ser um escárnio), numa referência ao intervencionismo estatal norte-americano no pós-Segunda Guerra, consiste em utilizar recursos do Tesouro Nacional para investir, fundamentalmente, em obras públicas. Prevê investimento da ordem de R\$ 30 bilhões até 2022 e visa, em tese, conter a escalada do desemprego. O que estaria em jogo seria o conjunto de medidas de “ajuste fiscal”, de feição neoliberal. Os tais “investidores” temem que um reforço do estatismo ameace a diretriz fixada pela Emenda Constitucional 95, do “Teto de Gastos”, entre outros limites congêneres. No fundo, querem que o Estado brasileiro continue na trilha determinada pelo imperialismo, de contenção de despesas para manter o pagamento da extorsiva dívida pública.

Milhares de mortes, crescimento exponencial do

contágio, crescimento da miséria, retração da economia, a crise política, enfim, esses e outros elementos têm se combinado, configurando um quadro de comoção generalizada, a qual possui um pé na realidade e outro num discurso fabricado com o intuito de acobertar a real situação da economia brasileira e mundial. Tem ganhado projeção a pseudoexplicação de que a pandemia explicaria a crise econômica, como um fator exógeno. O que se pretende ocultar é justamente aquilo que Marx desvendou em *O Capital*, a saber, que as crises possuem um caráter estrutural, são engendradas a partir das contradições do próprio modo de produção. As crises não são alheias ao capitalismo, ao contrário, são parte inseparável dele. Estamos falando de uma lei de funcionamento do capitalismo, já tantas vezes confirmada pela história. A estagnação já era a tônica bem antes da eclosão do colapso sanitário e a Educação, em particular, já vinha sofrendo com os cortes de recursos orçamentários, com as investidas obscurantistas e o acirramento da militarização, fatores que só têm servido para aprofundar a situação de falência do ensino. O papel que a Covid-19 está cumprindo é o de acelerar o avanço da barbárie, abrindo uma brecha para a implementação, de maneira oportunista, de mais ataques à Educação pelos governos e classe dominante, a exemplo do que ocorre com o Ensino a Distância.

A Educação na mira da burguesia

O EaD tem ocupado um lugar importante no debate educacional nesse contexto de crise. Vale observar o que se disse a esse respeito na reunião do Conselho Nacional de Educação, ocorrida no dia 28 de abril: o Conselho “autorizou os sistemas de ensino a computar atividades não presenciais para cumprimento de carga horária de acordo com deliberação própria de cada sistema”. De fato, os governos têm se utilizado da “disponibilização de conteúdos” pela internet, aproveitando o momento de crise para aplicar esse antigo plano. Têm muito a ganhar com isso: lucram vendendo a parafernália digital (do hardware aos

“sistemas de ensino”), economizam cortando salários e outras “despesas”, aumentam o controle ideológico (objetivo perseguido obstinadamente pelos obscurantistas do Escola Sem Partido) e provocam o esvaziamento do movimento estudantil e dos sindicatos. Nunca é demais lembrar que, à burguesia, basta que uma parte da juventude aprenda o suficiente para ter a sua força de trabalho explorada o mais barato possível. Ao restante da juventude, sem perspectivas de ser incorporado à produção social, nem isso deve ser oferecido. Apenas decomposição e repressão. Para os estudantes, os prejuízos são muitos: aprendem menos, já que a modalidade à distância suprime o caráter coletivo do conhecimento, além de aprofundar a alienação do jovem em relação à realidade; os estudantes pobres, sem condições de acessar os meios tecnológicos (fator econômico

agravado pela crise, com o aumento do desemprego etc.) são ainda mais excluídos, gerando mais discriminação; com isso, espera-se o aumento da evasão escolar; e, por fim, o movimento estudantil é enfraquecido.

A deliberação do CNE está em consonância com o que vêm afirmando os agentes da burguesia ligados ao setor da Educação, como é o caso do Andreas Schleicher, principal responsável do relatório PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O burocrata concedeu entrevista ao portal do *El País*, publicada no dia 23/04, em que sentenciou: “O ensino on-line será crucial no futuro do ensino, os professores deveriam se esforçar mais”. A resposta veio em função do questionamento da entrevistadora, que comparava o uso de plataformas digitais na China e na Espanha e França. A devolutiva de Schleicher, como vimos, poderia muito bem ter sido dada por burocratas brasileiros, afinal, estamos familiarizados com o discurso ideológico de responsabilização dos professores pelo fracasso do ensino. Em que pese a falência da Educação ser, obviamente, um fenômeno complexo, para o qual concorrem múltiplos fatores, de ordem histórico-estrutural e conjuntural, os tecnocratas vão preferir sempre dar justificativas que lhes permitam avançar em seus intentos, quase sempre associados à iniciativa privada. Foi o próprio Schleicher quem confirmou tal inferência, com a taxativa afirmação: “A inovação educacional exige a colaboração entre o público

e o privado”. É com esse espírito também que o ministro Weintraub tem dirigido a sua Pasta, tendo sido escolhido por Bolsonaro para substituir o obscurantista Vélez Rodriguez, justamente por ser um homem oriundo do meio empresarial. A verdadeira função para a qual foi designado já era sabida por todos antes mesmo que começasse a abrir a boca: privatizar o que puder e seguir o clichê neoliberal onde for necessário, ou seja, precarizar o público para justificar sua entrega ao capital.

“ De fato, os governos têm se utilizado da “disponibilização de conteúdos” pela internet, aproveitando o momento de crise para aplicar esse antigo plano. Têm muito a ganhar com isso: lucram vendendo a parafernália digital (do hardware aos “sistemas de ensino”), economizam cortando salários e outras “despesas”, aumentam o controle ideológico (objetivo perseguido obstinadamente pelos obscurantistas do Escola Sem Partido) e provocam o esvaziamento do movimento estudantil e dos sindicatos.

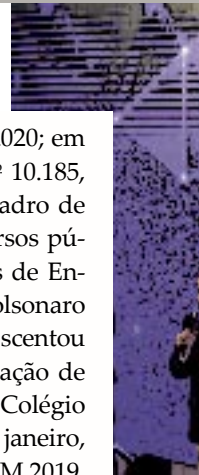
Esse roteiro já vem sendo aplicado há tempos em nosso país. Collor entregou várias estatais, FHC deu um enorme impulso nesse sentido, os governos petistas não fugiram à regra (basta lembrar a monumental ajuda prestada ao capital privado no campo educacional com o ProUni e outros programas, pintados com um verniz “popular”) e a ditadura civil de Temer também deu a sua “mãozinha”, especialmente com a reforma do ensino médio. Agora temos o governo ultradireitista de Bolsonaro, que tem se mostrado pródigo na destruição dos serviços públicos, principalmente da Educação, seguindo fielmente a cartilha do imperialismo. Conta com o apoio de vários governadores, prefeitos e parlamentares reacionários. Os exemplos de ameaças e ataques reais são numerosos: os professores da rede municipal de Belo Horizonte tiveram que recorrer à greve, de fevereiro a março de 2020, buscando garantir o mínimo, que é o reajuste salarial – queriam a aplicação do índice correspondente à elevação do Piso Nacional; um ano an-

Adquira com o distribuidor de Massas: R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pela P.U.H. reúne uma coletânea de textos com esboços e formulários programáticos sobre as lutas nas diversas situações políticas mundiais. Um volume de 400 páginas que permite ao leitor um balanço dos 40 anos do socialismo na Rússia e uma crítica programática ao regime nesse período.



tes dos mineiros, foi a vez dos municipais de São Paulo, que seguiam na luta contra a Reforma da Previdência do tucano Bruno Covas, que acabou aprovada; Fátima Bezerra (PT/RN) pretende realizar uma reforma mais agressiva que a aprovada no plano federal; na Bahia, no Ceará e Piauí, governados pelos petistas Rui Costa, Camilo Santana e Wellington Dias, respectivamente, além do Maranhão, do Flávio Dino (PCdoB), foram aprovadas reformas previdenciárias, golpeando a aposentadoria dos trabalhadores, lançando mão inclusive da repressão; o mesmo fez Ratinho Jr. (PSD), no Paraná, Doria (PSDB) em São Paulo etc.



Cabe atentar para o conteúdo desses ataques. Estão quase sempre relacionados ao funcionalismo, operando de acordo com a lógica de enxugamento do Estado. Não é à toa que a questão das alíquotas de contribuição esteve e está no centro das alterações previdenciárias, ao lado do aumento da idade e do tempo de contribuição. É o Estado burguês buscando aumentar a arrecadação e diminuir as despesas – leia-se: amontoar pilhas de dinheiro para enfiar no bolso dos credores da dívida pública. É lógico que outros aspectos caminham junto, como o enorme interesse dos banqueiros em abocanhar os milionários fundos de previdência, hoje controlados pelo Estado. Temas mais amplos também acompanham os ataques às aposentadorias e o sucateamento da Educação pública, como a ampliação da privatização e da desnacionalização, a militarização das escolas e o avanço do obscurantismo. A destruição do ensino público é parte da destruição das conquistas sociais e trabalhistas e está no mesmo pacote da entrega do pré-sal, da Petrobrás, da Eletrobrás e de outras estatais, bem como da Base de Alcântara, das riquezas minerais nas terras indígenas e muito mais.

A trajetória do governo Bolsonaro só confirma o que acabamos de dizer – vale, então, pinçar alguns fatos para ilustrar a tônica que prevaleceu no período. Em abril de 2019, vieram os cortes de 30% das verbas de custeio e capital das Instituições Federais de Ensino (IFEs); em 17 de julho, o novo ministro (Weintraub) apresentou o Future-se; em setembro, novo anúncio de cortes na Educação,

através da proposta orçamentária do MEC para 2020; em 20 de dezembro, o governo baixou o Decreto Nº 10.185, que extinguiu milhares de cargos efetivos do quadro de pessoal das IFEs e proibiu a realização de concursos públicos destinados a vários cargos das Instituições de Ensino vinculadas ao MEC; na véspera de Natal, Bolsonaro editou uma Medida Provisória (MP-914), que acrescentou mecanismos antidemocráticos na eleição e nomeação de reitores das universidades, institutos federais e no Colégio Dom Pedro II (RJ); entrando em 2020, no dia 17 de janeiro, o MEC divulgou oficialmente o resultado do ENEM 2019, com erro nas notas de quase 6 mil candidatos em algumas cidades; em maio, explodiu a polêmica sobre o adiamento do ENEM, quando o Ministro se viu diante de inúmeras críticas, dado o escancaramento da desigualdade entre os estudantes; no dia 2 de junho, o Governo voltou à carga com o Future-se, o qual foi enviado à Câmara, onde passou a tramitar como PL 3076/2020.

No âmbito estadual, poderíamos citar a criação, em abril do ano passado, na Assembleia legislativa de São Paulo, da CPI das Universidades Públicas, dando eco ao tom persecutório do Escola Sem Partido (àquela altura, o governador paulista seguia colado na imagem do presidente); no meio desse mês, Witzel (PSC), uma figura cavernária que emergiu escorada no ultradireitismo bolsonarista, lançou no RJ o Programa “Cuidar”, recrudescendo a militarização das escolas. Enfim, também não é o caso de elencar a totalidade das medidas de ataque. Deixamos de fora muitas declarações do presidente e sua família, além de outras ações pontuais nas esferas federal, estadual e municipal, nomeações de militares e políticos arquirreacionários etc. É importante não perder de vista a essência do problema, que é o lastro político-econômico em se apoiar esse mar de disparates.

Crise estrutural do capitalismo

De acordo com o IBGE, a economia brasileira cresceu 1,1% em 2019. A projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para 2020, no entanto, vem sofrendo sucessivas quedas. O índice chegou a 2,3% (o próprio Governo chegou a apostar em 2,4%), baixando para menos de 2% no final de fevereiro. Poucos dias depois, na última semana de março, a pandemia já tinha esfumado todos os prognósticos, com analistas falando em valores negativos. Tão negativos ao ponto de se configurar como o “pior desempenho desde 1901” – conforme projeção feita pelo FMI.

O conjunto das evidências não deixa qualquer dúvida. Estamos diante de uma debacle financeira de enormes proporções. Na raiz do fenômeno, encontramos a superprodução. Há uma imensa quantidade de valor que não encontra meios de ser aplicado na produção, dado que a



(...) no dia 2 de junho, o Governo voltou à carga com o Future-se, o qual foi enviado à Câmara, onde passou a tramitar como PL 3076/2020.

concentração de riqueza, gerando um mar de miséria no polo oposto da sociedade, impossibilita a realização do capital, isto é, o consumo das mercadorias, provocando um distúrbio no conjunto do mecanismo produtivo. Uma massa fabulosa de capital parasitário-especulativo paira nas bolsas, impulsionando perdas incomensuráveis. O esgotamento do sistema, evidenciado por mais essa explosão cíclica, só pode ser explicado pelo choque das forças produtivas altamente potenciadas com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais.

As potências imperialistas vêm se confrontando com a proximidade do precipício há tempos. Os Estados nacionais não possuem hoje a mesma capacidade de intervenção de antes. O endividamento dos países cresceu. Na verdade, a previsão de uma nova quebra já era feita há alguns anos, tanto que condicionou a política geral dos governos em toda parte, seguindo a diretriz do capital financeiro internacional. A linha da aplicação de “planos de austeridade”, enxugando gastos e retirando direitos históricos dos trabalhadores, foi aplicada em várias latitudes, confirmando a tese enunciada por Trotsky de que a era imperialista seria de imposição das contrarreformas.

Na base de todo esse processo se encontrava a gigantesca dívida pública, a qual aumentou “9,5% em 2019, para R\$ 4,248 trilhões”, de acordo com anúncio da Secretaria do Tesouro Nacional, feito em 28/01/2020. O informe dá conta de mostrar que se trata do “maior patamar da série histórica, que teve início em 2004”. O conteúdo do golpe de 2016, dessa maneira, foi dado justamente pela necessidade imperiosa, do ponto de vista capitalista, de enxugar o máximo possível o orçamento, nem que fosse às custas da piora significativa das condições de vida da maioria, que já não eram boas, para garantir o pagamento da sacrossanta dívida. Com Temer na presidência, vieram a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista, a Emenda Constitucional (EC) do Teto dos Gastos e a Reforma do Ensino Médio. Bolsonaro tem dado continuidade ao plano de cortes, tendo realizado a Reforma da Previdência, há muito almejada pelos banqueiros e grandes monopólios. A justificativa utilizada pelos ideólogos da burguesia, em todos os casos, foi o da necessi-

dade de dar equilíbrio às contas. A pecha lançada sobre o PT, de que jogou o país no buraco com o mau uso do dinheiro público, serviu de máscara para a aprovação das contrarreformas.

O resultado, entretanto, passa longe do declarado. Dizia-se que o reequilíbrio das contas devolveria ao Estado e ao empresariado a capacidade de investimento, possibilitando um novo ciclo de prosperidade, com a criação de empregos, os quais, por sua vez, forneceriam renda às famílias, aumentando o consumo etc. Os fatos, rapidamente, estão se encarregando de mostrar que isso era “conversa pra boi dormir”. Na verdade, são medidas recessivas, ou seja, que apontam para uma severa diminuição da atividade econômica. A hipótese de que seria uma espécie de remédio amargo está dando lugar à certeza de que era, na verdade, mais uma dose de veneno. O coronavírus, nesse quadro, veio tão somente para atuar como catalisador. Para a maioria explorada, o que restou de todo esse processo foi um agravamento substancial dos serviços públicos oferecidos, com rebaixamento da renda familiar, aumento do subemprego e mais um sem número de efeitos da decomposição do capitalismo.

A disposição de luta dos explorados e o freio imposto pelas direções

A conjuntura é, realmente, muito sombria. Mas, ao mesmo tempo, identificamos várias ações de resistência por parte das massas, demonstrando que havia disposição de luta, particularmente entre os que estudam e trabalham: no dia 6 de maio de 2019, reagindo ao anúncio dos cortes na Educação (final de abril), secundaristas do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, protestaram diante da presença de Bolsonaro; logo a seguir, vieram os multitudinários atos de 15 e 30 de maio; no dia 14 de junho, a greve geral – encerrando uma linha ascendente, da qual fizeram parte várias greves e manifestações de categorias específicas, como as já citadas mobilizações de professores e outras.

Na sequência, todavia, veio um rol de atividades que já expressava o desmonte das grandes mobilizações do primeiro semestre: no dia 12 de julho, uma manifestação

em Brasília, como parte da programação do Congresso da UNE; 13 de agosto: mais um dia nacional de luta; dias 2 e 3 de outubro, nova greve geral da Educação – todas ações com um acentuado caráter distracionista, pouco preparadas e até mesmo boicotadas. O Grito dos Excluídos, por exemplo, foi convocado como “dia de luto”, um verdadeiro fiasco.

Em 2020, após o Dia da Mulher, que contou com manifestações numerosas em várias cidades, estavam marcadas, pelo menos, mais três atividades: 14 de março, em função do segundo ano após o assassinato da Marielle Franco; 18 de março, como dia nacional de greve do funcionalismo público e mais um 1º de Maio unificado. Estes três atos, porém, foram desmarcados pelas direções, com a justificativa da crise do coronavírus, sendo o último convertido na farsa da “manifestação virtual”, para a qual foram convidados políticos da burguesia, como FHC, Ciro Gomes, Marina Silva, dentre outros (que aceitaram participar); Doria, Witzel, Dias Toffoli, Maia e Alcolumbre rejeitaram o convite. O discurso ideológico da “unidade nacional” tem sido utilizado para sustentar o imobilismo das direções das centrais, sindicatos e movimentos. Diante da crise sanitária, mantiveram os explorados dissolvidos e subordinados à política do isolamento social, ditada pela burguesia.

“ (...) como o ataque da burguesia é generalizado, a resposta tem que ser unitária.

E aqui nos deparamos com outro nó importante da questão: a resistência das massas tem sido bloqueada pela política traidora das suas direções. Tem prevalecido a linha da conciliação de classes, responsável por levar os movimentos ao beco sem saída da pressão parlamentar, do eleitoralismo e da judicialização das disputas. O PT tem particular responsabilidade pelas sucessivas derrotas sofridas no último período, tendo em vista o fato de dirigir as principais organizações de massa, como a CUT, a UNE (ao lado do seu fiel escudeiro, o PCdoB), MST, federações e principais sindicatos.

A orientação de fazer dias isolados de paralisação, sem erguer a greve geral por tempo indeterminado, tem sido preponderante. E sem a paralisação da produção, com a radicalização dos métodos de luta, a burguesia se viu com as mãos livres para aprovar as contrarreformas trabalhista e previdenciária, além de todas as outras medidas de ataque à vida das massas. Está aí o principal obstáculo a ser superado pelos explorados. Trata-se do fenômeno da crise de direção revolucionária, que se manifesta, como acabamos de descrever, nas grandes ques-

tões da luta dos explorados e, também, nas suas lutas parciais/locais. São muitos os exemplos: a capitulação da direção dos metalúrgicos do ABC diante do fechamento da Ford; o acordo traidor da FUP (petroleiros) frente ao fechamento da Fafen-PR, mesmo com uma poderosa greve do setor; a condução desastrosa da direção da Apeesp perante o ataque do Doria às aposentadorias dos servidores em geral e dos professores em particular etc.

A conclusão, desse modo, não poderia ser outra: como o ataque da burguesia é generalizado, a resposta tem que ser unitária. As respostas fragmentadas, isoladas e corporativas não são capazes de quebrar a ofensiva antipopular e antinacional. E se é assim entre os trabalhadores, com a juventude a situação não é diferente. As entidades tradicionais, como a UNE e a UBES, têm incorrido no mesmo erro da frente burocrática dirigida pelas centrais sindicais, segue a mesma linha de conciliação de classes. E, atuando sobre essas bases políticas, tornam-se incapazes de dar resposta à altura da decomposição da juventude.

São vários os sintomas da decomposição da juventude. O principal deles tem a ver com a questão do emprego. O que se verifica é o avanço da precarização do trabalho. São os efeitos da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização que já podem ser sentidos. Agora, com a pandemia da Covid-19, apesar de não comporem o dito “grupo de risco”, muitos estão sendo demitidos. E sabemos que os primeiros da lista são, quase sempre, as mulheres e negros. A tendência é de um agravamento severo da

miséria, o que certamente contribuirá para o acirramento da violência e de todas as formas de desintegração social.

O fechamento temporário das escolas, a que fizemos referência no começo do texto, tem afetado a vida de muitos estudantes, inclusive no aspecto alimentar, haja vista que uma enorme quantidade só faz uma refeição por dia, justamente na escola. Enfim, são muitos os desdobramentos da crise atual sobre a Educação e os jovens, não cabe aqui desfiar o rosário. A tarefa que devemos cumprir é a de denunciar todas essas mazelas e, sobretudo, mobilizar a juventude oprimida e o conjunto dos explorados, partindo das reivindicações mais sentidas, particularmente a defesa dos empregos, salários e direitos, pela revogação das contrarreformas, pelo não pagamento da dívida pública, ligando esse rol de reivindicações à luta geral pela destruição do capitalismo e construção do socialismo, pela via da revolução e ditadura proletárias. No caminho, os explorados precisarão se chocar com as direções traidoras e erguer a luta unitária, empunhando o método da ação direta. Precisarão se somar ao combate pela construção do partido revolucionário.

A Revista da Educação estava concluída, quando a Câmara de Deputados aprovou, por quase unanimidade, a nova versão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Não poderíamos deixar de fazer uma referência.

Novo Fundeb não responde às tarefas democráticas pendentes

O financiamento da educação pública sempre foi um problema, em dois sentidos: o volume de recursos e a distribuição federativa. A Constituição de 1988 estabeleceu que estados e municípios deveriam arcar com a maior parte, de forma que a União cumpriria um papel complementar. Numericamente, os entes federados se responsabilizariam por um percentual de 25% e a União, 18%, da receita de impostos.

Em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso introduziu uma mudança distributiva, com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Estabeleceu-se uma “cesta de impostos”, de onde viriam os recursos, que seriam distribuídos, exclusivamente, para o nível fundamental. O Fundef tornou obrigatória a vinculação de 60% dos 25% constitucionais para o ensino fundamental, o que representava 15% da arrecadação total dos estados e municípios. Esse encargo de estados e municípios deveria estar condicionado pelo número de alunos.

O governo Lula, em 2006, substituiu o Fundef pelo Fundeb, que entrou em vigor em 2007, seguindo o conceito de educação básica, conforme a LDB de 1996. Cabia ao Fundeb responder ao financiamento geral do ensino infantil ao médio. Passou a ser obrigatória a participação do governo federal, sempre que os estados não conseguissem preencher o critério de “valor mínimo por aluno”.

A ampliação do Fundeb correspondeu à reforma que estabeleceu a denominada educação básica. A ampliação do financiamento foi considerado um importante passo, no sentido de não separar o ensino fundamental do médio e incluir o infantil. É bom lembrar que o Fundef teve por objetivo a universalização do nível fundamental. Acompanhou essa noção a transferência de responsabilidade para os municípios. De maneira que o ensino fundamental caberia aos municípios, e o médio aos estados.

Nota-se que se colocava um peso financeiro aos municípios, que em sua grande maioria eram muito débeis. Nesse transcurso, cresceu a pressão social pela educação infantil. Por outro lado, o ensino médio continuava afunilado. Verificou-se a contradição entre o objetivo da universalização do ensino fundamental e a continuidade da aprendizagem, que implicava garantir o nível médio. A experiência revelou que os municípios não aguentariam a carga fiscal da universalização e que os estados não poderiam ficar somente com o custo do ensino médio. O Fundeb viria para criar a corresponsabilidade entre municípios e estados pelo conjunto, que seria a educação básica. Evidentemente, a explicação não poderia ser estritamente financeira, estava em consideração o futuro da universalização e o lugar do ensino médio. Os governos e tecnocratas não poderiam fechar os olhos diante do número de alunos que conseguia completar o ciclo fundamental e de um enorme contingente que não continuava no médio.

Sempre foi gritante o problema da real universalização do fundamental e sua relação com o médio. As diferenças econômicas e sociais, nas distintas regiões do país, não permitiam a igualdade no acesso e na permanência dos alunos. Os estados e municípios de maior desenvolvimento capitalista, naturalmente, evidenciaram maior possibilidade de atender ao princípio da universalização. Um dos fatores de grande importância, portanto, era e é o financiamento da universalização e o da continuidade da educação da juventude. A diretriz da descentralização, que é constitucional, foi concebida tendo por base as diferenciações regionais, estaduais e municipais. Para viabilizá-la materialmente foi criado o Fundef e estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases, em 1996. A descentralização, via municipalização do ensino fundamental, no entanto, se mostrou ineficaz.



A substituição do Fundef pelo Fundeb resultou desse fracasso. Não só devido à má distribuição dos recursos, como sua própria escassez. De qualquer maneira, a unificação dos ciclos e do respectivo financiamento tem sido bem avaliado não só pelo governo, mas também pelas direções sindicais. As principais críticas continuaram sendo a pequena participação do governo federal (União) no Fundeb. O que vinha ocorrendo desde o Fundef. Os estados e municípios não têm como sustentar financeiramente a descentralização. O montante de recursos do fundo proveniente dos impostos municipais e estaduais não alcança atender às necessidades, principalmente, das regiões mais atrasadas economicamente, Norte e Nordeste.

“ Os estados e municípios não têm como sustentar financeiramente a descentralização. O montante de recursos do fundo proveniente dos impostos municipais e estaduais não alcança atender às necessidades, principalmente, das regiões mais atrasadas economicamente, Norte e Nordeste.

Em dezembro de 2020, findava o prazo de validade do Fundeb. O governo Bolsonaro, inicialmente, procurou evitar a sua revalidação. Era conveniente porque lhe permitiria manobrar com esse importante instrumento de política educacional. A pressão de governadores e prefeitos obrigaram o Congresso Nacional a votar um novo projeto. Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, não tiveram outra saída senão apresentar emendas. Pleitearam que parte do dinheiro do Fundeb financiasse o programa de transferência de renda, denominado “Renda Brasil”; incluísse no Fundeb o pagamento das aposentadorias e pensões; 70% do fundo deveriam ser destinados ao pagamento dos salários, como teto; criação de um subsídio de R\$ 250,00 para que as famílias utilizassem no pagamento de creches privadas, quando não houvesse vagas públicas; e que o novo Fundeb entrasse em vigor apenas em 2022. Se essas emendas fossem aceitas, desfiguraria completamente o Fundeb. A descarada manobra foi rejeitada por 499 deputados; os votos contrários foram 7.

O projeto aprovado na Câmara de Deputados torna o Fundeb constitucional, portanto, não passível de revogação, a não ser por uma medida constitucional. Elevou a participação da União de 10% para 23% até 2026, portanto, gradativamente. Como a primeira cota será de 12%, no próximo ano, o Fundeb conta com aumento de 2% na

contribuição da União. Condiciona 5,25% do montante de 23% para aplicação na educação infantil. Inclui o critério de “Custo Aluno Qualidade (CAQ)”, estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE). E prevê 2,5% a serem distribuídos de acordo com o critério de meritocracia.

O governo foi derrotado em pontos fundamentais do projeto. O principal ponto foi a rejeição de incluir os aposentados e pensionistas nos recursos do Fundeb. Se fosse aprovado, reduziria sensivelmente o seu montante e quebraria a responsabilidade dos estados e municípios com a previdência. Dois outros pontos também foram duras derrotas, como o aumento da participação da União e a tentativa de reduzir essa participação por meio do desvio de parte para o programa “Renda Brasil”. Há ainda a questão do subsídio ao ensino infantil privado. Esse contrabando corresponde à orientação privatista de Bolsonaro. Nesse sentido, há motivos para a burocracia sindical, reformistas e especialistas comemorarem como uma vitória. Caso fosse aprovada as emendas de Paulo Guedes, o Fundeb estaria liquidado e junto com ele o Plano Nacional de Educação, que sobrevive como uma sombra. Essa “vitória”, no entanto, deve ser analisada do ponto de vista da realidade concreta da educação brasileira.

Um fator geral a ser considerado é o Fundeb como expressão da estrutura federativa do País. O argumento de que o Brasil é muito diverso - quanto à cultura, tradições, aspectos econômicos e geográficos - e que, por isso, a descentralização, e uma certa autonomia regional e local, são necessárias, para o melhor desenvolvimento do ensino, não é o que determina a natureza do Fundeb. O fator principal é o desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas do capitalismo brasileiro e o sistema tributário. A estrutura federativa se mantém sob uma forte centralização do Estado Nacional. A autonomia, de fato, é tão limitada, que praticamente não existe. A formação oligárquica da base federativa impossibilitou e impossibilita uma centralização democrática, prevalecendo a centralização burocrática e autoritária. O reformismo quis fazer crer sobre a possibilidade de democratizar, descentralizando. O regime fiscal teve de se compatibilizar com a forma centralista burocrática. Os anos de ditadura militar reforçaram essa tendência, não podendo ser revertida com a democratização. A carga tributária se tornou mais centralizada e pesada com o aumento da dívida pública e do parasitismo financeiro. Nesse quadro, a denominada descentralização serviu aos estados mais industrializados e mais ricos. A alta concentração de riqueza sob o controle da burguesia corresponde à concentração regional e ao saque imperialista.

O financiamento da educação pública, baseado na carga tributária dos estados e municípios, reflete a forma da centralização burocrática e do desenvolvimento desi-

qual. Cada estado é responsável por viabilizar a educação, tendo para isso um fundo próprio (são 26 fundos estaduais e 1 do distrito federal). Sobre a soma dos fundos, incide a contribuição da União, que em 2026 será de 23%. Ocorre que uma boa parcela dos estados e municípios não consegue cumprir o critério mínimo por alunos, que em 2019 era de R\$ 3,04 e que poderá passar para R\$ 5,5. A contribuição da União serve, principalmente, para cobrir essa deficiência, equalizando financeiramente o critério entre os estados. No ano passado, pelo menos nove estados dependeram do dinheiro federal para equalizar o valor aluno/ano, todos do Norte e Nordeste.

O artificioso mecanismo do Fundeb expõe a incapacidade de vários estados de sustentarem a denominada descentralização. O que reflete os desequilíbrios regionais, que são estruturais na formação do país de capitalismo atrasado e semicolonial. Os estados mais desenvolvidos e ricos vão estar sempre à frente do restante do país, o que inclui o desenvolvimento da educação. A equalização é um pingô no mar de necessidades do Norte e Nordeste, principalmente. Basta ver que dos R\$ 166 bilhões, correspondentes à soma dos fundos estaduais, a União contribuiu com apenas R\$ 15,14 bilhões. O reajuste de 10% para 23% em seis anos não altera substancialmente a pequena participação da União no financiamento da educação básica, que abarca imensa maioria dos alunos, 47,8 milhões. Nos próximos anos, a tendência não é de elevação no recolhimento dos impostos. Há estados que já estão quebrados, aqueles em vias de quebra e os que funcionam com dificuldades. Os recursos do Fundeb, portanto, estão condicionados à profunda crise econômica. É bem conhecida a precariedade com que funciona a maior parte da rede escolar no país, mesmo em época de crescimento do PIB. Nesse sentido, não se pode gritar vitória com o novo Fundeb.

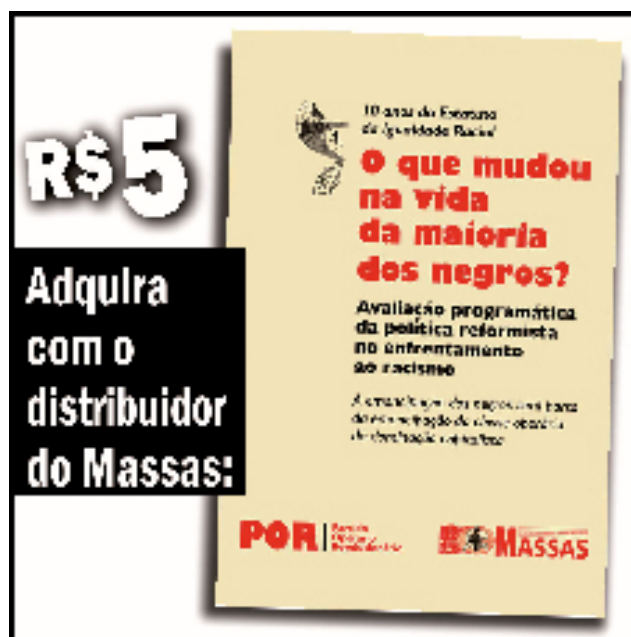
A dimensão financeira do problema da educação básica empalidece diante da questão social. Milhões de crianças e jovens não concluem os estudos. A baixa aprendizagem e a evasão não são consequências diretas do financiamento da educação. A pobreza e a miséria são as suas causas diretas. O desemprego, subemprego e os baixos salários atingem milhões de famílias. O modo de vida forçado nas favelas, cortiços e bairros operários pobres fragiliza as crianças e adolescentes. Milhões de lares têm a mulher como o arrimo de família. Em parte, as escolas convivem com a criminalidade, em seu entorno expande o narcotráfico. Entre a população escolar, que mais necessita da escola pública, a maioria é de negros, superexplorada, pobre e discriminada.

Pobreza, miséria e discriminação racial contraditam com a necessidade de estudo e elevação cultural das massas. Os jovens e mesmo significativas parcelas de

crianças têm de sujeitar a trabalhos escravizadores, que lhes impossibilitam de permanecer na escola. Pior ainda, é a constatação de que milhões de jovens nem estudam, nem trabalham. A falta de empregos, e, quando há, são embrutecedores, solapa a base material da necessidade da escola e a compreensão da importância dos estudos e da qualificação. É fundamental entender que o trabalho leva à escola. É a partir daí que a escola leva ao trabalho. Por mais que os estados e municípios tenham recursos - o que é desejável, em qualquer circunstância -, não há como reverter essa realidade social adversa à escolarização e evolução cultural da maioria oprimida.

A escola e o ensino se assentam na contradição fundamental do capitalismo, que é o travancamento das forças produtivas pelas relações de produção, baseadas na grande propriedade privada dos meios de produção. Estão aí os motivos da terrível constatação de que 35% dos jovens com mais de 14 anos não concluíram o ensino fundamental, em 2019. Mesmo nos estados do Sudeste, 29,2% estão nessa condição. As taxas mais altas, como não poderiam deixar de ser, se manifestam no Nordeste, 44,1%, e Norte, 38,7%. Há outros dados que reforçam essa explicação, como evasão e semianalfabetismo.

A relação entre o trabalho e a escola é essencial para qualquer resposta à crise da educação. Vimos o problema do desemprego, subemprego e baixos salários. Não seria completa a explicação se não considerássemos a estrutura de classe e divisão do trabalho. A escola pública foi uma imposição das forças produtivas à burguesia e seu Estado, na fase progressiva do capitalismo na Europa. O seu desenvolvimento exigiu qualificação massiva da força de trabalho. Esse passo serviu para a elevação





cultural, ainda que limitada. O limite é imposto pela brutal exploração do trabalho e pela divisão entre o fazer e o pensar, a prática e a teoria. A escola original que previu a unidade do trabalho com o ensino não teve como sair de sua condição embrionária. Em termos gerais, a escola se distanciou da produção social. O capitalismo da época de desintegração, que é a dos monopólios e do capital financeiro, sufocou definitivamente o fundamento original da unidade entre a escola e o trabalho. A mercantilização do ensino, em grande escala, completou o processo de diferenciação de classes no acesso e na formação escolar. No Brasil, assistimos, inclusive, a uma ofensiva dos capitalistas da educação sobre a educação básica. À classe média, é oferecida a alternativa privada. Impressiona o fato de o Estado subsidiar parte do ensino privado.

“ *O fracasso do novo Fundeb é previsível. A tarefa consiste em defender um conjunto de reivindicações que expresse as reais necessidades do ensino voltado às massas. Um programa verdadeiramente democrático para a educação tem como o objetivo central acabar com o ensino privado e constituir um único sistema de ensino, público, científico e voltado à produção social.* ”

A dimensão não financeira da educação pública é o ponto de partida para a defesa da escola voltada às massas trabalhadoras e vinculada à produção social. Nisso não há nenhum desprezo ao financiamento, nem desconhecimento da importância da base material para realizar a educação. Ao contrário, partindo das necessidades reais da maioria oprimida se chega à resposta sobre o financiamento do ensino público.

A discussão sobre as mudanças no Fundeb, a divergência do projeto da Câmara de Deputados com as emendas do governo e a sua aprovação ocorreram completamente à margem e em contraposição à realidade social acima descrita. Os reformistas, PT, PSOL, principalmente, se viram embalados por um amplo acordo, que incluiu até mesmo a maioria da base parlamentar de Bolsonaro. A explicação desse fenômeno pelas lideranças sindicais é que o parlamento sentiu a pressão, em particular, dos sindicatos, centrais e organizações civis ligadas à educação. O certo é que o novo Fundeb e a derrota do governo se deram por circunstanciais interesses das frações oligárquicas, representadas por governadores e prefeitos.

Essas direções sindicais e partidos reformistas são contrários ao programa proletário para a educação. Não lhes custa nada separar o financiamento das condições sociais e históricas da educação. É, inclusive, vantajoso

ter o financiamento como um fim em si mesmo, porque podem fazer do Fundeb uma plataforma eleitoral. O argumento de que, desta vez, foi superado o critério puramente matemático de divisão dos recursos, calculado com base no custo/aluno, com a inclusão do Custo Aluno Qualidade (CAQ), não passa de uma máscara para acobertar a impossibilidade da burguesia de elevar as condições de ensino e aprendizagem. É nesse âmbito que os parlamentares introduziram de contrabando a noção privatista da meritocracia.

O sucateamento da escola pública não será revertido com o novo Fundeb. A política de fundos retira da União a responsabilidade com a educação básica, sobrecarregando estados e municípios, entre os quais a maioria se encontra quebrada. A participação colateral da União significa economizar recursos com a educação básica e utilizá-los em abundância para pagar mais de 300 bilhões anualmente em juros da dívida pública. É necessário denunciar aos explorados e à juventude em particular que a União não se encarrega do ensino público porque tem de drenar uma grande parcela do orçamento para encher os cofres de banqueiros e investidores. Uma das condições para financiar integralmente a educação pública é a de não pagar a dívida pública.

O fracasso do novo Fundeb é previsível. A tarefa consiste em defender um conjunto de reivindicações que expresse as reais necessidades do ensino voltado às massas. Um programa verdadeiramente democrático para a educação tem como o objetivo central acabar com o ensino privado e constituir um único sistema de ensino, público, científico e voltado à produção social. Essa bandeira está de acordo com a necessidade de romper a camisa de força dos desequilíbrios regionais, que também é uma tarefa democrática pendente que a burguesia não resolveu e não mais resolverá. O reformismo se mostrou incapaz e avesso a assumir a luta pelas reivindicações democráticas que levam os explorados a se chocarem com o Estado centralista-burocrático-autoritário, com a burguesia oligárquica e com o imperialismo saqueador. O motivo está em que as tarefas democráticas do Brasil semicolonial somente podem ser encarnadas pela classe operária. A luta pela escola pública, em todos os níveis, pelo fim da mercantilização da educação, pela real universalização da aprendizagem e pela elevação cultural das massas expressa o programa da transformação socialista no Brasil, por meio da revolução proletária.



CAMPANHA DA CORRENTE PROLETÁRIA/POR CONTRA O ENSINO A DISTÂNCIA

O Partido empreendeu uma forte campanha contra o avanço e a própria concepção de Ensino a Distância (EaD) em todas as suas regionais, na Educação Básica e nas universidades, desde os secundaristas até o movimento docente universitário. Essa intervenção se materializou em diversos boletins das Correntes Proletárias na Educação, que se encontra condensada no Jornal Massas e disponível no site www.pormassas.org. Como expressão desta campanha, apresentamos o manifesto nacional *Governos aproveitam a pandemia para impor o Ensino a Distância. Em defesa do ensino presencial, público e gratuito*. Na sequência, transcrevemos a Declaração da União Revolucionária do Magistério (corrente sindical do POR boliviano), intitulada *Educação e barbárie*.

Os materiais de agitação e propaganda demonstram a aplicação da linha geral de enfrentamento à política de desmonte e mercantilização da Educação pública, condicionada pela crise do capitalismo e acirrada pela pandemia. Mostram o Partido vivo, respondendo de forma concreta, em diferentes realidades e setores: estudantes, professores e funcionários; das redes municipais, estaduais e federal; da Educação Infantil até o Ensino Superior.

A ênfase geral se deu em demonstrar a farsa dessa “modalidade”, indicando os obstáculos materiais para a concretização dos planos governamentais, salientando, ao mesmo tempo, que mesmo se fossem oferecidas todas as condições técnicas, ainda assim, o EaD não faria mais do que reproduzir e aprofundar a dissociação entre teoria e prática, própria da educação sob o capitalismo, fator que se encontra no âmago da falência do ensino.

De um lado, os governos, secretarias, reitorias e demais instâncias burocráticas vinculadas ao Estado aproveitam, de forma oportunista, o momento da pandemia para aprofundar o uso do EaD, abarcando gestões de direita, como o Doria em São Paulo, até os governos da esquerda reformista, como no Ceará e no Rio Grande do Norte, dos petistas Camilo Santana e Fátima Bezerra, respectivamente. De outro lado, as direções sindicais burocráticas, seguindo a política burguesa do isolamento social, desarmaram poli-

ticamente os trabalhadores, justamente quando estes mais precisavam.

Outro elemento em comum que encontramos nos panfletos e artigos para o Massas foi a denúncia das manobras realizadas pelas direções estudantis. Tanto a UBES quanto a UNE se limitaram a exigir “as condições necessárias”, sem rejeitar o EaD em si. Na verdade, não há novidade alguma nisso, o PCdoB, que dirige majoritariamente ambas as entidades, sempre fez uma concessão ao EaD, exigindo “regulamentação” e “destinação orçamentária” para que a oferta da modalidade não resultasse em rebaixamento da “qualidade”. Política reproduzida no interior das universidades e escolas pelas correntes de esquerda.

A tarefa geral consistiu em inserir, em cada local de estudo e trabalho, o problema do EaD no quadro mais amplo de destruição e privatização da Educação pública e de decomposição social, exigindo a combinação da bandeira de rechaço ao EaD com a defesa da estatização do sistema privado de ensino e expropriação das empresas que exploram o EaD e a constituição de um único sistema de ensino público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. A luta contra o EaD também foi combinada com as consignas de defesa do emprego, do salário e dos direitos, aplicando esses elementos de maneira concreta no contexto de pandemia, através de um plano de emergência.

No momento de retorno às escolas/universidades, certamente o problema do EaD se colocará como um dos eixos principais dos movimentos estudantil e sindical. Daí a importância da campanha, que o POR nunca deixou de fazer, para que as direções convoquem as assembleias e organizem a luta, colocando os explorados nas ruas, em choque com o Estado e a burguesia. Para pôr abaixo o EaD e os demais ataques, as massas terão de se enfrentar com as travas burocráticas das direções e superá-las no curso da mobilização. Já começaram a fazê-lo, se levarmos em conta que as primeiras manifestações desde o início da quarentena não foram convocadas pelas direções tradicionais, ao contrário, estas chegaram ao ponto de condenar as ações de rua, mantendo a prédica do “fica em casa”.



Governos aproveitam a pandemia para impor o Ensino a Distância

Em defesa do ensino presencial, público e gratuito

— ∨ — **Manifesto do POR de 15 de abril de 2020**

Com o novo coronavírus, os governos têm imposto uma série de medidas de ataque às condições de vida da maioria explorada. Se já não bastasse a aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, o momento atual tem sido utilizado para destruir ainda mais os direitos trabalhistas, a exemplo da Medida Provisória 936, que permite a suspensão do contrato de trabalho e a redução da jornada e dos salários, por até três meses. No caso da Educação, várias têm sido as ações contrárias aos interesses dos estudantes e dos trabalhadores, que vão além da ofensiva sobre os empregos e salários, como o avanço da propaganda do *homeschooling* e a intensificação do uso do Ensino a Distância (EaD).

“ *Em vários estados, governos de distintos partidos, do PSDB ao PT, estão adotando o EaD. O que indica uma convergência de interesses, ditados pela burguesia.* ”

O EaD é uma modalidade que os governos, até então, sempre tiveram dificuldade para impor na Educação Básica, em função da resistência dos educadores, bem como de outros fatores. Sabe-se, citando apenas alguns exemplos, que milhões de jovens no país necessitam da merenda para se alimentar, muitas famílias dependem da escola para deixar seus filhos enquanto trabalham, cerca de 1/3 da população não tem acesso à internet etc. Enfim, existem muitos obstáculos concretos que demonstram que a função social cumprida pela escola vai além do

acesso aos “conteúdos pedagógicos” e que a implantação do EaD, embora bastante cobiçada pelos capitalistas, encontra barreiras na própria realidade.

E por que é tão cobiçada? De maneira geral, a sua implantação permitiria uma redução drástica de recursos financeiros do Estado e dos patrões (no caso da rede privada), precarizando as relações de trabalho e reduzindo o número de docentes, principalmente no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Não à toa, essa orientação consta da reforma do ensino médio/BNCC. Certamente, a venda de “conteúdos”, bem como de plataformas digitais e toda a parafernália associada, constitui um filão que faz brilhar os olhos dos gigantes monopolistas do setor, sedentos por ampliar seus lucros.

Por outro lado, haveria outras vantagens em sua aplicação, como o controle ideológico e o esvaziamento dos movimentos organizados de estudantes, professores e funcionários, aspectos relevantes para os setores mais reacionários e obscurantistas, como o “movimento” Escola Sem Partido. Por fim, não custa repetir um ponto já batido: à burguesia basta que a juventude oprimida aprenda na escola o suficiente para que se constitua em força de trabalho abundante e barata.

Como se vê, seriam muitos os prejuízos para os explorados com a implantação do EaD. Com certeza, é possível elencar outros não citados acima. O grande problema é que agora, com a vigência da orientação de isolamento social, está se abrindo uma brecha favorável à sua expansão, o que significa que os governos e patrões estão com as mãos livres para avançar em seu antigo plano de des-



truição do ensino presencial. O principal elemento responsável por essa abertura é a ausência de luta coletiva por parte dos que estudam e trabalham, fruto da política de colaboração de classes empunhada pelas burocracias sindicais e entidades estudantis.

Em vários estados, governos de distintos partidos, do PSDB ao PT, estão adotando o EaD. O que indica uma convergência de interesses, ditados pela burguesia. Nota-se que se constituiu uma unidade que vai do governo federal aos governos estaduais e municipais em aplicar medidas que sacrificam as condições de vida, trabalho e educação da maioria da população.

O caso da Educação Municipal de São Paulo ilustra bem a situação. O prefeito Bruno Covas/PSDB publicou, no dia 8 de abril, uma Instrução Normativa (IN N^o 15/2020), que impõe o EaD, a ser aplicado após o recesso escolar antecipado. A medida contém dois pontos principais: 1) disponibilizar conteúdos pedagógicos aos estudantes, por meio de material impresso que será entregue via correio e 2) oferecer acesso a uma plataforma online, que os professores precisarão alimentar com atividades complementares e que será empregada para os estudantes tirarem dúvidas acerca dos conteúdos disponibilizados.

São inúmeros os problemas que esta medida gera. A primeira está relacionada à elaboração desses materiais, que até então ninguém sabe exatamente de quem é a autoria. O secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, anunciou na mídia que foi confeccionado pelos próprios professores da rede, embora não o tenha comprovado. O que nos indica que, provavelmente, esteja escondendo a parceria com assessores alheios à rede, possivelmente ligados a fundações privadas. Nem precisa dizer que a imposição de material pedagógico de maneira vertical, sem vínculo com a necessidade dos estudantes, além de ser uma intervenção pedagogicamente perniciosa, coloca em risco a já restrita autonomia que as escolas possuem no desenvolvimento de seus projetos.

O objetivo é, claramente, substituir os “projetos” hoje

desenvolvidos pelos professores da rede por plataformas digitais, que poderão ser, a princípio, gentilmente “doadas”, a exemplo da disponibilização aos servidores do pacote Microsoft Office 365 ou do oferecimento da plataforma digital da Google, que agora deverá ser utilizada para “completar” os conteúdos dos Cadernos “Trilhas de Aprendizagem”.

Outra questão, que não diz respeito diretamente aos trabalhadores da educação, mas que não pode deixar de ser considerada, é a ampliação da exclusão social dos estudantes. Como já dissemos acima, as pesquisas apontam que muitos sequer têm acesso à internet, fato obviamente agravado pela crise econômica, com o aumento do desemprego e subemprego, fazendo sobrar menos dinheiro às famílias para a compra dos pacotes de dados. Aliás, é abominável a lembrança da enorme dificuldade dos miseráveis para garantir a alimentação diária e para pagar as contas de água, luz e aluguel. Nesse sentido, falar em “garantia de aprendizagem” por meio do EaD chega a ser criminoso.

Diga-se de passagem, questão da aprendizagem em si merece um aprofundamento. Apesar do apelo “modernizador” que a proposta do EaD traz ao imaginário popular, o que ela oferece é tão somente a reprodução dos métodos cavernários já aplicados. Com o EaD, o processo segue sendo repetitivo, memorístico e desvinculado da vida. Na verdade, é muito pior, pois aprofunda o divórcio entre sujeito e objeto do conhecimento, isto é, entre nós e o mundo em que vivemos, além de alimentar o nocivo individualismo entre os jovens, indo na contramão da necessidade, uma vez que está mais do que comprovado que o conhecimento da realidade é um fenômeno essencialmente coletivo.

Isso significa que, mesmo que houvesse acesso pleno aos recursos tecnológicos, não haveria nenhuma garantia de aprendizagem. A crise da Educação não se circunscreve à aplicação do EaD, nem é resultado da pandemia. A falência do ensino tampouco pode ser entendida como reflexo da falta de verbas, não é um problema de gestão,



“*É a propriedade privada dos meios de produção, portanto, que, diante do fenômeno da superprodução, impõe um freio ao desenvolvimento científico. É assim que o marxismo há muito explicou o problema.*”

nem de “modelo”. Nada disso. O problema está relacionado à impossibilidade - na época do capitalismo imperialista, que é de decomposição e de avanço da barbárie - de um amplo florescimento da ciência e das forças produtivas em geral. Há uma crise estrutural, marcada pela colossal contradição entre a potencialidade das forças produtivas e as relações monopolistas de produção, as quais atuam como uma camisa de força, impedindo a humanidade de avançar. É a propriedade privada dos meios de produção, portanto, que, diante do fenômeno da superprodução, impõe um freio ao desenvolvimento científico. É assim que o marxismo há muito explicou o problema.

É extremamente importante salientar esse aspecto, pois se trata de uma premissa material inteiramente negligenciada pelas esquerdas em geral, inclusive por aqueles que se reivindicam marxista. A esquerda reformista e centrista faz uma concessão de essência ao EaD, colocando apenas alguns reparos na forma como os governos o têm aplicado, exigindo, por exemplo, que se forneçam as condições técnicas necessárias a todos, ou que os conteúdos sejam “socialmente referenciados” etc. É desse modo que as direções do movimento de massa no país têm tratado a questão! Além de não organizarem a resistência coletiva, seguindo fielmente a orientação de

“isolamento social” ditada pela burguesia imperialista/OMS, se negam a se chocar abertamente com essa excrescência do capitalismo que é o EaD.

Para dar um exemplo, vale seguir com o caso do município de São Paulo. A direção majoritária do SINPEEM (sindicato dos trabalhadores da Educação municipal), com o vereador Cláudio Fonseca (Cidadania/ex-PPS) à frente, não apenas tem se adaptado ao isolamento social, como se manifestou favorável à utilização do EaD como medida “emergencial”, disfarçando essa posição miserável com a defesa demagógica do ensino presencial “como princípio”. A cereja do bolo foi a reivindicação de que não houvesse pressão ou punição àqueles que não conseguirem cumprir as medidas impostas pela referida Instrução Normativa. Quanta hipocrisia! Depois de ver a direção do sindicato, que deveria defender a educação pública, se prostrar diante do ataque governamental, como os trabalhadores poderão se confrontar com a medida? Individualmente? Todos sabem que não é possível e que, caso alguém ouse, o governo virá com certeza com as “pressões” e “punições”.

A Corrente Proletária na Educação/POR denuncia, franca e abertamente, aos trabalhadores a tremenda hipocrisia das direções sindicais. Caracterizamos a atitude imobilista destas como uma traição aos explorados e uma concessão às pressões empresariais sobre o ensino público. Lutamos pela reversão desse imobilismo, conclamando os trabalhadores a resistirem coletivamente, com o método da ação direta, ao conjunto dos ataques da burguesia, o que passa pela rejeição integral do Ensino a Distância e combate à ofensiva privatizante. Está colocada a defesa de um sistema único de ensino, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha. Os sindicatos devem impulsionar uma luta conjunta, formando os comitês nos bairros e convocando assembleias em todo o país. É urgente aprovar uma forte campanha nacional de boicote à implementação do EaD, além de apontar um plano de emergência de resposta às crises sanitária e econômica. Esse combate deve partir das bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos, fazendo a ponte entre esse programa e a luta mais geral contra o capitalismo, em defesa de um governo operário e camponês.



Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9

Set 2019



Organizar a campanha nacional contra o retorno às aulas via EaD

Condicionar a deliberação sobre o retorno à realização das assembleias universitárias

A crise pandêmica abriu o terreno propício para o avanço do Ensino a Distância (EaD) em escalas inimagináveis. Toda legislação anterior, sobretudo a LDB de 1996 do privatista FHC; a criação da Universidade Aberta do Brasil, sob o governo Lula; a reforma do Ensino Médio e o Decreto nº 9.057/2017 de Temer; e a Portaria 2.117/2019 de Bolsonaro pavimentaram o caminho para o ataque atual. Porém, a sanha privatista e destruidora é tamanha que, assim como a Reforma trabalhista de Temer foi ainda mais rebaixada com a MP 936 de Bolsonaro/Guedes, a permissiva legislação do EaD, existente até então, foi totalmente flexibilizada com a portaria 345/2020.

Em algumas Universidades está havendo oposição ao retorno não presencial, porém, falta uma coordenação nacional desta luta. Na página do Andes, há notícias sobre a movimentação da ADUFC contra a imposição do reitor interventor, assim como na UEPB, a ação contra o a imposição do reitor do PCdoB. Vê se que, com variações, as reitorias de vários matizes estão empurrando o EaD (com novos nomes: ensino remoto, emergencial, híbrido, flexível...).

O Andes anunciou que o GT de Políticas Educacionais está elaborando uma nova cartilha, alerta para o fato de que o EaD é parte do projeto do capital de mercantilização, barateamento e aligeiramento da formação. Destaca os perigos do ponto de vista das perseguições político-

ideológicas e do controle de dados sobre a vida acadêmica de milhares de integrantes das comunidades universitárias pelas corporações que ofertam as plataformas digitais. Até mesmo oferece modelos de ações jurídicas para as entidades que quiserem se contrapor ao retorno virtual. Porém, não há uma campanha unificada contra o EaD. A bandeira aprovada nos congressos anteriores acaba sendo amenizada ou até ocultada em nome da subordinação à política burguesa do isolamento social.

É importante distinguir a defesa científica do isolamento para evitar o contágio da política efetivamente implantada, que garantiu o isolamento apenas setores mais altos das classes médias e burguesia e continuou expondo a classe operária, camponeses e trabalhadores informais ao vírus. Em nome do #fique em casa, as burocracias sindicais desmontaram todas as lutas e a burguesia avançou nas contrarreformas trabalhista e da educação, além de fazer passar outras “boiadas”.

Flexibilização total do EaD

Nas últimas semanas, generalizou-se uma nova verdade revelada às comunidades universitárias. “O que está se propondo não é EaD, mas sim o Ensino Remoto Emergencial (ERE)”. É preciso buscar o fundamento desta distinção e suas consequências políticas.

Vemos que esta diferença não aparece nas medidas do MEC. Quando Weintraub anunciou a portaria



“ É importante distinguir a defesa científica do isolamento para evitar o contágio da política efetivamente implantada, que garantiu o isolamento apenas setores mais altos das classes médias e burguesia e continuou expondo a classe operária, camponeses e trabalhadores informais ao vírus.

343/2020, em 17 de março, estabelecia “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor(...)”. O Conselho Nacional de Educação explicou, em nota de 18 de março, que os limites eram aqueles referentes à portaria 2.117/2019 que permite a oferta de 40% da carga horária dos cursos presenciais na modalidade EaD. Com as condições de que isto esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e que os estudantes sejam informados desta oferta antes dos processos seletivos. Ou seja, em cursos já existentes, a oferta só poderia ocorrer no período letivo posterior à alteração do PPC.

Mesmo a permissiva legislação bolsonarista era um entrave à aplicação atropelada do EaD. Weintraub reeditou a medida como 345, em 19 de março, retirando a frase “nos limites estabelecidos pela legislação em vigor”. Um vale tudo que, neste momento, atendeu à pressão direta das faculdades e escolas privadas. Segundo o coordenador da Universidade Corporativa Semesp, Marcio Sanches, em uma semana de “transformações tecnológicas” foi quebrada uma resistência de mais de 15 anos. A Portaria nº 544, de 16 de junho, não alterou significativamente o sentido da flexibilização do EaD. E prorrogou a possibilidade de suspensão do calendário ou substituição por “atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais,

tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” até 31 de dezembro de 2020.

Privadas: pagar por presencial e receber EaD

No momento inicial, as faculdades privadas não distinguiam EaD e ensino remoto. O SEMESP, em seu Informe às mantenedoras associadas sobre o novo coronavírus/covid-19, de 14 de março, apoia-se na referida portaria 2.117 para indicar “adoção da modalidade EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais”. Tal adoção, porém, passou a gerar um problema ligado ao “direito do consumidor”. Estudantes começaram a se queixar que estavam pagando mensalidade presencial para aulas a distância, que são mais baratas. A Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) respondeu então com uma pretensa distinção profunda entre EaD e ensino remoto, alegando que mantinha os custos e gastava mais para garantir novas tecnologias. Isso enquanto universidades demitem em massa e se apoiam nos equipamentos e gastos de energia e internet dos próprios estudantes e docentes.

A mesma SEMESP que não distinguiu EaD e ensino remoto em 14 de março, em 1 de abril anunciou que o produto ofertado na pandemia se chamava “aulas remotas síncronas”, dizendo que “Com o uso de plataformas digitais, metodologia de ensino remoto on-line e ao vivo é uma conexão do presencial com a casa do aluno”. A argumentação é de que seria um produto muito diferente e superior ao EaD em que “os conteúdos são em grande parte gravados e reaproveitados em larga escala, prevalecendo as atividades assíncronas, conduzidas na maioria das vezes por tutores, o que permite uma redução de custos a essa modalidade”. O CEO da Ânima Educação, Marcelo Battistella Bueno, completa: “é importante ressaltar que esse modelo não se confunde com o denominado Ensino a Distância. Nossos estudantes estão vivendo a experiência digital junto com seus professores habituais, por meio de salas de aula virtuais, onde o ambiente oferecido é de simultaneidade, ao vivo, em locais diferentes para proteção de toda a sociedade nesse momento atípico que enfrentamos”.

A nova nomenclatura passou a ser adotada com a finalidade de enganar os estudantes dizendo que não estavam vendendo EaD (conhecido pelo baixo custo e baixa qualidade), mas sim virtualizando o ensino presencial.

O uso do “remoto” pelas reitorias

A distinção foi funcional também para as burocracias universitárias que, ante a resistência de Conselhos Profissionais e entidades representativas passou a chamar suas soluções digitais para o retorno às aulas de “ensino remoto”, justificando o nome pelo caráter emergencial. Geralmente a medida vem precedida das reuniões e consultas virtuais que, efetivamente, não levam a uma

construção coletiva. Mas dão um verniz democrático à imposição do EaD e levantam a esperança de que haverá pacotes de internet e distribuição de equipamentos para os estudantes de baixa renda. A burocracia universitária chega a mencionar que o MEC poderia abrir um tipo de “REUNI virtual” para garantir recursos para estas medidas. No dia 01 de julho o MEC anunciou que “vai fornecer internet a alunos de baixa renda de instituições federais”, podendo alcançar até 906 mil estudantes.

É interessante que, em 2009, nos protocolos do CNE para o enfrentamento à pandemia de H1N1 só se referiram ao ajuste de calendário. No Brasil, o impacto foi muito inferior à atual crise sanitária, porém a oferta do governo da solução das aulas virtuais não é obra do acaso e sim a consequência do avanço anterior que já garantiu que a maioria das vagas no ensino superior sejam em EaD e a sanha do capital em buscar mais ramos para valorização e degradar mais o ensino público, como parte da sustentação do parasitismo da dívida pública. A pressão pelo EaD, o jogo de palavras confusionalista e a ausência de busca de outras saídas que preparem medidas de biosegurança para o retorno presencial expressam a pressão do capital financeiro em impor seu plano destruidor, incorporado por Bolsonaro que anunciava a intenção de abrir até a educação infantil para o EaD. Ao conduzir o retorno “remoto”, as reitorias servem a estes interesses.

A origem da distinção entre “Ensino Remoto Emergencial” e EaD

Procuramos mapear a origem desta distinção, usada de forma oportunista com vários interesses políticos e econômicos. Encontramos o artigo “The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning”, de 27 de março, assinado por cinco especialistas em Design e Tecnologia Instrucional das Universidades da Geórgia, Virgínia e Massachussets, nos Estados Unidos. Os autores informam sobre a existência de um debate acalorado nas mídias sociais entre pesquisadores e profissionais da educação on-line e a chegada a um termo comum de “*ensino remoto emergencial*” para estabelecer um claro contraste com o que muitos de nós conhecemos como *educação on-line de alta qualidade*. O propósito seria o de não reforçar o “*estigma de qualidade inferior ao aprendizado presencial*”, pois “*Esses movimentos on-line apressados de tantas instituições ao mesmo tempo podem selar a percepção do aprendizado on-line como uma opção fraca, quando, na verdade, ninguém que faz a transição para o ensino on-line nessas*

circunstâncias estará realmente projetando para tirar o máximo proveito dos recursos e possibilidades do formato online”.

O uso do termo “ensino” em vez de “aprendizagem” seria mais adequado, pois o que se sabe é que o professor tentará ensinar, não se sabe ainda como será o aprendizado. O fundamental seria o caráter temporário, o que traz o “emergencial” das soluções educacionais para situações de crise. A distinção, portanto, nasce no seio dos “teorizadores” do ensino tecnicista com a finalidade de tentar preservar o termo “EaD”, já “estigmatizado” da identificação com o baixíssimo nível e precariedade do “remoto emergencial”. A diferença relativa e conjuntural entre o EaD emergencial e o regulamentado passa a ser tratada como absoluta, como se fossem duas modalidades distintas. Uma pseudoteoria feita por encomenda e usada conforme interesses de ocasião.



A diferença relativa e conjuntural entre o EaD emergencial e o regulamentado passa a ser tratada como absoluta, como se fossem duas modalidades distintas. Uma pseudoteoria feita por encomenda e usada conforme interesses de ocasião.

Movimentos da Educação “flexibilizam” combate ao EaD

Não é novidade que as entidades nacionais estudantis dirigidas pelo PCdoB e PT se adaptaram à defesa do EaD. Na nota da diretoria da UNE, de 05 de junho, afirma que a modalidade carrega “contradições” conforme é “utilizada e regulamentada”. Tanto “*serve como instrumento para democratizar e ampliar o acesso*” como pode servir à “*financiamento da educação*”. Por essa via, de ver o lado bom/lado ruim, sem apontar a essência destruidora do EaD, excrescência brotada na fase imperialista do capitalismo, traça uma política de adaptação ao privatismo e luta por um melhor uso e regulação. Reconhecendo que a aula remota improvisada não é EaD, a nota diz que “*o ensino remoto não é um modelo ideal, de modo que debatemos sobre o método apenas em um marco transitório e excepcional*”. Após aceitar o EaD (remoto) e não apontar nenhuma forma de luta concreta, passa a colocar “condições” regulatórias para que não reforce a exclusão, desigualdade e privatização. Já sabendo das movimentações do MEC para garantir pacotes de internet, UNE, UBES e ANPG lançaram a campanha #InternetPraGeral e agora cantam vitória.

Como o ANDES não está fazendo uma campanha contra o EaD, os documentos da direção ficam ocultos em arquivos em pdf de difícil visualização no site e sem repercussão nas redes sociais, como a “*Nota da diretoria*

do ANDES-SN de repúdio à proposta do MEC de EaD em substituição ao ensino presencial”, de 18 de março de 2020 e o anexo da Circular nº 173/2020, de 27 de Maio de 2020, assinado junto com a Assessoria Jurídica Nacional. Neste anexo, intitulado “Notas preliminares sobre Educação a Distância (EaD) e trabalho remoto do(a)s docentes em tempos de pandemia”, lê-se que “O fato do Sindicato Nacional ter essa posição crítica sobre o EaD não significa que não sejam reconhecidas sua necessidade e importância em determinadas situações e contextos. Mas jamais pode ser usado como substituição absoluta do ensino presencial e sem a devida garantia de condições de trabalho adequadas, especialmente em período que não permite preparação prévia de docentes e discentes que não escolheram por essa modalidade.” Ou seja, a rejeição ao EaD é acompanhada de fissuras que indicam a aceitação da negociação da implementação do remoto. Estas contradições ajudam a compreender por que não há uma campanha real do Andes contra o EaD neste momento em que ele se apresenta concretamente.

“*Uma assembleia real pressupõe debate democrático e, principalmente, compromisso dos presentes em materializar as decisões. As assembleias virtuais só decidem ações virtuais, inócuas para impedir os planos da burguesia e seu Estado.*”

O artigo de Eblin Farage publicado no Le Monde de 12 de junho também aponta estas fissuras. A secretária geral do Andes apresenta todas as denúncias do privatismo e exclusão, porém, tem como proposta política apenas retardar a aplicação das aulas digitais. Afirma que o que está sendo proposto é um “arremedo de EaD”. Após evidenciar que os docentes compõem as “classes A e B”, tenta apelar para que eles aproveitem o isolamento para manter seu trabalho remoto, cuidado da família e afazeres da casa junto com suas pesquisas, estudos e ações de solidariedade. Em vez de chamar à luta contra o EaD, apenas pede mais tempo. Afirma: “Se o isolamento social perdurar por muitos meses, o que a conjuntura parece não indicar, aí teremos tempo de preparar uma verdadeira adaptação a educação a distância. Sim, aí será educação e não ensino, já que exigirá preparação dos professores, garantia de acesso à tecnologia da informação para professores e estudantes e adequação de acesso a material didático, entre tantas outras

demandas”. Diante da distinção entre arremedo de EaD (remoto) e o EaD regulamentado, passa a idealizar uma possibilidade de que esta modalidade seja aplicada com “qualidade”, sem exclusão e desigualdade, sem privatismo. Por fim, Eblin defende “ensino presencial como forma hegemônica”, capitulando à defesa do EaD. É preciso que a direção do ANDES organize uma campanha nacional contra o EaD. O caminho atual de embates jurídicos isolados por sessão sindical e individualização da aceitação deve ser rejeitado.

Assembleias Universitárias para debater o retorno às aulas

Qualquer decisão sobre o retorno às aulas (virtual ou presencial) deve ser precedida de assembleias presenciais das categorias e gerais (universitárias). Não será possível barrar o projeto de destruição da educação, agravado pelo envio do Future-se ao Congresso Nacional, simplesmente ficando em casa e esperando o dia em

que todos estejam vacinados. Os levantes antirracistas no mundo mostram que as contradições da crise econômica e sanitária empurram as massas à luta. Teremos sim que pensar como garantir as medidas sanitárias ao nosso alcance para realizar as assembleias, mas não podemos

abrir mão deste instrumento de luta. As assembleias virtuais e atos virtuais são verdadeiras farsas. No meio operário, as assembleias virtuais só serviram para legitimar a redução de salários e demissões. Uma assembleia real pressupõe debate democrático e, principalmente, compromisso dos presentes em materializar as decisões. As assembleias virtuais só decidem ações virtuais, inócuas para impedir os planos da burguesia e seu Estado. A impotência abre caminho para o mantra neoliberal que diz “não há alternativas”. Sob esta orientação, os movimentos apenas tentarão pressionar por melhorias dentro de um plano destruidor da Educação, do funcionalismo e da juventude. Para enfrentar tamanha ofensiva, somente com os métodos da luta de classes, por meio da formação de comitês de luta, por meio da ação direta, rompendo todo corporativismo e buscando a unidade com os demais trabalhadores e juventude oprimida que estão arcando com todo peso da crise econômica e pandêmica.



Educação e barbárie

Declaração da União Revolucionária do Magistério, corrente sindical do POR boliviano, de Abril de 2020.

O prolongado isolamento social (quarentena) para combater os efeitos da pandemia do Covid-19 condenou a grandes sacrifícios a população como um todo, especialmente as camadas mais pobres, que se veem obrigadas a suportar as dificuldades enquanto aguardam os salários miseráveis ou os auxílios insuficientes que o governo tem distribuído. Por outro lado, o aparato produtivo está paralisado e coloca no horizonte o fantasma do desemprego e de mais fome. A queda nos preços dos minerais no mercado mundial e a queda do petróleo nos últimos dias deu a impressão de que a maldição das sete pragas do Egito havia caído sobre a Bolívia. O desespero se espalha ainda mais quando se admite que essa pandemia não terminará logo que a quarentena se encerrar, nos próximos dias; médicos e especialistas explicam que, enquanto a vacina não for descoberta e sua aplicação universalizada, a humanidade estará condenada a conviver com esse flagelo.

Em meio a esse panorama catastrófico, o problema do destino da educação foi colocado em discussão. O Ministério da Educação e setores da classe média, quase automaticamente, tentaram encontrar a tábua de salvação na educação virtual. Eles consideram que essa forma de educação pode amenizar ou superar os grandes danos que a educação está sofrendo devido à suspensão das aulas presenciais, em todos os níveis e modalidades. A suspensão de quase dois meses das aulas presenciais é vista por professores, pais e alunos como uma catástrofe que é muito difícil de recuperar no que resta do calendário letivo.

Fala-se das limitações materiais e culturais para poder aplicar universalmente as plataformas virtuais, de que os computadores, internet e *smartphones* não chegaram a todos os setores da população; da grande desigualdade social em que uma imensa maioria dos pobres, especialmente do campo, não tem acesso à internet e nem mesmo à eletricidade; devido à pobreza que impera, a maioria não é capaz de acessar a quantidade de megabytes exigida pelos programas educacionais; que os pais, devido ao nível cultural muito elementar, não podem apoiar a aplicação da educação virtual para seus filhos nas etapas iniciais de ensino; que não houve tempo para treinar o

conjunto dos professores no uso da informática etc. Tudo isso é verdade, a Bolívia é um país que não conseguiu superar os resquícios do pré-capitalismo, fato que se reflete em todas as atividades econômicas, sociais e culturais. É um problema estrutural que também deve se refletir na natureza da educação.

É inquestionável que a pandemia desnudou a incapacidade da classe dominante e do Estado burguês para resolver os problemas gerados pela crise cíclica do capitalismo, todas as suas medidas acabam golpeando os interesses da classe operária e da maioria dos oprimidos do país e são inúteis para superar a crise da educação, que se arrasta desde que o sistema social entrou em seu esgotamento total; agora, como novidade, surge a questão de saber se a educação virtual pode salvar total ou parcialmente a qualidade da educação.

Partindo do caso hipotético de que todas as condições materiais, sociais e culturais para se aplicar plenamente a educação virtual fossem garantidas, fato que não se dará por ser um problema de natureza estrutural, o que aconteceria com a educação? Seria possível superar substancialmente a qualidade da educação e o desenvolvimento integral do ser humano, de modo que, com a ajuda dos computadores e da Internet, os alunos possam ser apresentados a um mundo repleto de conhecimento e transformação científica e suplantar o mundo real por esse outro que é virtual?

Partamos da evidência de que a educação, desde muito tempo antes da pandemia, está em crise; que se manifesta como uma atividade que não alcança efetivamente o conhecimento nem novos avanços na ciência; pelo contrário, caracteriza-se por ser anticientífica, repetitiva e memorística, agravada ultimamente por manifestação de barbárie, como é o pachamamismo³; chegamos à convicção de que a crise educacional se desenvolve paralelamente à crise estrutural do sistema capitalista, por isso a neoliberal Lei N° 1565 propôs a privatização da educa-

3 Termo que remete ao uso político da adoração à Mãe Terra (Pachamama). Na reforma educacional de Evo Morales (MAS), por exemplo, pretendeu-se equiparar a concepção científica à religiosa (nota da tradução).



ção, para libertar o Estado burguês falido de suportar o pesado custo educacional.

Em nossos debates educacionais, primeiro com o neoliberalismo e depois com a pós-moderna Lei Nº 070 [Lei da Educação Avelino Siñani - Elizardo Pérez], chegamos à conclusão de que a causa dessa crise está na crescente separação da educação em relação à realidade. O objeto direto do conhecimento que aparece como manifestações múltiplas, contraditórias e em permanente mudança, que são os fenômenos da natureza, da sociedade e da cultura, foi substituído pelo texto, pelo módulo educativo ou pelos materiais didáticos que os professores preparam para suas aulas. Foi rompida a relação dialética entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, ambos em permanente mudança e transformação.

“ Se a educação virtual for plenamente aplicada, a crise atual será agudizada, porque a atividade educacional romperá os poucos vínculos que ainda mantém com a realidade ...

O capitalismo, por ser uma sociedade dividida entre opressores e oprimidos, baseada na grande propriedade privada dos meios de produção, nunca conseguiu superar essa dicotomia entre educação e realidade. Em sua etapa progressiva, implantou as várias formas da Pedagogia Ativa e do comportamentalismo com o slogan que você “aprende fazendo”; mas limitou-se a encerrar a atividade dos alunos em um ambiente escolar na forma de oficinas, com trabalho manual, resolução de tarefas etc. Fazendo com que o professor e o aluno permanecessem em uma atitude contemplativa em relação à realidade, amputando sua capacidade criativa e de agir de forma transformadora sobre ela. Dessa maneira, foi eliminada qualquer possibilidade de aplicar a unidade entre teoria e prática no processo social de produção, como a única possibilidade de superar a atual crise da educação.

Na fase de decadência desse sistema social, houve uma clara virada para o subjetivismo pedagógico, ancorando a atividade educacional em concepções estruturalistas que visam tentar aprisionar a realidade em formas e fórmulas abstratas; a gramática estrutural e a lógica simbólica derivaram em correntes pedagógico-psicológicas, como o construtivismo e o pós-modernismo, que concebem a possibilidade de que o homem possa construir ilimitadamente o conhecimento e a própria realidade através dos malabarismos da linguagem.

É nesse contexto que se discute, agora, que a educação virtual possa substituir total ou parcialmente as aulas presenciais, substituir a relação direta entre alunos e

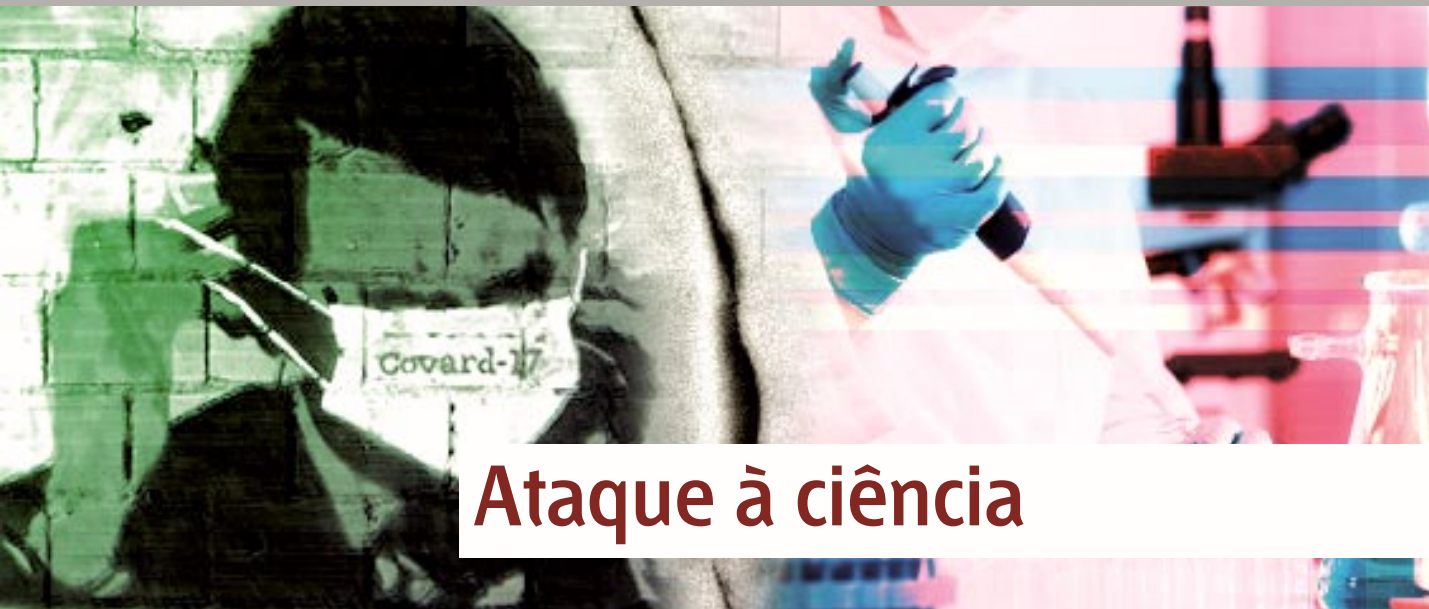
professores, na qual ambos atuam para modificar a realidade que os cerca. O Ministro da Educação desenvolve a teoria de que essa forma educacional possui limitações, pois só pode dar conta da formação teórica do aluno, impossibilitando a parte prática e operacional. Conclui que permanece apenas na educação informativa e não formativa. As velhas concepções que separam a teoria da prática não saem da cabeça do Ministro da Educação. Nós, professores, pelo contrário, sustentamos que não há possibilidade de conhecimento fora da unidade dialética entre teoria e prática, como único caminho para se atingir o conhecimento e fazer ciência. Se a educação virtual for plenamente aplicada, a crise atual será agudizada, porque a atividade educacional romperá os poucos vínculos que ainda mantém com a realidade. O capitalismo em crise, assim, nos oferece a barbárie educacional com um verniz tecnológico.

Não pretendemos rejeitar ou desvalorizar os avanços da cultura e da ciência, eles constituem um patrimônio da humanidade

que precisamos aprender a usar como ferramentas no trabalho constante de dominar as leis, ainda não descobertas pelos seres humanos, da natureza, da sociedade e da própria cultura. Livros, computadores, Internet, fórmulas abstratas, cibernética etc. são ferramentas a serviço do homem, que devemos saber usar; o machado ou o martelo usados incorretamente podem amputar nossas mãos e computadores e a Internet, nesta sociedade de consumo, estão destruindo a capacidade do homem de interagir socialmente.

Finalmente, nós, professores, soltamos um grito de alerta. As consequências da crise estrutural do capitalismo, que já se fazem sentir no país, agudizadas pela pandemia do Covid-19, vão pressionar o Estado burguês a despejá-las sobre os ombros dos oprimidos e explorados. Uma das maneiras de fazê-lo é reduzir o quanto puder os custos do funcionalismo para transferir esses recursos ao socorro do capital privado parasitário e das multinacionais imperialistas. A educação é um dos serviços mais dispendiosos e o Estado tentará economizar dinheiro, reduzindo ou liquidando as conquistas históricas da educação, privatizando setores importantes, mantendo os salários de fome, intensificando a exploração sobre o magistério e reduzindo a quantidade de professores com seu plano de generalização da educação virtual.

A URMA (União Revolucionária do Magistério) convoca o professorado nacionalmente, os pais e os trabalhadores em geral a intervir de maneira unitária para salvar a educação da barbárie.



Ataque à ciência

A pandemia pôs em evidência o problema da ciência no país. Ressaltou as mazelas do sistema científico nacional, e a postura abertamente obscurantista do governo, somando-se à escalada anticientífica, que significa a defesa da “escola sem partido” e do terraplanismo, postulado sem pudor por setores religiosos e reacionários.

Durante o ano de 2019, diversas associações científicas, sindicatos docentes, parte da burocracia universitária, associações de pós-graduandos e outros fizeram manifestações públicas, criticando as políticas do novo governo que, desde o início, deflagrou diversos ataques às universidades, à educação e à ciência.

Qual seria o significado dos ataques atuais? É evidente que a truculência e franqueza da postura obscurantista desse governo lhe confere um caráter extremado, mas não é nenhuma novidade. Trata-se da continuidade do desmonte de uma estrutura que, no contexto da profunda crise do capitalismo mundial, é supérflua.

No Brasil, durante o período nacional-desenvolvimentista, se estruturou um sistema estatal de estímulo à pesquisa científica, em consonância com a orientação desenvolvimentista então vigente, que postulava a possibilidade dos países atrasados superarem seu atraso, mediante o desenvolvimento industrial, podendo alcançar, dessa forma, as potências imperialistas. Este sistema consistiu essencialmente na criação do CNPq (1951) e a CAPES (1951), assim como de outras agências federais (FINEP) e fundos estaduais de apoio à pesquisa científica. Este sistema também era defendido a partir da perspectiva de que o domínio de certos conhecimentos e tecnologias serviriam para, mediante esse desenvolvimento, atingir certa autonomia econômica e preponderância geopolítica.

É preciso ressaltar, porém, que o desenvolvimentismo brasileiro correspondeu, enquanto durou, a condições

“ No Brasil, durante o período nacional-desenvolvimentista, se estruturou um sistema estatal de estímulo à pesquisa científica, em consonância com a orientação desenvolvimentista então vigente, que postulava a possibilidade dos países atrasados superarem seu atraso, mediante o desenvolvimento industrial, podendo alcançar, dessa forma, as potências imperialistas.

econômicas favoráveis, desde as potências imperialistas. Um capital excedente acumulado nos países exportadores de capital financeiro encontrou possibilidade de investimento no desenvolvimento de setores de países atrasados, como o Brasil, a partir do aumento do endividamento externo. Note-se que esse investimento foi desde sempre condicionado aos interesses do capital financeiro e da política externa norte-americana. Por mais que se tenha efetivado, o desenvolvimento desses setores jamais permitiu superar a subordinação nacional ao imperialismo, política e econômica. O que quer dizer que jamais se alcançou a soberania nacional. É preciso dizer que serviu também a uma maior centralização autoritária nacional, a partir do governo federal, tendo em vista o desenvolvimento capitalista brasileiro sobre a base da organização oligárquica do país, que leva a atritos e fricções centrífugas entre essas frações, ao longo de sua história. E que o desenvolvimento do Brasil no interior do continente lhe conferiu um papel de árbitro e de pressão sobre os demais países, a partir do alinhamento aos interesses norte-americanos. Nota-se, assim, o caráter contraditório desse suposto desenvolvimentismo nacional.



“ Somente após a criação das primeiras universidades, já na década de 1930, onde puderam se formar pesquisadores, e onde se alocaram cientistas estrangeiros “importados”, foi possível dar resposta às demandas do processo econômico de orientação nacional-desenvolvimentista que, na década de 1950, exigia a participação de uma força de trabalho especializada.

Tal perspectiva era reforçada, no plano internacional, pela integração da ciência aos estados, antes e durante a Segunda Guerra Mundial – Projeto Manhattan, por exemplo. No final desta, a ciência serviu como um elemento de legitimação política dos estados, e tornou-se “popular”, sendo também vista como fator acelerador do crescimento econômico. Definitivamente, a ciência [agora] estava inserida nos sistemas de poder.

As intervenções do estado brasileiro, nos períodos anteriores, respondiam a problemas pontuais ou à necessidade de formação de alguma força de trabalho profissional – criação das escolas de medicina, de direito e engenharia, durante a Colônia e o Império. Posteriormente, o apoio estatal às pesquisas na área de saúde pública para combate de epidemias e endemias, que deram origem a Mangueiras e o Instituto Butantã, pode ser considerado como as primeiras formas institucionalizadas de política científica.

Henrique Carneiro, refletindo acerca destas primeiras instituições pontua que “num país semicolonial, não é de se surpreender que tenha sido na área biomédica que a ciência nacional começou a institucionalizar-se. Como os médicos constituem o grosso dos cientistas treinados na maioria dos países em desenvolvimento, também não é de surpreender que os novos progressos científicos ocorram muitas vezes primeiro no

campo da medicina”. Contudo, não foram suficientes para dar forma a um verdadeiro “sistema” estatal de estímulo à ciência.

Somente após a criação das primeiras universidades, já na década de 1930, onde puderam se formar pesquisadores, e onde se alocaram cientistas estrangeiros “importados”, foi possível dar resposta às demandas do processo econômico de orientação nacional-desenvolvimentista que, na década de 1950, exigia a participação de uma força de trabalho especializada. Naquele período, tornou-se necessário dar respostas ao intenso processo de expansão da infraestrutura produtiva nacional. A expansão da eletrificação, com a construção das grandes barragens mineiras, paulistas e do São Francisco (Cemig, 1952; Uselipa, 1953; Cherp, 1955; Furnas, 1957; Eletrobrás, 1961), da siderurgia (CSN, 1942), do sistema de telecomunicações, da produção e refino de petróleo (Petrobrás, 1953; Refinaria Cubatão, 1955). Foi esta expansão a que induziu a ampliação do sistema educacional (ITA, 1950; CNPq, 1951), com a formação do sistema estatal de financiamento e organização da pesquisa científica, e constituição dos órgãos federais e as fundações nos estados, das quais a mais importante foi a Fapesp, criada em 1962.

Contudo, foi só durante a ditadura militar que ciência e tecnologia passaram a ser consideradas assuntos de Estado. Pela primeira vez, ciência e tecnologia figuravam expressamente no primeiro plano na economia como elementos fundamentais para a execução de uma estratégia desenvolvimentista. Durante o período 1973-74, foi aprovado o Primeiro Plano Básico para o Desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Foi também sob a ditadura militar que o sistema de pós-graduação foi efetivamente organizado e passou a se constituir no espaço por excelência da formação de pesquisadores profissionais. O projeto de desenvolvimento, promovido pelos militares, exigia a constituição de um contingente de profissionais qualificados para responder às exigências do modelo. A partir dali, as universidades se reforçaram, como o espaço privilegiado da atividade científica, e o Brasil desenvolveu um extenso sistema de pós-graduação.

Apesar disso, e em que pese a ciência ter se tornado “assunto de Estado”, não houve o salto no desenvolvimento econômico nem, muito menos, autonomia e domínio das áreas sensíveis do conhecimento. Um exemplo foi o fracasso do projeto nuclear, inicialmente concebido como de colaboração com a Alemanha, rompendo acordos com os EUA. Mas que sofreu oposição e bloqueio pelo imperialismo, inicialmente durante o governo Collor de Mello, até se chegar recentemente à quase liquidação das veleidades militares de dominar o controle desta tecnologia. Um episódio próximo que ilustra a interferência do



O que caracteriza a orientação estatal, desde o fim da ditadura militar, é a integração subordinada da economia nacional ao mercado mundial, por meio da abertura indiscriminada ao capital estrangeiro.

imperialismo nessa área: a operação Lava-jato conseguiu a condenação por 43 anos do ex-presidente da Eletronuclear, o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, acusado (para variar) de corrupção.

A crise econômica da década de 1970 não liquidou só o projeto da ditadura militar. Marcou também o “canto de cisne” do ciclo nacional-desenvolvimentista, com evidentes reflexos para o sistema de ciência e tecnologia constituído no país. Embora as universidades públicas tenham continuado com seus programas de pós-graduação, em muitos ambientes, tornaram-se espaços burocráticos, dos quais passaram-se a exigir cada vez mais a produção e publicação de *papers*, critério utilizado para aferir a “qualidade” da pesquisa e do pesquisador candidato a bolsas e outros auxílios.

Uma blague que circulava nos meios acadêmicos registra que, na década de 1990, costumava-se perguntar ao professor universitário: “Quantos trabalhos você já publicou?”. Rapidamente, se passou para: “Quantos trabalhos você publicou este ano?”. E, com velocidade ainda maior, começou-se a se indagar: “Qual o fator de impacto das revistas nas quais você publica?”, deslanchando daí para: “Objetivamente, sua pesquisa serve para quê? Você tem alguma interação com o setor produtivo?”.

Esta última preocupação, ou seja, a vinculação da pesquisa com o setor “produtivo” [mercado] não é recente. A distribuição e alocação de recursos pelas agências, já desde a ditadura, segue uma política de induzir a pesquisa em determinadas áreas de interesse do mercado.

O fato é que, nos governos posteriores à ditadura, o Estado nacional abandonou qualquer perspectiva de soberania, e, no quadro de uma profunda crise, embarcou na onda neoliberal. O sistema de ciência e tecnologia passou a ser alvo de ataques, por parte não só do “mer-

cado”, mas também do próprio Estado, redundando nos recortes sucessivos no orçamento das universidades e da pesquisa, chegando-se inclusive à tentativa de extinguir a CAPES pelo governo Collor de Mello, em 1990. Concomitantemente, aumentou-se o estímulo ao ensino privado na educação superior, que teria seu auge nos governos do PT, com o FIES e o PROUNI.

O governo FHC, além de promover a privatização generalizada das estatais, e de tentar a transformação das universidades públicas em Organizações Sociais, explicitou que considerava o investimento do Estado nacional em ciência e tecnologia supérfluo. Foi emblemática a manifestação do ministro Pedro Malan, de acordo com o qual, em tempos de “globalização”, não precisamos gastar com recursos na produção independente de ciência, porque poderíamos comprar tecnologia no exterior.

O que caracteriza a orientação estatal, desde o fim da ditadura militar, é a integração subordinada da economia nacional ao mercado mundial, por meio da abertura indiscriminada ao capital estrangeiro. Nesse percurso, há que destacar a importância que teve a modificação do conceito de “empresa nacional”, mediante a Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995. Por meio desta, o tratamento preferencial para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte foi substituído pelo “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, e que tenham sua sede e administração no País”, escancarando dessa forma ao capital internacional o mercado interno, com apoio do Estado nacional.

A perspectiva privatista se ampara na falácia da necessidade de o Estado recuperar sua autonomia financeira e capacidade de implementar políticas. A premissa implícita era que o Estado não conseguia atender com eficiência



a sobrecarga das demandas a ele direcionadas, sobretudo na área social. Foi assim que se justificou a reforma do Estado, seguindo as orientações do chamado Consenso de Washington. Alguns dos objetivos decorrentes das orientações imperialistas eram: a) o ajustamento fiscal; b) orientar a economia para o mercado com reformas, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que garantisse a concorrência interna, e criasse condições para o enfrentamento da concorrência internacional.

No início do seu primeiro mandato, FHC implantou a Lei de Propriedade Intelectual (Lei nº 9.279, de 14/05/96), cedendo mais do que o próprio imperialismo exigia, permitindo o patenteamento geral às empresas estrangeiras, e que estas pudessem obrigar as empresas brasileiras a comprar insumos diretamente do fornecedor de tecnologia, ou em fontes por elas definidas, ou determinar o território em que o produto final poderia ser produzido. Ademais, garantiu a liberdade de remessas de lucros entre as filiais das empresas transnacionais instaladas no Brasil às suas matrizes nos países de origem.

ção das universidades e centros públicos de pesquisa aos interesses do capital. Dessa forma, todo o sistema educativo e o complexo público de Ciência e Tecnologia (C&T) foram orientados para a capacitação tecnológica da força de trabalho, e para a inovação industrial.

Para implementar a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), foi estruturado o Sistema Nacional de Inovação, que visava à articulação entre empresas, universidades, centros de pesquisa públicos e privados, instituições de fomento, e o financiamento do desenvolvimento tecnológico, instituições de apoio, propriedade intelectual, gestão tecnológica e gestão do conhecimento, assim como o apoio à difusão tecnológica.

Posteriormente, aprovou a Lei de Inovação Tecnológica, iniciado no governo FHC. Uma lei que, além de não garantir nada, em termos de avanço na inovação tecnológica, submeteu ainda mais as universidades públicas aos interesses do capital, e aprofundou e expandiu formas de não comprometimento do Estado com o financiamento destas instituições, sob a alegação de que as empresas

privadas aportariam recursos nas universidades e institutos públicos de pesquisa na produção de C&T.

Essa Lei de Inovação Tecnológica criou a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que, assim como as ONGs, OSs, OSCIPs

e fundações de direito privado, foi instituída como um Serviço Social Autônomo, de modo a permitir a contratação dos docentes que pretendessem se tornar “empresários de base tecnológica”, para se associarem com as fundações de direito privado, redes e OSCIPs existentes nas universidades, previstas na lei de Inovação Tecnológica. Foi o *canto de sereia* para seduzir os pesquisadores e docentes em geral a se transformarem em empresários/empreendedores.

As contribuições do governo Dilma ao desmonte do sistema científico consistiram principalmente na Emenda Constitucional 85/15, e no denominado Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Emenda Constitucional 85/15 foi justificada pela necessidade de adequar a produção científica e tecnológica doméstica às demandas econômicas e sociais do Brasil. Seus proponentes defendiam que a *inovação* constituía o **elemento fundamental da estratégia de desenvolvimento**. O “desenvolvimento” não pôde ser enfiado na CF de 88, devido à vigência, ainda que precária, de um certo nacionalismo. A EC objetivou dotar de maior *eficácia* o sistema de ciência, *tecnologia e inovação*, *desburocratizando* procedimentos, e viabilizando *novas formas de trabalho*.

“ *As contribuições do governo Dilma ao desmonte do sistema científico consistiram principalmente na Emenda Constitucional 85/15, e no denominado Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.* ”

Além do aperto financeiro a que submeteu as universidades e o sistema de pesquisa, no final do seu segundo mandato, FHC ainda tentou aprovar a Lei de Inovação Tecnológica, com apoio de boa parte da “comunidade científica”, nessa altura já cooptada para a orientação privatista e mercadológica, estimulando a participação de pesquisadores junto a empresas privadas. O projeto de lei previa, entre outras coisas, que os professores pudessem se afastar das suas atividades nas instituições de ensino superior públicas, para participar de projetos inovadores em empresas privadas. Estabelecia, ainda, que as universidades e outras instituições públicas poderiam ceder os seus laboratórios e equipamentos para a utilização pelas empresas em projetos de parceria para a realização de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Esta tarefa, FHC deixou para o governo Lula.

A orientação dos governos Lula e Dilma não alterou o percurso iniciado por FHC. De início, o novo governo adotou uma Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), cujo objetivo era o aumento da eficiência econômica, e o desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de propiciar a disputa no comércio internacional. O PITCE propunha a vincula-



▣ *O obscurantismo descarado e abertamente reacionário do presidente atual, além dos aspectos idiossincráticos, revela uma face importante das tendências embutidas na crise estrutural do capitalismo: a necessidade de destruição massiva de forças produtivas*

A EC defendia o compartilhamento entre os entes públicos e privados, não apenas de know-how e infraestrutura, mas de mão de obra especializada de servidores públicos e empregados, com empresas da iniciativa privada, que lidam com pesquisa e inovação. Para dotar o sistema de maior flexibilidade, havia que viabilizar as parcerias público-privadas (PPP) na produção científica, tecnológica e inovadora.

A inclusão no texto do termo desenvolvimento não é gratuita, pois, sinaliza para o vínculo do conhecimento com as funções econômicas. O objetivo é vincular mais diretamente a pesquisa às demandas do mercado.

A Lei nº 13.243/16 intitulada *Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação* baseia-se na defesa da vinculação direta da produção de Ciência e Tecnologia (C&T) ao mercado. A principal justificação é a de conectar a produção científica, tecnológica às demandas empresariais.

A 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (2010) já afirmara que o desafio era *“criar condições para que atividades inovadoras atendam as demandas dos diferentes setores da sociedade, e fortaleçam a competitividade internacional das empresas”*.

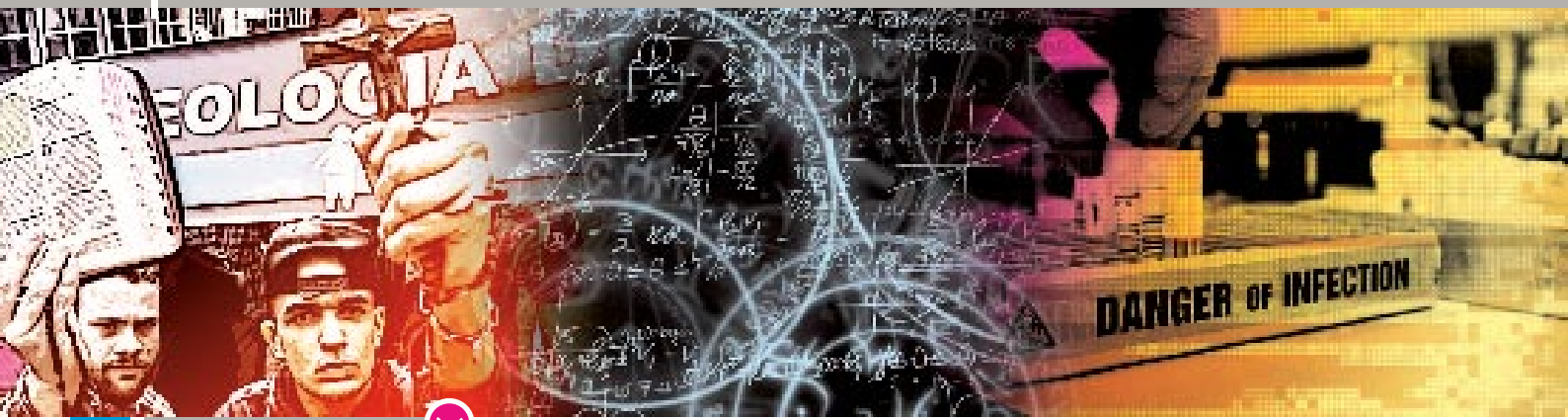
No ato de sanção do PLC nº 77/15, a presidente Dilma Rousseff declarou: *“Com um ambiente regulatório mais favorável para a cooperação entre universidades, laboratórios de pesquisa, empresas e Estados, transformaremos, certamente, mais ciência básica em inovação, e inovação em competitividade, gerando um novo círculo de desenvolvimento econômico no País”*.

Esse conjunto de alterações do governo Dilma tinha os seguintes objetivos: a) permitir o compartilhamento de pessoal (professor, pesquisador etc.), do conhecimento, e de recursos financeiros e materiais existentes no setor

público (universidades, institutos, empresas estatais) com empresas privadas; b) alocar pessoal pago com recursos estatais em entes privados; c) propiciar a intermediação de conhecimentos, serviços, assessorias e produtos tecnológicos entre entes públicos e privados; d) liberar de licitação as compras e contratações públicas; e) facilitar a captação e prestação de contas de recursos públicos e privados para o desenvolvimento de pesquisas; f) disseminar arranjos produtivos e tecnológicos, sob a forma de parcerias público-privadas; g) “internacionalizar” a produção de CTI; e h) permitir o investimento estatal em capital de risco na produção de C&T.

Também, sob o governo Dilma, não foi menos importante o estímulo à constituição do “empreendedor acadêmico” como o grande objetivo, mas também como o principal protagonista destas mudanças. Isso porque, em toda a tramitação deste arcabouço legal, a participação direta dos empresários foi minoritária, cabendo o protagonismo à própria “comunidade acadêmica”, ou, à parte já cooptada para esse projeto. As ilusões destes empreendedores que imaginavam o afluxo de recursos das empresas às pesquisas, ou ao estímulo da tecnologia e inovação, frustraram-se fragorosamente. Mas o serviço já estava feito.

Sob o governo Temer, em plena crise econômica, os ataques ao sistema de ciência e tecnologia se aprofundaram violentamente. A EC 95/16 foi devastadora. Os cortes de verbas para o ensino superior público e para o complexo público de ciência e tecnologia (C&T) se acentuaram; em várias universidades federais, houve corte de



“

É ilusória a crença de que a “democracia” possa deter o avanço da barbárie que, nesse caso, significa a destruição da ciência e do conhecimento em nosso país.



luz, suspensão de contratos por fornecedores e de serviços terceirizados. O CNPq e a CAPES tiveram seu custeio reduzidos à metade.

Por isso, as medidas restritivas e a violência desferida pelo governo Bolsonaro contra o sistema de ciência e tecnologia e contra a universidade pública não são nenhuma novidade. Vêm apenas coroar um longo processo de desmantelamento, iniciado na década de 1990. Não se limita às restrições orçamentárias,

inclui o projeto “Future-se”, que liquidaria o escasso caráter público do sistema universitário. Ademais de negar abertamente a ciência, em tudo o que diz respeito às suas políticas reacionárias: veja-se a demissão do presidente do INPE, por exemplo, por contrariar a política de entrega da Amazônia aos pecuaristas e fazendeiros responsáveis pelas queimadas, utilizando como pretexto a negação dos dados técnicos e científicos que o órgão arguia para se opor ao desmatamento.

A crise, que é anterior e independente da pandemia, decorre da contradição entre as forças produtivas, amplamente desenvolvidas, e as relações de produção capitalistas, quer dizer, a grande propriedade privada capitalista. A crise significa a existência de um excesso de valores que não podem ser absorvidos pelo mercado: A esta situação se chega fatalmente no capitalismo devido à maior composição orgânica do capital – maior proporção de meios de produção [principalmente de máquinas e processos tecnológicos mais avançados], em relação à força de trabalho; maior proporção de capital constante e menor de capital variável – como consequência da concorrência entre os capitalistas. O resultado é que, a cada ciclo, a produção emprega menos trabalhadores, e os capitalistas têm menor possibilidade de extrair lucro (que da tendencial da taxa de lucro), e concentram-se mais e

mais o capital e os mercados. Nos momentos recessivos das crises, o capitalista já não consegue vender a preços baixíssimos, prefere destruir os produtos já fabricados, ou interromper a produção, aumentando o desemprego. Esta é uma lei do modo de produção capitalista. Por isso, de acordo com Marx, a grande propriedade privada capitalista é a que bloqueia o desenvolvimento pleno das forças produtivas, pois, o aumento destas implica no incremento potencial da produção de valores, e este incremento aprofunda mais ainda a crise.

A ciência e o conhecimento são parte das forças produtivas, por isso, não podem mais se desenvolver plenamente no quadro das relações capitalistas de produção. Isso se dá porque não são aplicáveis a uma capacidade produtiva saturada. Somente em alguns setores, e a serviço do poder imperialista, ou daqueles setores em que o ciclo de negócios vive da rápida obsolescência, é que pode se encontrar algum dinamismo científico.

Nesse quadro, a ciência e conhecimento são bloqueados, pois, não têm aplicação imediata. Este bloqueio também se aplica aos países imperialistas, pois, nestes, a plena utilização dos conhecimentos disponíveis implicaria num grande incremento da produção de riquezas, que agravaria a crise. De outra parte, muito desse conhecimento é propriedade privada das grandes corporações, que as utilizam só quando for conveniente para seus negócios.

Um exemplo desse bloqueio se pode encontrar no fato da vacina já descoberta, quando da epidemia do SARS e do MERS-Cov, ter sido bloqueada pelos laboratórios e a indústria farmacêutica, porque naquele momento a epidemia já havia sido controlada.

Uma matéria da BBC Brasil, de 10 de abril deste ano, intitulada “Coronavírus: como o mundo desperdiçou a chance de produzir vacina para conter a pandemia” explica que, após a epidemia de SARS, em 2002, e MERS, em 2012, uma equipe de cientistas na cidade de Houston, nos Estados Unidos, em 2016, tinha chegado a uma vacina pronta para o coronavírus.

“Terminamos os testes e passamos pelo aspecto crítico da criação de um processo de produção em escala piloto para a vacina”, diz Maria Elena Bottazzi, codiretora da Escola



Nacional de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina Baylor, e do Centro de Desenvolvimento de Vacinas do Hospital Infantil do Texas.

“Então, fomos ao NIH (Institutos Nacionais de Saúde dos EUA) e perguntamos: ‘O que fazemos para transferir rapidamente a vacina para a clínica? E eles nos disseram: ‘Olha, agora não estamos mais interessados’.” Pois, a epidemia havia sido controlada e os laboratórios não teriam os lucros exorbitantes que conseguiriam, se fosse durante a epidemia. A consequência estamos observando neste momento, em que a existência de uma vacina contra aquelas doenças facilitaria o combate a esta.

Nos países atrasados e semicoloniais, como o Brasil, a situação é pior, pois, a natureza internacional do capitalismo condena as semicolônias ao atraso, bloqueando as condições para que estas alcancem seu pleno desenvolvimento capitalista, mediante mecanismos econômicos, financeiros e, se precisar, militares. A ciência e a tecnologia necessárias para o desenvolvimento não estão ao alcance das semicolônias, ainda admitindo que suas classes dominantes o desejem. Não é o caso do Brasil, pois, a política dos sucessivos governos, há muito, se adaptou às condições do atraso.

Daí o fracasso e o desmonte do sistema que se construiu no Brasil durante o período nacional desenvolvimentista. Sob as condições do capitalismo, os países atrasados têm definitivamente bloqueadas as possibilidades de um poderoso sistema de ciência e tecnologia. Não há qualquer alternativa de desenvolvimento das forças produtivas nacionais fora do socialismo.

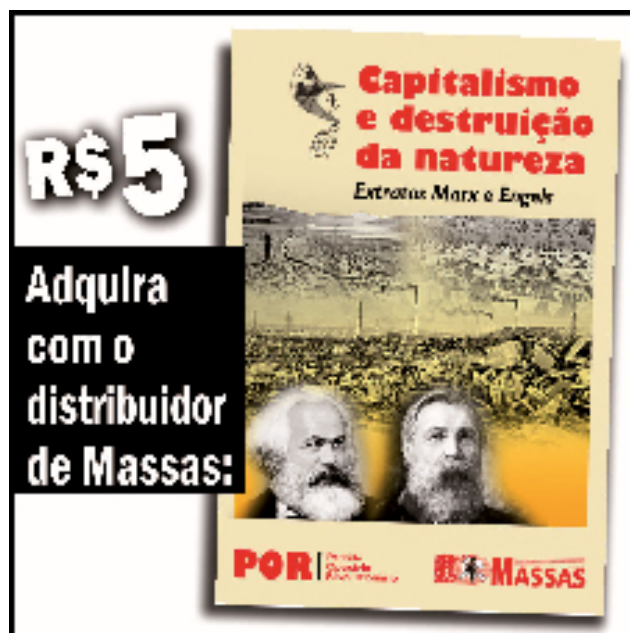
Por isso, é puro utopismo reivindicar ou pretender que, nas condições de atrelamento do país ao sistema capitalista, seja possível o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e, menos ainda, atingir soberania nacional.

O obscurantismo descarado e abertamente reacionário do presidente atual, além dos aspectos idiossincráticos, revela uma face importante das tendências embutidas na crise estrutural do capitalismo: a necessidade de destruição massiva de forças produtivas (a principal força produtiva é o trabalhador, sua força de trabalho), como a forma que o capitalismo tem para atravessar a crise e se perpetuar. A forma clássica de destruição é a

“ Nos países atrasados e semicoloniais, como o Brasil, a situação é pior, pois, a natureza internacional do capitalismo condena as semicolônias ao atraso, bloqueando as condições para que estas alcancem seu pleno desenvolvimento capitalista, mediante mecanismos econômicos, financeiros e, se precisar, militares.

guerra. A pandemia pôs no colo da burguesia imperialista essa alternativa, que ademais lhe permite jogar a culpa na “natureza”. É claro que há diferenças entre as diversas frações imperialistas, o que explica os atritos e divergências quanto à forma de lidar com a pandemia. Mas, o alinhamento servil do governo brasileiro à potência hegemônica escancara uma tendência há muito presente na burguesia nacional, manifestada, ora de modo dissimulado, ora de modo franco.

A face obscurantista que predomina, e o desprezo da ciência, revelam também as tendências fascizantes e bárbaras manifestas no mundo inteiro. Para enfrentá-las, a nação oprimida não tem alternativa, a não ser a revolução proletária e o socialismo. É ilusória a crença de que a “democracia” possa deter o avanço da barbárie que, nesse caso, significa a destruição da ciência e do conhecimento em nosso país.





Trabalho, crise e juventude



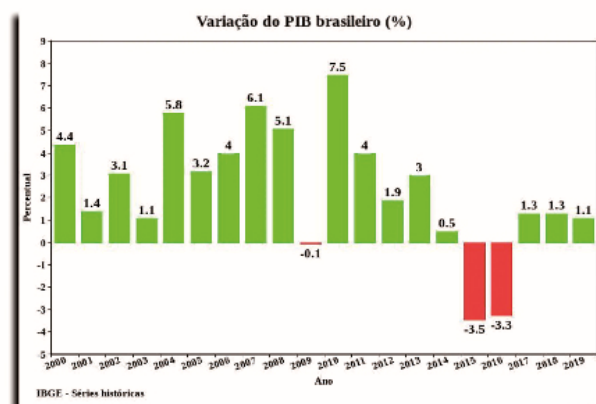
Nos últimos anos, vem crescendo no Brasil o número de trabalhadores informais, ou seja, aqueles que não têm registro em carteira e, conseqüentemente, não estão protegidos pelos direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na edição anterior dessa revista, analisamos a reforma da previdência e como ela afetará profundamente a juventude, principalmente aos que não conseguirem um emprego com carteira assinada. Desta vez, analisamos o quadro geral dos explorados em relação à sua condição de trabalho, em especial no que tange à informalidade. Essa análise é especialmente importante para a juventude, pois é ela quem mais sofre com desemprego, rotatividade no emprego e toda sorte de mazelas. É importante também, neste momento de aprofundamento da crise econômica, onde a pandemia de coronavírus tem mostrado o quão nefasta é a destruição das proteções trabalhistas dos explorados.

O desenvolvimento da crise mundial no Brasil

Não podemos analisar as condições de trabalho dos explorados sem entender o momento econômico que vivemos. O ponto de partida é o de que vivemos sob o capitalismo da fase imperialista, sua fase última e de

decomposição, onde imperam o capital financeiro e os grandes monopólios. O capitalismo já não pode mais cumprir um papel progressivo no desenvolvimento humano. A atual crise econômica em que o mundo todo está imerso se iniciou em 2008, após um breve período de relativo crescimento, e afetou cada país de forma e em ritmos distintos. Vejamos a seguir como ela vem se desenvolvendo no nosso país.

Comecemos analisando como se comportou o crescimento econômico brasileiro com base no gráfico da variação do PIB nos últimos anos.



Podemos ver que após a crise de 2008 houve uma brutal queda no crescimento econômico. O ano de 2009 marcou o impacto no Brasil. O crescimento em 2010 se deu sobre a quebra de 2009 e partir de então não se pôde manter o crescimento do período anterior à eclosão da crise. Os anos de 2015 e 2016 marcaram a recessão, sendo que os anos seguintes mantiveram-se como de estagnação econômica.

Desde a recessão econômica até hoje, a burguesia propagandeou que as contrarreformas eram necessárias para a volta do crescimento econômico. O crescimento do PIB mostra que essa tese falaciosa não se confirmou. As contrarreformas são uma das maneiras que a burguesia tem de, através do seu Estado, fazer com que a crise seja paga com o sangue dos explorados. O capital financeiro exige o aprofundamento dos ataques do Estado sobre a classe operária, os camponeses pobres e a pequena burguesia arruinada para salvaguardar os seus lucros e seu parasitismo sobre o Estado.

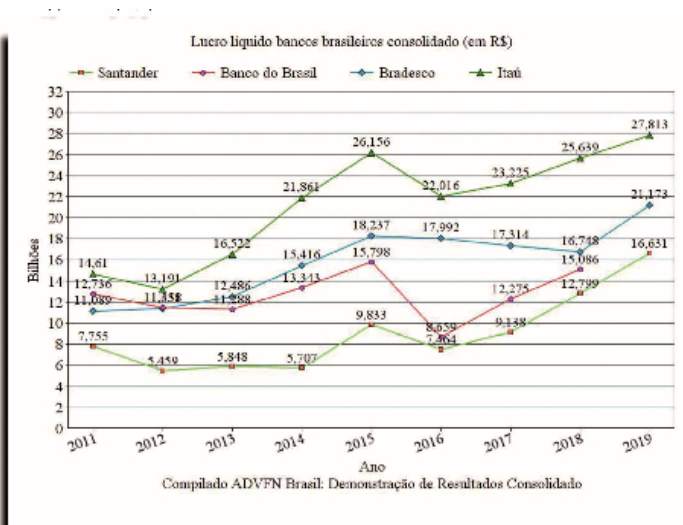
A crise econômica claramente não afeta os explorados e exploradores da mesma maneira. É o que vemos, por exemplo, quando contrastamos os dados do crescimento do PIB com os lucros dos bancos e com o desemprego. Apesar da crise, ano após ano, os maiores bancos brasileiros bateram novos recordes de lucro. É o que constatamos no gráfico do lucro líquido consolidado [lucro já livre de despesas e impostos] de quatro dos cinco maiores bancos do Brasil (ver quadro ao lado).

É possível ver no gráfico que, apesar de 2015 ter sido o ano de maior retração do PIB brasileiro, este foi o ano em que os bancos tiveram o maior crescimento de seus lucros. Vale ressaltar ainda que, apesar das oscilações, os bancos não tiveram, em momento nenhum, nem sombra de prejuízo. Se em 2016 houve um menor crescimento que em 2015, isso não significou que seus lucros não tenham sido ainda exorbitantes.

Por outro lado, os dados deixam claro como o desemprego é um problema estrutural no capitalismo. Não há interesse real da burguesia em acabar com ele, pois esse exército industrial de reserva serve para pressionar os que estão empregados a aceitarem piores condições de trabalho, menores salários etc. E isso se aprofunda em momentos de crise. Na tabela da “taxa de desocupação no Brasil entre 2012/2020 (%)” da PNAD-Contínua (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliares – Contínua) do IBGE, podemos ver como se comportaram os dados do desemprego.

Os “desocupados”, termo usado pelo IBGE, é apenas uma parcela dos desempregados. Para se ter uma ideia, o nível de ocupação (indicador que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) foi estimado em 54,5% no trimestre de de-

zembro de 2019 a fevereiro de 2020, quando a desocupação estava em 11,6%. E tais números vêm piorando. Ainda assim, os dados dessa tabela já nos são suficientes para mostrar a tendência, que é a do aumento do desemprego durante os momentos de crise econômica. Quatro pontos da tabela são importantes: 1) que o menor índice de desocupação está justamente antes da recessão de 2015-2016; 2) que o maior índice está no início de 2017, ano em que a recessão dá lugar a estagnação; 3) que a desocupação no pré-pandemia (trimestre que encerra em janeiro de 2020) é muito superior ao período pré-recessão (11,2% ante 6,7%); 4) que durante a pandemia a taxa de desocupados, que já estava elevada, volta a crescer rapidamente – e tende a crescer ainda mais. Como podemos ver, são os explorados quem suportam todo o peso da crise econômica.

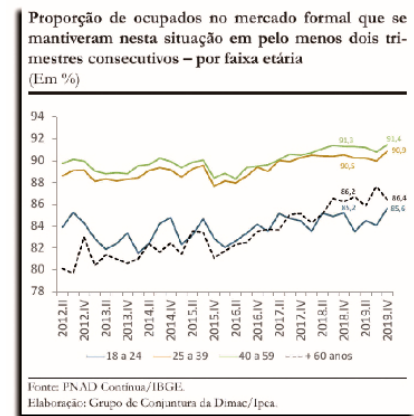
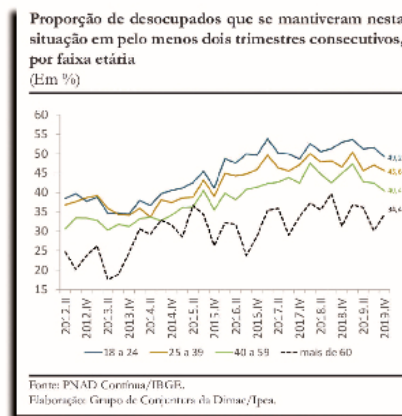
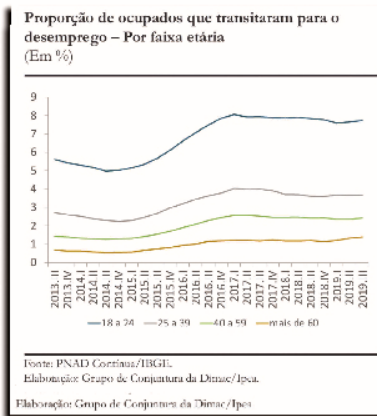


A instabilidade da juventude no trabalho

A importância desses dados gerais para a juventude pode ser vista nos gráficos que mostram por faixa etária aqueles que transitaram para o desemprego, aqueles se mantiveram na situação de “desocupação” por dois trimestres consecutivos e aqueles que se mantiveram na situação de “ocupado no mercado formal” por dois semestres consecutivos (ver quadros na próxima página).

Vemos que há uma tendência geral de crescimento desde 2014 dos “desocupados” que não conseguem sair dessa condição. Os jovens de 18 a 24 anos são os que mais sofrem, sendo que 49,2% deles estavam nessa condição no final de 2019. Por outro lado, eles são os que menos conseguem se manter na condição de “empregado no mercado formal”, como vemos no gráfico na taxa de 85,6% no final de 2019.

Essa rotatividade da juventude também é vista no gráfico dos que ficaram desempregados: para os jovens



de 18 a 24 anos a taxa é de aproximadamente 8%, quando para as demais faixas é menor do que 4%.

O avanço da burguesia sobre os direitos trabalhistas

A reforma trabalhista e a lei da terceirização, aprovadas em 2016, aliadas a um conjunto de outras medidas, como a “lei da liberdade econômica” e a “carteira verde e amarelo”, avançam sobre antigas conquistas da classe operária.

A possibilidade de sobrepor o acordado sobre o legislado é, na prática, rasgar a carteira de trabalho. O “trabalho intermitente” é permitir que os capitalistas façam livremente como já fazem hoje os aplicativos: não garantir nem o emprego e nem o salário do trabalhador, quiçá férias e outros direitos.

“*A reforma trabalhista e a lei da terceirização, aprovadas em 2016, aliadas a um conjunto de outras medidas, como a “lei da liberdade econômica” e a “carteira verde e amarelo”, avançam sobre antigas conquistas da classe operária.*”

As diferenças salariais entre efetivos e terceirizados são, via de regra, enormes. Além disso, a norma é o patrão descumprir toda a legislação trabalhista quando se trata de empregados terceirizados, o que se agravou com a destruição do Ministério do Trabalho por Bolsonaro. A lei da terceirização agravou essa situação permitindo que qualquer ramo da empresa seja terceirizado, o que levou à chamada “quarteirização”.

A “lei da liberdade econômica” significou a liberdade dos capitalistas de explorarem. O discurso de Bolsonaro ao sancionar essa lei, tida como uma minirreforma trabalhista, deixou isso claro: “*Nós queremos é dar meios para*

que as pessoas se encorajem, tenham confiança, uma garantia jurídica de que o negócio, se der errado lá na frente, ele desiste e vai levar sua vida normalmente, e não fugir da Justiça para não ser preso”. Ou seja, o patrão não precisa se preocupar com a legislação trabalhista, pois ele não sofrerá sanções da justiça burguesa, ao contrário, será protegido por ela.

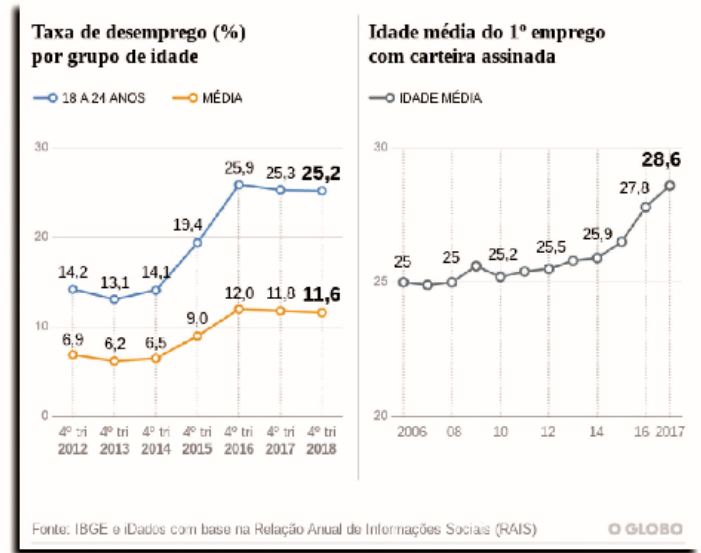
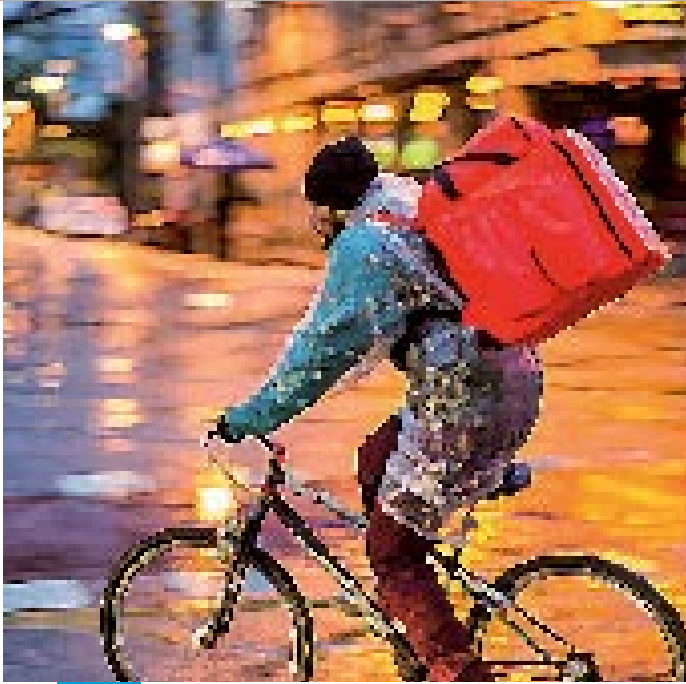
A “carteira de trabalho verde e amarelo”, que está sendo votada no momento da escrita deste texto, voltada aos jovens de 18 a 29 anos, em nada beneficia ou protege o jovem trabalhador. Entre outros pontos, isenta o patrão do pagamento do INSS e reduz a multa em casos de demissão sem justa causa. Ou seja, é mais uma medida de benefício aos patrões.

Como podemos ver, a reforma trabalhista e as demais medidas só servem aos capitalistas.

A informalidade

Se, de um lado, o contrato de trabalho está sendo atacado, de outro, a burguesia busca de todas as formas propagandar o trabalho “moderno”, dizendo que as velhas leis trabalhistas e previdenciárias não condizem mais com a realidade do mercado de trabalho. Argumentos como “você não terá patrão”, “você faz seu próprio horário e escolhe quando quer trabalhar”, “novas relações trabalhistas para novas tecnologias”, “empreendedorismo” etc., servem de cortina ideológica para justificar o trabalho informal. Oculta a instabilidade da informalidade, a falta de garantias trabalhistas e previdenciárias, a superexploração do trabalho e uma renda salarial menor do aqueles que têm emprego formal. A pandemia do coronavírus (Covid-19) tem mostrado de maneira categórica quão nefasta é a desproteção trabalhista, que vem aumentando.

Apesar de todo arrocho que vem sendo imposto aos contratos de trabalho, é a informalidade quem vem ganhando terreno. A juventude, em especial, tem grande dificuldade de conseguir um emprego formal. É o que mostra uma pesquisa sobre o tempo médio que o jovem demora até conseguir sua carteira assinada pela primeira



“ *A juventude, em especial, tem grande dificuldade de conseguir um emprego formal.* ”

vez. Reeditamos esse gráfico, presente em nossa última revista, devido a sua importância (ver quadro acima).

A idade dos chamados jovens algumas vezes varia entre um limite de 24 anos e 29 anos. Se consideramos os 24 anos, sequer podemos dizer que, em média, os jovens conseguem trabalho com carteira assinada. Afinal, em todo o período considerado na pesquisa (de 2006 a 2017), em nenhum momento a média de idade foi inferior a 25 anos. Ao contrário disso, o valor passava dos 28 anos em 2017.

Em sua propaganda, a burguesia dizia que a reforma trabalhista, a lei da terceirização e outras medidas que atacam direitos trabalhistas serviam para manter os empregos formais. Não é o que os dados da variação interanual de ocupação por tipo de vínculo e de proporção daqueles que se mantiveram por, pelo menos, dois trimestres consecutivos como informais ou por conta própria mostram.

Desde o final de 2016 a taxa de empregados sem carteira assinada na variação interanual tem aumentado de 2% a 8% por trimestre. Dentre os “conta-própria”, onde estão incluídos os trabalhadores de aplicativos, como Uber, iFood e Rappi, desde meados de 2017 o número tem aumentado entre 2% a 6% por trimestre, sendo que em 2019 em uma taxa maior que os empregados sem carteira assinada, o que mostra uma tendência maior de crescimento deste tipo de trabalho precário. Por outro lado, principalmente nos trabalhadores “por conta própria”, tem subido a tendência deles se manterem nessas condições.

Outros dados mostram que o rendimento dos informais é, em média, muito menor que o dos trabalhadores formais, o que é uma expressão da precarização. Segundo

os dados da PNAD Continua, no trimestre que encerra o ano de 2019 o rendimento médio do trabalhador do setor privado com carteira assinada era de R\$ 2.197 enquanto o do trabalhador sem carteira assinada era R\$ 1.442. Já o trabalhador por conta própria sem CNPJ (como é o caso dos trabalhadores de aplicativos) era de R\$ 1.343.

Se a informalidade é um problema para o presente, ela é também um problema para o futuro. É o que nos mostram os dados de trabalhadores informais e por conta própria que contribuem para a previdência social. Desde 2016 menos de dois terços dos trabalhadores por conta própria e pouco mais de um quinto dos trabalhadores informais recolhem a contribuição ao INSS, sendo que esses números de 2012 a 2015 são ainda menores. Isso significa que a maioria desses trabalhadores não terá aposentadoria ou a terá reduzida ao máximo. A “modernidade do trabalho”, para os capitalistas, é a exploração cada vez mais profunda e um futuro cada vez mais incerto para o explorado.

O trabalho precarizado dos “aplicativos”

A precariedade das condições de trabalho de quem trabalha com os “aplicativos” é enorme e conhecida. O “truque” é burlar a legislação isentando-se do vínculo trabalhista. Jogam todos os custos, como aquisição de bicicletas e capacetes, e todo o possível prejuízo sobre o trabalhador, enquanto a empresa fica somente com os lucros. A morte do entregador do Rappi, Thiago de Jesus Dias, em julho de 2019 em São Paulo, é um exemplo elucidativo desse extremo de precariedade: sofreu um AVC durante uma entrega e a empresa, quando avisada que o entregador estava passando mal em uma situação grave,



respondeu “então não vai poder finalizar nenhuma das próximas entregas?”.

Como vimos, essa forma de superexploração do trabalho vem avançando. Apesar de não haver dados oficiais sobre a quantidade de trabalhadores nesta categoria, estima-se que em meados de 2019 já eram quase 4 milhões os que dependiam exclusivamente desse tipo de trabalho e por volta de 17 milhões que trabalhavam com aplicativos como fonte de renda complementar. Isso quer dizer que 1 em cada 5 trabalhadores trabalha com aplicativos.

Uma pesquisa feita em 2019 por uma associação do setor de bicicletas (Aliança Bike) apoiada pela UFRJ, mostrou que 75% dos entregadores de aplicativos que usam bicicleta são jovens de 18 a 27 anos e ganham um salário médio de 936 reais – menos que um salário-mínimo – e pedalam cerca de 12 horas por dia. Além disso, seis em cada dez deles trabalham todos os dias da semana, sem folgas.

O IPEA estima que o número de trabalhadores de aplicativos teve seu maior crescimento no período pós-recessão. E com a atual crise que vem se desenvolvendo, já vemos novamente o crescimento nesses números.

O coronavírus e a crise econômica

O ano de 2020 iniciava com uma nova retomada da crise econômica quando surgiu a pandemia do coronavírus (Covid-19). As grandes potências tiveram que acatar o isolamento social, pois o contrário significaria agravar muito rapidamente a crise sanitária, o que fatalmente tornaria ainda mais grave a crise econômica. Para os EUA, que se tornaram o epicentro da crise, estimava-se no início da pandemia que as demissões em massa superariam os 20 milhões em abril. Dados do final de maio mostravam que o número de pedidos de auxílio-desemprego ultrapassava os 2 milhões semanais, pela 10ª semana seguida, sendo que no final de março chegou a 6,867 milhões em uma única semana. O desemprego saltou de

3,5% em fevereiro para 13,3% em maio. Isso se tratando da maior potência imperialista, que aprovou trilhões de dólares para conter o avanço das crises econômica e sanitária. Mesmo com a massiva intervenção estatal, o Departamento de Comércio anunciou uma queda anualizada de 5% do PIB dos EUA no primeiro trimestre de 2020. Os dados indicam que a economia mundial sofrerá uma brutal recessão em 2020, com estimativas de queda do PIB mundial de 3%.

O Brasil, país semicolonial atrasado, cujo Estado não dispõe de trilhões de dólares para intervir na economia como os EUA, certamente terá seu índice de desemprego aumentado brutalmente, como os dados já começam a mostrar. Vimos nos dados históricos de desemprego como foi justamente durante a recessão de 2015-2016, quando o PIB retraiu 3,5% e 3,3%, que amargamos com o maior aumento no número de desempregados. Agora, nos vemos diante de uma estimativa para o PIB brasileiro ainda mais sombria, de uma queda de 8%, segundo projeção do Banco Mundial, de 08 de junho.

O facão começa a aparecer nos dados brasileiros. Uma pesquisa realizada pela FSB Pesquisa, entre 26 e 27 de março, apontava que naquele momento 11% das pessoas haviam perdido o emprego. Em meados de abril, logo após a edição da MP 936/2020, chamada hipocritamente de “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, o governo anunciou que 1 milhão de trabalhadores tiveram jornada e salário reduzidos. Isso para os trabalhadores com carteira assinada, pois a massa de trabalhadores informais e de desempregados ficou largada à própria sorte, com a miserável quantia de 600 reais de ajuda do governo – valor que sequer alcança o salário que eles mesmos denominam como mínimo.

A corrida em busca de trabalho com os aplicativos também é uma mostra do avanço da crise. Vemos alguns números, referentes ao mês de março, que revelam isso. O iFood, por exemplo, que possuía 140 mil entregadores cadastrados e mais 200 mil atendendo diretamente em restaurantes, recebeu mais 175 mil inscrições, o dobro do que tinha recebido em fevereiro (85 mil). Esse aumento da oferta de força de trabalho, que está diretamente ligado ao avanço do desemprego, tem ainda outro efeito: aumenta a concorrência entre os trabalhadores dos aplicativos e leva à diminuição de seu rendimento. Não é mera coincidência que vem acontecendo cada vez mais protestos de entregadores de aplicativos.

Os dados mais recentes do IBGE, da PNAD contínua do trimestre de fevereiro a abril de 2020, mostram como os explorados têm pagado a crise com seus empregos. A população ocupada diminuiu em 4,9 milhões (-5,2%). A “taxa de informalidade” também diminuiu em 1,9% (chegando a 38,8% da população ocupada), o que signi-

fica que os informais foram os mais atingidos pelo desemprego. Mas vale notar que uma parcela da população não aparece na estatística da “ocupação”, pois passa a ser considerada “fora da força de trabalho” (não consideradas ocupadas, nem desocupadas). O aumento dessa parcela foi de 5,2 milhões (7,9%), ou seja, mais 0,3 milhões de pessoas sem emprego. O percentual de pessoas ocupadas na população em idade para trabalhar caiu para 51,6%, menor valor da série que começa em 2012. A população subutilizada (28,7 milhões) cresceu 8,7% (2,3 milhões) e a população desalentada (5 milhões) cresceu 7%.

A resposta proletária contra o desemprego, a informalidade e a destruição dos direitos trabalhistas

Os dados brasileiros sobre o emprego, que são apresentados pela própria burguesia, confirmam a tese do leninismo de que no capitalismo da atual e última fase, a fase imperialista, de domínio do capital financeiro e dos grandes monopólios, não há espaço para reformas progressivas. O plano de emergência capitalista contra a pandemia também confirma essa afirmativa. Vemos acontecendo com nossos direitos exatamente o que diz Trotsky no Programa de transição da IV Internacional: “a burguesia tira com a mão direita o dobro do que deu com a mão esquerda”.

Para a classe operária e demais explorados, o emprego é seu meio de sobrevivência. Isso está em completa oposição ao desemprego estrutural imposto pelo capitalismo. Está em choque com as crises capitalistas, que impõem o aumento do desemprego e da miséria. Está, concretamente, em oposição às contrarreformas.

As greves gerais de 2017 e 2019 demonstraram a enorme disposição de combate dos explorados. Porém, essa tendência de luta não foi impulsionada pelas centrais sindicais, foi boicotada e desviada para o jogo parlamentar, demonstrando a profunda crise de direção revolucionária. As direções reformistas, estalinistas, centristas e as mais abertamente reacionárias devem ser varridas das organizações de massas. O contrário disso significa a continuidade do pagamento do peso das crises capitalistas com o sangue e vidas dos explorados e oprimidos. É preciso constituir direções revolucionárias, que defendam o programa proletário. É preciso fortalecer o Partido Operário Revolucionário como vanguarda consciente e que expressa a defesa desse programa.

A juventude, que tanto sofre com a barbárie capitalista, pode cumprir um papel de impulsionar as lutas. A experiência de 2013 mostrou essa força social. Mas mostrou também que, com a juventude desorganizada e sem a presença e a direção da classe operária, não conseguirá

ir às raízes do problema, que é o capitalismo putrefato.

Estamos diante de uma nova fase da crise econômica. Ou damos a resposta proletária para a crise ou a burguesia imporá a resposta burguesa, que é a do desemprego massivo, destruição de forças produtivas e aprofundamento da miséria das massas, além das guerras comercial e bélica em nível mundial.

Que a burguesia e seu Estado arquem com toda a crise sanitária e econômica!

Contra o desemprego, é preciso erguer a bandeira de escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão de todas as horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar.

Contra os salários de fome, é preciso defender o salário-mínimo vital, que seja decidido pela assembleia de base e que seja o suficiente para cobrir todos os gastos de uma família de quatro pessoas.

Contra o avanço das mais variadas formas de trabalho precário, devemos defender a revogação imediata de todas as contrarreformas aprovadas. Pôr abaixo a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a lei da terceirização, a lei da liberdade econômica, a carteira verde e amarela e todas as medidas de ataque às condições de vida e trabalho dos explorados!

Que os capitalistas arquem com todos os impostos. Nada de isenção. Nada de taxaço ao salário do trabalhador!

“Contra o avanço das mais variadas formas de trabalho precário, devemos defender a revogação imediata de todas as contrarreformas aprovadas.”

No capitalismo as crises são inevitáveis, fazem parte do seu funcionamento. A crise atual mostra que a burguesia e seu Estado não podem conter as crises, não são capazes e nem tem o interesse de resolvê-las sem fazer os explorados pagarem com sangue. A pandemia do coronavírus deixa isso às claras. A única saída aos oprimidos é erguer a luta massiva e unitária por suas reivindicações elementares, tomando como ponto de partida o plano emergencial de combate aos efeitos da pandemia, fazendo a ligação destas bandeiras mais sentidas com o programa de destruição do capitalismo através da revolução proletária, pondo abaixo o Estado burguês, que é a ditadura da minoria exploradora e erguendo em seu lugar um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.



A NOVA FASE DA CRISE AGRAVA AS DISCRIMINAÇÕES E VIOLÊNCIAS DESFECHADAS SOBRE A JUVENTUDE OPRIMIDA

A opressão que recai sobre a juventude oprimida é determinada por ser despossuída de qualquer meio de produção e subsistência, enfrentando-se a uma classe que possui todo o necessário (instrumentos de trabalho, matérias primas, meios de subsistência etc.) para garantir a reprodução da vida material e social. Ou seja: pela oposição entre explorados e exploradores.

Sob o capitalismo a juventude oprimida é impedida de desenvolver integralmente suas potencialidades físicas e intelectuais. Mutilação que é agravada quando passa fazer parte da força de trabalho e se vê condenada ao trabalho unilateral e embrutecedor de ser um simples apêndice do maquinário e dos processos produtivos repetitivos. Sem dúvida, a mais atingida pela mutilação de suas aptidões e capacidades é a gigantesca camada da juventude desempregada.

É sobre a base dessas relações que se manifestam as violências, agressões e discriminações desfechadas contra os indivíduos pelas particularidades biológicas, sua origem étnica ou nacional (negros, indígenas, imigrantes) e as orientações e identidade afetivas e sexuais (homossexuais, travestis etc.). Não por acaso, a decomposição do capitalismo potencia todas essas manifestações particulares da opressão e violência de classe. É o que acontece com o avanço das tendências recessivas da crise.

Fascistização e militarização da política burguesa

A eleição de Bolsonaro foi o ponto alto do agravamento das tendências reacionárias e fascizantes da política burguesa. No país, essas vinham se projetando desde o golpe de Estado contra o governo Dilma Rousseff, em 2016. Sob a dita-

dura Civil de Michel Temer, avançou a militarização da política e se reestruturou a polícia política da ditadura militar.

As bases sociais dessa tendência se encontram em camadas da classe média abastada e setores da aristocracia operária que vêm suas condições de vida serem brutalmente atacadas, e exigem serem poupadas da barbárie social. Apoiando-se no desespero e na despolitização de amplos setores oprimidos, Bolsonaro passou a responsabilizar particularmente a juventude marginalizada e os movimentos que resistem aos ataques pelo caos social.

O certo é, porém, que a tendência à fascistização da política burguesa tem por objetivo impor a ofensiva da burguesia contra a vida das massas. São manifestações nas instituições da época de violentas contrarreformas do capitalismo. Somente partindo dessa constatação é possível compreender quais as bases materiais e as explicações ideológicas que estão por detrás do aumento da violência, discriminações e agressões que vem se desfechando contra os oprimidos.

Discriminação e violência contra a juventude negra

Sobre essas bases e processos firma-se a retórica de altos funcionários do governo federal, governadores e representantes destacados das Igrejas Evangélicas de que a mortandade e violência policial contra juventude miserável - majoritariamente negra - dever-se-ia a escolhas individuais pela “vida fácil” do crime em detrimento do “trabalho árduo e honrado”. Bolsonaro, ainda durante a campanha que o levou à vitória, em 2018, chegou a afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deveria ser “rasgado e jogado na latrina”, pois era um “estímulo à vagabundagem e à malandragem infantil”.

Por meio desse discurso retomam-se as teses da Frenologia, do Século XIX, ainda que acobertadas de formas ideológicas difusas. A Frenologia pretendeu demonstrar que havia entre aptidões trabalhistas, capacidades intelectuais e nível cultural uma relação de dependência direta com a raça. O reacionarismo fascistizante dos bolsonaristas agrega a essas farsescas “relações antropológicas” uma suposta ‘disposição’ de algumas camadas da juventude à violência.

Para desfazer essas falsificações basta assinalar que a maioria dos assassinatos acontece nos principais centros urbanos e industriais do país, comprovando a incapacidade de os capitalistas explorarem produtivamente crescentes parcelas de juventude negra. Expulsas da produção social, são condenadas a se tornar parasitas da sociedade. O Estado burguês sequer lhes garante as condições dignas de vida. Veja-se também que a odiosa discriminação racial se manifesta não apenas nas profundas diferenciações salariais e trabalhistas entre negros e brancos, bem como no momento em que grande parte das vagas de emprego (públicas e privadas) são preenchidas preferencialmente pelos “não negros” (pardos, amarelos e indígenas, segundo o IBGE), inclusive quando negros e negras contam com a mesma ou mais elevada qualificação.

Nos meios universitários crescem os ataques às cotas, as quais permitem a uma minoria negra adentrar as universidades. Fala-se que através dessas se mantém as “discriminações” porque se impõem ao “mérito” acadêmico balizado pelas provas de ingresso. Essa demagogia serve à classe média branca com dificuldades em pagar as mensalidades das privadas, e exige os “mesmos direitos” que os negros no acesso às bolsas de estudo. Essa retórica “igualitarista” mentirosa vem servindo também para justificar o esvaziamento dos programas de “reparação histórica”.

É a esse objetivo que serve o obscurantismo bolsonarista, que chegou ao ponto de negar o escravismo como base histórica da mutilação e embrutecimento das massas negras. Não se reconhece sequer que sua libertação se impôs sem nunca lhes garantir igualdade real de direitos com os explorados brancos.

Com a pandemia, a letalidade entre negros tem sido maior, não por fatores biológicos, mas sim por questões econômicas. Sabe-se que o perfil dos primeiros contágios era de pessoas abastadas e brancas, que contraíram a doença em viagens internacionais. Ao passo que a contaminação foi chegando aos bairros operários, às favelas e cortiços, passou a atingir a maioria negra e vem aumentando entre os mais jovens.

No começo de maio, entre pretos e pardos, a cada 3,1 hospitalizações se dava 1 morte; entre os brancos, para 1 pessoa morrer, a cifra correspondente de hospitalizações subia para 4,4. Ou seja, comparativamente, brancos infectados tinham mais chance de viver. A explicação para isso só pode ser buscada na estrutura econômica e social do país. Brancos têm os melhores empregos, os melhores salários, têm melhores

condições de vida, estão menos expostos à violência, contam com serviços de saúde de melhor qualidade etc.

A opressão de classe e a discriminação racial compõem uma unidade dialética sob o regime burguês semicolonial. Acobertar com ideologias o real processo histórico e econômico serve, tão somente, à burguesia para mascarar sua ofensiva contra a vida dos explorados em geral, e suas parcelas majoritárias negras em particular.

Opressão nacional e estigmatização dos povos indígenas

O desmonte da FUNAI, as demissões e reestruturação da polícia ambiental, o impulso ao armamentismo dos grandes patrões, a impunidade jurídica e policial que acoberta os assassinatos de lideranças e o desconhecimento das demarcações indígenas demonstram que se agrava a violência desfechada contra os povos indígenas. Essa ofensiva tem por base social a burguesia agroindustrial e os latifundiários, que pretendem passar por cima das leis e das limitadas medidas de proteção conquistadas pelos indígenas para impor seus interesses de classe e seus lucros.

O obscurantismo religioso - entrelaçado com a burguesia agroindustrial e latifundiários na defesa de interesses comuns no Parlamento - provê as explicações idealistas que justificam a discriminação sobre os indígenas. Descaracteriza-se o genocídio dos colonizadores, ridicularizam-se seus particulares modos de vida e singularidade religiosa e exigem-se atividades pedagógicas “sem ideologismos”, destacando também os “valores” cristãos e civilizatórios da conquista.

Nas universidades, opera-se um processo semelhante aos ataques contra as “medidas afirmativas” que continuam ainda em pé favorecendo uma ultraminoria indígena. A opressão nacional e a discriminação manifestam-se ainda como imposição pedagógica e curricular dos manuais de seus opressores. Seus modos de vida e sua estrutura política e religiosa são tratadas nos planos de estudo e nas pesquisas como exceções e expressões de um passado longínquo.

Evidentemente, o fato de as frações da burguesia semicolonial serem formadas quase que exclusivamente por brancos favorece o discurso racista e nacional-chauvinista contra os indígenas. Mas, o decisivo está em reconhecer que a brutal opressão, a estigmatização e os constantes massacres constituem fenômenos interdependentes da política burguesa. E objetiva impor às nacionalidades oprimidas os interesses dos latifundiários, industriais e garimpeiros. Sob a pandemia, o ritmo do desmatamento, garimpo e grilagem em terras indígenas se acelera.

Está aí porque os governos e capitalistas caracterizam a resistência dos povos indígenas como um perigo ao desenvolvimento econômico e às instituições nacionais. E a juventude indígena que está tomando a frente das lutas passa ser alvo da violência e vigilância policial.



Dupla opressão e discriminação da juventude feminina

A maioria das mulheres trabalha sob as mesmas condições que os homens. Mas, ainda arcam com as desigualdades salariais e com o trabalho embrutecedor da economia familiar e do cuidado dos filhos. Carga essa ainda mais brutal para as mulheres que são arrimo da renda familiar.

O exemplo mais concreto dessa situação são as condições que suportam a juventude feminina empregada como assalariadas domésticas. Elas suportam a opressão de classe, a escravatura doméstica e as discriminações sexuais e raciais. São milhões de domésticas no país, mas apenas uma minoria conta com carteira assinada. Com a pandemia, uma enorme massa de jovens negras foi suspensa sem receber salário, ou demitidas.

Destaca-se também a destruição dos direitos de proteção à força de trabalho feminina (licença-maternidade, direito a amamentação etc.), que vêm sendo desmontados pelos governos. De um lado, para tirar do patronato os encargos sociais, ampliando seus lucros. De outro, para orientar os recursos orçamentários do Estado ao parasitismo financeiro.

Milhões de jovens foram abandonadas à própria sorte. Nessas condições, a economia doméstica e a escravatura da mulher aos laços familiares tornam-se um verdadeiro inferno. As condições miseráveis potenciam as velhas chagas do patriarcalismo retrógrado, de inferiorização e violências exercidas contra a mulher. É o que se observou após a explosão da pandemia com o aumento da violência intrafamiliar – em que pese a dificuldade em realizar a denúncia, dado o isolamento forçado sob o mesmo teto que o agressor.

A combinação da crise sanitária e econômica deixou bem claro que a família burguesa, como célula econômica de uma sociedade em decomposição, é um fardo insuportável para a mulher, tanto em épocas “normais” quanto “excepcionais”. O obscurantismo religioso agrava essas condições ao empurrá-las a se submeterem às famílias em desagregação.

O percurso que temos traçado acima mostra que o capitalismo inseriu as mulheres na produção social, mas sem libertá-las da escravatura da economia doméstica, dos cuidados dos filhos e dos preconceitos sexuais e religiosos. Dito em outros termos: a fonte da opressão sobre a mulher reside na combinação da superexploração assalariada e no embrutecimento individual produto das cadeias da família burguesa. A dupla opressão, portanto, manifesta-se no trabalho improdutivo da economia familiar e na incapacidade de o capitalismo permitir desenvolver as plenas potencialidades físicas e intelectuais da mulher em igualdade de condições com os homens.

Reacionarismo e violências contra “LGBTs”

O nosso país é um dos países mais violentos contra pessoas em razão da livre escolha e manifestação do amor se-

xual. De acordo com o Grupo Gay da Bahia, de 2000 a 2019, houve 4.809 mortes violentas de LGBTs no Brasil, sendo 329 só no último ano da contagem - 1 a cada 26 horas. A faixa etária predominante é justamente a que se situa entre 15 e 34 anos, perfazendo 44,68%. Isto se passou apesar de existir uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), desde junho de 2019, para que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerada crime.

Evidentemente, a exigência dos movimentos pela igualdade jurídica e medidas de “reparação histórica” (cotas, paridade, bolsas de estudo e trabalho etc.) confluía com a necessidade do petismo de transformar esses movimentos heterogêneos em base eleitoral. As limitadas garantias e direitos jurídicos (união civil, direito à adoção e aos planos de saúde dos parceiros etc.) foram possíveis, porque confluíam o crescimento dos movimentos com as favoráveis condições econômicas. Realizaram-se acordos institucionais e foram destinados poucos recursos estatais para garantir parte das reivindicações.

A discriminação é mais brutal contra quem mais se distancia das “características” físicas e comportamentais tradicionais de homens e mulheres fixados pelos padrões morais religiosos. É parte dessa violência caracterizar os homossexuais como doentes, e proibirem-nos de doarem sangue caracterizando-os como “vetores infecciosos” de doenças sexuais.

As discriminações verificam-se ainda nos bloqueios e dificuldades ao acesso de homossexuais, travestis e transexuais nos empregos da administração pública e das atividades privadas. Muitos são obrigados a sobreviver em trabalhos informais e arcar com o subemprego em todas suas formas. Outros, recorrem à prostituição, agravando a discriminação e violência social e policial.

Manifesta-se assim o peso das Igrejas nas decisões de Estado e na vida social. Ocorre que essas se ergueram como instrumentos decisivos para arrastar votos e decidir eleições. O gigantesco apoio dos pastores evangélicos a Bolsonaro foi determinante para sua ascensão à presidência. Mas, também se tornaram decisivas como força parlamentar para aprovar as leis da burguesia.

Está aí porque a burguesia nunca cumprirá com a tarefa democrática de separar a religião do Estado. De forma que enquanto existir a família como célula econômica da sociedade e o papel de polícia moral das Igrejas sobre os relacionamentos íntimos, os homossexuais, travestis e transexuais estarão impedidos de usufruírem de iguais direitos e garantias dos heterossexuais.

Cretinismo parlamentar e oportunismo democratizante

Milhares de jovens negros, indígenas, mulheres e homossexuais se integraram à luta democrática e organizaram-se em movimentos contra a discriminação e a violência. Suas reivindicações orientam-se a exigir o reconhecimento



pelo Estado de seus direitos civis e sociais. A esmagadora maioria acredita ser possível impor reformas sociais e legais pelas vias institucionais e eleitorais. Por essa via, subordinam-se à conciliação de classes e ao eleitoralismo.

Entretanto, logo chocam-se com os entraves das estruturas ideológicas obscurantistas que permeiam as instituições do Estado, e com a ofensiva da burguesia para impor as contrarreformas. Assim, a experiência lhes mostra que nada conquistarão sem a força da ação coletiva das massas.

Para transformar essa experiência prática em política e mobilização que de fato imponham suas reivindicações contra a resistência da burguesia, do Estado e das Igrejas, deverão romper com a política reformista e o oportunismo democratizante, e as pseudoteorias que dizem ser possível reverter as discriminações com medidas culturais, pedagógicas e punitivas.

O entrelaçamento entre Igrejas e burguesia é um obstáculo intransponível para mudar as relações de opressão, violência e discriminações com medidas culturais e pedagógicas. Isto porque não é possível desmontar e derrotar as estruturas ideológicas sem atacar a fonte material de suas explicações: a propriedade privada e seus reflexos na família burguesa como célula econômica.

Por outra parte, ao exigirem que seja o Estado quem reprima e puna os atos discriminatórios e a violência reacionária desfechada sobre os "LGBT", os autonomistas e centristas acabam se constituindo em um ponto de apoio objetivo ao fortalecimento do Estado policial burguês.

A política dos partidos reformistas e centristas impede os movimentos democráticos das camadas homossexuais

oprimidas conquistarem a igualdade real com os heterossexuais ao separá-los da luta revolucionária do proletariado, única classe que, por seus métodos de luta e seu programa, poderá realizar a tarefa democrática de separar a religião do Estado, e fazer da livre escolha e manifestação do amor sexual uma decisão que corresponda apenas aos indivíduos envolvidos.

Organizar a juventude para a revolução proletária

A luta pela plena e real igualdade da mulher com o homem, o fim das discriminações raciais e nacionais, a livre manifestação do amor sexual e o direito da juventude à usufruir de todas as liberdades e garantias que permitam-lhe desenvolver suas plenas potencialidades humanas e produtivas são progressivas, uma vez que impulsionam camadas dos explorados a se chocarem com o Estado, as Igrejas e a burguesia para impor suas reivindicações.

É essa intervenção das lutas da juventude oprimida no quadro mais geral da luta de classes, se mobilizando pelas suas reivindicações imediatas e rompendo os bloqueios de suas direções oportunistas e democratizantes, que permitirá à vanguarda marxista-leninista-trotskista dar passos firmes para transformar seu instinto de revolta em política revolucionária.

Isso obriga os revolucionários a impulsionar as reivindicações próprias dos movimentos democráticos, mas como parte integrante da luta dos explorados sob um programa comum de reivindicações e da estratégia da emancipação dos explorados das cadeias da propriedade privada.

Essa consideração é decisiva para a vanguarda marxista que luta por transformar as lutas mais imediatas contra o racismo, as discriminações e a violência em consciência e organização socialistas. Somente sob essa linha de ação é que se avançará à tarefa de transformar a grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, em propriedade social. Sobre a qual, finalmente, firmar-se-ão as bases materiais da igualdade ente mulheres e homens, negros e brancos e as diversas nacionalidades em todos os âmbitos da vida econômica, social e política.

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.

RESPOSTA
MARXISTA
ÀS OPRESSÕES

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



João Pedro, de 14 anos, morto pela polícia em 18 de maio, dentro de sua casa, com um tiro nas costas.



Só a classe operária e demais explorados podem investigar e punir os crimes da burguesia e seus governos

Pelo fim das polícias e todo aparato repressor do Estado

— ∨ **Manifesto do POR de 29 de maio de 2020**

As cenas e a imagem de George Floyd, estadunidense negro, sendo morto por sufocamento por um policial branco, da cidade de Minneapolis, nos EUA, estão nos jornais e redes sociais. O episódio chama a atenção pela semelhança com outro caso, de 2014, Nova York, quando Eric Garner foi morto por sufocamento, pelas mãos da polícia, enquanto gritava que não conseguia respirar. Exemplos de pretos e pobres sendo mortos pela polícia não são raros, pelo contrário, compõem um padrão recorrente em diversos países do mundo. Em essência, é a polícia como um braço armado do Estado burguês, matando jovens e adultos, a grande maioria negros e, em número ainda maior, pobres.

As respostas dadas pelas massas da cidade e pelos políticos, como o prefeito democrata Jacob Frey e o presidente Joe Biden, foram opostas. O fundamental é extrair o caráter de classe por trás de cada uma delas. As massas saíram às ruas e utilizaram métodos de ação direta, quebrando e incendiando uma delegacia e outros prédios (mais de 30), saqueando lojas, reflexo direto da miséria da população etc. Os representantes da burguesia lamentaram, pediram hipocritamente investigação do FBI e usaram as redes sociais para fingirem indignação. *“Ser negro nos EUA não deve ser uma sentença de morte. Por cinco minutos, vimos um policial branco pressionar o joelho no pescoço de um negro. Cin-*

co minutos”, relatou o prefeito, repetindo o óbvio. Trump, em poucas horas, declarou que estava *“chocado e se sentindo muito mal”* com a morte de Floyd, para, em seguida, atacar os manifestantes, chamando-os de bandidos, e oferecendo a guarda nacional para esmagar os protestos.

Não devemos desvincular os acontecimentos no estado de Minnesota da crise econômica e sanitária que o mundo atravessa. A revolta popular, que está diretamente ligada à morte de Floyd, tem raízes profundas na classe social explorada e na condição de miséria crescente das massas. É como se os manifestantes gritassem *“nos deixam morrer pelo vírus, tiram nossos empregos, rebaixam nossos salários e a polícia ainda nos mata nas ruas”*. Assistimos ao instinto de revolta dos oprimidos se manifestar, movido pelas condições materiais.

Os EUA, primeiro país em número de casos de Covid-19 no mundo, tem mais de 1,7 milhão de pessoas contaminadas e mais de 100 mil mortes, até agora. O estado de Minnesota conta com 23 mil casos e mil mortes. Já a região metropolitana de Minneapolis, possui um terço dos casos e metade das mortes do estado.

Segundo o censo de 2010, a cidade de Minneapolis é de maioria branca, 63%, e conta com aproximadamente 19% de pretos e 10% de latinos. Apesar dessas proporções, os negros e latinos somam a maior parcela dos desempregados. No país, mais de 40 milhões de pessoas pediram seguro-de-

semprego desde março. Cerca de 2,1 milhões de pessoas entraram com o pedido na semana passada. Algo comparado com os anos mais sombrios da Grande Depressão.

À medida que os impactos das medidas de contenção pandêmica entraram em vigor, a taxa de desemprego de

Os dados mostram o quão dura é a realidade dos oprimidos, em especial da juventude.

Minnetta saltou, de 2,9%, em março, para 8,1%, em abril, quando o número

parte da decomposição do capitalismo. Eis por que a única resposta da burguesia e seu Estado é a matança. A luta da classe operária contra essa barbárie implica transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. É com o programa da revolução proletária que os

explorados podem combater todas as formas de violência, engendradas na sociedade de classes.

Também no RJ, dois casos muito semelhantes aconteceram nos dias 20 e 21 de maio. Na Cidade de Deus, no dia 20, e, no Morro da Providência, no dia 21, os jovens João Vitor Gomes da Rocha, 18 anos e Rodrigo Cerqueira, de 19 anos, foram mortos durante operações policiais, que interromperam as distribuições de cestas básicas nas favelas.

Em Praia Grande, litoral de São Paulo (SP), Helder Chultz, 29 anos, foi morto com tiros no peito, pela polícia,

de pessoas desempregadas saltou, de 160.627, para 249.453. Essa é a maior taxa de desemprego registrada em Minnesota, desde 1983, quando atingiu 8,9%. No país, a taxa saiu, de 4,4%, em março, para 14,7%, em abril. Os números dão o indício de que as manifestações estão enraizadas na opressão material, em última instância, raiz da opressão racial.

No Brasil, embora com repercussão menor, a polícia segue matando os pretos e pobres nas favelas. Ironicamente, matando inclusive aqueles que estavam seguindo a recomendação dos governos de ficar em casa. Foi o que aconteceu com o jovem João Pedro, de 14 anos, morto pela polícia em 18 de maio, dentro de sua casa, com um tiro nas costas. O caso aconteceu em São Gonçalo, no Rio de Janeiro (RJ), durante uma ação policial, no morro do Salgueiro, e faz parte do conjunto de mortos pelas polícias militar e civil, durante a pandemia.

Na favela do Acari, Iago César dos Reis Gonzaga, 21 anos, foi preso, torturado e morto pelo BOPE, numa operação violenta, relatada por diversos moradores, no mesmo dia da morte de João Pedro. Iago desapareceu, e só foi encontrado pela família, no dia seguinte, no IML.

Em 15 de maio, a polícia já havia feito uma operação no Morro do Alemão, que deixou 12 mortos, alguns deles levados na carroceria de um veículo pela própria população. A justificativa de que 3 deles foram identificados como pertencentes ao narcotráfico é mais uma farsa que a polícia repete cotidianamente. A chamada “guerra às drogas”, levada a cabo, principalmente, pelas polícias do Rio, não passa de uma máscara para ocultar as raízes sociais da matança e repressão à população pobre.

Não se trata apenas de denunciar a violência policial contra a população pobre. Sabemos que o narcotráfico é

chamada para conter o rapaz, que estava “alterado”, segundo relato da PM. O rapaz portava nas mãos um rastelo e, segundo relato dos vizinhos que presenciaram o assassinato, ele estava sentado na calçada. A polícia passou perto uma vez, fez o retorno e, na volta, atirou em Helder. “Não teve conversa”, disse uma das testemunhas.

Na cidade de São Paulo, no dia 24 de abril, o jovem David Nascimento dos Santos foi sequestrado, torturado e morto pela polícia. O corpo do trabalhador informal, que vendia balas nos faróis e no trem, só foi encontrado pela

É com o programa da revolução proletária que os explorados podem combater todas as formas de violência, engendradas na sociedade de classes.

família no dia seguinte, com dois tiros e as roupas trocadas, para disfarçar o crime. Os policiais ainda retornaram ao local do sequestro, para tirar a câmera de segurança que gravou a ação.

Também em São Paulo, no Jardim Elba, zona leste da capital, dois jovens foram mortos por policiais encapuzados, com diferença de poucas horas. Juan Ramos de 16 anos foi morto dentro de casa, na frente dos irmãos menores, e Gabriel Dantas, na frente de sua casa, com três tiros nas costas. Nenhum dos dois ofereceu qualquer resistência. A PM, quando chegou nos locais, pediu que as manchas de sangue fossem limpas, adulterando a cena do crime.

O instinto e a revolta foram maiores que o medo da pandemia. Em alguns dos casos citados, a população foi para as ruas em protesto. Queimaram pneus, bloquearam ruas e enfrentaram a polícia com paus, pedras e coragem.

A Secretaria de Segurança Pública de SP acabou de divulgar os dados do trimestre, com 255 pessoas mortas, em



supostos confrontos seguidos de “resistência” (1 a cada 8 horas e meia). As estatísticas mostram que, sob o governo Doria/PSDB, as mortes pela PM bateram recorde histórico (maior desde 1996), com pico justamente em março, em pleno isolamento social. A letalidade da ROTA subiu 79% em 2019. A Polícia do RJ é uma das que mais mata no país, 10,5 a cada 100 mil habitantes, três vezes e meia a média nacional. A maior taxa está no Amapá, 15,1. Paraná, Sergipe, Pará e Bahia também figuram entre os estados com maiores taxas. Em 2017, morreram pelas mãos das polícias 5.225 pessoas, incluindo aí apenas os números oficiais e registrados de alguma forma. Em 2018, 5.762 pessoas e, em 2019, 6.105 mortos. Como os números mostram, a letalidade das polícias vem crescendo conforme avança a crise, o desemprego, a miséria da população, a criminalidade, etc.

Sabemos que a violência policial não surgiu agora, como um raio no céu azul, mas não devemos ser indiferentes à escalada na violência do Estado aos mais pobres, especialmente durante o isolamento social. O mais importante é perceber que a escalada está diretamente vinculada à brutal crise econômica, que atravessa o mundo, impulsionada pela crise sanitária do coronavírus. Os moradores dos bairros operários, morros e favelas são, assim, colocados entre o medo de morrer pela doença, pela fome ou miséria, e pelas mãos dos agentes do Estado.

O quadro burguês, que foi pintado no início da pandemia, de que “estávamos todos no mesmo barco”, e que “sairíamos juntos deste interregno imposto pelo fenômeno natural do vírus” foi amplamente propagandeado pelas mídias, e incorporado pelas direções dos sindicatos e movimentos. Mas, a realidade se encarregou de desfazer a impostura da burguesia e seus governos.

O Partido Operário Revolucionário explicou que se tratava do aprofundamento da crise econômica e, sendo assim, deveria ser respondido com luta operária e popular, no campo da independência de classe. Os governos federal e estaduais se dividiram, apenas formalmente, em relação a extensão da aplicação do isolamento, mas juntos impuseram uma política burguesa de isolamento social. Ou seja, empurraram as massas para o confinamento de suas casas, sem a menor garantia de sobrevivência, seja hospitalar, seja de condições materiais (salários e empregos cortados). A aprovação da Medida Provisória 936 se encarregou de garantir os interesses dos capitalistas, em detrimento das necessidades mais elementares de milhões de trabalhadores. Assim, com as mãos amarradas, isolados em suas casas, e sem um plano próprio de emergência, as massas assistiram pela TV os mandos e desmandos dos diferentes governos, e os mais pobres viram crescer a repressão policial, sem poder dar, no entanto, uma resposta coletiva e organizada. É neste terreno que a matança policial deve ser respondida, como parte dos ataques que os explorados vêm sofrendo durante

a crise.

A polícia é o braço armado do Estado e a crescente repressão aos mais pobres, principalmente os negros, é reflexo direto das condições econômicas impostas pela decomposição capitalista em sua fase imperialista. É nesta fase que o agigantamento dos monopólios e da concentração de riqueza tem como consequência direta o aumento da miséria de bilhões de pessoas em todo o mundo. As crises mais agudas desnudam o capitalismo de suas vestes hipócritas e põem à luz do dia sua completa falência em resolver os problemas elementares da população. É também nesta fase do capital que se colocam as revoluções e contrarrevoluções. O que exige a organização dos explorados para lutar, não apenas contra a polícia assassina e genocida, mas contra toda a ordem burguesa. A consequência dos explorados não tomarem para si esta tarefa é a de continuar sendo ludibriados pela enfadonha tese de que se trata de casos isolados, como foram os assassinatos de Floyd, João Pedro, David etc. Um ou outro policial pode até receber punição, mas nenhuma confiança deve ser depositada na justiça burguesa. Contudo, um grande desafio que as massas oprimidas têm pela frente é a crise de direção revolucionária. Suas direções – sindicais, populares e estudantis – são controladas pelo reformismo e estalinismo, enfiados no jogo institucional burguês. Apontam para as massas que a solução está na troca de um governo burguês por outro, nas próximas eleições, e assim postergam mais e mais a condição de miséria do proletariado e da juventude oprimida.

Marx demonstrou, em *O Capital*, que “a violência é a parreira de toda sociedade velha que está prenha de uma sociedade nova”, o que significa que a violência faz parte do desenvolvimento social, através da disputa entre as classes. Assim, não condenamos a violência em geral, de forma abstrata, como fazem a mídia burguesa e os reformistas. Sabemos que somente através da violência revolucionária conseguiremos arrancar o poder das mãos da burguesia. Sabemos que o proletariado e demais explorados deverão usar a violência revolucionária, através da revolução proletária, para a instalação de um governo operário e camponês, sustentado pela ditadura do proletariado. Mas a violência de que tratamos aqui é outra. É a violência capitalista a que estão submetidos milhões de pobres, principalmente os negros e os jovens. É a violência da polícia, da superexploração do trabalho, dos salários de fome, do impedimento aos estudos, das demissões em massa etc. Trata-se de uma violência reacionária, de classe.

O Partido Operário Revolucionário denuncia os crimes da burguesia, de seus governantes, que inclui o aparato militar-policial. Rechaça as investigações sob o comando dos próprios assassinos. Defende que somente um Tribunal Popular poderá fazer a investigação e punir, de fato, os verdadeiros responsáveis pelas chacinas. Faz a defesa da



juventude, levantando a bandeira de “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”. Rejeita os programas e reformas governamentais que sacrificam ainda mais os milhões de jovens e os explorados em geral. Denuncia as direções sindicais, que se recusam a organizar a classe operária e demais oprimidos para aprovar um plano próprio

P de emergência e lutar contra a implantação das contrarreformas, as quais incluem as medidas repressivas contra o povo pobre e miserável. E trabalha para pôr em pé o partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo, raiz da exploração e miséria de milhões, pela via da revolução proletária.

“ (...) a UBES, dirigida pela UJS, se destacará como uma das entidades mais comprometidas com a política de reconstituição da oposição burguesa e com uma saída eleitoral para a crise do regime.



A POLÍTICA DA UBES DO ÚLTIMO PERÍODO: ACENTUA-SE A COLABORAÇÃO DE CLASSES

APRESENTAÇÃO

reparávamos este artigo para servir de balanço do 43º Congresso Nacional da UBES (CONUBES), que ocorreria entre os dias 30 de abril e 3 de maio deste ano. A suspensão do Congresso pela diretoria da UBES, em razão da pandemia, modificou o objetivo deste texto que, agora,

“ (...) a direção stalinista da UBES foi, não apenas incapaz de assegurar a independência política frente aos governos burgueses do PT, como tornou-se sua principal agência dentro do movimento estudantil secundarista.

dedica-se a analisar a política desenvolvida pela diretoria da UBES, eleita no último Congresso em Goiânia. Na altura do 42º CONUBES, final de 2017, a situação política estava marcada pelo golpe de estado parlamentar que derrubou Dilma Rousseff (PT) e abriu caminho para o governo Temer (MDB). As diversas frações burguesas, suas federações empresariais, partidos burgueses no Congresso, imprensa monopolista, porta-vozes do judiciário e as forças armadas, constituíram uma frente golpista para remover o reformismo, que não mais atendia aos interesses de ampliar a superexploração e retirar direitos sociais, trabalhistas e previdenciários com a urgência e profundidade requeridas. O governo usurpador de Temer deu início à aprovação das contrarreformas trabalhista, da terceirização e do congelamento orçamentário por 20 anos. O PT, que confiou até o último instante nos meios institucionais e legais para manter seu governo, passou à oposição. Pressionado pela reação das massas, golpeadas pela crise, porém, dispostas à luta, a CUT convocou greves e atos nacionais sem, contudo, pretender a derrubada das contrarreformas pela via da ação direta. Durante todo esse período, o reformismo petista e o stalinismo pecebobista, fizeram todo o possível para que o ódio das massas ao corrompido e impopular governo Temer fosse canalizado para as eleições de 2018. Nesse contexto, a UBES, dirigida pela UJS, se destacará como uma das entidades mais comprometidas com a política de reconstituição da oposição burguesa e com uma saída eleitoral para a crise do regime. A eleição de Bolsonaro em 2018, frustrou o reformismo e os partidos burgueses tradicionais. Os setores mais reacionários e conservado-

res demonstraram sua força ao arrastarem as massas pequeno-burguesas para a defesa de sua política. É neste contexto que se analisará, neste artigo, os documentos da UBES iniciando pela tese de sua corrente majoritária (a UJS-PC do B) ao 42º CONUBES até as recentes declarações da campanha pelo adiamento do ENEM, já sob o governo Bolsonaro.

A TRAJETÓRIA DA UBES SOB O GOVERNO TEMER

Tese da UJS ao 42º Congresso da UBES

A tese da UJS ao 42º Congresso da UBES (“O mundo é

de quem faz, conquistando as mentes e os corações dos secundaristas de luta”) é simplória, descritiva, repleta de generalidades e, por isso mesmo, satisfaz o objetivo de manter rebaixado o nível político dos estudantes. Tal com as anteriores, esteve perfeitamente

adaptada ao caráter festivo e despolitizado dos últimos congressos da entidade. A tese ignora a destruição da escola pelas reformas educacionais, silencia sobre os péssimos níveis de aprendizagem e desconhece que a crise da educação expressa, em última instância, a desintegração mundial do capitalismo, que vive sua etapa final de decadência (imperialismo). O problema da educação no Brasil, a necessidade de liquidar o analfabetismo e elevar culturalmente as massas - tarefa pendente do capitalismo atrasado - exige medidas verdadeiramente democráticas e profundas para a sua solução (livre acesso ao ensino em todos os níveis, ensino laico, estatização da rede privada, escola única etc.) reivindicações que, desgraçadamente, são rejeitadas pela juventude pecebobista. A tese da UJS é stalinista, trás no seu âmago a ideia de que o Brasil, por sua estrutura social e econômica, não está maduro para o socialismo, cabendo apenas a luta por um *projeto de desenvolvimento nacional*, que seja encampado pelas forças progressistas da sociedade, ou seja, as frações nacionalistas da burguesia, os partidos operários e, claro, o próprio stalinismo. Dessa forma, engrossa as fileiras do chamado “nacional-reformismo”, profundamente adaptado às pressões da grande burguesia e do imperialismo. As pequenas mudanças advogadas pela UJS para a educação, passam longe de uma verdadeira transformação da escola. De forma resumida, a tese reivindica apenas uma escola inclusiva, democrática, aberta à comunidade, com acesso à internet e equipamentos tecnológicos, onde haja mais debate sobre gênero, racismo e homofobia, com valorização dos professores, bolsas aos alunos e

maior incentivo ao esporte.⁴ São tão mesquinhas as medidas propostas que seria absurdo dar-lhes o nome de reforma da escola burguesa. Elas não mudam, mas, ao contrário, reforçam sua velha filosofia, seus métodos e, obviamente, seus fins de classe). A julgar por esta tese, a proposta stalinista de escola alinha-se tão estreitamente à perspectiva capitalista que, excetuando-se um ou outro ponto, a maioria dos partidos burgueses a subscreveria sem reservas.

Lembremos que durante os governos petistas de Lula/Dilma, a UBES (UJS/PT), serviu de sustentáculo às políticas do reformismo, que incluíam: estatuto da juventude, o Plano Nacional de Educação, o PROUNI, as cotas, a meia entrada para eventos culturais, escola em tempo integral, os 10% do PIB, 50% do Fundo Social do Petróleo e 100% dos royalties do Pré-Sal para educação. As medidas mais impactantes e de caráter progressista, como o maior financiamento para a educação, esbarraram na crise e na negativa dos representantes burgueses em reconhecer a lei do PNE e projetos afins no Congresso. Mesmo sob os governos petistas, o aumento do percentual do PIB destinado à educação, não saiu do papel. Com a queda de Dilma, consolidou-se essa tendência. Diante dos vários programas para a educação, a direção stalinista da UBES foi, não apenas incapaz de assegurar a independência política frente aos governos burgueses do PT, como tornou-se sua principal agência dentro do movimento estudantil secundarista. Para explicar estas traições, não basta a simples indicação das afinidades políticas; é preciso recorrer a outro fator. A UJS, assim como parte das juventudes petistas (que vivem dos recursos recebidos das entidades), passaram a captar, por meio delas, robustas contribuições do Tesouro. Simultaneamente, como é de praxe, vieram as conhecidas nomeações de figuras do movimento para as sinecuras devidas nas secretarias de governo. Trata-se, portanto, de uma burocracia estudantil venal, corrompida e muitas vezes gangsteril. Sua propaganda inflamada quanto à melhoria das condições de ensino nos governos petistas, sempre procurou esconder a crítica de seu favorecimento aberto a grupos empresariais da educação, por meio de programas como PROUNI, EaD etc. Com a ditadura civil de Temer (governo imposto pelo parlamento reacionário), a UBES adaptou-se aos novos tempos rediscutindo suas consignas e bandeiras. Suas novas diretrizes deixam claro que as posições da direção da entidade sobre política educacional, variam em aspectos secundários, de um governo para outro, mas mantém sua essência de corresponder aos interesses da burguesia dita 'progressista'.

A UBES e a oposição nacional-reformista no

4 Ver <https://ujs.org.br/material-download/42o-congresso-da-ubes/>

Congresso

Completamente aparelhada pelo stalinismo (UJS), a UBES pautou suas ações políticas por seguir fielmente os movimentos do bloco da burocracia sindical e parlamentar no Congresso. Seguindo este bloco, liderado pelo reformismo petista, a UBES passou a caracterizar o governo de Michel Temer como "ilegítimo" e a adotar, no interior dos movimentos, a linha de recompor a oposição burguesa frente ao usurpador. A recusa de alianças com os golpistas e sua denúncia pública entre os explorados foi assumida plenamente pela UBES e posta em prática com rompantes de radicalismo. Serviu, no final das contas, apenas para demonstrar a inconsistência no nacional-reformismo. Ainda em 2016, os votos dados pelo PC do B a Rodrigo Maia (DEM), em sua eleição para a presidência da Câmara de Deputados, desmascarou completamente a farsa stalinista da luta contra os partidos envolvidos no impeachment. O silêncio da UBES e o novo apoio dos stalinistas à Maia, para sua reeleição em 2017 e 2019, sinalizaram a necessidade do PC do B adotar uma linha de maior proximidade com as oligarquias e, por tabela, sustentar o Presidente da Câmara pleiteando interesses específicos, como a não instalação de CPIs contra a UNE⁵.

Com uma direção traidora e colaboracionista, a UBES é, por vezes, conduzida ao mais fundo lamaçal da politização burguesa. A corrupção material, tão conhecida dos partidos burgueses fisiológicos e venais, grassa não menos fortemente em suas entranhas. Essa corrupção, que vemos desde longa data nas entidades estudantis e que é legítima expressão do modo burguês de governar, só pode ser extirpada arrancando-se das entidades estudantis toda a velha política colaboracionista do stalinismo, em proveito da firme independência de classe perante os capitalistas e seu Estado. Rejeitar a demagogia anticorrupção dos políticos burgueses e suas hipócritas CPIs é imperativo para cada estudante classista. Os revolucionários que lutam implacavelmente contra a burocracia estudantil traidora, desde há muito, encarnam o axioma de que 'os problemas do movimento estudantil devem ser resolvidos pelo próprio movimento estudantil'.

5 A UNE teria recebido nos governos Lula/Dilma pelo menos R\$ 15,3 milhões para eventos culturais, caravanas, projetos, shows e congressos. E ao menos R\$ 30 milhões para a reconstrução de sua sede na praia do Flamengo, Rio. Em 2016, Eduardo Cunha (MDB-RJ), então Presidente da Câmara, encampou a proposta de uma CPI para investigar o destino destes recursos. Waldir Maranhão (PP-MA), que assumiu interinamente a Presidência da Câmara com o afastamento de Cunha, a rejeitou, devolvendo um requerimento com 200 assinaturas. Rodrigo Maia, eleito Presidente da Câmara em 2016, e reeleito em 2017 e 2019, rejeitou o pedido de CPI, promovido pelos deputados Marco Feliciano (PSC-SP) e Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). Maia tem em mãos um novo pedido de CPI feito pelo deputado Felipe Barros (PSL-PR) que, até o momento, vem sendo protelado.



O cretinismo eleitoral do stalinismo não tem paralelos. Convocar a juventude a ‘ocupar as urnas’ é uma fraude tão grotesca e inacreditável, que sua única função é envenenar prematuramente os secundaristas com as desprezíveis ilusões parlamentares.



A UBES e a Reforma do Ensino Médio

Em setembro de 2016, o governo Temer editou a Medida Provisória nº 746, impondo a Reforma do Ensino Médio (aprovada, alguns meses depois, no Congresso, como lei nº 13.415/17). A reforma aumentou a carga horária escolar de 800 para 1.400 horas anuais; alterou os currículos; pôs fim à obrigatoriedade de disciplinas como artes e educação física; estabeleceu uma BNCC, que preencherá 60% da parte obrigatória dos currículos, acompanhada de 5 itinerários formativos complementares aos 40% restantes e regulamentou o EaD para o ensino médio. Em suma, especializou ainda mais a escola, empobreceu o aprendizado universal dos estudantes, transformou parte das unidades de ensino em depósitos de alunos (via ETIs), permitiu uma maior precarização do aprendizado, com o Ensino a Distância, e favoreceu os grupos empresariais do setor tecnológico. A reforma adaptou a escola às condições da crise capitalista e ao estreitamento das dotações orçamentárias do Estado. A UBES ensaiou uma reação à reforma do ensino médio com pequenos atos e debates, que não passaram de bravata. Em síntese, queixou-se que *“a lei propõe uma escola com maior custo, mas não soluciona o financiamento. Isso pode aumentar ainda mais a precarização.”*⁶ A resposta da UBES, que passou longe de qualquer apreciação de classe, pode ser resumida nos seguintes pontos: 1) crítica da regulamentação do EaD para o ensino médio, quando a própria UBES o defendeu para o ensino superior, abrindo, assim, precedentes para sua entrada na educação básica; 2) crítica da falta de recursos destinados à escola em tempo integral, com a qual a UBES tem acordo, ignorando o fato de que tal escola é excludente e não soluciona o problema da aprendizagem; 3) Crítica à falta da oferta obrigatória dos 5 itinerários formativos em todas as escolas, passando por alto, porém, o problema da mudança curricular e da maior tecnificação do ensino; 4) crítica da falta de diálogo do governo com as entidades e da apresentação de um projeto aligeirado, quando o interesse da UBES seria o de negociar migalhas por cima dos explorados.

Posição sobre a redução da maioria penal

A ofensiva golpista que derrubou o governo Dilma/PT, despertou manifestações reacionárias não apenas contra as esquerdas e os movimentos sociais, mas tam-

bém contra o pensamento científico. O amplo movimento conservador, apoiado na classe média, levantou a bandeira de ‘lei da mordaza’ para os professores. Em outra arremetida paralela, uma gritaria geral se fez ouvir em defesa do armamento privado da pequena burguesia. Contra os altos índices de violência, agitou-se a palavra de ordem da redução da maioria penal dos 18 para os 16 anos. Em janeiro de 2018, a UBES lançou uma nota pública contra a proposta de redução da maioria penal, já apresentada por parlamentares no Congresso. A resposta da entidade também foi motivada pela pesquisa do Datafolha que revelou um salto de 26% para 35% (2016 a 2017) no apoio popular à mudança da lei. O tema foi debatido no último congresso, o 42º em 2017, e a posição de sua direção (UJS) não podia refletir uma miséria política maior: *“A UBES acredita que para combater a questão da insegurança pública, mais eficaz é investir em Educação e em políticas de segurança de forma séria”*.⁷ O então presidente da entidade, Pedro Gorki, reafirmou, palavra por palavra, o receiptuário contraditório da formulação: *“A UBES é contra a redução da maioria penal por acreditar que é investindo em educação que a gente consegue diminuir a desigualdade no nosso país e, conseqüentemente, contribuir para a questão da segurança pública, pensando políticas de segurança de forma séria”*.⁸ Nos deteremos aqui apenas em duas breves considerações de princípio: 1) É falsa a tese difundida, até o cansaço, de que a violência se combate com educação. A violência é resultado da decomposição social, não há como combatê-la sem a defesa de condições de vida digna, antes de tudo, emprego a todos e salário vital. A escola, com ou sem recursos, não pode reverter desigualdade social nenhuma; 2) A UBES é contra a redução da maioria penal, mas admite ‘investir em política de segurança de forma séria’, ou seja, manter as forças policiais que, sob o regime burguês, não podem deixar reprimir a juventude proletária e negra. O programa da UJS é uma variante da política burguesa para a violência.

Eleitoralismo escancarado

A UBES, afastando-se cada vez mais da defesa das reivindicações elementares dos estudantes e dos métodos de luta próprios dos explorados - a ação direta - conduziu a juventude secundarista ao infame jogo das disputas

⁷ Ver <http://ubes.org.br/2018/educar-para-nao-punir-contra-a-reducao-da-maioridade-penal/>

⁸ Idem.

⁶ Ver <http://ubes.org.br/2018/o-futuro-incerto-do-ensino-medio/>

interburguesas. Assim ocorreu durante toda a campanha desenvolvida pela entidade com o slogan ‘Fora Temer’. Em maio de 2017, a UBES e a UNE convocaram, conjuntamente, um ato em Brasília para a entrega de abaixo assinado a Rodrigo Maia, pedindo a saída de Michel Temer e eleições diretas. Defendendo esta bandeira, a declaração da UBES diz: “É com muita preocupação que a UBES vê a crise política que toma conta da conjuntura nacional. Mas é com coragem que olhamos para a história do nosso povo. Confiando no protagonismo da juventude e na luta por democracia que faz parte do DNA da UBES”. Conclui que: “Apenas com título de eleitor em mãos e eleições diretas imediatas poderemos superar a grave crise institucional”⁹ Quase um ano depois, em julho de 2018, a direção da UBES aprovou o manifesto “Esperanças: ocupar as urnas para vencer o ódio”, que trouxe o balanço de sua campanha “Se liga, 16”, encerrada pouco antes, para incentivar a juventude a tirar o título de eleitor antes dos 18 anos e exercer o direito de voto. Em seu documento diz: “Agora é hora de dar consequência a esse trabalho através da participação com o voto (...) e barrar que os movimentos que capitaneiam projetos como o da Lei da Mordaza cheguem à presidência”. Conclui dizendo: “convocamos as forças políticas e partidos a construírem em unidade um projeto nacional de desenvolvimento que dê atenção à educação como premissa para a construção de um país soberano e desenvolvido”¹⁰ O cretinismo eleitoral do stalinismo não tem paralelos. Convocar a juventude a ‘ocupar as urnas’ é uma fraude tão grotesca e inacreditável, que sua única função é envenenar prematuramente os secundaristas com as desprezíveis ilusões parlamentares.

A TRAJETÓRIA DA UBES SOB O GOVERNO BOLSONARO

Os 10 desafios para a escola em 2019

Em dezembro de 2018, a UBES lançou um manifesto intitulado “Os 10 desafios da escola para 2019”¹¹. O fundamental do documento consiste em indicar, sinteticamente, o programa da direção stalinista da UBES para a educação. Vejamos seus pontos.

No primeiro, *Resolver as incertezas do ensino médio*, a UBES refere-se à reforma da educação de Temer, que suprime disciplinas e aprofunda o ensino técnico. Ao invés de sua condenação, diz apenas que: “*faltam planos e recursos para que seja executada sem precarização. Ainda não está definida a formação e adaptação dos profissionais das escolas nem dos materiais didáticos. Também não se sabe como, nos anos seguintes, as escolas farão a ampliação da carga horária*

sem aumento de recursos financeiros”. Como se pode ver, ‘as incertezas’ da UBES resumem-se, desgraçadamente, não ao conteúdo nefasto da reforma, mas apenas à capacidade do governo em financiá-la sem precarização.

No segundo, *Retomar as metas do PNE*, a UBES refere-se ao PNE de 2014 como marco para uma educação de qualidade. Silencia sobre a impossibilidade de se alcançar a educação pública de qualidade assentada no sistema de ensino dual (público e privado), para quem a falência primeiro é condição necessária para o desenvolvimento e lucratividade do segundo. Reclama que “*é preciso prioridade para o PNE, que é uma lei e um compromisso do Brasil com sua escola*”, ocultando que as metas financeiras do PNE são incompatíveis com o capitalismo em crise (como já o demonstrou o fracasso do PNE anterior) e que sua solução só poderá ser alcançada pela via da revolucionária.

No terceiro ponto, Manter o ensino de Jovens e Adultos, a UBES levanta o problema do analfabetismo e reafirma a importância dos EJAs para sua solução. Conclui que é preocupante “a atual deficiência e falta de atenção aos EJAs”. É correta a denúncia de seu abandono por parte dos governos, mas, no que diz respeito à essência do problema - o fracasso da burguesia em liquidar o analfabetismo e elevar culturalmente as massas - questões que não podem ser separadas uma do outra, a UBES é incapaz de compreendê-los com um problema próprio dos países semicolônias, cuja resolução não pode ocorrer sob o capitalismo atrasado. Toda a história da educação no Brasil, comprova que os programas criados para este fim, arrastam-se por décadas, com insignificantes avanços e sem solução definitiva. A elevação cultural das massas e sua alfabetização não é um problema técnico. Os capitalistas e seus governos não podem se empenhar em alcançá-las, uma vez que estas não correspondem aos interesses correntes do domínio monopolista sobre os países atrasados. Ao ignorar o problema e apontar os Elas como a ferramenta central de combater ao analfabetismo formal, a UBES apenas comprova que conserva as ilusões reacionárias do nacionalismo burguês.

Os pontos quarto e cinco, *Melhorar a estrutura das escolas* e *Valorizar professores*, apresentam reivindicações democrática e indiscutivelmente justas. Sobre a melhoria da estrutura, é preciso que se diga que o quadro é terrificante e que não é possível revertê-lo sem mais recursos e sem a estatização do ensino privado. Em ambos os casos, é necessário a ruptura mais completa com a burguesia e o apoio à ação organizada dos trabalhadores em educação, estudantes e pais. Levantar a bandeira de melhoria da estrutura, como faz a UBES, sem indicar suas profundas causas e seus elos fundamentais equivale a alimentar ilusões entre a juventude de que se trata de um problema administrativo, que será resolvido com o

9 <http://ubes.org.br/2017/diretas-ja-fora-temer/>

10 Ver <http://ubes.org.br/2018/contra-o-odio-ubes-faz-convocacao-a-estudantes-para-ocuparem-as-urnas/>

11 Ver <http://ubes.org.br/2018/10-desafios-da-escola-publica-em-2019-e-nenhum-deles-e-doutrinacao/>



voto nos candidatos da Frente Popular. Com pequenas alterações, o mesmo raciocínio vale para o problema da valorização salarial dos docentes. É preciso acrescentar, porém, que o método das burocracias sindicais (reproduzido aqui pela burocracia estudantil da UBES) é o do reivindicar apenas reajustes que caibam no orçamento dos governos, contrapondo-se à bandeira de salário mínimo vital ou piso salarial equivalente ao salário vital. A falsa valorização salarial almejada pelos nacional-reformistas, equivale conquistar migalhas para os atuais salários do magistério e fazer demagogia com esta ‘conquista’.

Os pontos seis e sete, *Urgente renovação do Fundeb e Lutar por mais orçamento e contra cortes*, contidos no documento da UBES trazem questões, cuja discussão e análise, já estão, em parte, contempladas no parágrafo anterior. Ressaltemos apenas que: a) A municipalização do ensino, a penúria de alguns entes federados e a fragmentação da rede pública, em milhares de sistemas de ensino municipais, com diferentes salários, carreira, direitos estatutários etc, estão em íntima unidade com a política de financiamento por fundos. A recente discussão sobre a urgente renovação do Fundeb, expressa toda a precariedade do pacto federativo em torno da educação e a correspondente artificialidade desta política de criação de fundos para financiamento. Seu antípoda seria um sistema único de ensino, dotado de recursos constitucionais permanentes, federalizado e com plenas garantias de autonomia local; b) A luta por mais recursos e contra cortes de verbas é o caminho mais natural por onde os explorados se erguem em defesa da escola e contra sua destruição. A promessa de lutar por estas bandeiras, declarada em voz alta pela da direção da UBES, não passa de teatro e dissimulação. Vale apenas para os governos contra os quais faça oposição. O silêncio da UBES e sua tentativa de justificação dos cortes de R\$ 10,5 bilhões da educação, em 2015, no governo Dilma, é uma demonstração inequívoca da seletividade das lutas encampadas pelo stalinismo.

Vejam os pontos oito, nove e dez, *Ampliar as vagas, Qualificar o ensino técnico e Garantir o direito de aprender e democracia escolar*. Por ‘ampliar vagas’, a UBES entende a redução da evasão (cumprir a meta de 85% dos jovens entre 15 e 17 anos no ensino médio) e o aumento do número de matrículas na modalidade de tempo integral. A UBES reclama, particularmente, da situação de estagnação no cumprimento da meta nº 06 do PNE, que estabelece que 25% dos estudantes devam estar matriculados em ETIs até 2024. Em seu texto, a UBES não procura explicar nem as razões do abandono escolar (a pobreza das famílias que obriga o jovem a largar os estudos para trabalhar), nem a necessidade de lutar por emprego à juventude e nem a importância de proteger a força de trabalho jovem com a bandeira de ‘nenhum jo-

vem sem trabalho, nenhum jovem sem escola, por 4 horas no trabalho e 4 horas na escola’. À situação de miséria lastimável que castiga a juventude proletária, a UBES responde com a defesa do confinamento nas ETIs e a qualificação jovem, que é um embuste no que se refere à ocupação no mercado de trabalho.

Criticando a proposta de ensino médio de Temer, a UBES diz: “Neste formato, para optar pelo ensino médio técnico, o estudante precisa abrir mão dos outros aprofundamentos (ciências humanas, ciências exatas, linguagens, etc)”. É inteiramente justa esta crítica, mas a solução proposta pela direção da entidade - a defesa do ensino médio integrado ao técnico, ao estilo dos IFs - não resolve de todo o problema do vínculo entre o ensino técnico e intelectual, com vistas a uma formação mais completa e integral. A UBES, também aqui, lamenta o reduzido número de vagas novas criadas no ensino médio integrado, que não corresponde ao recomendado pelo PNE. Se é verdade que o nível de qualificação técnica dos IFs é superior ao das escolas de ensino médio ‘comuns’ e agrega ainda a vantagem do aprofundamento nas disciplinas tradicionais, não se pode esconder que mesmo esta escola continua separada da produção social. Isto é, assentada sobre a estreita perspectiva da especialização técnica e, portanto, reprodutora da divisão de trabalho entre os que pensam e os que fazem no seio da produção capitalista; não permitindo uma formação politécnica, capaz de proporcionar uma compreensão de conjunto do processo produtivo moderno e elemento basilar para uma verdadeira educação integral.

O combate da UBES ao projeto de lei 867/15 (agora PL 246/19) e ao movimento ‘escola sem partido’ está fora de questão. Qualquer posição diferente equivaleria a uma colaboração com a ultradireita e ao cerceamento das ações da própria burocracia estudantil nas escolas. Porém, é preciso denunciar o limitado conteúdo da reivindicação de ‘democracia escolar’ na boca dos stalinistas. Por esta bandeira, a UBES entende: eleições diretas para o conselho escolar/direções de escola, liberdade de organização do grêmio e participação dos estudantes e comunidade nas decisões da escola. Este conjunto de consignas - em geral, progressistas - figuram, infelizmente, como letra morta, a depender da participação ou não da UJS/PC do B nos governos de plantão. O stalinismo pecebobista, que integra formalmente a gestão Roberto Cláudio (PDT), na Prefeitura de Fortaleza, não esboçou, por exemplo, qualquer incômodo com a substituição das eleições para diretores de escola por nomeações políticas, em vigor há 8 anos. Reivindicações como revogabilidade de mandato dos diretores de escola, maioria estudantil no conselho escolar, e realização de assembleias escolares são, não apenas impensáveis, como sem o menor pro-

pósito para uma direção estudantil burocrática. Interessam a ela, mais os conchavos políticos e a captação fácil de recursos, do que a luta por escola sob o controle dos que estudam e trabalham.

A UBES em defesa da escola burguesa democrática

A política desenvolvida pela UBES, no período de 500 dias do governo Bolsonaro, e as respostas apresentadas a cada problema particular, seguiram, em geral, o objetivo de fortalecer a oposição burguesa nacional-reformista. Contudo, o embate com o MEC, obrigou a direção da UBES a enfatizar a defesa da escola burguesa 'democrática', em contraposição à proposta de escola burguesa autoritária e positivista, de tradição militar. De fato, a história da política educacional do MEC, sob Bolsonaro, não tem sido outra, senão a história do combate à influência ideológica do reformismo e das correntes burguesas tradicionais - nas instituições de ensino - em favor de uma educação obscurantista. Vejamos, em síntese, o desenvolvimento deste conflito e as posições adotadas pela UBES.

Ricardo Vélez Rodríguez, o primeiro ministro da educação nomeado por Bolsonaro, iniciou sua gestão com o fechamento da Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, do MEC. Em seguida, houve a orientação de que as escolas filmassem crianças cantando o hino nacional e pronunciando o slogan de campanha de Bolsonaro, o que provocou reações no meio jurídico e no congresso. A UBES limitou-se a realizar um ato simbólico na Câmara, em apoio às ações judiciais, e lançou a fajuta campanha #minhaescoladeverdade. Neste episódio, a direção da entidade não foi capaz de denunciar os objetivos por trás das medidas apresentadas e que consistiam em iniciar o controle ideológico das escolas pela ultradireita; nem, tampouco, foi capaz de responder com a bandeira de *autonomia escolar* frente aos governos burgueses. Para se contrapor à pressão direitista e sua caluniosa campanha da 'doutrinação comunista' nas escolas (coisa que, infelizmente, nunca existiu), a UBES apresentou suas propostas para a educação em 2019, com o cuidadoso esclarecimento de que elas não eram parte de nenhuma 'doutrinação'¹². A leviana acusação de bolsonaristas e evangélicos sobre o suposto uso da audiência cativa das aulas pelos professores, para propagar o 'marxismo cultural', nos permite esclarecer a verdadeira relação entre escola e sociedade. A ideia de uma escola fora da política e da luta de classes é, como dizia Lênin, uma mentira e uma hipocrisia. Não há escola que não sirva a interesses de classe. Sob o péssimo disfarce de uma escola não ideológica os néscios

12 Idem.

conservadores lutavam por uma escola que propagasse suas desprezíveis pseudoteorias. Não é nosso objetivo estender-se aqui, na crítica aos sicofantas do movimento 'escola sem partido'.¹³ Quanto à UBES, o fundamental é que suas formulações nada originais, constituem, igualmente o apoio a uma 'doutrina' e, além disso, a uma precisa concepção de escola: a escola burguesa democrática, voltada a reproduzir a divisão de classe (entre saber e pensar) e cumprir sua missão como um dos sustentáculos ideológico da democracia burguesa.

É defendendo com unhas e dentes esta concepção de escola que a UBES tem se contraposto à ideia de militarização do ensino (projeto de criação de escolas cívico-militares), posta em prática pelo MEC, já sob a condução

“ Os jovens secundaristas com consciência de classe, precisam travar a batalha não apenas para erguer seus grêmios e entidades estaduais, mas, igualmente, para denunciar a política traidora da direção da UBES. ”

de Weintraub. Esse foi também o sentido da campanha da UBES contra o chamado de Bolsonaro a comemorar o golpe militar de 1964. Em meios aos atos de protesto contra a ditadura, a entidade lançou a bandeira: “'descomemorando' o golpe, por uma cultura de paz, de pluralidade de ideias, formação digna, mais livros e menos armas”¹⁴.

No período que vai de maio a setembro de 2019, a UBES esteve presente nas mobilizações contra o contingenciamento de verbas que atingiu as universidades e institutos federais. Em sua nota, a UBES acusa corretamente o governo de motivação ideológica para os cortes, como forma de fazer calar os opositores nas instituições de ensino. Contudo, diz: “Fazemos parte dos Institutos Federais e o defenderemos para o bem do Brasil. Acreditamos que não há desenvolvimento sem a valorização da pesquisa, da ciência e da tecnologia (...). A democratização do ensino conquistada por nós com árduas lutas, bem como o desenvolvimento de projetos científicos contribuintes para toda a comunidade não podem ser prejudicados”¹⁵. O texto está impregnado do utopismo reacionário do nacional-desenvolvimentismo. O salto das forças produtivas do Brasil, indiscutivelmente depende da 'valorização da pesquisa, da ciência e da tecnologia'. Mas não será resolvido nesta valorização, que aparece como um mero problema de gestão governamental, e sim

13 O leitor interessado em nossa análise do tema poderá encontrá-la na Revista Proletária da Educação, nº 08/2018.

14 Ver <http://ubes.org.br/2019/2019-o-ano-da-resistencia-estudantil/>

15 Ver <http://ubes.org.br/2019/nota-da-ubes-contras-os-cortes-na-rede-federal/>



com a destruição das relações de produção burguesas que travam as forças produtivas nacionais, isto é, com a expropriação dos meios de produção em poder do capital financeiro, sua centralização e planificação econômica.

Além da estratégia adaptada aos interesses da burguesia nacional e alianças indiscriminadas com os velhos partidos oligárquicos, o stalinismo também herdou a mais infame conduta das negociatas de bastidores. Em meio às massivas manifestações de rua contra os cortes na educação, a direção da entidade, ao invés de colocar-se pela derruba-



Uda integral dos cortes com o método da ação direta, tentou por vezes negociar migalhas às escondidas com o MEC. A UBES assim o confessa: “Enquanto isso [manifestações de rua pelo país], no Congresso Nacional, éramos agredidos ao tentar diálogo com o ministro Weintraub”¹⁶. Aqui o mau-caratismo venal da burocracia se completa com as ridículas ilusões sobre um governo policial-militar e fascizante apoiar-se sobre a conciliação de classe.

Os documentos da UBES sobre os inúmeros episódios que vão da imposição do *Future-se* e queimadas na Amazônia à recente luta pelo adiamento do ENEM e adesão ao impeachment de Bolsonaro (maio de 2020), atestam com clareza, que a UJS não fez mais do que distanciar a UBES das posições classistas. O chamado do PC do B para a formação de uma ampla frente burguesa contra Bolsonaro, não passará sem deixar sua marca. A UBES, que já adotava a conciliação de classes em seus eventos, será transformada numa importante porta-voz. Se suas portas já estavam abertas a políticos do PDT, PSB etc., abraçará, agora, aqueles de espectros mais à direita, com a condição de serem campeões da oposição antibolsonarista. Toda a trajetória política da UBES descrita aqui (em seu último período) reforça essa triste perspectiva. Essa situação impõe como tarefa lutar com energia, contra a colaboração de classes entre os estudantes. A dupla crise econômica e da saúde pública expõem o grave quadro da desintegração mundial capitalista. A juventude que amarga os piores horrores do desemprego e da falta de perspectiva, está chamada a jogar um grande papel nas lutas futuras que se abrirão com o agravamento da miséria. Os jovens secundaristas com consciência de classe,

16 Idem.

precisam travar a batalha não apenas para erguer seus grêmios e entidades estaduais, mas, igualmente, para denunciar a política traidora da direção da UBES. É preciso exigir que a UBES convoque congresso e plenárias democráticas para preparar a luta nacional contra destruição da escola pelos governos, contra a EC 95, que congela recursos para a educação e contra a militarização do ensino imposta pelo MEC/governadores. Que a UBES convoque, igualmente, a luta contra o obscurantismo religioso, fortalecido pela liberação do ensino confessional nas públicas. Que levante a bandeira de ‘emprego à juventude’; de passe livre para estudantes e desempregados nos transportes e eventos culturais; e de um sistema único de ensino, público, gratuito, laico, sob controle de quem estuda e trabalha e vinculado à produção social. Tais são as tarefas que devem ser levantadas pelos secundaristas combativos. Apenas a política revolucionária marxista-leninista-trotskista pode conduzir as massas da juventude a marchar por estas reivindicações e vinculá-las com a estratégia da revolução e ditadura proletárias (governo operário-camponês); e esta só pode ser encarnada por uma fração revolucionária no movimento estudantil. Eis o mais importante e primeiro passo a que é preciso firmar nesse momento.

A política do MPL é um obstáculo para a luta em defesa do transporte público

Explicação preliminar e objetivos deste artigo

ma primeira versão deste texto foi discutida em uma reunião do Partido Operário Revolucionário (POR), com a presença de simpatizantes, no dia 1º de fevereiro de 2020, em São Paulo, quando o movimento contra o aumento das tarifas já dava claros sinais de esgotamento. Trata-se, portanto, de um balanço crítico de caráter coletivo, escrito a partir da experiência prática, com o objetivo de dar resposta aos problemas candentes da mobilização. Parte das sugestões de modificação e acréscimo foi incorporada ao documento.

As manifestações estavam se tornando cada vez menores, e a repressão policial, mais intensa. Para a vanguarda, a pergunta que pairava no ar era: por que o Movimento Passe Livre (MPL) não estava conseguindo levar multidões às ruas novamente, como se deu em 2013?

Para o POR, esta forma de colocar o problema podia conduzir a dois equívocos principais. O primeiro seria considerar que não existiram mobilizações importantes desde então, como se o problema estivesse *na* juventude, supostamente adormecida. Pelo contrário, um traço distintivo do período em questão foi justamente a enorme disposição de luta das massas, e do movimento estudantil em particular. O segundo equívoco seria superestimar o papel do MPL, em 2013, como se milhões de pessoas tivessem tomado o cenário político do país *por causa* do chamado do MPL, por sua política, especificamente.

De qualquer forma, não era possível abordar a questão sem considerar a trajetória política do país e do mundo de lá para cá. Nesse caminho, os secundaristas realizaram duas grandes ondas de ocupações de escola, em 2015-2016; o país viveu um golpe de Estado, do que originou o gover-

no de ditadura civil de Temer; Trump se elegeu nos EUA; a direita fascistizante, representada por Bolsonaro, venceu as eleições em 2018; duas greves gerais foram realizadas, em abril de 2017 e junho de 2019; as contrarreformas previdenciária e trabalhista foram aprovadas etc. Enfim, foi um período turbulento, marcado por um profundo acirramento da luta de classes. Na base desse processo se achava a crise do capitalismo, impelindo a burguesia para uma política de ataque à vida das massas, aplicando uma diretriz de enxugamento do Estado, golpeando direitos históricos e reforçando a tendência à barbárie.



O fato de não conseguir mais repetir o que houve em 2013 revela o caráter instintivo das mobilizações daquele ano, ao contrário do discurso exitista de seus militantes à época, segundo o qual as multidões nas ruas estariam dando razão e aderindo à “nova concepção de organização”, defendida por eles.

Recuperar essa trajetória importava não só para determinar o ânimo das massas; se a intenção era descobrir por que as manifestações contra o aumento da passagem em São Paulo estavam tão mirradas, cabia também verificar como o MPL tem respondido a essa conturbada conjuntura. No que diz respeito a esse último elemento, contudo, nos deparamos com uma dificuldade: constatamos que uma parcela bastante considerável da juventude que estava frequentando os atos deste ano não só não viveu as Jornadas de Junho de 2013, como desconhecera a linha política desenvolvida pelo MPL na prática.

Só para citar dois exemplos, que serão desenvolvidos no decorrer deste texto: pudemos notar que a proposta de que o trajeto e demais aspectos ligados às próprias manifestações fossem decididos em assembleia estava sen-



do recebida pelos manifestantes com estranheza, como se nunca tivessem ouvido falar em algo semelhante. Nós sabíamos, no entanto, que essa tinha sido uma prática corrente até, pelo menos, 2015 em São Paulo. Algo parecido se deu com a proposta de formação de um comitê de frente única contra o aumento das passagens. Muitos sequer entendiam do que se tratava. Porém, essa medida elementar só foi abandonada muito recentemente pelo MPL.

Só então nos demos conta de que precisávamos retomar debates que pareciam ter sido superados. Apesar da aparência radical da sua intervenção, o MPL tem se constituído em um obstáculo para a luta em defesa do transporte público. O fato de não conseguir mais repetir o que houve em 2013 revela o caráter instintivo das mobilizações daquele ano, ao contrário do discurso exitista de seus militantes à época, segundo o qual as multidões nas ruas estariam dando razão e aderindo à “nova concepção de organização”, defendida por eles. Não. O que a realidade tem indicado desde então é o contrário disso. Sua política, de extração pequeno-burguesa, tem se mostrado limitada, incapaz de tomar a justa reivindicação da não elevação das tarifas dos transportes e generalizá-la.

É o que nos cabia demonstrar, daí o objetivo deste

Extratos de um panfleto distribuído pelo POR

É necessário impulsionar o movimento geral, contra os governos e capitalistas, em defesa das nossas condições de vida, dos nossos direitos e dos empregos.

texto. Nele, analisamos, em primeiro lugar, os aspectos imediatos, ligados à mobilização deste ano; daí fazemos uma ponte até o segundo momento, quando debatemos a política do MPL, extraindo das fontes disponíveis as suas próprias formulações, seguidas de nossos comentários críticos; encerramos com o ponto que era o verdadeiro objetivo da reunião do dia 1º de fevereiro: sacar as

principais lições da jornada deste ano, bem como dos anos anteriores, determinando as tarefas para reverter o quadro de declínio e fortalecer a vanguarda para os próximos combates.

Por último, cabe observar que, embora este artigo tenha sido finalizado em meados de abril, em meio à crise pandêmica, optamos por não incorporar elementos relativos a esse contexto, preservando as considerações nos limites estabelecidos originalmente, ou seja, final de janeiro.

O aumento das tarifas em SP

No dia 20 de dezembro de 2019, as novas tarifas de

trens, metrô e ônibus foram encaminhadas à Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores de São Paulo. A mudança tarifária passou a valer a partir do primeiro dia do ano, sendo que a passagem subiu de R\$4,30 para R\$4,40, com aumento da integração entre os modais também, de R\$7,48, para R\$7,65. O índice de reajuste é de 2,33%, fato que serviu de muleta para os governos, uma vez que estaria abaixo da inflação anual prevista pelo boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC), que fixava a taxa de 3,86%. A elevação referente aos transportes na Grande SP (EMTU), anunciada depois, contudo, foi de até 6,47%, superior ao índice inflacionário mencionado.

Não causava grande espanto a utilização ideológica dos números, afinal, tratava-se de um expediente utilizado em muitas outras circunstâncias. Escondia-se, por exemplo, que o aumento do ano anterior tinha sido o dobro da inflação, e que o valor arrecadado com as passagens superou o valor da concessão, ou seja, as empresas do setor lucraram muito. O próprio MPL, em seus materiais de convocação para os atos, denunciava que, se fosse o caso de levar em consideração a inflação, olhando os preços em perspectiva, os governos deveriam baixar as tarifas, e não subir.

O MPL, então, decidiu responder ao aumento das tarifas convocando o primeiro ato em SP para o dia 7 de janeiro. A manifestação contou com milhares de pessoas, muitas delas ligadas a partidos e outras organizações da esquerda, e concluiu com uma violenta repressão policial, na região da Av. Paulista, inclusive com a prisão de mais de 20 jovens. O segundo ato foi convocado para dois dias depois somente e já sofreu uma redução drástica na quantidade de manifestantes. Quanto a esse aspecto, o POR não deixou de alertar: “À primeira vista, pode-se dizer que, quanto mais ativa for a mobilização, melhor. Isso está correto, desde que se avalie o ânimo das massas. Caso contrário, a decisão pode se voltar contra o movimento, levando a um esvaziamento dos protestos de rua” (Jornal Massas Nº 602, pág. 17).

Porém, essa escolha tática do MPL não foi a única problemática, na verdade, o que se tem visto é uma sucessão de erros de conteúdo (consignas), organizativos e táticos. Não por acaso, os atos seguintes já foram bem menores, enquanto a repressão tornava-se mais dura. A crítica apresentada pelo POR em seus boletins, distribuídos durante as manifestações, se centrava na constatação de que o MPL se equivocava ao não inserir o problema do aumento das tarifas no quadro geral do aumento do custo de vida, do elevado índice de desemprego, do contexto de retirada de direitos, com a aprovação das contrarreformas, particularmente a trabalhista e a previdenciária, enfim, no quadro mais amplo de acirramento da luta de classes, derivada do aprofundamento da crise do capitalismo.

Para o POR, essa perspectiva é que deveria orientar



O que é preciso é ligar o problema dos transportes à questão do aumento do custo de vida em geral!



as bandeiras da mobilização. O que deveria se desdobrar em medidas organizativas que corresponderem à aplicação do princípio da democracia operária, com o restabelecimento do comitê de frente única contra o aumento das passagens e com as assembleias, para discutir e deliberar coletivamente sobre os rumos do movimento. Do ponto de vista tático, cabia trabalhar com os meios disponíveis, combinando ações de agitação e propaganda, para ampliar a base social dos atos, dirigindo energia para incorporar os trabalhadores em geral e a classe operária, em particular. O objetivo era expandir a mobilização, com o método da ação direta, pois essa era a única via para impor uma derrota aos governos municipal e estadual – como a própria experiência de Junho de 2013 tinha demonstrado.

Eis a síntese dessa política, tal como foi expressa no panfleto distribuído pelo POR:

“A experiência das lutas, em especial a de 2013, demonstrou que somente nas ruas é que poderemos reverter o aumento. Mas, demonstrou também que limitar a luta à reivindicação contra o aumento poderá significar simplesmente a postergação dele. Devemos reivindicar o passe livre para estudantes e desempregados, ao mesmo tempo em que lutamos em defesa dos salários e empregos. É necessário impulsionar o movimento geral, contra os governos e capitalistas, em defesa das nossas condições de vida, dos nossos direitos e dos empregos. Por isso levantemos as bandeiras:

- *Passe livre aos estudantes e desempregados!*
- *Estatização sem indenização de toda rede de transporte, sob controle dos trabalhadores!*
- *Por um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias, com um valor que cubra as necessidades do trabalhador e sua família;*
- *Pelo reajuste automático dos salários, de acordo com a alta do custo de vida;*
- *Contra o desemprego, defendamos a escala móvel das horas de trabalho;*
- *Estabilidade no emprego para todos;*
- *Revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária!”*

O MPL não respondeu publicamente a essas considerações feitas pelo POR. Como se pode ver, trabalhamos por dentro da mobilização para modificar o seu curso, já que caminhava claramente para o fracasso. Tratava-se de combater a linha defendida pelo MPL, que foi a de centrar a convocação pelas redes sociais, sem um trabalho consistente nos bairros e, principalmente nas portas de fábrica; de tratar o problema do aumento das tarifas como uma questão de “mobilidade urbana”; de decidir tudo sozinho, pelas costas dos próprios manifestantes, inclusive empreendendo ações radicalizadas isoladas do movimento em geral, como o “pula catraca” no final das passeatas. Enfim, como dissemos na introdução deste artigo, foi esse combate político-programático, travado no fogo da luta, que nos obrigou a uma análise mais profunda das ideias defendidas pelo MPL.

Análise crítica da política do Movimento Passe Livre

1) Para o MPL, “o custo da tarifa, as grandes distâncias, o longo tempo perdido, a lotação, as baldeações, a falta de manutenção dos veículos e trens, a falta de linhas de ônibus... tudo isso são consequências de um transporte que não trata os usuários como pessoas, mas como números”.

Resposta do POR: o fato de as pessoas não terem dinheiro para sair do próprio bairro deve ser entendido como uma manifestação concreta do avanço da barbárie capitalista. Deve ser colocado ao lado de outros problemas, aparentemente desconexos, como o crescimento do número dos sem-teto, os inúmeros casos de pobres que morrem à míngua nos corredores de hospitais, o assassinato em massa de jovens negros nas periferias etc. Trata-se do crescimento da miséria. Na época imperialista, as forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontram em contradição com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais. A propriedade privada dos meios de produção cumpre o papel de camisa de força, impedindo a humanidade de avançar.

O que se vê é a riqueza altamente concentrada em um punhado de ricos burgueses, enquanto bilhões de pes-



“ A bandeira de luta contra o aumento das passagens, por sinal, possui um enorme potencial de aglutinação das massas, ainda mais diante do gigantesco desemprego e da carestia de vida.

soas sobrevivem na mais absoluta miséria. No Brasil, o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O aumento das tarifas comparece, desse modo, como expressão do capitalismo em decomposição. É uma das facetas do problema geral do aumento da carestia de vida, que recai com especial violência sobre os ombros da juventude oprimida e dos trabalhadores em geral.

De acordo com o DIEESE, o custo de vida subiu 3,09% em 2019. A taxa acumulada geral (variação de jan./2019 a dez./2019), no que se refere ao quesito Transporte, foi de 2,44% - abaixo, portanto do índice geral, apontado acima. Já a taxa para o chamado “Estrato 1” - que, na metodologia empregada pelo DIEESE, compreende as famílias de menor poder aquisitivo - foi de 5,06% e, quando se foca o transporte coletivo, o índice vai a 7,23%. Como se vê, os gastos com transporte comprimem mais severamente o salário dos mais pobres. Daí a necessidade de associar a luta contra o aumento das passagens ao combate em defesa dos empregos e dos salários e pela revogação do conjunto das contrarreformas, principalmente a trabalhista e a previdenciária.

2) O MPL trata o aumento das tarifas como um problema de mobilidade urbana. Na página do MPL-SP, lê-se a seguinte formulação, extraída de um texto recente: que o transporte “deveria servir para aproximar as pessoas, permitir encontros e a apropriação da cidade em que se vive”. Em outro texto, anuncia que a “tarifa zero é o meio mais prático e efetivo de assegurar o direito de ir e vir de toda população nas cidades”. No site do MPL nacional, afirma-se que a bandeira de “Tarifa Zero” deve ser “o instrumento

inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano”. Traduz a noção de “mobilidade” através da ideia de “democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços”.

Resposta do POR: não se trata tão somente da dificuldade para os pobres se locomoverem pela cidade, embora esse seja um problema objetivo. Também não é o caso de defender a palavra de ordem burguesa do “direito de ir e vir”, ou mesmo a consigna reformista de “democratização do acesso”. O que é preciso é ligar o problema dos transportes à questão do aumento do custo de vida em geral! E não há como compreender essa questão sem buscar suas raízes nas leis de funcionamento do capitalismo e, mais especificamente, em sua crise estrutural.

3) Uma das palavras de ordem do MPL mais cantadas nos atos em São Paulo, agora em janeiro, é: “só vai mudar, quando o povo controlar! Tarifa zero quando? Tarifa zero já!”. No site, utiliza a ideia de “transporte coletivo fora da iniciativa privada”.

Resposta do POR: o transporte se encontra sob o controle privado de poderosos grupos capitalistas, há uma verdadeira máfia monopolista, que recebe milhões em subsídio dos governos, além dos lucros exorbitantes obtidos com as tarifas pagas pelos usuários. A bandeira que corresponde a esse quadro é: estatização, sem indenização, de todo o sistema de transporte, sob controle dos trabalhadores! Trata-se de compreender a luta pela expropriação como parte do combate anticapitalista em geral, ou seja, como parte da revolução proletária. O MPL, todavia, fala em “controle popular” e em um “transporte coletivo fora da iniciativa privada”, mas dirige a reivindicação de “Tarifa Zero” ao Estado burguês, a partir de manobras fiscais, como se pode ver no item a seguir.

4) De acordo com o MPL, qual seria a via para se atingir a gratuidade (“Tarifa Zero”)? Encontramos a resposta no site do MPL-SP: “A tarifa zero deverá ser feita através de um Fundo de Transportes, que utilizará recursos arrecadados em escala progressiva, ou seja: quem pode mais, paga mais, quem pode menos, paga menos e quem não pode, não paga”.

Resposta do POR: a bandeira de impostos progressivos, deslocada de uma situação particular de emergência, ou seja, convertida em consigna permanente, corresponde à tese da “distribuição de renda”. Pressupõe, em última instância, a aceitação da sociedade dividida em classes, em outras palavras, uma capitulação ao capitalismo. Logo, a reivindicação de “Tarifa Zero”, tal como formulada pelo MPL, não é só uma panaceia; é uma bandeira adaptada ao domínio do Estado burguês.

O POR defende passe livre para estudantes e desempregados (por se tratarem de setores mais desprotegidos e que exigem resposta imediata), combinando essa reivindicação com a defesa do salário mínimo vital,



suficiente para o sustento de uma família trabalhadora, definido pelas assembleias de base, reajustado automaticamente de acordo com a inflação; defendemos também a consigna de trabalho a todos, com a aplicação da escala móvel das horas de trabalho, que significa dividir as horas de trabalho entre todos os aptos, sem diminuição dos salários. Em defesa da estabilidade no emprego!

5) O MPL diz que *“deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo”*.

Resposta do POR: o MPL, concretamente, não aplicou nas jornadas deste ano uma política voltada a mobilizar os trabalhadores, com uma campanha desde as fábricas e locais de trabalho. Na verdade, nunca empunhou essa política. No passado, até chegou a fazer um trabalho de base nas escolas, junto aos secundaristas em SP. Hoje, nem isso faz como deveria. É necessário unir a juventude oprimida aos trabalhadores, com a classe operária à frente! É preciso fazer o trabalho de agitação e propaganda nas portas de fábricas, bairros, escolas etc., trabalho que seja sistemático e consistente (não só no começo do ano, quando os governos aumentam as tarifas), colocando a importância da luta unitária e do método da ação direta.

O problema é que essa intervenção sistemática implicaria atuar desde os sindicatos e demais organismos de luta dos explorados, mobilizando-os a partir da base, coisa que escapa ao alcance do MPL, revelando a sua limitação. A sua configuração como movimento restrito, na prática, ao tema dos transportes, conduz ao corporativismo.

6) Sobre a relação do MPL com outras organizações, a formulação que há na sua *“Carta de Princípios”* é a seguinte: *“nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero dentro das nossas perspectivas estratégicas”*.

Resposta do POR: a partir do que vimos na mobilização deste ano, pode-se tirar duas conclusões da citação acima: ou o MPL passou a considerar que não há *“setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero”*; ou está simplesmente ignorando um dos itens de sua *“Carta de Princípios”*. Afinal, tem decidido tudo sozinho. Vale

sublinhar a ideia de que *“passou a considerar”*, pois, em anos anteriores, fez um chamado aberto para a conformação de comitês de frente única contra o aumento das passagens. Nós, do POR, inclusive, sempre participamos. E, levando em conta este fato, poderíamos, seguramente, figurar como um agrupamento *“reconhecidamente disposto”* a lutar pelo passe livre. Estamos convictos de que há outras correntes, em que pese as nossas diferenças, que se encaixariam na definição. Logo, o que se observa é a segunda hipótese aventada anteriormente, a saber, que o MPL-SP não respeita os seus próprios *“princípios”*.

Outro problema dessa formulação é o critério de determinação dos tais *“setores reconhecidamente dispostos...”*. Uma coisa é a delimitação de classe, que implicaria rechaçar os organismos da burguesia. Se fosse

“ *O choque entre classe e direção, inclusive, continua vigente e as pautas ligadas ao transporte preservam ainda um enorme potencial de explosividade.* ”

essa a linha, estaríamos de acordo. A fórmula traçada, no entanto, abre margem para diversas variantes do sectarismo, como o que se tem verificado na prática neste ano, e como vimos em ocasiões passadas, quando o MPL (principalmente após as Jornadas de Junho de 2013) passou paulatinamente a abandonar os comitês abertos e procurar os seus *“aliados preferenciais”*, excluindo arbitrariamente certas correntes/partidos/ativistas.

Para o POR, o que deve servir de fundamento para a unidade são as reivindicações, que são objetivas. A bandeira de luta contra o aumento das passagens, por sinal, possui um enorme potencial de aglutinação das massas, ainda mais diante do gigantesco desemprego e da carestia de vida.

7) O MPL se diz *“autônomo, apartidário e horizontal”*. No site, afirma que *“os princípios constitutivos do MPL serão definidos somente pelo método do consenso. Nas deliberações não referentes a princípios, deve-se buscar propostas consensuais, na impossibilidade, deve-se ter previsto o recurso à votação”*.

Resposta do POR: na prática, em São Paulo, como já dissemos, tudo tem sido decidido pelo MPL, pelas costas do movimento em geral: a data dos atos, o local, trajeto e bandeiras. Ou pior: o trajeto e o horário das manifestações têm sido discutidos somente com a polícia. Isso não



tem nada de horizontal! Quanto ao método do consenso, o mínimo que se pode dizer é que é antidemocrático *por definição*, dado que uma minoria tem o poder de se impor sobre a maioria.

O POR defende a democracia operária! Sempre reivindicamos que o MPL convocasse as entidades, os ativistas, movimentos e partidos dos explorados para retomar o comitê de frente única contra o aumento das passagens, comitê que deve estar submetido às assembleias do próprio movimento.



R 8) Por último, cabe uma referência à perspectiva estratégica do MPL. Eis a formulação, também extraída da famigerada “Carta de Princípios”: “o MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade”.

Resposta do POR: qual seria essa “outra sociedade”? Não há qualquer resposta por parte do MPL para essa pergunta. Uma das razões para esse espaço em branco se deve, provavelmente, ao método do consenso. Como o MPL não possui programa, abriga debaixo do guarda-chuva de sua “Carta de Princípios” ativistas de diferentes orientações ideológicas. Há artigos relacionados ao movimento no site *passapalavra.info* que dão indicações claras nesse sentido. Lá, encontramos até quem tenha “decretado” o fim do MPL. Enfim, dada a escolha organizativa pelo método do consenso, as forças centrífugas acabam se impondo. Em todo caso, embora possamos levantar hipóteses, é o próprio MPL quem deve dar conta de seu vazio estratégico.

O POR, ao contrário, sempre explicitou a necessidade de partir das reivindicações mais sentidas das massas, aí incluída a questão dos transportes, fazendo a ponte entre essas reivindicações e o programa comunista de defesa do fim da propriedade privada dos meios de produção, através da expropriação pela via insurrecional, pela revolução proletária e instauração do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

O MPL é um obstáculo para a luta

Um Movimento que se nega a travar a luta contra o aumento das tarifas como parte do combate mais amplo contra o aumento da carestia de vida e contra o avanço da barbárie; que é incapaz de demonstrar que todos esses males têm sua raiz no capitalismo; que defende a consigna de “Tarifa Zero” como uma panaceia, amparada na postura reformista do imposto progressivo, nos marcos do capitalismo; que se coloca contra a bandeira de estatização, sem indenização, de todo o sistema de transportes, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da popu-

lação; que jamais militou em defesa das reivindicações transitórias de defesa dos empregos, salários e direitos; ou melhor, que só milita de forma corporativa e sazonal, quando os governos aumentam as tarifas; que defende o método do consenso, antidemocrático por natureza; que rejeita a organização dos explorados em um partido revolucionário; e que, por fim, destila todo o seu sectarismo ao empreender ações descoladas do movimento em geral, enfim, um Movimento que reúne todas essas características perniciosas para os oprimidos não pode servir de ferramenta para a luta em defesa do transporte público.

A partir dessa constatação, não há outra maneira de compreender o papel desempenhado pelo MPL em junho de 2013, questão colocada no começo deste texto: as massas, instintivamente, manifestaram a sua insatisfação com as péssimas condições de vida, de maneira que a convocatória empreendida pelo Movimento contra o aumento das passagens serviu apenas de canal por onde foi possível exprimir essa revolta, mesmo porque as entidades tradicionais dos explorados se encontravam, como ainda se encontram, profundamente paralisadas pela política burocrática de suas direções. O choque entre classe e direção, inclusive, continua vigente e as pautas ligadas ao transporte preservam ainda um enorme potencial de explosividade. A via para repetir o que houve em 2013, contudo, dificilmente será a mesma, uma vez que o MPL tem se degenerado e se burocratizado. Sabemos, por outro lado, que a força das condições objetivas é muito maior do que mil aparatos e que as massas costumam resolver tais impasses, criando seus próprios organismos. Nós, do POR, seguiremos a linha de fortalecimento da vanguarda que desponta das lutas, sem abandonar o trabalho de base, envidando esforços para converter as lutas instintivas em ação consciente, revolucionária, contra o Estado burguês.

O ANDES-SN e a política divisionista

Recentemente, no 39º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público (ANDES-SN), houve uma intensa discussão sobre a relação do sindicato com a Central Sindical e Popular CSP-Conlutas. Textos foram produzidos defendendo a desfiliação e muitas falas apontaram a defesa de uma nova ruptura, como a que ocorreria no início de 2005, no 24º Congresso, que aprovou a desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A posição aprovada, no entanto, foi a de debater o tema com mais profundidade em um CONAD¹⁷ extraordinário e definir a posição no 40º Congresso.

Como o balanço que produzimos sobre o 39º Congresso, reafirmamos aqui alguns traços gerais da política divisionista que atuaram no passado recente e retornam agora, passados mais de 15 anos da conjuntura que levou à divisão. Um dos traços é que (a) a posição corporativista, própria do funcionalismo público, permanece; outro é que (b) a disputa aparelhista conclui sempre em mais divisões; e, por fim, que (c) a direção do ANDES-SN não pôde fazer um balanço crítico da experiência divisionista por ser também responsável por ela.

Não partimos das “qualidades” ou “defeitos” das Centrais, como fizeram os debatedores no Congresso: a CUT que se tornara um “ministério” do governo Lula ou a CSP-Conlutas que têm aprovado bandeiras sectárias e ultraesquerdistas. Nesse tipo de avaliação, repetida à exaustão, perde-se a conjuntura concreta de criação ou ruptura com as centrais e confunde-se o papel e a força real que a Central representa em relação à política de sua direção (esquerdista ou direitista).

Corporativismo e falta de perspectiva histórica

As eleições de 2002 levaram ao poder central do Estado o PT, de Lula. Um PT que já dirigia a CUT e a maior parte dos sindicatos e movimentos do país e que, nas administrações estaduais e municipais, já revelava seu papel de traição às lutas das diferentes categorias do funcionalismo e sobretudo traição à classe operária.

É bom lembrar que o “sindicalismo propositivo” foi concebido e executado já nos anos 90. Em 1995, a histórica greve dos petroleiros foi combatida tanto com as

leis quanto com as armas (atuação do Exército), e a direção cutista desfez o movimento a partir da ação do Estado, desmontando a única luta que tinha envergadura econômica e social para quebrar a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a qual deslanchou a partir de então. Em 1998, foi aprovada a primeira grande Reforma da Previdência. Com a crise econômica aberta em 1999 e um desgaste político nos próximos anos, Lula se potencializa novamente como candidato e, com a “Carta ao Povo brasileiro”, em 2002, revela sua total submissão às frações burguesas mais poderosas. A conciliação de classes expressa na Carta e no Programa da coalizão era explícita. Anunciavam, por exemplo, o “estímulo ao diálogo (...) das instituições representativas do patronato e dos trabalhadores” e “naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país”. Esta política explícita, nada “estelionatária” como depois se falou de Dilma Rousseff, foi assinada por todos os partidos da coligação, dentre eles o PCB, bem como pela esquerda petista que formaria, dois anos depois, o PSOL. De fora da coligação, o PSTU chamaria o voto nesta candidatura no segundo turno.

“ A mudança qualitativa estava, não no deslocamento do conjunto dos trabalhadores da política reformista da direção da CUT e do PT, mas no deslocamento de parte da esquerda e de suas bases em relação ao governo “traidor” de Lula.

Coerente com a posição “propositiva” dos anos 90 e com o recente acordo com frações burguesas, Lula, quatro meses após sua posse, entrega a proposta de uma Reforma da Previdência. Contemplando pontos que não foram aprovados na Reforma de FHC, como a fixação de idade mínima para servidores e a cobrança de inativos, a contrarreforma de Lula atinge em cheio o funcionalismo que logo se levantou em paralisações e greves.

Os cutistas, integrados ao Estado por meio do Fórum Nacional do Trabalho, mantiveram sua política de “diálogo” e comprovaram sua autêntica natureza: alicerces da política de pressão parlamentar, parte tática da estratégia reformista de administrar o Estado, “mediando” a luta entre o capital e o trabalho. A colaboração de classes era a mesma que permitira a implementação do Plano Nacional de Desestatização, criado em 1990, mas que tomara corpo com FHC e que significou um profundo ataque à classe operária (venda da Vale, abertura da Petrobras e privatização de empresas de energia) e à parte do funcio-

17 Conselho Nacional do ANDES-SN



nalismo que atuava no setor bancário e de comunicações, com as privatizações ocorrendo em todo país. Agora, no entanto, a nova Reforma da Previdência de Lula atingia o conjunto do funcionalismo. A colaboração dos cutistas mudava de grau, mas não de essência. A mudança qualitativa estava, não no deslocamento do conjunto dos trabalhadores da política reformista da direção da CUT e do PT, mas no deslocamento de parte da esquerda e de suas bases em relação ao governo “traidor” de Lula. A Reforma da Previdência racharia o PT e impulsionaria a política aventureira do PSTU que buscou em vão, em diferentes tentativas, uma unidade com os petistas de es-

debate culminou com a deliberação da desfiliação no Congresso de Curitiba, quando a categoria definiu: a CUT, que vinha convertendo-se progressivamente em central conformada à ordem do capital, no governo Lula, transformou-se em instrumento das políticas contra os trabalhadores encaminhadas pelo governo, que, por sua vez, transformou-se em instrumento dos interesses do grande capital e do imperialismo (agronegócios, bancos, plataformas de exportação, hiperexploração do trabalho e saqueio da natureza). Portanto, a CUT significa hoje um instrumento contrário aos interesses de classe dos trabalhadores” (Relatório final do 51º CONAD, 2006).

“ *Tratava-se também de disputa aparelhista, colocada imediatamente pelas propostas de reforma sindical do governo Lula e, em seguida, pelos atritos entre PSTU e PSOL na condução e na disputa de hegemonia por uma “nova” Central.*

querda que logo formariam o PSOL.

O movimento de ruptura com a CUT apoiava-se apenas em um elemento objetivo novo: a insatisfação, a decepção, o ódio de centenas de milhares de funcionários públicos que foram atacados pela Reforma da Previdência. Assim, a aprovação da contrarreforma em dezembro de 2003 abriu o caminho para o Encontro Nacional Sindical, em março de 2004, ocorrido em Luziânia/GO, com a participação de quase 2 mil pessoas, que trouxe em seu bojo a perspectiva do PSTU, de formar uma Coordenação Nacional de Lutas que dirigisse os próximos combates, e servisse de canal para o rompimento com a CUT.

Em 2004, sindicatos e federações importantes do funcionalismo abriram a discussão sobre a desfiliação da CUT, como o SINASEFE, a FASUBRA e a FENASPS. O sentimento e a argumentação eram próprios do corporativismo: a “CUT” apoia o governo que lança as contrarreformas (a da Previdência e logo a sindical e trabalhista, além da universitária). Manter-se dentro da CUT seria manter-se atrelado ao governo e sem combate. O raciocínio que, em parte, é correto e identifica o burocratismo e o colaboracionismo da direção cutista, negava, entretanto, a perspectiva histórica, de ampla colaboração e imobilismo anterior, como se agora a “CUT” (e não sua direção) se tornasse um instrumento de oposição aos interesses dos trabalhadores.

Esse tipo de posição se multiplicou e pôde ser vista, por exemplo, no discurso da direção do ANDES-SN no 51º Conad, de 2006: “Durante nossa gestão, realizou-se o importante debate político no interior da categoria, enfrentado por essa diretoria nacional, que foi o da relação com a CUT. Tal

A visão é mecânica, porque fala de um “hoje” como transformação qualitativa e abrupta a partir da eleição de Lula. A verdade não é esta. A direção da CUT já havia se convertido em instrumento do grande capital em sua política de colaboração ao longo dos anos 90. A flexibilização do trabalho, o saque das riquezas naturais, a

retirada de direitos, a privatização em larga escala ocorreram com a colaboração da direção da CUT. O “hoje”, a diferença supostamente qualitativa, apoiava-se apenas em dois elementos: um, político-partidário: a desilusão da esquerda petista, convertida em PSOL, e a política aventureira de construção do PSTU; e outro, conjuntural: o deslocamento de uma parcela do funcionalismo público afetado pela pancada da Reforma da Previdência.

Nesse sentido, fazer coincidir esses dois apoios conjunturais com o deslocamento geral dos trabalhadores, com a ruptura da classe operária com a burocracia cutista, foi a política dos reformistas e a dos centristas que a direção do ANDES-SN também encarnou e que, a partir de então, começou a chamar pelo nome pomposo de “reorganização da classe trabalhadora”.

A “reorganização” foi um desejo subjetivo que os três mandatos e meio do PT à frente do Estado desmontaram. Os psolistas estiveram no início desse processo mais desorientados que a militância do PSTU que atuava no ANDES-SN e que pôde transmitir a ideia de que a ruptura com a CUT e a filiação à então Conlutas era mais do que um desejo subjetivo. É o que se pode notar nas formulações de 2004, 2005 e 2006. Extraímos uma do 25º Congresso: “A Conlutas conta hoje com mais de duzentas organizações sindicais, dezenas de organizações do movimento popular da cidade e do campo e do movimento estudantil. Com um número parecido, o movimento pró-CUT convocou o congresso de fundação da CUT em 1983 e também foi acusado de dividir o movimento e não incluir todos da esquerda de então” (“Fortalecer a Conlutas é fortalecer o ANDES-SN”, texto de contribuição ao 25º Congresso, 2006, assinado por mi-

litantes do PSTU).

Apenas uma política corporativista, encarnada por uma direção sindical, levaria à frente essa consideração subjetiva: comparar o movimento da classe operária e do conjunto dos trabalhadores no final dos anos 70 e início dos 80 que levaria a varrer com a velha burocracia sindical e construir a CUT com o movimento de parcelas do funcionalismo público, atacado no início de um governo reformista. Os defensores da ruptura com a CUT e depois adesão à Conlutas podem se defender alegando que não apresentavam a mesma visão dos militantes do PSTU, mas é esta visão que predominou na prática e não uma terceira, igualmente divisionista, mas que se apoiava em setores do PSOL e que tomaria corpo apenas após 2006.

O aparelhismo divisionista

Como o corporativismo sindical não corresponde à nossa época histórica, seria um absurdo acreditar que apenas por corporativismo (responder a uma questão imediata de uma só categoria) a política divisionista ganharia corpo e se concretizaria. Tratava-se também de disputa aparelhista, colocada imediatamente pelas propostas de reforma sindical do governo Lula e, em seguida, pelos atritos entre PSTU e PSOL na condução e na disputa de hegemonia por uma “nova” Central.

A disputa aparelhista, criada pelo governo Lula, resultou em uma dezena de centrais, inclusive, na base do governismo com a criação da CTB pelo PCdoB. Não foi, portanto, em um contexto de “reorganização da classe trabalhadora” que as propostas de ruptura com a CUT e criação de uma nova Central apareciam, mas em um contexto de profunda fragmentação que só avançou ao longo dos últimos quinze anos.

Depois do Encontro de Luziânia, em 2004, e com algumas rupturas com a CUT já estabelecidas, a exemplo do SINASEFE e do próprio ANDES-SN, ocorrem, em junho e julho de 2006, o Encontro Nacional da Intersindical (fundada a partir de um manifesto de maio do mesmo ano), em São Paulo/SP, e o Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), dirigido pela Conlutas, em Sumaré/SP. Esses dois movimentos de “reorganização” mostravam os atritos entre PSTU e PSOL. Porque, embora os psolistas afirmassem, em 2006, que não se tratava de uma nova Central, já que a Intersindical serviria para agregar os que ainda estavam na CUT com os que “legitimamente” rompiam com ela, logo, nos próximos anos, se cristalizaria a divisão entre setores do PSOL e a existência da Conlutas. Como, no entanto, a política de levar à frente a criação de uma nova Central teve imediatamente mais força, ela atraiu para seu campo imediato os sindicatos que se desfiliam da CUT.

Assim, depois da desfiliação, em março de 2005, do

ANDES-SN, em 2006 o sindicato participa como observador do CONAT, o qual, por sua vez, aprova a política de desfiliação da CUT e a criação da nova Central. No 26º Congresso do ANDES-SN, no início de 2007, é aprovada a filiação à Conlutas. A apresentação que a Diretoria do ANDES-SN fazia às vésperas do 26º Congresso já dava a tônica do que seria aprovado majoritariamente: *“A unidade dos trabalhadores não é um fetiche, como pretendem poderosas forças, como a CUT, para submeter as organizações dos trabalhadores a um pacto de não-enfrentamento e de sustentação do próprio governo. A árdua tarefa de reconstrução da unidade dos trabalhadores, assim como ocorreu com a própria criação da CUT, exige rupturas com os processos de cooptação ao aparelho de Estado”* (“Apresentação”, 26º Congresso, 2007).

A posição divisionista já havia vencido. O sonho agora era unir todo o PSOL, PCB e PSTU e manter uma marcha ascendente de rupturas com a CUT e filiações à “nova” Central. Em 2008, ocorre o I Congresso Nacional da Conlutas, em Betim/MG e, a partir dele, se costura a unidade entre Intersindical, Conlutas e outros movimentos sociais, como o MTST, no chamado ao CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora), que ocorreria em 2010.

Para o CONCLAT, a Intersindical já se dividiu porque não havia consenso sobre criação de uma nova central, já aprovada no interior da Conlutas. No entanto, o Congresso de “unificação” e “conversão” da Conlutas em CSP-Conlutas ocorrido em Santos/SP, revelou a fratura que não se desfaria mais. Um bloco entre PSTU e MTL aprovou a maioria das resoluções, inclusive a organização e nome da nova central, Central Sindical e Popular-Conlutas. As derrotas seguidas e a impossibilidade de se submeter à direção majoritária do PSTU levou a que, no final do Congresso, a Intersindical (a ala majoritária que participou), MAS, TLS e Unidos pra Lutar abandonassem o Congresso e deixassem no local apenas Conlutas, MTL e MTST.

Apesar do fracasso, as alas que romperam com a criação da nova central no CONCLAT não poderiam imediatamente apontar um novo caminho, como a criação de uma “nova” Central em que o PSTU não fosse a força majoritária. Assim, em 2011, no 30º Congresso do ANDES-SN aprova-se a filiação à CSP-Conlutas.

A “reorganização da classe trabalhadora” tornava-se cada vez mais difícil em função das posições aparelhistas que conduziram a mais divisão. Em 2012, ocorre o I Congresso da CSP-Conlutas, em que a direção do ANDES-SN chega a levar a proposta de retirar o “Conlutas” do nome da entidade. Proposta inócua que não resolveria as disputas por controle já consolidadas. Alguns meses após o I Congresso da CSP-Conlutas, o MTST, o maior movimento de sem-tetos do país, rompe com a Central. No início de 2014, entre os dias 28 a 30 de março, ocorre o Congresso da Intersindical – Central da Classe Traba-



lhadora que, ao ser fundada, leva consigo a esperança de unificação da esquerda sindical não governista.

Antes de ocorrer o II Congresso da CSP-Conlutas, em 2015, convocou-se o 7º CONAD Extraordinário do ANDES-SN para debater as contribuições àquele. O texto da Diretoria a este CONAD poderia ser detalhadamente descrito por omitir o processo conflituoso de construção da CSP-Conlutas e por omitir o problema da existência da CUT e de mais uma meia dúzia de Centrais que controlam o movimento sindical brasileiro, porém aqui só transcreveremos duas passagens que revelam essas omissões. A primeira aponta um breve histórico: “(...) *Era grande a expectativa de organização de todo o polo combativo e classista dos movimentos sindical e popular. Porém, isso não se concretizou no Congresso, visto que alguns setores se retiraram do mesmo no momento da aprovação do nome da nova Central. Mesmo com essa retirada de importante setor do Conclat foi constituída, com maior força política em comparação à CONLUTAS, a Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas) enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora que também unifica de forma orgânica o movimento sindical e popular. Desde então, a Central vem se consolidando como o principal polo aglutinador da classe no contexto da reorganização do movimento sindical brasileiro*” (Texto da Diretoria, 7º CONAD, 2015).

Se há retirada de um “importante setor”, a ideia de “instrumento que unifica” não faz sentido, nem lógico nem histórico. A decisão superestrutural de correntes e de direções sindicais em montar uma nova central não poderia avançar além da conjuntura muito específica que lhe deu origem. É preciso malabarismo verbal para sustentar a ideia da “reorganização” e “unificação” ainda em 2015 com a divisão já consolidada, de um lado, da Intersindical e, de outro, da CSP-Conlutas. Mas não só isso: o problema de enfrentamento à burocracia cutista continuava e continua integralmente colocado, no entanto aparecia na posição da Diretoria de forma oblíqua, omitida em seus aspectos quantitativos (quantos e quais sindicatos e movimentos participavam desse movimento de “reorganização”) como se pode ver na sua passagem extraída: “(...) *A CSP-Conlutas constitui-se como uma Central Sindical e Popular que congrega, numa perspectiva classista, os trabalhadores em seus múltiplos movimentos, entidades e expressões de luta e tomada de consciência. (...) Por sua construção ocorrer num contexto de reorganização da classe, que implica em rupturas com as Centrais e direções burocráticas, no âmbito sindical, para além de entidades, a CSP-Conlutas também é constituída por oposições e minorias. Para além da construção da Central, essa forma de constituição tem permitido o fortalecimento das minorias e oposições na disputa de suas entidades de base, chegando inclusive a filiarem-se à Central. Nesse sentido, isso tem permitido concretamente avançarmos na tarefa de reorganização da classe e no rompimento com o*

sindicalismo burocrático, verticalizado, governista e de resultados” (Texto da Diretoria, 7º CONAD, 2015).

O impressionante da omissão da Diretoria do ANDES-SN é que, nesse processo de “reorganização” e de “rompimento com o sindicalismo burocrático”, não haja nenhuma menção à CUT. É como se todo o aparato, todo o controle, e toda a força social que a CUT ainda tem sobre a classe operária e o conjunto dos trabalhadores sumissem completamente do horizonte a partir da ruptura efetuada em 2005. E, sem o empecilho objetivo, só restasse a vontade de “reorganizar a classe”, o que seria uma questão de tempo e de certos princípios abstratos (como a concepção “horizontalizada”) e não de uma perspectiva histórica em torno do papel reacionário (contrarrevolucionário) que as maiores Centrais apresentavam até então.

Combater as direções pelegas, burocráticas, traidoras saiu do horizonte para permanecer apenas uma imagem opaca dos desejos pequeno-burgueses de constituir uma central mais “plural” e “classista”. A realidade dura e suas tarefas ainda mais duras seriam substituídas, na cabeça dos que estiveram à frente dessa política, por um longo e gradual processo de junção de sindicatos e de movimentos a uma nova “Central”, a CSP-Conlutas.

A realidade, contudo, cobraria caro por essa aventura. Em 2016, com a crise econômica e a necessidade de mudança no ritmo de aprovação das contrarreformas, é efetuado o golpe de Estado contra Dilma. Do dia para a noite, a CUT deixa de ser “governista”, mas revela novamente toda a sua força de aparato. Em 2017, mesmo com o retorno da “Unidos pra Lutar” e da CST-Combate para o interior da CSP-Conlutas, nunca se viu com tanta clareza a fragmentação do movimento geral dos trabalhadores e nunca se viu com tanta clareza a submissão desse movimento à força das direções das maiores centrais, entre elas a CUT e a Força Sindical.

Novas reformas, nova Reforma da Previdência

2003 foi o ano de aprovação da Reforma da Previdência de Lula; 2017, o ano da aprovação da Reforma Trabalhista de Temer e 2019, o ano de aprovação da Reforma da Previdência de Bolsonaro. O ataque geral aos direitos seguiu uma marcha que desconheceu as divisões que se processaram no movimento sindical. Isso porque, seja com a burocracia pelega, seja com os “classistas”, não houve um levante geral dos trabalhadores e, em especial, da classe operária para fazer frente a esta realidade. Sob o pano de fundo dos acontecimentos, havia a crise de direção do proletariado brasileiro. Sem derrotar a burocracia cutista, o divisionismo aparelhista de esquerda mostrou toda a sua fraqueza.

Não é à toa que, a partir de 2017, monta-se uma Frente burocrática dirigida pela CUT e pela Força Sindical para combater as contrarreformas em curso. A CSP-Conlutas e

a Intersindical-Central da Classe Trabalhadora são obrigadas a se submeter a esta Frente, o que significou, na prática, seguir as bandeiras e o calendário impostos pelas grandes centrais. Em 2017, a Força Sindical abandona a Frente em busca de migalhas na aprovação da Reforma Trabalhista. Os pelegos direitistas acreditavam que poderiam negociar o imposto sindical. Não puderam. Depois de um poderoso dia de greve geral, o dia 28 de abril, desfaz-se o movimento a partir do Primeiro de Maio e a pressão parlamentar ganha o primeiro plano. Com isso, a Frente das Centrais revelou sua traição e representou a primeira grande derrota do período.

Em 2019, retoma-se a aprovação das contrarreformas. A Frente burocrática organiza os Primeiros de Maio com a ideia de “desidratar” a Reforma da Previdência. Embora CSP e Intersindical apontem o caminho da Greve Geral, não têm força para se impor e, novamente, se submetem às bandeiras e ao calendário de luta contra a Reforma. Depois de uma grande paralisação no primeiro semestre, a greve geral não é retomada e, na maior tranquilidade social e política, a Reforma da Previdência é aprovada, configurando a segunda maior traição da Frente e a segunda grande derrota do proletariado.

Nesse contexto e não em outro, que ressurge a discussão de desfiliação com a CSP-Conlutas.

Volta à baila o corporativismo, como se viu claramente na discussão e aprovação da saída do SINASEFE da Central, e como se viu nos setores que defenderam uma nova divisão, uma nova ruptura, exigindo a desfiliação do Andes-SN. Parte do PSOL, PCB e os militantes petistas aproveitaram o fracasso das lutas, a derrota em torno das Reformas, sobretudo a da Previdência, para atacar o “isolamento”, o “sectarismo”, e até o “pró-imperialismo” da CSP-Conlutas.

Obviamente, esses agrupamentos não poderiam partir da avaliação das duas derrotas do proletariado brasileiro, em 2017 e em 2019, porque isso significaria compreender o papel de obstáculo das direções das Centrais que ainda precisa ser vencido e indicar a responsabilidade da criação das novas centrais, CSP-Conlutas e Intersindical-Central, como parte do balanço dessas derrotas. Voltam à baila, assim, o corporativismo e também o aparelhismo divisionista: para solucionar o problema do “isolamento” (inclusive, entre as direções da CSP-Conlutas e da Intersindical) criam-se novos fóruns, novos espaços de “aglutinação” de todos os lutadores. Conhecemos já essa política: em 2006, a direção do ANDES-SN defendia “um Fórum” e voltava-se para o CNESF e para a Conlutas; em 2012 e 2015, defendia o “Espaço de Unidade e de Ação” e, em 2019, levantava o “Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos

direitos e pelas liberdades democráticas”.

Não há, é claro, nenhum problema em defender fóruns, espaços amplos, de unidade de ação, de frente única, o problema é substituir a tarefa de combater regularmente a direção burocrática que dirige as grandes Centrais pela criação de novos fóruns que se esvaziam em alguns anos, porque, quando muito e bem articulados, funcionam apenas para a conjuntura na qual foram criados; não podem e não vão substituir os sindicatos e as Centrais com todo seu aparato e sua força social.

Por não assumir esta avaliação, este balanço, porque ultrapassa o escopo de uma atuação mais corporativista e das intenções aparelhistas que marcam todo esse processo de divisionismo dos últimos quinze anos, a direção do ANDES-SN não pode fazer uma autocrítica de sua responsabilidade diante da constituição e fundação da Central sobre a qual hoje se debate.

O 39º Congresso mostrou a fraqueza política da Diretoria que, não querendo se chocar com correntes que participam do sindicato, adotou a tática de postergar o problema: defendeu e aprovou a chamada de um novo CONAD extraordinário para debater o tema. Ainda que



A tarefa ... é erguer, em cada luta, a defesa estratégica de uma Única Central sindical, operária e democrática.

esta seja uma prática recorrente e democrática, a atual direção do ANDES-SN não se posicionou sobre a desfiliação ou não, o que não inviabilizaria qualquer outra instância de discussão ou deliberação.

Essa posição “neutra”, de quem “espera a base”, é, também, no fundo, aparelhista. Porque, mesmo que o conjunto da diretoria apresentasse posições diversas, individualmente cada diretor continuará defendendo o que acha o correto em suas bases, em cada uma das assembleias. A orientação política não some só porque se posterga a decisão em torno de um problema. A posição “neutra” serviu para evitar os choques mais graves com as correntes, como o CAEL(PSTU) ou o Renova-ANDES(petista), colocados em dois extremos do debate. Serviu também para manter as alianças com os setores que caminham para um lado ou para o outro, a exemplo do PCB e das correntes internas do PSOL. Serviu, por fim, para não realizar este balanço crítico que expusesse o conjunto de erros das posições e dos prognósticos adotados ao longo de todo esse período.

Por uma Única Central, Classista e Democrática

Os sindicatos não são partidos políticos e não devem ser. Grupos independentes que transformam os sindicatos em “seus partidos” ou partidos que transformam os



sindicatos em “seus” aparelhos devem ser combatidos. Nos sindicatos e centrais devem predominar a democracia operária e a unidade de ação. Estes são os princípios gerais. Quaisquer outros aspectos organizativos e políticos devem estar subordinados a estes.

A ruptura com a CUT nos anos 2000 não foi produto de um deslocamento da classe operária e de um conjunto significativo dos trabalhadores para o campo da independência de classe e, sobretudo, de choque com os aparatos burocráticos já existentes. Foi uma ação divisionista, própria de direções também com traços burocráticos e corporativistas. O fato de ter ocorrido, no caso da CSP-Conlutas e depois da Intersindical-Central, como uma “cisão pela esquerda” não é relevante, porque atua contra a necessidade objetiva de

A centralização e unidade nacional do proletariado. Ou seja, atua contra o princípio da unidade de ação, que deve ser defendido mesmo e sobretudo nas situações de maior embate com as direções dos sindicatos e das centrais que dirigem o movimento nacional dos explorados.

A insistência de algumas direções de seções sindicais do ANDES-SN em torno, por exemplo, da “horizontalidade” e do caráter “plural” (relação com os movimentos populares e sociais) deve ser vista, quando muito, como uma disposição subjetiva contra o burocratismo e em favor da mais ampla unidade dos explorados. No entanto, mais uma vez, é necessário substituir o fetiche, aí sim, por “novas formas organizativas” pela crítica sistemática aos traços burocráticos que constantemente ressurgem sob as pressões da sociedade de classe. Isso só é possível com a defesa da democracia operária: eleições das direções de forma direta, composição proporcional na direção das correntes e agrupamentos que compõem a entidade, soberania das assembleias, defesa dos métodos de ação direta, defesa dos congressos regulares, rotatividade dos membros da direção e, principalmente, aferição de maioria e minoria em todas as resoluções e propostas. A fórmula de eleição indireta dos membros da SEN na CSP-Conlutas, e indicação de membros das entidades e não por “forças políticas” foi o modo pelo qual a direção da Central (PSTU) manteve seu poder durante todos estes anos. O “hegemonismo” do PSTU, no caso da CSP, é apenas o produto desta concepção organizativa posta em prática, que apenas pode camuflar as “forças políticas” (os partidos, os agrupamentos e suas frações) que continuam a influenciar com suas políticas a condução das entidades.

A Corrente Proletária na Educação e o Partido Operário Revolucionário atuaram em todo esse processo de divisão e de criação de novas centrais em sindicatos que aderiram ao divisionismo e em sindicatos que se mantiveram cutistas. Em todos eles, combatendo o burocratismo e combatendo o divisionismo, mantivemos a

defesa de um programa de reivindicações, de defesa de métodos de luta e apontando sempre a necessidade de uma única central sindical, operária e democrática. Isso porque, em cada uma das lutas dos últimos vinte anos, quer dirigida pela burocracia colaboracionista, quer dirigida pela esquerda divisionista, aparecia a necessidade da “unidade”, da “unidade entre todos os setores”, de “mais ampla unidade”. A esta necessidade objetiva, saída das bases e de cada luta derrotada, só poderia resultar a formulação de superar a política divisionista (tanto dos direitistas quanto dos esquerdistas).

A tarefa então da vanguarda consciente é erguer, em cada luta, a defesa estratégica de uma Única Central sindical, operária e democrática. A bandeira de um congresso de unificação das centrais e constituição de uma única central serve ao objetivo de se opor ao divisionismo e ao burocratismo colaboracionista. A constituição de uma fração revolucionária que encarne essa defesa estratégica e essa bandeira é uma necessidade objetiva para superar as dificuldades e o beco a que os movimentos foram arrastados nesses quase vinte anos, com o colaboracionismo e com o divisionismo.

A vanguarda que atua no interior do ANDES-SN, no interior da CSP-Conlutas, da Intersindical-Central, da CUT deve fazer uma revisão crítica de sua política, partindo da análise das raízes do burocratismo colaboracionista (a estratégia democrático-popular e a tática que lhe corresponde, de sindicatos de mediação) e do divisionismo (corporativismo e aparelhismo burocrático) e, a partir dessa avaliação, erguer-se como uma fração revolucionária, em cujo seio reine a democracia operária e centralização prática. A bandeira de um congresso de unificação e de centralização nacional da classe operária e do conjunto de trabalhadores do país é a que corresponde à luta estratégica para combater o capitalismo e levantar a luta pela revolução proletária, socialista.

SOMENTE A LUTA PELA REAL AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA DERROTARÁ A OFENSIVA DITATORIAL E OBSCURANTISTA DO GOVERNO

Medida Provisória (MP) 979/2020, que facultava a intervenção do governo nas universidades federais, foi devolvida pelo presidente do Senado, David Alcolumbre. O governo Bolsonaro justificava a suspensão da eleição de reitores com a pandemia e com o período da emergência de saúde pública. Assim, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, passaria a colocar prepostos bolsonaristas na administração de 22 instituições federais, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Não foi preciso desmascarar o vergonhoso argumento dos bolsonaristas.

A reação dos meios acadêmicos e intelectuais foi imediata. O que se refletiu no Congresso Nacional. Rodrigo Maia, presidente da Câmara de Deputados, considerou a MP inconstitucional, e propôs um “acordo para derrubar os pressupostos”. Uma parcela dos parlamentares entendia que a MP devia ser devolvida ao governo, em um gesto não apenas de negação, mas também de protesto. Vários partidos – entre eles, PT, PSB, PDT, PV, PCdoB, PSOL – entraram no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade. O presidente da Andifes pediu a devolução da MP, e defendeu a prorrogação dos mandatos dos reitores. A Universidade Federal do Sudeste e Sul do Pará (UNIFESSPA) realizou a eleição on-line. Segundo informações, esse recurso pode ser utilizado, no caso de se estender a quarentena.

Em dezembro do ano passado, Bolsonaro/Weintraub realizaram a primeira tentativa de intervenção. O governo editou a MP 914/2019, que modificava o critério de eleição de reitor nas universidades e institutos federais. Além de estender o mecanismo antidemocrático da lista triplíce aos Institutos Federais, a MP estabelecia que as consultas à comunidade fossem realizadas obrigatoriamente com peso de 70% no voto docente, 15% no do técnico-administrativo e

15% para o voto discente.

Nessas condições políticas e de crise de governabilidade, a MP 979 não prosperou no Congresso Nacional. O perigo de Maia fazer negociata foi superado. No entanto, o problema não se resume ao rechaço formal da medida intervencionista. O fundamental é que permanece a disposição do governo militarista de submeter, em toda a linha, a educação à orientação fascizante. Essa orientação não se limita à educação, estende-se às relações sociais como um todo.

O Brasil tem à sua frente um governo que tenta se impor como uma ditadura bonapartista, e fortalecer o Estado policial. Em todas as áreas de intervenção do Estado, Bolsonaro procura talhá-las segundo pressupostos militaristas, ditatoriais, obscurantistas e fascizantes. Certamente, têm de adaptá-los aos interesses da burguesia e, em particular, de certos grupos econômicos. Isso explica por que seu governo tem sido um rosário de conflitos. Ao procurar impor as contrarreformas desejadas, abre divergências no seio da burguesia, que por sua vez, se refletem na pequena burguesia.



Criticado pela própria oposição burguesa de não ter nenhum plano para resolver os graves problemas da educação, Weintraub arquitetou o projeto “Future-se”. Não passou de um plano de privatização das universidades e institutos federais.

Nota-se que o que ainda garante apoio de setores do capital e que une a burguesia é a política econômica ultraliberal, chefiada pelo ministro Paulo Guedes. Tudo indica que até esse ponto de sustentação de Bolsonaro se esboroa.

Desde o início de seu governo – e mesmo na disputa eleitoral –, Bolsonaro se propôs a acabar com as heranças do reformismo. Insistentemente, ataca a política de “ações afirmativas”, voltadas às questões raciais, de gênero, aborto, etc. Nomeou um negro racista, Sérgio Camargo, para a presidência da Fundação Palmares. Tudo indica que Bolsonaro aproveitou o golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, para ir às últimas consequências na defenestração de opositores, principalmente petistas, na administração federal. A reforma ministerial seguiu esse objetivo. É sintomática a abertura das portas da máquina do Estado para a entrada de milhares de militares. Assim, vem disciplinando verticalmente áreas como saúde, meio ambiente, educação, fundiária, indígena, etc.

A educação é um dos maiores espinhos na garganta de Bolsonaro. Lembremos da atribulada formação de seu primeiro Ministério. Ricardo Vélez Rodríguez permaneceu por pouco tempo como ministro da Educação. Mostrou-se incapaz de disciplinar a influência de militares, “técnicos” e discípulos do “filósofo” Olavo de Carvalho. Os chamados



técnicos eram remanescentes da autarquia paulista Centro Paula Souza, influenciada, em grande medida, pelo PSDB. Uma das primeiras medidas de Vélez foi a tentativa de implantar nas escolas o vulgar nacionalismo. Queria que se cantasse o hino nacional e se filmassem os alunos em posição patriótica. A imbecilidade dessa pretensão evidenciou, imediatamente, a estatura do ministro bolsonarista. A sua queda meteórica, no entanto, não foi por essa zombeteira qualidade, mas sim pela disputa dos olavistas para ter o controle do Ministério, reduzindo a influência de militares e técnicos. Vélez preenchia, na essência, o objetivo dos olavistas, de acabar com o que denominou “marxismo cultural”, que não tinha nenhuma incompatibilidade com o projeto de militarizar as escolas. Vélez teria de assumir plenamente um dos grupos em disputa. Os olavistas tinham a seu favor Eduardo Bolsonaro. Depois de três meses, o ministro caiu, ao manobrar contra a ofensiva dos olavistas, remanejando os postos do Ministério e reduzindo a sua força.

O sucessor, Abraham Weintraub, foi indicado por Onyx Lorenzoni, ex-ministro da Casa Civil. Como secretário-executivo de Onyx, era um homem talhado para dar poderes ao grupo olavista. No fundo, não havia diferença de orientação com Vélez, que também foi indicação do obscurantista Onyx. A troca tinha de garantir a ascendência da bancada evangélica. Havia de expurgar aqueles que não seguiam ideologicamente os pressupostos religiosos da guerra ao “marxismo cultural”. O Ministério da Educação (MEC) se tornou, assim, uma trincheira ideológica da ultradireita, tendente ao fascismo. Desde então, os bolsonaristas vêm reproduzindo as imposturas do denominado “marxismo cultural”, expressão de origem norte-americana. A “tese” de que por meio da cultura subversiva, os intelectuais marxistas promoveriam a derrocada da sociedade cristã, não convence ninguém, tamanha a sua idiotice, a não ser aqueles que tiveram a mente cegada pela religião. Sabe-se que a ideologia de combate ao “marxismo cultural” deita suas raízes no nazifascismo, que se utilizou da terminologia “bolchevismo cultural”, para esmagar toda oposição, e impor o regime de terror.

As “ações afirmativas” e de “reparação histórica”, abraçadas pelo PT e aliados reformistas, foram enquadradas como “marxismo cultural”. Eis por que a ultradireita considera como inimigos da religião e família aqueles que defendem causas de “gênero, direitos de minoria, multiculturalismo e globalização”. A cruzada contra o “marxismo cultural” tem um componente fortemente racista, bem como de orientação à escravização da mulher no lar, e repressão à homossexualidade.

O absurdo das pseudoteorias dos bolsonaristas chega a impressionar até mesmo a direita burguesa liberal. Esse é um dos motivos pelos quais, passo a passo, o Ministério da Educação vem sendo bombardeado pela crítica da grande imprensa. O último episódio da estripulia de Weintraub foi

a tentativa, por duas vezes, de intervir nas universidades, passando por cima da consulta e lista tríplice. É bom assinalar que Weintraub chegou a nomear pessoas que nem se candidataram na UFGD e um quadro externo ao CEFET-RJ. Recordemos que seu antecessor, Vélez, imaginou que poderia usar fotografias das escolas cantando o hino nacional, para controlar a prática do patriotismo imbecil. Weintraub, na mesma linha, pretendeu introduzir, na sala de aula, a delação contra professores, suspeitos de promover o “marxismo cultural”. Incentivou os alunos a filmarem as aulas. Expôs, assim, um dos métodos do nazifascismo, de identificar e caçar os “inimigos da pátria”. Lembremos, também, que seu antecessor buscou reescrever a história do País, negando a existência da ditadura militar, etc., nos livros didáticos. Weintraub busca, ainda, acabar com cursos na área de humanas, especialmente, filosofia, antropologia e sociologia. Acusou os organizadores do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de tendenciosos e agentes do “marxismo cultural”. Fez, então, uma “varredura ideológica no banco de questões” do ENEM.

Criticado pela própria oposição burguesa de não ter nenhum plano para resolver os graves problemas da educação, Weintraub arquitetou o projeto “Future-se”. Não passou de um plano de privatização das universidades e institutos federais. Em nome da “autonomia financeira”, se propõe entregar as instituições de ensino às Organizações Sociais (OS), que têm por fachada o caráter de “pessoas jurídicas sem fins lucrativos”. Agora, reapresenta o projeto fazendo concessão às fundações, que manejam a privatização interna. Imediatamente, foi desmascarado no meio acadêmico e estudantil, embora, nesse caso, contasse com apoio de setores liberais da oposição.

Weintraub pôs em marcha a criação de escolas cívico-militares, desejadas por Bolsonaro. Os professores se encarregariam da pedagogia, e os militares, da disciplina, ética e administração. A ideia de “compartilhamento” de professores com militares foi a forma de minimizar o impacto da interferência das Forças Armadas na educação. Sem dúvida, o plano piloto traçado logo serviria de base ao avanço da militarização geral. O bolsonarismo reivindica o golpe de 1964, e os feitos da ditadura militar. Foi eleito pelo voto popular, mas constituiu um governo militarizado. Em um ano e meio de sua administração, fez uma enorme limpeza na burocracia do Estado, e incrustou oficiais nos postos-chaves, principalmente do exército. As escolas cívico-militares são um espelho dessa orientação.

Bolsonaro, Weintraub e generais aspiram reatar os elos do período da ditadura, em vários aspectos. Aqueles que dizem respeito à educação têm suas raízes na reforma universitária, promovida pelo general Costa e Silva. A tentativa dos bolsonaristas, de acabar com “autonomia universitária”, consagrada na Constituição de 1988, remete à refor-

ma do governo militar de 1968, sobre a qual pairava o Ato Institucional nº 5, e o Acordo MEC-USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Interamericano). A derrota do movimento estudantil, nesse ano, em 12 de outubro, liquidou toda resistência de massa à intervenção do governo militar no ensino, em geral, e, em especial, nas universidades. O golpe de 1964 interrompeu a luta nacionalista por uma reforma educacional, que privilegiasse o ensino público, e permitisse um amplo acesso da juventude de classe média. O objetivo do governo militar de expandir o sistema universitário – bandeira que havia dado curso a grandes movimentações no final dos anos 1950 e na década de 1960 – se baseou no fortalecimento das tendências privatistas do capitalismo. A ditadura promoveu e estruturou a universidade privada, embora tenha ampliado as públicas. Uma das metas dos militares foi a de pôr fim aos anseios estudantis e docentes, de que o ensino superior fosse regido pela autonomia universitária.

A subordinação da educação ao regime militar permitiu uma ampla contrarreforma, que foi do nível primário ao superior. Nota-se que não se modificou apenas a estrutura e o funcionamento do sistema geral de ensino, mas também a orientação dos conteúdos e disciplinas. Reduziu-se a importância das humanas, que eram reivindicadas pelo movimento estudantil. As disciplinas de filosofia e sociologia foram extintas pela reforma de 1968. Criaram-se disciplinas artificiais, como Organização Social e Política Brasileira (OSP), e Educação Moral e Cívica. Disciplinas ideológicas que serviam de transmissão do patriotismo militar, que se socorreu do apoio do imperialismo norte-americano (Acordo MEC-USAID). Uma das ações da ditadura foi a de erradicar a “educação popular”, concebida pelo educador Paulo Freire, que foi exilado como perigoso subversivo. Para a consecução dessa reforma, como se vê, foi necessária a perseguição de centenas de intelectuais, comprometidos com uma reforma de caráter nacionalista. As universidades sofreram uma varredura, de cima a baixo, sua burocracia foi preenchida por lacaios da ditadura militar.

O desejo dos bolsonaristas é o de restabelecer os vínculos desse período, em parte rompidos pela democratização do País. Concretamente, correspondem à mudança em aspectos do regime de funcionamento das universidades, principalmente, no que diz respeito ao caráter da autonomia universitária, que permitiu a escolha de reitores por consulta ou eleição, seguindo o critério da lista tríplice. O restabelecimento de disciplinas, que haviam sido expurgadas e, por sua vez, a eliminação de disciplinas artificiais, ditadas pelo governo militar, estão na mira dos militaristas e olavistas do governo. De um lado, varrer com que entendem ser o “marxismo cultural”; de outro, ressuscitar o patriotismo militar-religioso, com base no “modelo” do imperialismo norte-americano. Da mesma forma que Bolsonaro operou



“ *A autonomia universitária tem por natureza e conteúdo o governo da universidade por estudantes, professores e funcionários.* ”

uma limpeza na burocracia do Estado, pretende-se a mesma mudança na burocracia universitária.

A autonomia universitária, implantada com a Constituição de 1988, possibilitou o fortalecimento de uma burocracia vinculada ao reformismo e a setores liberais. O movimento estudantil se ajustou a esse regime burocrático-eleitoral da autonomia universitária. Suas direções e organizações, como a UNE e UBES, tornaram-se apêndices da política reformista, e esteios da burocracia universitária, comandada pelos docentes. Os estudantes são maioria, porém, têm um peso muito menor que o dos docentes nos conselhos deliberativos e consultas para reitor. A essência do fundamento burocrático é a de garantir a absoluta hegemonia do corpo docente. Basta essa desproporção, para se ver que a autonomia universitária foi concebida para dar poderes a uma casta de professores. Nem mesmo esse formato é admissível pelo governo ultradireitista.

O governo militarista e fascistizante de Bolsonaro necessita desmontar esse aparato, que se armou com a democratização, e colocar em seu lugar outro, sem guardar as aparências democráticas. Um episódio significativo foi o da intervenção pela Justiça nas universidades, no segundo turno das eleições de 2018. Essa ação ditatorial refletiu o que poderia ocorrer com Bolsonaro no poder do Estado. Em dezembro de 2019, o Ministério da Educação fez a primeira investida para acabar com a consulta e a lista tríplice na escolha de reitores. A MP 914 caducou. E agora a MP 979 foi devolvida, para que não se alongasse a discussão no Congresso Nacional, e fosse rejeitada. Bolsonaro seguiu a recomendação do presidente do Senado para revogar a medida. Tudo isso pareceu muito democrático. É preciso levar em consideração que esse conflito é parte de um conjunto



de divergências que ocorrem no interior da política burguesa, e que tramita por meio dos poderes do Estado.

Ainda que não haja, no momento, condição para um golpe militar, é necessário ter claro que a retomada da ofensiva de Bolsonaro contra a autonomia universitária é parte do desen-



Avolvimento da tendência militarista no interior do governo. Não por acaso, Weintraub escolheu o momento da pandemia para recolocar a MP intervencionista. Com as universidades e institutos desativados, os estudantes não tiveram como reagir. O que seria importante para impulsionar a luta pela real autonomia universitária. Assim, a divergência permaneceu no campo das disputas interburguesas, da qual puderam participar

zar a MP inconstitucional.

Não há dúvida de que somente uma derrota causada por um poderoso movimento de massa ultrapassaria os marcos formais da derrota parlamentar de Bolsonaro. Sem a vitória obtida pelo combate nas universidades e nas ruas ao governo ditatorial, militarizante e golpista, o intervencionismo estatal continua vigente. Eis por que a vanguarda com consciência de classe não deve compartilhar da noção de vitória das direções reformistas e colaboracionistas. O retorno dos estudantes aos institutos e universidades deve ser imediatamente acompanhado de convocação das assembleias universitárias, que reúnem os três setores: estudantes, professores e técnico-administrativos.

Está colocada a tarefa de reorganizar o movimento estudantil sobre novas bases, para responder às consequências das crises sanitária e econômica, que atingiram e atingirão amplamente a classe operária e demais explorados. A juventude, em particular, arcará duramente com o desemprego e subemprego. Nesse embate, coloca-se a rejeição integral ao ensino a distância (EaD). O governo e os capitalistas aproveitarão a utilização geral do EaD e “aulas remotas” para darem novos passos na sua implantação. A destruição do ensino presencial está em marcha já há algum tempo. Gradualmente, vem se impondo como política de governo. A tendência do capitalismo em desintegração é a de potenciar as formas que melhor correspondem ao ensino privado e à lucratividade.

É líquido e certo que a intenção de Bolsonaro de intervir nas universidades e institutos federais vai além do obscurantismo ideológico. A intervenção é uma condição para

“ *A gota d’água veio com a divulgação da reunião ministerial de 22 de abril, em que defende a prisão dos ministros do STF, além de chamá-los de “vagabundos”.* ”

apenas os reitores e a burocracia universitária, que se valeiram dos canais partidários e parlamentares. As organizações estudantis, tendo à frente a UNE, serviram apenas de caixa de ressonância do conflito interburguês. As direções estudantis reformistas e, via de regra, as correntes políticas de esquerda, estiveram todo o tempo adormecidas pela política burguesa do isolamento social. Esse é o principal motivo dos estudantes ficarem à margem desse importante acontecimento. Os reformistas se sentiram confortáveis com o rechaço do Congresso Nacional. Respiraram aliviados, por não terem de enfrentar uma intervenção do governo nas universidades. A derrota de Bolsonaro, assim, se limitou ao jogo de forças puramente parlamentar, não sendo, portanto, preciso judiciari-

impulsionar a privatização, que inclui a implantação do EaD. Os reitores, escudados pela autonomia universitária, têm cedido ou sido agentes da privatização. No entanto, não podem colocar o andor à frente da procissão, uma vez que nutrem seu poder no apoio da casta docente e das direções reformistas. A cidadela do reformismo, que se ergueu no processo de democratização, vem desmoronando, sob o impacto da crise econômica e da decomposição do capitalismo. Esse é o ponto que permaneceu oculto nas discussões sobre o intervencionismo de Bolsonaro nas universidades. Deve ser posto à luz do dia para as massas estudantis se erguerem no campo da independência de classe, contra as tendências ditatoriais da burguesia e de seus governos.

O programa de defesa da real autonomia universitária é composto de um conjunto de reivindicações, que conduzem à expropriação do sistema privado de ensino, e constituição de um sistema único, público, científico e controlado por quem estuda e trabalha (controle operário da educação); à edificação do ensino ligado à produção social, em que a teoria e prática formam uma unidade. A autonomia universitária tem por natureza e conteúdo o governo da universidade por estudantes, professores e funcionários. Para tal, a melhor maneira de assegurar essa forma é constituir um governo tripartite, assentado e controlado pela assembleia universitária, capaz de exercer o poder de revogabilidade do mandato do governo eleito pelo voto universal.

Se a luta contra o intervencionismo bolsonarista não é travada sob a bandeira da real autonomia universitária, antiburocrática e, portanto, garantida pela soberania da assembleia universitária, permanecerá no plano formal, parlamentar, da política burguesa. Por enquanto, assim se passou e assim se passa com a rejeição da MP 979 pelo Congresso Nacional. A vanguarda com consciência de classe deve trabalhar, desde já, por esse programa e pela constituição das assembleias universitárias em todo o País.



No caso específico da Educação, a troca ministerial deve servir de ponto de partida para os estudantes se mobilizarem, exigindo a revogação de todas as medidas de ataque já aprovadas, a exemplo do avanço do Ensino a Distância.



Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trótskismo
cliente da Tropa
de Construir
o Partido
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em
torna da luta contra as várias correntes revisionistas
de esquerda, como parte da luta pela elaboração do
programa e da construção do partido revolucionário.



Cai o Ministro Weintraub

Prise política, que tem se acirrado e balançado o governo Bolsonaro, teve nessa quinta-feira, dia 18/06, mais um passo importante. O Ministro da Educação Abraham Weintraub anunciou a sua saída, através de um vídeo, publicado nas redes sociais, em que aparece ao lado do Presidente. Nele, afirma que *“neste momento, não quero discutir os motivos da minha saída”*.

Na verdade, não há uma única razão, Weintraub acumulou, em seus 14 meses de trajetória no controle da Pasta, uma série de polêmicas. Trata-se de um fiel escudeiro da família Bolsonaro, ligado ao chamado “núcleo ideológico” do governo. A gota d’água veio com a divulgação da reunião ministerial de 22 de abril, em que defende a prisão dos ministros do STF, além de chamá-

retirar direitos e ampliar a exploração sobre os assalariados. Isso, porém, não elimina o choque entre as frações capitalistas, choque que encontra sua raiz na profunda crise econômica, agudizada pela pandemia.

Vale lembrar que Bolsonaro ascendeu, prometendo se colocar por cima das instituições, tentando exercer um governo de tipo bonapartista. Militarizou o núcleo do Poder, fortaleceu o aparato repressivo, aproximou-se de Trump, e recrudescer a retórica direitista. Serviu, então, de canal de expressão das tendências fascizantes da burguesia. Diante dos ataques a si e à sua família, tem ameaçado com frequência resolver o impasse pela via golpista. Conta, por enquanto, com o apoio de portentosos grupos capitalistas, além das Forças Armadas, do imperialismo norte-americano, entre outros. As fissuras, todavia, estão por todo lado. A queda do Weintraub é só

mais um capítulo dessa história, que tende a se prolongar.

O aspecto crucial está no desenvolvimento da luta de classes. A situação objetiva empurra as massas às ruas, desesperadas pelo avanço da barbárie, colidindo com o governo direitista. Os

protestos nos EUA, que tiveram como estopim o assassinato do trabalhador negro George Floyd, se converteram em fator impulsor da retomada das manifestações aqui no Brasil, bem como em outras partes do mundo. A juventude oprimida e os trabalhadores, premidos pela fome, romperam a quarentena, passando por cima dos riscos e do temor inoculado pela burguesia. Nesse sentido, ultrapassaram também as suas direções, as quais seguiam e ainda seguem paralisadas pelo seguidismo à política burguesa do isolamento social.

Exemplo disso é a própria resposta da UNE e outras entidades do movimento estudantil à queda do Weintraub. Não perderam tempo, e já saíram pelas redes sociais cantando vitória, sem sequer esperar para confirmar o substituto – nada impede que seja um político ainda

“ (...) Lora não deixou de lado o problema da Educação, pelo contrário, se debruçou com afinco sobre a questão, no que acabou se defrontando com a proposta de “educação libertadora” de Paulo Freire.

los de “vagabundos”. O vídeo integra o inquérito sobre a interferência do Presidente na Polícia Federal, e a fala de Weintraub está sendo apontada como possível crime de injúria. Para piorar, no dia 14/06, o Ministro surgiu em um ato público dos bolsonaristas, com pautas claramente ofensivas ao Congresso e o Supremo.

É certo que acabou sendo sacrificado por Bolsonaro, numa tentativa deste de se equilibrar no poder. Em cerca de um ano e meio, vários ministros já foram defenestrados: Bebianno, Véllez, Mandetta, Teich, Regina, Moro e outros. A explicação imediata se encontra na disputa interburguesa, especialmente entre o Palácio do Planalto e os demais Poderes. É verdade que a classe dominante de conjunto comparece bastante coesa, quando o assunto é

mais reacionário, por exemplo. É evidente que os abalos e a desorganização, no outro lado da trincheira de classe, podem permitir um avanço na luta dos oprimidos. O problema é que essas direções, ligadas principalmente ao estalinista PCdoB e ao reformismo petista, permanecem atreladas a uma política de desgaste eleitoral do Bolsonaro, atuando com todas as suas forças para evitar um verdadeiro levante radicalizado das massas, desviando toda a insatisfação e as tendências de luta para a via pacífico-institucional.

As consignas que têm erguido são as maiores evidências disso: “Fora Bolsonaro” e “Defesa da Democracia”, ambas talhadas para o fortalecimento da oposição burguesa, capitaneada pelo PT, e voltadas para o terreno da judicialização e das disputas parlamentares. No primeiro caso, a exigência de saída do presidente está condicionada pela via do impeachment, o que significa delegar a atribuição ao arqui-corrompido Congresso Nacional. No segundo caso, trata-se da defesa do “Estado Democrático de Direito”, que não passa de uma forma que pode assumir a ditadura de classe da burguesia.



Como se vê, o quadro geral é de profundo ataque aos explorados e, por isso, é inadmissível que a direção da UNE e dos principais organismos de massa sigam “comemorando” a queda de mais um Ministro, ao mesmo tempo em que permanecem inertes, e empunhando uma política de conciliação de classe. Não! Os trabalhadores e a juventude oprimida precisam colocar de pé um movimento massivo nacionalmente, apoiado sobre as assembleias e comitês de luta, para exigir dos governos a aplicação de um plano de emergência, que tenha como essência a defesa dos empregos, salários e direitos, contemplando as tarefas imediatas surgidas da crise sanitária/econômica.

No caso específico da Educação, a troca ministerial deve servir de ponto de partida para os estudantes se mobilizarem, exigindo a revogação de todas as medidas de ataque já aprovadas, a exemplo do avanço do Ensino a Distância. É preciso defender um sistema único de ensino, gratuito, laico, vinculado à produção social, e sob



“ Criticamos Paulo Freire, enfim, porque rejeitamos a possibilidade, por ele aventada, dos oprimidos se libertarem através da Educação.

controle de quem estuda e trabalha. É papel da vanguarda com consciência de classe trabalhar, ao invés de sair cantando vitória, como têm feito as direções capituladoras, para que os oprimidos se lancem numa poderosa ofensiva contra o Estado e a burguesia, com o método da ação direta, e em defesa de suas reivindicações próprias, ligando-as à sua estratégia própria de poder, que é a de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado, saído da revolução socialista.



Paulo Freire se afasta da política revolucionária ¹⁹

Publicamos nesta edição da Revista Proletária da Educação o texto do revolucionário e militante do POR da Bolívia, Guillermo Lora, sobre Paulo Freire, escrito em 1993, por três

P como militante profissional, mas, como parte disso, uma monumental contribuição teórica, concretizada nos 70 volumes das suas Obras Completas. É a partir desses registros que podemos comprovar a sua convicção na necessidade, como dizia Lênin, de unir a teoria à prática revolucionária. Em sua trajetória, Lora não deixou de lado o problema da Educação, pelo contrário, se debruçou com afinco sobre a questão, no que acabou se defrontando com a proposta de “educação libertadora” de Paulo Freire.

Em segundo lugar, essa publicação se justifica pelo contexto geral de acirramento da luta de classes, especialmente após o golpe de Estado de 2016 e a vitória de Bolsonaro, em 2018, conjuntura que tem trazido em seu bojo um reforço do obscurantismo. Esta expressão do reacionarismo tem se desdobrado em sucessivos ataques à Ciência e à Educação, concluindo invariavelmente em um aprofundamento da precarização e do privatismo. E, para cumprir essa tarefa, os setores mais conservadores da política nacional têm assinalado alguns alvos, sendo um deles, não o único, Paulo Freire.

Embora não exista um vetor exclusivo dessa cruzada obscurantista contra a Ciência e, particularmente, contra o “patrono da Educação brasileira”, a maior parte destes ataques tem vindo da chamada “ala ideológica” do governo Bolsonaro. Trata-se, principalmente, de um grupo de seguidores do guru astrólogo e pseudofilósofo Olavo de Carvalho, além dele mesmo. O próprio presidente Bolsonaro e seus filhos podem, em certa medida, ser incluídos nesse inglório clube de ignorantes.

Não cabe aqui desenvolver longamente os postula-

dos dos ditos “olavistas” sobre a Educação e sobre Paulo Freire, mas apenas indicar alguns.

Olavo de Carvalho e seus discípulos advogam uma “filosofia” tão confusa que chega ao ápice de sustentar a monarquia, com pitadas de elogios saudosos à sociedade medieval. Por mais incrível que possa parecer, tais proposições comparecem associadas a uma retórica supostamente liberal-radical, contrária à intervenção estatal. Colocam-se como opositores inflexíveis da Educação pública controlada pelo Estado. Desse modo, são favoráveis a uma “desregulamentação” da Educação, de maneira que a função do governo deveria se restringir a “avaliar os resultados”.

É inacreditável como se desvencilham tão displicentemente de um dos saltos civilizatórios de maior envergadura, instituído pela burguesia revolucionária da era liberal, que foi a criação do ensino público, gratuito, laico e para todos – tarefa, ademais, não resolvida até hoje pelo capitalismo atrasado brasileiro, bem como de outros países semicolônias. Não podemos deixar de registrar a consequência óbvia desse posicionamento, que é o de acabar sustentando uma concepção profundamente elitista de Educação.

Nesse modelo, o financiamento caberia à iniciativa privada. Essa posição, todavia, não impediu o Olavo de Carvalho de indicar ministros e secretários, muito menos de mirar o mercado editorial dos livros didáticos. Basta mencionar o caso do titular da Secretaria de Alfabetização, Carlos Nadalim, um fiel escudeiro de Olavo: o secretário tem em suas mãos a prerrogativa de “elaborar materiais e recursos didático-pedagógicos”, o que pode ser a porta de entrada dos obscurantistas, sob o pretexto de eliminação da “doutrinação marxista” dos livros, num mercado que, de acordo com estimativas, movimenta

19 Tradução realizada a partir da Revista Hombre Nuevo, no 4, agosto de 1995.

cerca de R\$ 2,3 bilhões.

E, já que tocamos no ponto, a crítica à “doutrinação marxista” constitui outro pilar da seita olavista. O guru e seu séquito paranoico vociferam pela internet a existência de um movimento de esquerda global (usam o termo “globalistas”) que supostamente busca instituir uma hegemonia através da cultura, ocupando posições nas instituições da intelectualidade, especialmente as escolas e as universidades. Na mesma toada, vemos os olavistas como os maiores entusiastas do movimento Escola Sem Partido e, simultaneamente, como os principais defensores do *Homeschooling* (ensino domiciliar), como se se tratasse de uma espécie de antídoto à “doutrinação esquerdista”, colocando nas mãos da família a atribuição de educar segundo os “princípios cristãos”.

A questão central é que os direitistas necessitam falsear a realidade para avançar em seu intento de desmantelar o sistema público e gratuito de Educação, que ainda prevalece pelo menos no nível básico –; no ensino superior, a privatização já cresceu até o ponto da saturação. Expressam, assim, a gana de uma fração do capital interessada em valorizar ainda mais as suas fortunas através da exploração empresarial do ensino. Expressam, igualmente, os anseios de setores religiosos e não-religiosos empenhados em ampliar o seu controle ideológico. Criam, para esse fim, a ficção de uma Educação “dominada pela esquerda” – quando, na verdade, segue sendo controlada autoritariamente por uma casta profundamente conservadora e retrógrada, incrustada desde a burocracia estatal.

Daí a crítica ao Freire. Os direitistas se apoiam na formulação freireana de que a Educação deve ser entendida como um ato político, onde não cabe a neutralidade, e deve ser dirigida à “mudança”. Os reacionários não podem admitir nem a opaca ideia de “mudança”, tampouco querem ouvir falar da existência de uma divisão entre “oprimidos” e “opressores”. Os revolucionários, por seu turno, como dizia Lora, não se escondem por detrás dessas tergiversações e pregam abertamente a necessidade de destruir o Estado burguês pela via insurrecional, erguendo em seu lugar a ditadura do proletariado.

Aqui se encontra o terceiro motivo para republicar o artigo de Lora. Quando os obscurantistas atacam o reformista Freire, nos vemos na contingência de defendê-lo, sem jamais confundir as nossas bandeiras, sem apoiar a política pequeno-burguesa e a concepção idealista, de matriz humanista-cristã, pregada por ele. Somos críticos

ferrenhos das formulações do Paulo Freire, justamente porque ele “se afasta da política revolucionária” – alusão ao título do artigo de Lora, que transcrevemos abaixo. Criticamos Paulo Freire, enfim, porque rejeitamos a possibilidade, por ele aventada, dos oprimidos se libertarem através da Educação. Não. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada, mesmo que em última instância, pela estrutura econômica da sociedade. A escola que existe é de classe, ou seja, é condicionada e serve aos interesses da burguesia, tanto para formar a força de trabalho, como aparato ideológico. E, assim sendo, não há que se alimentar qualquer ilusão na possibilidade de a Educação cumprir o papel de “libertação dos oprimidos”. Como diz Lora: “É inconcebível a possibilidade da educação, desenvolvendo-se no quadro da velha sociedade, transformar-se na ponta de lança utilizada pelo proletariado para derrubar a burguesia”.



(...) o proletariado para impor sua política educativa – diferente e oposta à da burguesia – precisa realizar antes a revolução social, tem que deslocar do poder à atual classe dominante e ocupar o seu lugar (...) a política educativa revolucionária não é mais do que uma expressão da política revolucionária do proletariado.



Paulo Freire se afasta da política revolucionária ¹⁸

Paulo Freire nos interessa na medida em que formula uma proposta de educação supostamente nova, qualitativamente diferente da tradicional. Não nos detemos ante ela quando formula técnicas pedagógicas, algumas das

“ Os pedagogos, especialistas na fabricação frequente de receitas, afirmam ter descoberto uma forma menos cruel, mais humana e civilizada para unir teoria e prática: no melhor dos casos, transformar a escola em uma fábrica, em um grande laboratório, tudo isso à margem da sociedade capitalista.

quais podem ser inovadoras.

A política revolucionária na educação é a que defende uma escola nova, radicalmente diferente da burguesa, o que pressupõe que se vincule à atividade subversiva destinada a destruir a ordem social vigente.

A educação é um fenômeno superestrutural, determinada pela estrutura econômica da sociedade. Opera livremente de acordo com as suas próprias leis, mas, no quadro permitido pelo grau de desenvolvimento que as forças produtivas atingiram. Não reproduz direta e mecanicamente a estrutura econômica, senão mediante outros fenômenos da superestrutura, como a política, a religião e a filosofia.

Em alguns momentos, a educação reage sobre a estrutura econômica tentando modificá-la. Esta afirmação não é nenhuma novidade e corresponde à relação entre estrutura e superestrutura. É importante definir com

18 Tradução realizada a partir da Revista *Hombre Nuevo*, nº 4, agosto de 1995.

precisão a verdadeira função que a escola desempenha no problema de impulsionar o processo de desenvolvimento das forças produtivas ou de estancá-lo.

A estrutura econômica molda a natureza da educação através da classe dominante. A escola atual é criatura da burguesia, que a utiliza tanto para formar a força de trabalho como para impor sua própria ideologia, isto é o que obstinadamente ignoram alguns reformistas da educação.

Se a escola foi estruturada pela classe dominante, quer dizer pelas relações de produção ou pela forma de propriedade imperante, desempenhará o papel de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas quando a burguesia estiver em sua etapa revolucionária. Contrariamente, a educação vai acabar convertendo-se em reacionária, em freio das forças produtivas que já se chocam com a forma de propriedade dos meios de produção imperante, quer dizer, quando a burguesia se torna reacionária.

De modo mais preciso, a educação está na trincheira ocupada pelas relações de produção e não na barricada da força de trabalho, a única que ameaça destruir uma determinada sociedade. É inconcebível a possibilidade da educação, desenvolvendo-se no quadro da velha sociedade, transformar-se na ponta de lança utilizada pelo proletariado para derrubar a burguesia.

Paulo Freire parece insinuar esta possibilidade, pois fala de uma pedagogia da libertação. A história e a teoria ensinam que a educação, por ser um instrumento dos donos dos meios de produção, desempenha determinada função e muda de fisionomia conforme a evolução da classe dominante, em relação com as forças produtivas, cuja tendência é a de aumentar sempre e nesse propósito se chocam com as relações de produção.

Estamos tentando pontuar o papel que desempenha a escola na contradição fundamental da estrutura econômica da sociedade.

A manifestação superestrutural que se chama educação tem que ser considerada um fenômeno social, quer dizer, no seio da luta de classes, imerso no processo da produção social. A análise da educação se deforma quando se reduz às quatro paredes de um laboratório, ou às experiências piloto, em grande parte estranhas à vida social, à sociedade dentro da qual se move. É certo que sempre se podem realizar experimentos de algumas formas superestruturais à margem de toda a sociedade, mas carecem de transcendência porque são apenas elementos do utopismo.

A educação interessa na medida em que as classes sociais que conformam a sociedade têm que passar por ela. Mas, inclusive neste caso, é necessário assinalar que a escola cumprirá uma função contraditória em relação

à contradição classista. Aos que se atrevem a falar duma pedagogia da libertação haveria que perguntar se essa libertação está ou não relacionada às classes sociais com diferentes e contraditórios interesses econômicos.

Falar do homem em geral ou, nesta época, da sociedade também de modo abstrato é falar de algo inexistente. Esta é a melhor forma de não compreender a verdadeira essência dos fenômenos econômicos e ideológicos.

Outro equívoco que se comete com frequência ao estudar a educação consiste em reduzir a uma série de receitas práticas, de métodos de ensino.

Os recursos técnicos podem servir às políticas educativas mais diversas. Claro que não há que confundir ciência com tecnologia. A ciência busca descobrir as leis do desenvolvimento e transformação dos fenômenos, nesta medida constitui o esforço que se faz para descobrir a verdade. Forma parte de um processo que avança através de aproximações, de acertos e de erros. Quando a ciência é aplicada para facilitar a produção, se concretiza em tecnologia, no avanço da máquina. Os que confundem ciência com tecnologia podem concluir transformando a educação numa máquina destruidora de pessoas, o que aliás vemos acontecer quase todo dia na escola capitalista.

Nosso objetivo é abordar a educação como política e, portanto, do ponto de vista classista.

Quando falamos de política estamos falando da luta de uma classe contra outra, portanto, no centro da disputa tem o Estado, o ordenamento jurídico.

Na sociedade atual, a política é aquela que o proletariado realiza como classe – quer dizer, conscientemente e não apenas como massa – contra a burguesia como tal, expressa através do seu próprio Estado (o Estado burguês). A luta do proletariado contra a burguesia conduz à destruição do Estado burguês e sua substituição pela ditadura da classe atualmente oprimida.

A política educativa não é única, mas se desdobra conforme os interesses e objetivos das classes sociais em disputa. Há, pois, uma política educacional proletária e outra burguesa. Os que falam em abstrato da política educativa, retirando-lhe todo conteúdo de classe, estão se referindo a algo inexistente, a um absurdo.

A política educativa dos oprimidos – que não pode materializar-se no quadro da sociedade capitalista – é a expressão da política revolucionária da classe operária, um meio para conquistar o poder político, para substituir a propriedade individual dos meios de produção pela propriedade social, a velha escola burguesa pela nova, que brotará da sociedade sem classes.

Quer dizer, o proletariado para impor sua política educativa – diferente e oposta à da burguesia – precisa realizar antes a revolução social, tem que deslocar do po-

der à atual classe dominante e ocupar o seu lugar.

Por isso, a política educativa revolucionária não é mais do que uma expressão da política revolucionária do proletariado.

No quadro da sociedade capitalista, a escola contribuiu ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, foi progressista, revolucionária enquanto sua progenitora, a burguesia, também era revolucionária. Porém, inclusive naquela época, não era libertadora, porque sua missão era formar adequadamente trabalhadores para serem explorados – portanto oprimidos – pelos capitalistas. A finalidade concreta da escola era conseguir que os operários jorrassem mais-valia – trabalho não pago – em condições médias de especialização e formação.

Atualmente, a educação regrediu porque desconhece todos os progressos alcançados na primeira época do capitalismo ascendente. Está empenhada em destruir o homem através da superespecialização, impondo-lhe assim os interesses das multinacionais empenhadas em conseguir reduzir os custos para esmagar seus concorrentes, na descomunal guerra pelo controle dos mercados.

Os teóricos pró-burgueses da educação falam da unidade entre a teoria e a prática como uma generalidade, de modo equivocado e sem ultrapassar o esquematismo corrente na matéria.

É necessário assinalar que a separação entre a teoria e a prática é inerente à educação na nossa época, mesmo que alguns pedagogos postulem a receita salvadora de criar laboratórios nos centros escolares para que os alunos “levem à prática” o que está nos textos.

Os pedagogos esquecem uma questão muito simples. O capitalismo supõe – pela sua própria natureza e para poder existir como sociedade exploradora da força de trabalho – a separação entre força de trabalho, o operário, e os meios de produção que se concentram nas mãos do capitalista. Para que essa separação inevitável na sociedade atual desapareça, é necessário acabar com o sistema capitalista, com a grande propriedade privada e substituí-la pela propriedade social, base da sociedade sem classes e, portanto, sem Estado.

Os pedagogos, especialistas na fabricação frequente de receitas, afirmam ter descoberto uma forma menos cruel, mais humana e civilizada para unir teoria e prática: no melhor dos casos, transformar a escola em uma fábrica, em um grande laboratório, tudo isso à margem da sociedade capitalista.

Os reformistas não têm coragem de proclamar em alto e bom som uma de suas maiores descobertas: têm a certeza de que com boa vontade e sacrificando-se pela humanidade, como gostam de alardear, é possível constituir núcleos comunistas ou socialistas, alegremente à margem da sociedade capitalista, à margem da realidade



econômico-social. Dessa forma, chegamos à ideia mais difundida e vulgar: a educação seria o alicerce da sociedade, a força destinada a transformá-la pela raiz. Se partirmos desse equívoco, há que concluir que é suficiente transformar a escola, reformá-la para poder construir a nova sociedade. Quer dizer, a sociedade nova será o produto da escola reformada.

A unidade de teoria e prática é uma questão fundamental e ainda não resolvida pela educação.

A escola atual reproduz a separação entre teoria e prática. De um lado, forma e especializa a força de trabalho – que é somente prática – por outro lado, treina os

so de transformação constitui o fundamento do conhecimento, da verdade, da ciência, processo que passa por equívocos, avanços e retrocessos.

São as propostas de Paulo Freire as que nos obrigam a reiterar que não devemos ignorar que vivemos numa sociedade classista, burguesa, na qual a posição social da contradição fundamental que está na base econômica estrutural não é outra senão a luta irreconciliável entre burguesia e a classe operária, e que conduz à ditadura do proletariado, primeiro passo na construção da nova sociedade que chegará a sua etapa superior através da supressão de toda forma de opressão de classe. A nova educação surgirá e florescerá ao longo deste processo.

Temos que enfatizar que, sob o capitalismo, não se pode falar do homem em abstrato e menos ainda colocar no mesmo plano explorados e exploradores. Certamente que há uma inter-relação e condicionamento recíproco. Porém, seria absurdo sustentar neste caso que um extremo da contradição se permuta no outro. Fazê-lo significaria considerar a dialética um esquema que o analista pode impor autoritariamente à realidade. A dialética são as leis do desenvolvimento e da mudança inerentes à realidade, a todos os fenômenos materiais e ideológicos.

Quando se sustenta que o oprimido e o opressor podem mutuamente emancipar-se, está se considerando que são iguais, como faz a burguesia com ajuda da ficção jurídica de que todos os homens são iguais perante a lei, ou a impostura eleitoral no sentido de que todo cidadão é um voto, etc. Isso fica a um passo da religião que afirma serem todos os homens criaturas de Deus, portanto, irmãos.

A verdade é que a emancipação dos oprimidos modernos, dos proletários, só será possível se estes conseguirem destruir os poderes econômico e político dos opressores, dos burgueses. É isto que justifica o uso da violência, da violência revolucionária, certamente.

Os que defendem uma educação libertadora dos oprimidos – há que acrescentar que são explorados – têm certeza de que essa finalidade pode conseguir-se mediante a escola. Há que acrescentar que se trata da atual escola, porque não se aponta com precisão o objetivo estratégico de instaurar uma nova sociedade.

Este é o aspecto mais frágil e vulnerável da argumentação, porque conduz ao idealismo e ao reformismo. Seus defensores caminham com os pés para cima e concluem defendendo apaixonadamente a ordem social burguesa.

A educação atual é planejada e executada pela bur-



A “educação popular” e a receitas pedagógicas de Paulo Freire concluem invariavelmente estranguladas pela escola burguesa. Esta pode ser melhorada, pode alfabetizar a grandes massas, se se moderniza o ensino, mas o que não pode é construir um novo modelo de vida e de trabalho que exclua toda forma de opressão.

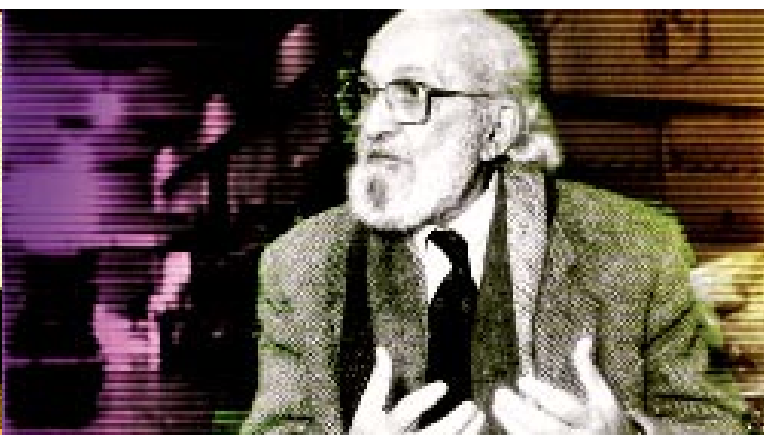
que dirigirão a vida da sociedade, a classe dominante. Para transformar essa realidade não é suficiente alfabetizar os operários ou instalar laboratórios nos colégios para ricos.

A verdadeira prática – que constitui o fundamento do conhecimento – é parte integrante, inseparável da produção social. Há uma inter-relação entre teoria e prática, sendo que esta tem uma preeminência sobre aquela. A prática reage sobre a teoria para potenciá-la.

A unidade entre a teoria e a prática constitui a pedra angular da transformação radical da atual educação, por isso afirmamos que uma nova escola só pode ser produto de uma nova sociedade que se erguerá sobre essa unidade como algo imprescindível.

A prática de que falamos não tem que ser confundida com a especialização, significa que o homem conheça a realidade econômico-social, a sociedade, participando diretamente no processo da produção nos diferentes setores da economia. Isso supõe que os estudantes ocupem uma parte do seu tempo no trabalho alternadamente em todas as manifestações da produção da sociedade, e a outra, na assimilação crítica de sua experiência. Dessa forma, as mãos se ligarão ao cérebro, o que permitirá o desenvolvimento das aptidões individuais. Não há que esquecer que o comunismo permitirá o desenvolvimento livre e pleno das individualidades.

A prática revolucionária consiste na ação do homem sobre a realidade para transformá-la, obrigando-o a conhecer as leis que regem seu desenvolvimento. O proces-



guesia, por isso é opressora. Essa educação não pode transformar-se em emancipadora graças à boa vontade e ao talento dos fabricantes de receitas pedagógicas e técnicas administrativas, para chegar a isso teria que ser substituída por outra qualitativamente diferente, criada e posta em prática pela classe operária ou pela sociedade de trabalhadores livres, que necessariamente se erguerá sobre a unidade da teoria e da prática.

Os reformistas – negam que sua atividade seja política – pensam que alguns esparadrapos colocados sobre a política educativa atual, assim como uma receita técnica e pedagógica, possam nos levar ao socialismo. É importante esclarecer, do ponto de vista dialético, qual é a verdadeira relação entre reforma e revolução.

Não por acaso os reformistas sustentam que há muitos caminhos que podem ser percorridos para chegar à nova sociedade. Na verdade, não passam de parlamentaristas e inimigos da violência revolucionária.

A revolução supõe a reforma. Isto quer dizer que as massas se movimentam buscando satisfazer suas demandas e necessidades imediatas e não atrás da sociedade sem classes. É a luta pelas reformas a que permite amadurecer aos explorados e projetá-los para a conquista do poder político.

O que distingue os reformistas dos revolucionários é que se limitam à pura reforma, que transformam as reformas na finalidade estratégica, e dessa forma abandonam a luta pelo socialismo. Tradicionalmente o movimento de massas conheceu a divisão entre programa mínimo e máximo. A limitação da luta diária à conquista das reformas (programa imediato) concluiu de modo fatal, transformando seus defensores em reformistas.

A verdadeira fusão entre a luta pela reforma e a revolução ocorre através do programa de transição, que supera essa separação entre programa mínimo e máximo. A posição correta e revolucionária consiste em tomar a luta pela reforma como meio de amadurecimento para fazer possível a conquista da finalidade estratégica.

Os reformistas estão seguros de que a soma gradativa e evolutiva de reformas em certo momento nos levará ao socialismo. Erroneamente querem aplicar à relação entre reforma e revolução a lei da transformação da quantidade em qualidade. Para perceber o equívoco desta formulação, é suficiente observar que a acumulação de todas as leis aprovadas pelo parlamento burguês não apenas não conduziu à revolução, mas que a sua missão é impedi-la.

A transformação da quantidade em qualidade tem que aplicar-se às forças que compõem a estrutura econômica da sociedade e que estão em luta, quer dizer, à contradição que ocorre entre forças produtivas, o extremo mais ativo, progressista e que leva em suas entranhas os germes da futura sociedade, e as relações de produção, que se tornaram conservadoras e têm um lento desenvolvimento. O incremento quantitativo das forças produtivas em certo momento se choca com as relações de produção (formas da propriedade) e é quando se abre o período da revolução social. Esta é a essência das leis do desenvolvimento histórico, que não se efetiva de modo mecânico ou fatal, como ocorre na química ou na física, senão através das classes sociais em luta e particularmente do proletariado, que encarna o progresso.

A revolução social é o salto que permite a transforma-



Paulo Freire e Lula - Partido dos Trabalhadores (PT)

O fato de Paulo Freire se sentir confortável dentro do PT ratifica seu reformismo e a distância de sua ideologia em relação à revolução proletária, a única que pode abrir perspectivas para a construção de uma sociedade e uma escola novas.



ção do desenvolvimento quantitativo das forças produtivas numa nova qualidade, que é a sociedade futura.

Diferente deste processo dialético, a soma de reformas e mais reformas não modifica a sociedade capitalista, pelo contrário, tende a consolidá-la. A revolução social não é a consequência desta adição de reformas, mas do amadurecimento das forças produtivas e do seu choque com a propriedade imperante.

Aplicando este conceito ao campo da educação podemos concluir que sua transformação qualitativa não será o resultado de reformas gradativas pedagógicas, técnicas

ou administrativas, mas da revolução social, da nova sociedade.

Há que rejeitar de cara este conceito de que a educação pode transformar-se na força ideológica, e muito menos ainda, material, da revolução libertadora. O papel que ocupa na estrutura social e na mecânica de classes confirma o que estamos afirmando.

As proposições de Paulo Freire

A chamada “educação popular” afirma inspirar-se em Paulo Freire, e ambos não escondem sua afinidade com a Igreja. Na educação, a fé

só pode ser a fonte do obscurantismo.

Também em nosso país o reformismo se esconde atrás da educação popular, na sua tentativa de modernizar a atual escola e trabalhar, no quadro do capitalismo, pelo homem novo.

São estes antecedentes os que nos obrigam a acertar contas com a “pedagogia libertadora” e a “educação popular”.

Sérgio Haddad da ONG religiosa do Brasil chamada “Centro Ecumênico de Documentação e Informação” (CEDI), em seu livro escrito para mostrar sua total identificação com Paulo Freire, diz sobre a educação popular: “... processo integral na busca do crescimento humano pessoal e comunitário do homem latino-americano; como construção do novo modelo de vida e de trabalho que exclua qualquer forma de manipulação e opressão, por mais sutil que seja em sua expressão, em suas estratégias e em seus efeitos”. Declara também que Paulo Freire é um dos marcos desta educação supos-

tamente radical – para alguns quer dizer esquerdista e até revolucionária – por ter contribuído à “*formulação de uma pedagogia que contribuisse à transformação social*” e às práticas político-pedagógicas encaminhadas a “*aperfeiçoar a ação política do educador que se dispõe a construir uma sociedade justa*”.

Aqui o critério maniqueísta – tão caro aos crentes e à igreja – substitui a análise científica. O que está ausente em Paulo Freire é a compreensão do capitalismo como a sociedade classista, regida por leis que emergem da contradição que ocorre na base econômica e não unicamente pelos atritos entre fenômenos superestruturais.

Qual é a sociedade injusta e qual a justa? As sociedades que existiram e a que existe, são necessárias, resultado do desenvolvimento histórico, enfim, das forças produtivas. A sociedade atual – com todas suas monstruosidades, com a exploração do homem pelo homem etc. – é a expressão do progresso em relação às sociedades anteriores.

A “educação popular” e a receitas pedagógicas de Paulo Freire concluem invariavelmente estranguladas pela escola burguesa. Esta pode ser melhorada, pode alfabetizar a grandes massas, se se moderniza o ensino, mas o que não pode é construir um novo modelo de vida e de trabalho que exclua toda forma de opressão.

Suprimir a opressão significa suprimir o capitalismo, as classes sociais, oprimidos e opressores. Isto não se pode conseguir introduzindo melhorias na educação, utilizando a educação conscientizadora. Novamente comprovamos que o fenômeno ideológico ou superestrutural não pode ir além do desenvolvimento das forças produtivas. Haverá que reiterar que na época de decadência do capitalismo não pode haver pedagogia libertadora.

Afirma-se que a pedagogia de Paulo Freire contribui à transformação social e que suas práticas políticas pedagógicas (inclusive fazendo a concessão de que a atividade de Paulo Freire seja política e política revolucionária) têm a finalidade de aperfeiçoar a ação política do educador que se dispenha a construir uma sociedade de mais justa.

O educador, o pedagogo não constrói uma nova sociedade, carece da capacidade e da possibilidade para transformá-la.

A questão que se coloca é se é possível ou não a transformação social com o instrumento da alfabetização. Os bolivianos temos uma rica experiência adquirida neste país com uma maioria da população analfabeta, considerando os operários, os camponeses e inclusive setores da classe média baixa. Nós temos conseguido politizá-los – mesmo sendo analfabetos. São estas massas incultas as que sepultarão o capitalismo e construirão uma nova sociedade, sem esperar que os pedagogos lhes ensinem

“*As classes sociais não se reduzem a ser uma soma de indivíduos – a este extremo nos leva o que formula Paulo Freire – senão que o decisivo é como intervêm no processo da produção, onde se originam os objetivos de sua existência, suas ambições, suas ideias.*”

como cumprir essa tarefa.

Aos críticos que assinalaram que ele desprezava as classes sociais, Paulo Freire respondeu no seu livro “Pedagogia do Oprimido” citando classes sociais umas 50 vezes. Pode ser que assim seja, mas é evidente que ele não compreende o que são as classes sociais, sua luta atual e a perspectiva que defendem. Duma forma geral, fala do homem, do opressor e do oprimido, individualmente considerados. O mais grave é que os iguala, seguramente cedendo à sua formação cristã: todos os homens – ricos e pobres, oprimidos e opressores – são iguais e irmãos entre si, por serem filhos de um mesmo pai, de Deus.

O seguinte parágrafo do livro citado é muito sugestivo:

“A libertação é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce dele é um homem novo, homem que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos que, em última instância, é a libertação de todos”.

“A superação da contradição é o parto que traz ao mundo esse homem novo – nem opressor nem oprimido – mas um homem libertando-se”.

A verdade é que não pode nascer o homem novo à margem da matriz de uma nova sociedade. Antes de forjar o homem novo temos que estruturar a sociedade sem classes, sem opressores nem oprimidos. Por que Paulo Freire coloca todo o processo de pernas para o ar? Parece-nos que a resposta é muito importante. Não esqueçamos que ele atribui à pedagogia um papel fundamental na libertação do homem oprimido e do opressor. Quando considera o homem à margem da classe à que pertence, está ignorando a estrutura econômica da sociedade, de onde se originam as raízes da atual sociedade envelhecida e da qual nascerá a futura. Esta atitude leva Paulo Freire ao idealismo e, por estranho que pareça, ao próprio reformismo.

Tampouco podemos ignorar que é inconcebível o homem à margem das classes sociais pois são os interesses materiais destas os que determinam a conduta, o pensamento e a atividade cotidiana dos que a compõem.

Paulo Freire atualmente milita no PT brasileiro. Em seus escritos fala da atividade político-pedagógica. Isto não é suficiente para saber se sua proposta realmente busca a transformação da sociedade atual. Para dar uma resposta a essa questão é muito mais importante descobrir a orientação política do partido ao que está filiado.

Um partido revolucionário – o PT não é – não é mais do que a concretização organizada da consciência de classe, que se expressa através de sua finalidade estratégica, quer dizer, da fórmula de governo que defende como resultado da luta de classes.

O PT surgiu como uma organização vinculada aos sindicatos, destinada a unificar o movimento operário

e se opor à burguesia, mas muitos dos seus defensores estavam seguros de que este não era ainda o partido revolucionário do proletariado e que este sairia do seu interior, no futuro. Na verdade, nasceu como um conglomerado de correntes sindicais, e de correntes que se reivindicavam do marxismo em suas numerosas variantes.

Há que assinalar que o PT não defende a ditadura do proletariado, mas um governo democrático, popular, anti-imperialista. Ao mesmo tempo, nega às tendências que atuam no seu seio o direito de agir livremente, de ter sua própria imprensa, seus locais próprios etc. Para pertencer ao PT, há que declarar que a verdadeira estratégia da luta é a defendida por aquele partido. Do contrário, marginaliza de suas fileiras – se não aceitarem capitular politicamente – as tendências revolucionárias.

Na última crise do governo do Brasil, o PT jogou um papel digno da velha politicagem e não da política revolu-

“ *As massas – alfabetizadas ou analfabetas – têm que amadurecer politicamente, apoderar-se das conclusões fundamentais que carregam em suas entranhas o desenvolvimento da sociedade, de suas leis fundamentais.*

cionária, oscilando entre as frentes organizadas pelos partidos burgueses e as iniciativas do governo para concluir uma trégua e uma paz social, por algum tempo, entre todos os partidos. O que correspondia era opor a revolução social à degeneração e colapso da classe dominante.

O fato de Paulo Freire se sentir confortável dentro do PT ratifica seu reformismo e a distância de sua ideologia em relação à revolução proletária, a única que pode abrir perspectivas para a construção de uma sociedade e uma escola novas.

A formulação de Paulo Freire acerca da pedagogia como diálogo foi interpretada como espontaneísmo do educando e não-dirigismo do educador. Se, no diálogo o educador também aprende do educando, é claro que espontaneísmo e não-dirigismo se potenciam, como se verifica quando ocorre a unidade da teoria e a prática.

Sugestivamente, Paulo Freire se apressa em negar esta conclusão, a ponto de afirmar que as inovações por ele propostas não chegariam a transformar a educação tradicional: *“eu nunca disse – expressou a Sérgio Guimarães – que o educador é igual ao educando. Pelo contrário, sempre disse que a afirmação desta igualdade é demagógica e falsa. O educador é diferente do educando. Mas, essa diferença se torna antagonica quando a autoridade do educador, diferente*



Acima, Darcy Ribeiro e Paulo Freire

A questão fundamental – importante também para a educação e o magistério – consiste em saber onde e como amadurecem politicamente as massas, que é uma questão que não depende dos artífices da transformação radical da caduca e apodrecida sociedade capitalista.

da autoridade do educando, se transforma em autoritarismo. É esta a exigência que faço ao educador revolucionário. Essa é minha posição não-diretiva. Como se eu pudesse negar o fato incontestável de que a natureza do processo educacional sempre é diretiva, não importa se a educação é feita pela burguesia ou pela classe trabalhadora”.

O educador norte-americano Ira Shor perguntou sobre o direito de o educador mudar a consciência dos alunos. É claro que a pedagogia da libertação não deveria permiti-lo. A resposta de Paulo Freire:

“Respeitar o aluno não significa mantê-lo na ingenuidade. Significa assumir sua ingenuidade para superá-la. O educador revolucionário não pode manipular os alunos, nem tampouco pode abandoná-los a sua própria sorte. O oposto à manipulação não é o *laissez-faire* nem a negação da responsabilidade que o mestre tem na direção da educação”.

A pedagogia da opressão pode arguir argumentos parecidos para justificar sua atividade destruidora do educando.

Paulo Freire, partindo da ideia de que o dirigismo que propõe não é uma posição de quem manda fazer uma coisa ou outra, senão uma postura de quem deve dirigir os trabalhos e um estudo sério, conclui: “Chamo a

essa posição radical-democrática, porque deseja a diretividade e a liberdade ao mesmo tempo, sem nenhum autoritarismo por parte do mestre e sem a anarquia dos alunos”. Este “radicalismo democrático” não chega a romper os moldes da velha educação. Seus discípulos dizem: “partindo da natureza diretiva de toda educação há que distinguir o educador diretivo libertador do educador diretivo domesticador”.

Se o educador aprende do educando, não significa, de acordo com Paulo Freire, que este último cumpra a tarefa de direção. O certo é que o verdadeiro aprendizado tanto do educador quanto do educando ocorre no trabalho e na produção social, de modo que o educando pode seguir uma orientação diferente e até oposta a que pretende impor o educador.

Quando se refere ao “intelectual e às massas populares” e, embora fale que toda a transformação radical implica uma vanguarda “lúcida”, volta a reduzir a questão à relação entre indivíduos. Mas, nesta questão, não se pode prescindir da mecânica particular que se estabelece entre as classes sociais.

Explorador e explorado atuam como membros de uma determinada classe social, de acordo com seus diferentes e opostos interesses materiais. Não é equivocado sustentar que a luta de classes sob o capitalismo – entre proletariado e burguesia – pode concretizar-se como luta em torno à apropriação da mais-valia.

As classes sociais não se reduzem a ser uma soma de indivíduos – a este extremo nos leva o que formula Paulo Freire – senão que o decisivo é como intervêm no processo da produção, onde se originam os objetivos de sua existência, suas ambições, suas ideias. Os homens são diferentes, certamente, mas as diferenças se dão no quadro dos interesses materiais das classes.

No caso do proletariado – em nossa época, a classe explorada e oprimida por excelência –, sua vanguarda vai propiciar a formação da consciência classista, que não se materializa no conjunto das massas. Trata-se em síntese da transformação qualitativa do instinto – provocado pela forma como participa na produção – em consciência classista. A classe operária de nossa época se distingue por não ser proprietária dos meios de produção e por estar imersa no trabalho social, coletivo. Nisto se fundamenta o caráter de direção da vanguarda.

O que determina que o instinto, em certo momento, se transforme em consciência? Certamente que não é a lucidez dos intelectuais, por importantes que sejam, mas a própria experiência dos trabalhadores, potenciada pela teoria da revolução social, pela ciência social que é o marxismo. De uma maneira geral este fator – que vem de fora da classe operária – atua como programa do partido revolucionário. Pode-se afirmar que a consciência de classe, ou seja, a política que desenvolvem os explorados,

não é mais do que a expressão teórica, consciente, da experiência dos trabalhadores.

Sabemos que a revolução proletária na Bolívia será protagonizada por toda a nação oprimida sob a direção política do proletariado. Já expressamos que as massas analfabetas podem aprender a manejar o método marxista, e, com esta ajuda, expressar os interesses políticos gerais de sua classe.

O que cabe agora é se perguntar: que papel desempenha a educação neste processo? Outra coisa: é possível sob o capitalismo uma pedagogia que ensine a rebelião aos explorados contra o sistema social imperante?

Nossa própria história é eloquente quando se trata de dar resposta a essa questão: quando foi aprovada a tese de Pulacayo (novembro de 1946), os estalinistas objetaram que se tratava de um documento elaborado por alguns intelectuais e que era totalmente estranho às massas, por ser incompreensível para elas. Diziam isso porque achavam que a linguagem empregada nesse documento

memorável, e as referências teóricas contidas nele, eram próprias de homens familiarizados com as ideias nas bibliotecas e não com a dos explorados das minas. A resposta foi dada pelos próprios explorados. Seguramente muito poucos leram o texto e quase nenhum memorizou seu conteúdo, mas o grosso das massas acabou aprendendo suas consignas fundamentais, que foram o eixo das grandes mobilizações que ocorreram durante o *sexênio rosquero*¹⁹ e as ações que protagonizaram nas ruas.

Somos obrigados a explicar o que ocorreu no seio das massas exploradas e como estas se educaram para consumir uma revolução social, que no final foi frustrada.

O autor destas linhas já explicou no seu momento, que foi da massa de operários mineiros, culturalmente atrasados, que se originou a Tese de Pulacayo. A chave se encontra no fato dos mineiros terem levantado a questão mais aguda do momento: o que fazer com o governo *rosquero* da restauração?

A pergunta foi colocada pelos trabalhadores que tomaram as ruas, que estava dessa maneira realizando a transformação mais importante da história da Bolívia, ainda que, na sua grande maioria, fossem analfabetos.

A realidade social, os operários, exigiam uma determinada resposta – porque haviam amadurecido para ela – que foi dada pela Tese de Pulacayo, por isso ela continua vigente até hoje e foi uma alavanca que impulsionou o desenvolvimento da consciência de classe e, portanto,

19 Período de domínio dos chamados barões do estanho, de 1946 a 1952 (nota da editora).

sua independência política perante a classe dominante.

Citamos um exemplo clássico da educação das massas – de sua maturidade política – para cumprir sua missão histórica, para consumir a revolução social, para destruir o regime burguês e assentar as bases da nova sociedade. Trata-se da educação dos explorados e oprimidos que lhes permitirá emancipar-se. Reiteramos, para cumprir essa tarefa, os trabalhadores não podem esperar ser alfabetizados, viver sua experiência nas aulas escolares ou a chegada do inventor da pedagogia da libertação. Os operários mineiros e fabris, analfabetos, se levantaram em armas, destruíram o estado feudal-burguês e até o exército²⁰.

As massas, para consumir sua transcendental tarefa,



Os intelectuais – historiadores, analistas, jornalistas etc. – se limitam a registrar e às vezes a deformar o que já está feito. Seu trabalho é subalterno, porque a assimilação crítica da experiência da história social e sua generalização é obra do partido, quer dizer da própria classe.

não tiveram necessidade de concorrer à escola tradicional, provavelmente este fato lhes permitiu amadurecer politicamente muito rápido; num instante se apoderaram dos avanços mais importantes do pensamento marxista. Não foi necessário que chegassem os arautos da pedagogia da libertação.

O objetivo central na sociedade capitalista – para os setores majoritários – é conseguir a libertação dos explorados e oprimidos, o que supõe substituir a grande propriedade privada dos meios de produção (propriedade burguesa) pela propriedade social. As massas – alfabetizadas ou analfabetas – têm que amadurecer politicamente, apoderar-se das conclusões fundamentais que carregam em suas entranhas o desenvolvimento da sociedade, de suas leis fundamentais.

A questão fundamental – importante também para a educação e o magistério – consiste em saber onde e como amadurecem politicamente as massas, que é uma questão que não depende dos artífices da transformação radical da caduca e apodrecida sociedade capitalista.

A escola e a universidade dos explorados e oprimidos não são as tradicionais indicadas pelos profissionais da educação, pelos pedagogos, mas, os lugares de trabalho – fábricas e minas – as ruas, as barricadas, os sindicatos, os cabildos abertos²¹, o partido revolucionário com suas células. A levedura que permite amadurecer a consciência de classe – que se traduz no partido político e que

20 Referência à Revolução Nacional de 1952 (nota da editora).

21 Ver nota 1 do artigo “*Levantes populares na América Latina, juventude e perspectivas pós-quarentena*” (nota da editora).

é imprescindível para conquistar a vitória revolucionária – é a teoria da transformação social, concretizada no programa do partido do proletariado. É verdade que entra de fora para o interior da classe, mas esta tem que amadurecer para recebê-la, pois o destino da ideia revolucionária é se apoderar das massas para ganhar força



Mas há uma forma de acabar – isto é mais preciso do que simplesmente rejeitar – com a exploração e essa é destruir a grande propriedade privada dos meios de produção pela via insurrecional, todo o resto é reformismo o que, em última instância, é uma forma de conservadorismo, de reação.

material.

Quando a consciência dá um salto para frente, graças ao impulso que recebe do programa revolucionário, as massas formulam questões inéditas que obrigam ao programa a superar-se ou perecer. Entre o programa e o partido há uma mútua relação, uma batalha constante.

Trotsky escreveu que o marxismo – o ponto culminante da ciência social – não é mais do que a expressão consciente do inconsciente processo histórico, das tendências elementares instintivas do proletariado em direção ao comunismo. Por isso é que a experiência que faz amadurecer as massas pode, ao se expressar teoricamente, transformar o instinto em consciência.

O sindicato e a greve por exemplo, aparecem como produtos naturais, como criações elementares instintivas dos trabalhadores, isto porque as massas obrigadas a abrir caminho em meio aos obstáculos levantados pelos exploradores e, não encontrando no cenário a resposta político-teórica, viram-se empurrados a criar suas organizações e métodos de luta próprios. Somente mais tarde

os teóricos especularam – e às vezes deformaram – o que as massas fizeram com suas mãos.

Nesta tarefa transcendental de amadurecimento dos explorados e oprimidos para que eles próprios conquistem – pode-se dizer que com suas mãos – sua libertação e, ao mesmo tempo, a de toda a sociedade, amadurece no caldeirão das massas, contando com o partido político que se estrutura como a melhor parte da vanguarda da classe instintivamente comunista.

Quem é o educador? A própria massa em constante processo de transformação de classe em si em classe para si.

Como já assinalamos, este processo fundamental – que é parte da modificação profunda da história – ocorre fora da escola marginalizando os pedagogos, independentemente de suas orientações e inclusive conspirando contra a educação ideada no âmbito superestrutural.

Trata-se de um processo subversivo. Nisso se funda a sua importância, caminha para a destruição da ordem social imperante. Ergue-se contra a ideologia oficial e todas suas manifestações, inclusive as pedagógicas. Isso nos permite compreender que a educação nova não surgirá no marco do capitalismo, senão que será produto de uma sociedade também nova. As massas – o partido político é a melhor parte dessas massas, a que concentra todas as conquistas destas – se autoeducam e jogam fora todas as teorias pedagógicas.

A subversão – único caminho para a transformação radical da sociedade – é a violência potenciada pela maturidade dos explorados. A sociedade classista é violenta e toda corrente ideológica não foge a esta determinação, ainda que se autodenomine pacífica, democrática, cristã etc. Os que pretendem opor à violência, o salto brusco inevitável da mudança do desenvolvimento quantitativo em outra qualidade, o gradualismo evolutivo, o parlamentarismo legalista etc. são conservadores e, no melhor dos casos, são reformistas. A possibilidade de superar as atuais desgraças da sociedade, entre elas as da educação, chama-se revolução.

Não há mais alternativa que a de opor à violência reacionária, deflagrada pela classe dominante para perpetuar-se como monopolizadora dos poderes econômico e político, à violência revolucionária, que permitirá a materialização das ideias subversivas, brotando do seio das massas sem a mediação dos chamados “pedagogos da libertação”.

Pode-se falar com propriedade da autoeducação das massas, pois o partido – portador do programa e das ideias – é tão somente uma parte delas. Insistimos, trata-se de uma atitude subversiva dos de baixo contra a ordem social vigente e suas ideias, incluindo todos os ensaios pedagógicos. Não se trata de uma postura niilista,



|| nº 10 | REVISTA PROLETÁRIA DA EDUCAÇÃO

“ O novo marco da desintegração mundial do capitalismo terá amplo desdobramento com as quebras econômicas, a guerra comercial e o avanço das tendências bélicas. A luta de classes, portanto, também ganhará novas dimensões. Os explorados, não apenas terão de se defender da destruição maciça de forças produtivas, como também de recorrer aos caminhos da revolução social. Verão com maior facilidade a relação entre a preservação da força de trabalho com as necessárias transformações socialistas. ”

Resolução do Partido Operário Revolucionário sobre as crises pandêmica e econômica
Comitê Central, 7 de junho de 2020



www.pormassas.org / [facebook - massas.por](https://www.facebook.com/massas.por)